

MULHERES NEGRAS NO PODER





UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MULHERES NEGRAS NO PODER:
Interseccionalidade, Representação Política e Trajetórias no Congresso
Nacional

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia
do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília,
como requisito parcial para a obtenção do título de
Doutora em Sociologia.
Orientador: Prof. Dr. Joaze Bernadino-Costa

VANESSA MACHADO

Brasília

2026

Dedicatória

Para meu amado filho Lucas,
com a esperança de que sua geração viva em um mundo mais justo
e com mais possibilidades do que aquele que herdamos.

Agradecimentos

É com um coração repleto de emoção e gratidão que inicio estes agradecimentos. Dirijo-me primeiramente a Deus, pela força que sustentou cada passo desta árdua e transformadora jornada do Doutorado. Agradeço profundamente à minha ancestralidade, em especial às minhas avós, Olga Basílio e Carmina Patrícia, raízes vivas que nutrem e guiam a mulher que me tornei; seus cuidados ecoam em mim.

Minha profunda gratidão vai ao meu núcleo familiar, meu alicerce e porto seguro ao longo de toda esta trajetória. Agradeço, primeiramente, ao meu marido, Alex, companheiro amoroso e paciente, que me garantiu suporte em todos os momentos para que a realização deste trabalho fosse possível. Ao meu filho Lucas, deixo meu afetuoso agradecimento, quando descobri a gestação eu estava no primeiro ano do doutorado e, sua chegada foi uma fonte imensa de força, sentido e esperança de futuro. Filho, você me impulsionou a perseverar mesmo nos momentos mais difíceis.

Agradeço também aos meus pais, Jaine Basílio e Marcelo Machado, pelo amor constante, pela presença firme e pelo suporte emocional que nunca faltou, bem como ao meu irmão e à sua família, pelo incentivo permanente para que este trabalho fosse concluído. Cada gesto de apoio de vocês foi essencial para que esta Tese se tornasse realidade. Estendo este agradecimento à minha família estendida, tios e tias, primos e primas, que são fonte constante de alento e carinho. Quero nomear, em especial, minha Tia Maria Regina e meu Tio João Lázaro, cujas trajetórias como brilhantes profissionais na educação superior, como professores de Psicologia e Medicina, respectivamente, iluminam e inspiram profundamente o meu próprio caminho. Mesmo sem que vocês o soubessem, suas trajetórias sempre foram referência e inspiração para o caminho que escolhi trilhar.

Agradeço, com grande estima, ao meu orientador, Professor Joaze Bernardino-Costa, pela confiança depositada em mim, pela escuta atenta, pela serenidade e pelo cuidado presentes em cada orientação. Seu incentivo e abertura intelectual foram fundamentais para o amadurecimento desta pesquisa. Ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, expresso meu reconhecimento a professores, técnicos e trabalhadores, cuja dedicação cotidiana possibilitou anos de aprendizado, reflexão e crescimento acadêmico. Às professoras que integraram minhas bancas de qualificação e defesa, agradeço pela leitura rigorosa e generosa, cujas contribuições enriqueceram significativamente este trabalho.

Expresso minha profunda gratidão às parlamentares que, com generosidade e abertura, compartilharam suas trajetórias, experiências e reflexões sobre o Poder. Este trabalho se constrói a partir de suas vozes, de suas lutas narradas em primeira pessoa e da coragem presente em cada percurso. Agradeço, de forma igualmente especial, aos assessores e assessoras, cuja mediação atenta e compromisso em viabilizar o diálogo foram fundamentais para a realização desta pesquisa. Sem a contribuição generosa de cada uma e cada um de vocês, este estudo não teria ganhado forma, densidade e sentido. Mais do que fontes, vocês foram as vozes que deram vida e verdade a esta investigação. Muito obrigada.

Agradeço, por fim, às minhas queridas amigas — Camila, Renata, Ellen, Rayza e Adriana — companheiras fundamentais ao longo desses anos de formação. Foram parceiras de leitura atenta, de escrita compartilhada, de escuta cuidadosa e de resistência cotidiana às inúmeras exigências e aos desafiadores silêncios da vida acadêmica. Cada conversa na biblioteca, cada troca de textos, cada reflexão construída coletivamente ajudou a sustentar este percurso, tornando-o menos solitário e intelectualmente mais fértil. A presença de vocês deu sentido e me fortaleceu neste processo. Registro também meu agradecimento especial à Maria, da @arte_de_Maria, que, com sensibilidade, traduziu visualmente este trabalho com a produção da capa.

Resumo

Esta tese investiga a presença, as trajetórias e as estratégias de atuação das mulheres negras no Congresso Nacional brasileiro, desde a redemocratização até 2025. Partindo de uma perspectiva interseccional que articula raça, gênero, geração e classe, o estudo analisa os caminhos de acesso ao mandato, os obstáculos enfrentados e as formas de resistência e agência política construídas por essas parlamentares em um espaço historicamente dominado por elites brancas e masculinas. A pesquisa contribui para repensar os limites e as potencialidades da democracia brasileira ao demonstrar que a presença dessas mulheres tensiona as estruturas excludentes do sistema político e introduz na agenda legislativa perspectivas até então marginalizadas, como os debates sobre as violências de gênero e raça, demandas pela ampliação de direitos e por políticas de reparação. O trabalho é estruturado em três eixos metodológicos complementares. O primeiro consiste na reconstrução histórica da presença política de mulheres negras ao longo do século XX, com ênfase na trajetória de Benedita da Silva como figura de transição para a política institucional contemporânea. O segundo eixo é o mapeamento das 62 parlamentares negras, autodeclaradas e heteroidentificadas, que exerceram mandatos entre 1991 e 2025, com análise de seus perfis biográficos, formação e inserção política. O terceiro eixo compreende a realização de entrevistas semiestruturadas com sete parlamentares: as Deputadas Federais Benedita da Silva (PT/RJ), Carol Dartora (PT/PR), Dandara Tonantzin (PT/MG), Erika Hilton (PSOL/SP), Tia Eron (PRB/BA) e Silvia Cristina (PP/RO), além da Senadora da República Eliziane Gama (PSD/MA). As entrevistas aprofundam a compreensão sobre os percursos de acesso ao mandato, as experiências de violência política e as estratégias desenvolvidas durante o exercício dos mandatos. Os resultados do mapeamento indicam que as parlamentares negras seguem rotas de acesso não tradicionais, ancoradas em movimentos sociais, experiências comunitárias, religiosas e sindicais, com a educação como eixo central de mobilidade social e engajamento político. Identificam-se padrões recorrentes em suas trajetórias: origens populares, formações predominantemente nas áreas de Comunicação, Direito e Pedagogia e atuação prévia em legislativos locais. A maioria exerce apenas um mandato, o que revela barreiras à consolidação de carreiras políticas duradouras. Os dados das entrevistas, por sua vez, evidenciam o enfrentamento cotidiano da violência política de gênero e raça, assim como a elaboração de estratégias de resistência por meio de alianças coletivas, atuação em frentes parlamentares e mobilização de redes territoriais. Entre as gerações analisadas, destaca-se a emergência de um novo grupo de lideranças que chegam ao Parlamento com um discurso marcadamente interseccional e com projetos explícitos de transformação institucional. A análise demonstra que, embora ainda minoritária, a presença das mulheres negras no Legislativo Federal articula de forma indissociável as dimensões descritiva e substantiva da representação política, ampliando o horizonte temático da agenda legislativa e tornando-a mais sensível às realidades de populações historicamente marginalizadas. Conclui-se que a presença e a atuação dessas parlamentares são fundamentais para a vitalidade democrática, na medida em que desafiam hierarquias de raça e gênero enraizadas no Parlamento Federal e reivindicam uma representação política que incorpore, de fato, a pluralidade de vozes, experiências e saberes da sociedade brasileira. A tese contribui para os campos da Sociologia Política e dos estudos de gênero e raça ao oferecer uma sistematização sobre a presença de mulheres negras no Parlamento Federal e ao propor uma leitura interseccional e situada da representação política.

Palavras-chave: mulheres negras; interseccionalidade; representação política; Congresso Nacional; democracia; feminismo negro.

Abstract

This thesis examines the presence, trajectories, and political strategies of Black women in the Brazilian National Congress from the country's redemocratization to 2025. Drawing on an intersectional perspective that articulates race, gender, generation, and class, the study analyzes the pathways through which Black women gain access to political office, the obstacles they face, and the forms of resistance and political agency they construct within a space historically dominated by white male elites. The research contributes to rethinking the limits and possibilities of Brazilian democracy by demonstrating that the presence of Black women parliamentarians challenges the exclusionary structures of the political system and introduces into the legislative agenda perspectives that have historically been marginalized, particularly debates surrounding racialized and gendered violence, demands for the expansion of rights, and policies of reparation. The thesis is structured around three complementary methodological axes. The first consists of a historical reconstruction of the political presence of Black women throughout the twentieth century, with particular emphasis on the trajectory of Benedita da Silva as a transitional figure in the consolidation of contemporary institutional politics. The second axis involves the mapping of 62 Black women parliamentarians — both self-identified and hetero-identified as Black — who served in the National Congress between 1991 and 2025, including an analysis of their biographical profiles, educational backgrounds, and political trajectories. The third axis comprises semi-structured interviews with seven parliamentarians: Federal Deputies Benedita da Silva (PT/RJ), Carol Dartora (PT/PR), Dandara Tonantzin (PT/MG), Erika Hilton (PSOL/SP), Tia Eron (PRB/BA), and Silvia Cristina (PP/RO), as well as Senator Eliziane Gama (PSD/MA). These interviews deepen the understanding of their pathways to office, their experiences with political violence, and the strategies they developed throughout their parliamentary careers. The findings indicate that Black women parliamentarians continue to access political office through nontraditional routes anchored in social movements, community activism, religious organizations, and labor movements, with education functioning as a central mechanism of social mobility and political engagement. Recurring patterns emerge across their trajectories, including working-class origins, educational backgrounds concentrated in Communication, Law, and Education, and prior experience in local legislative institutions. Most of these parliamentarians serve only a single term, revealing persistent barriers to the consolidation of long-term political careers. The interview data further highlight the everyday experience of racialized and gendered political violence, as well as the development of strategies of resistance through collective alliances, parliamentary caucuses, and territorial networks. Across the generations analyzed, the emergence of a new group of political leaders is particularly notable, characterized by explicitly intersectional discourses and institutional transformation projects. The analysis demonstrates that, although Black women remain underrepresented in the Federal Legislature, their presence articulates the descriptive and substantive dimensions of political representation in inseparable ways, broadening the thematic horizons of the legislative agenda and making it more responsive to historically marginalized populations. The thesis contributes to the fields of Political Sociology and gender and race studies by offering a systematic analysis of the presence of Black women in the Brazilian National Congress and by proposing an intersectional and situated interpretation of political representation in Brazil.

Keywords: Black women; Political representation; Intersectionality; National Congress; Brazilian democracy; Political violence; Gender and race; Political trajectories.

Lista de Imagens

Imagem 1 – Almerinda Farias Gama.....	57
Imagem 2 – Antonieta de Barros	58
Imagem 3 – Laudelina de Campos Mello	59
Imagem 4 – Grupo Rosas Negras	61
Imagem 5 – Sofia de Campos Teixeira.....	63
Imagem 6 – Maria Lourdes Vale Nascimento	64
Imagem 7 – Benedita da Silva, Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento	73
Imagem 8 – Parlamentares Negras na Constituinte de 1988.....	75
Imagem 9 – Encontro A Mulher e a Constituição.....	75
Imagem 10 – Panfleto de Benedita da Silva, candidata a vereadora.....	80

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Mulheres Eleitas para o Congresso Nacional (1945 – 2023)	55
Tabela 2 – Quantidade de Senadoras por Legislatura	107
Tabela 3 – Senadoras da República Negras	108
Tabela 4 – Faixa etária das parlamentares negras no 1º mandato	117
Tabela 5 – Cargo Público ocupado antes do mandato	127
Tabela 6 – Espectro ideológico dos partidos políticos.....	136
Tabela 7 – Partidos políticos das parlamentares negras em 2019	138
Tabela 8 – Gerações de parlamentares negras no Brasil.....	143
Tabela 9 – Experiências associativas de parlamentares negras.....	156
Tabela 10 - Estratégias de atuação parlamentar.....	210
Tabela 11 – Parlamentares Federais Negras (1991 – 2025).....	230
Tabela 12 – Partidos Políticos e espectros ideológicos.....	233

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Quantidade de parlamentares negras por Legislatura (1991-2023)	104
Gráfico 3 – Quantidade de parlamentares negras por Região	110
Gráfico 4 – Nível de Escolaridade das parlamentares negras	122
Gráfico 5 – Percentual de mulheres eleitoras/candidatas/eleitas (TSE)	132
Gráfico 6 – Quantidade de eleitas negras por partido políticos	135

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PERCURSO	
METODOLÓGICO.....	22
CAPÍTULO 1 – Interseccionalidade e Representação Política: articulando raça, gênero e política.....	30
1.1 – Interseccionalidade.....	32
1.2 – Representação Política	40
1.3 Mulheres Negras no Congresso Nacional	48
CAPÍTULO 2 – Mulheres Negras na política do século XX.....	52
2.1 – Da exclusão ao pioneirismo (início do século XX)	53
2.2 – Movimento negro e mulheres negras no espaço público (1930-1960).....	56
2.3 – Ditadura Militar e rearticulação dos movimentos sociais	64
2.4 – Redemocratização e movimento de mulheres negras	68
2.5 – A Legisladora Benedita da Silva: um elo entre o sec. XX e o sec. XXI... 74	
2.5.1 – Da origem comunitária à política institucional	76
2.5.2 – Primeiros mandatos parlamentares: Da câmara dos vereadores à Constituinte	81
2.5.3 – A Senadora e a voz contra o racismo.....	86
2.5.4 – O retorno ao Congresso Nacional: novos marcos legislativos e resiliência eleitoral	90
2.5.5 – O Legado e os desafios contemporâneos	96
2.6 – Conclusão- Vozes insurgentes: Mulheres negras na política do sec. XX	99
CAPÍTULO 3 – As parlamentares Federais Negras: desvendando os perfis e os caminhos de acesso ao Congresso Nacional	101
3.1 – Quem são as parlamentares federais negras desde a redemocratização?.	102
3.2 - Características biográficas das parlamentares federais.....	110

3.2.1 – Distribuição regional e território.....	110
3.2.2 – Faixa etária e gerações.....	116
3.2.3 – Escolaridade e profissão.....	120
3.2.4 – Parentesco e participação política.....	124
3.3 - Caminhos de acesso e permanência na política institucional	
3.3.1 – Experiências políticas anteriores.....	126
3.3.2 – Experiências associativas e socialização política.....	128
3.3.3 – Partidos Políticos e Espectros ideológicos.....	129
3.4 – Conclusão – Perfis, Trajetórias e Barreiras de acesso ao Poder.....	140

CAPÍTULO 4 – Trajetórias políticas: obstáculos enfrentados e estratégias desenvolvidas pelas parlamentares federais negras..... 144

4.1 – Caminhos até o Congresso Nacional	
4.1.1 – Experiências educacionais e profissionais	146
4.1.2 – Experiências familiares e associativas	154
4.1.3 – Partidos Políticos e Campanhas Eleitorais	162
4.1.4 – Síntese dos caminhos trilhados pelas entrevistadas até o Legislativo	
Federal	174
4.2 – O exercício dos mandatos parlamentares	176
4.2.1 – Violência Política de Gênero e Raça	177
4.2.2 – Outros obstáculos e desafios para o exercício dos mandatos.....	189
4.2.3 – Estratégias de atuação parlamentar, agência política e representação	
substantiva	196
4.3 – Conclusão – As trajetórias políticas das parlamentares federais negras.....	211

À GUIA DE CONCLUSÃO..... 218

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 226

ANEXOS

Anexo 1 – Tabela 1: Parlamentares Federais Negras (1991 – 2025)	233
Anexo 2 – Tabela 2: Partidos Políticos e espectros ideológicos.....	236
Anexo 3 – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	237
Anexo 4 – Roteiro das entrevistas	238
Anexo 5 – Informações sobre a realização das entrevistas.....	240

INTRODUÇÃO

Esta tese é resultado dos estudos desenvolvidos ao longo do doutoramento iniciado em 2020. A constatação de lacunas teóricas e empíricas nos estudos sobre raça, gênero e representação política, especialmente no interior do Poder Legislativo Federal no Brasil, motivou o esforço de compreender de que modo eixos de opressão e desigualdade se articulam na estrutura do poder político, espaço historicamente dominado pela hegemonia masculina, branca e elitizada. Ao longo dos anos, na medida em que meus estudos avançaram, este trabalho foi se consolidando com o ideal de ser uma contribuição para o debate contemporâneo sobre quem pode disputar, ocupar e exercer plenamente mandatos nos espaços institucionais de poder.

Assim, esta tese nasce com o propósito de contribuir com uma discussão sistemática sobre a presença de mulheres negras no Congresso Nacional, examinando suas trajetórias de vida, os percursos que as levaram ao parlamento federal, os desafios enfrentados no exercício do mandato parlamentar, bem como suas estratégias de permanência e atuação política. Trata-se de um estudo que busca integrar análise teórica e empírica, apoiando-se nas teorias sobre representação política mediadas pela ótica do feminismo negro, e ancorado em dados oficiais sobre o legislativo brasileiro e em entrevistas semiestruturadas com parlamentares federais.

Tal esforço busca compreender as formas como mulheres negras parlamentares federais ingressaram no sistema político, como suas atuações tensionam e fissuram estruturas racistas e patriarcais da política brasileira, e como sua resistência alarga os limites da democracia representativa no país. Desse modo, ao reunir análise histórica, mapeamento empírico e narrativas de mulheres negras parlamentares, esta tese tem o intuito de contribuir para uma discussão sistemática sobre a presença e a atuação dessas mulheres no Legislativo Federal brasileiro.

O Congresso Nacional tem sido amplamente estudado sob a ótica de sua produção normativa, das regras institucionais que regulam seu funcionamento e da composição de suas elites políticas. Entretanto, o estudo sobre mulheres negras nesse espaço são raros nas produções especializadas, sendo um tema que figura à margem deste campo de estudos já consolidado.

Embora exista uma produção robusta sobre gênero e política no Brasil, e, mais recentemente, uma literatura crescente sobre mulheres negras em cargos eletivos, este ainda é um campo emergente e com lacunas importantes a serem investigadas. Nesse cenário, ainda mais crítica é a situação nos estudos sobre raça e política: nas Ciências Sociais brasileiras, em especial na Sociologia e na Ciência Política, a dimensão racial tem ocupado um lugar periférico, apesar de ser categoria analítica essencial para os debates sobre democracia e representação. Há um esforço real empreendido recentemente por pesquisadores de diferentes instituições, com os quais esta tese se propõe a dialogar.

Pesquisas clássicas sobre representação feminina no Legislativo evidenciam as barreiras estruturais do sistema político, mas raramente tratam de modo aprofundado das especificidades da experiência de mulheres negras, para quem a exclusão política é um produto interseccional do racismo e do sexismo. Estudos mais recentes, influenciados pelo feminismo negro, começam a corrigir essa lacuna, reconhecendo a raça como eixo estruturante da desigualdade política.

É nesse hiato analítico e nesse ponto de inflexão teórica que esta pesquisa se insere. Seu objetivo é deslocar o centro do debate: em vez de tratar a raça e o gênero como variáveis isoladas ou adicionais, propõe-se radicalizar a perspectiva interseccional como ferramenta central para analisar a representação política e a composição dos espaços de poder, com foco no Congresso Nacional. Trata-se, portanto, não apenas de incluir mulheres negras no estudo da representação, mas de buscar pensar as próprias teorias da representação e da democracia a partir de seus lugares, trajetórias e exclusões.

Nesse cenário, a presença de mulheres negras em espaços formais de poder emerge como um indicador privilegiado para compreender tanto os limites quanto as possibilidades de aprofundamento democrático no país. A política institucional produz e reproduz desigualdades estruturais que podem ser observadas, por exemplo, na sub-representação sistemática de grupos historicamente marginalizados. Entre esses grupos, as mulheres negras compõem o segmento mais numeroso da população brasileira, mas permanecem um dos menos visíveis nas instâncias decisórias, especialmente no Congresso Nacional. A discrepância entre composição da sociedade e composição do Legislativo brasileiro sinaliza não apenas um déficit democrático, mas também uma profunda dissonância entre os sujeitos afetados pelas políticas públicas e aqueles que efetivamente as formulam.

Nesse sentido, a presença e a atuação das mulheres negras no Congresso Nacional são analisadas para além do dado quantitativo como um fenômeno político de alta relevância simbólica e institucional, capaz de tensionar as estruturas excludentes do sistema político e introduzir novas pautas e perspectivas no debate legislativo. Observar as experiências de mulheres negras que, apesar das inúmeras barreiras, alcançaram o Congresso Nacional, permite iluminar processos de resistência, agência e reconfiguração do *fazer* político.

O conceito da interseccionalidade trabalhado ao longo de toda a Tese é importante, pois propicia uma análise sobre como os marcadores sociais de raça, gênero e classe operam de forma simultânea na constituição das experiências de exclusão política e de resistência das mulheres negras. Essa abordagem, então, não se limita à denúncia das desigualdades e opressões históricas que atravessam a política institucional, mas também busca evidenciar a agência e a criatividade política que emergem das trajetórias dessas mulheres. Desse modo, o uso do conceito oferece uma lente para analisar as barreiras adicionais enfrentadas por mulheres negras na política institucional, desde a violência política de gênero e raça até a deslegitimação simbólica de seus saberes, e para compreender a singularidade de suas contribuições para o debate legislativo e democrático.

Ao articular essa perspectiva às teorias da representação política – em especial às reflexões de Hanna Pitkin, Anne Phillips e Iris Marion Young –, esta tese propõe uma abordagem interseccional que se alinha às críticas contemporâneas ao modelo tradicional, o qual costuma hierarquizar a representação substantiva em detrimento da representação descritiva. A tese argumenta que, no caso das mulheres negras, tal separação teórica se revela um artifício abstrato que desconsidera a realidade concreta da exclusão. As duas dimensões, descritiva e substantiva, estão profundamente entrelaçadas.

A presença física dessas parlamentares no Congresso já constitui um ato político em si, como ficou evidenciado pelas entrevistas realizadas para esta pesquisa, nas quais elas relataram que há um constante estranhamento em relação aos seus corpos naquele espaço, além de frequentes situações de não reconhecimento ou deslegitimação como representantes eleitas. Ou seja, o corpo da parlamentar negra carrega e ativa signos e significados profundamente arraigados na cultura e na estrutura social brasileira. Há um déficit democrático, notável pelo fato de que o corpo racializado e feminino ainda é percebido como um elemento dissonante, aquele que não deveria participar dos espaços

de poder. Portanto, é a presença (representação descritiva) delas que grita: Quem pode tomar as decisões políticas? Quem é legitimado para ocupar o poder?

Paralelamente, os achados da pesquisa demonstram como essa presença gera uma atuação substantiva. Por serem quem são, elas corporificam perspectivas e vivências que informam diretamente sua produção legislativa, a priorização de suas pautas e suas estratégias de atuação. Ou seja, seus interesses, ideias e valores são inseparáveis das experiências de vida como mulheres negras. Assim, na interseção entre a presença e a ação identificamos que as parlamentares negras têm sido agentes que trabalham para ampliar os horizontes da democracia.

No Brasil, a luta das mulheres por participação política é marcada por longos processos de exclusão. O sufrágio feminino, conquistado no início do século XX, alcançou de modo desigual às mulheres negras, que permaneceram por décadas alijadas dos direitos políticos básicos. Como assinala Tabak (2002), a ausência de mulheres nos espaços de decisão resultou na invisibilidade de problemas fundamentais:

“(...) muitos problemas relevantes para elas deixaram de ser incluídos na agenda política, não tinham visibilidade social, não recebiam nenhuma atenção dos legisladores ou, quando recebiam, era para rejeitar uma proposição que poderia fazer avançar o status da mulher ou melhorar o nível de qualidade de sua vida” (TABAK, 2002, p. 102).

Ainda segundo a autora, há evidência empírica suficiente de que a presença feminina nas casas legislativas faz diferença, o número de mulheres eleitas está diretamente relacionado à formulação de políticas voltadas para as demandas das mulheres (TABAK, 2002, p. 103). Contudo, como ressalta Biroli (2018), a presença de mulheres na vida pública continua submetida a *filtros* simbólicos e materiais vinculados à persistência de papéis de gênero.

As responsabilidades atribuídas à esfera privada e a construção de sentidos do feminino ainda restringem as possibilidades de atuação na esfera pública, revelando que *“a vida doméstica, em um conjunto diferenciado de práticas que se estende da divisão sexual do trabalho à economia política dos afetos [...] é desconsiderada como um fator que define as possibilidades de atuação na vida pública”* (BIROLI, 2018, p. 11). Assim, a sub-representação feminina e, mais ainda, a sub-representação das mulheres negras não pode ser explicada sem uma crítica às dinâmicas cotidianas e às estruturas sociopolíticas que sustentam a exclusão.

Apesar da ampliação dos mecanismos institucionais de inclusão política — como cotas partidárias de gênero, incentivos de financiamento eleitoral para mulheres e pessoas negras e das novas agendas públicas voltadas para igualdade racial e de gênero — a sub-representação de mulheres negras no Congresso Nacional permanece como uma das mais evidentes expressões da desigualdade política. Nesse contexto, esta pesquisa realizou, por um lado, um esforço de reconstrução histórica e sociológica da presença de mulheres negras na política institucional no país e, por outro, uma análise empírica de suas trajetórias e do fazer político das parlamentares negras. Desde 1991, apenas 62 mulheres negras foram eleitas para a Câmara dos Deputados e/ou o Senado Federal, esse número, embora crescente, evidencia o abismo entre a composição sociodemográfica do país e sua representação política.

O problema que mobiliza esta tese não é apenas quantitativo, mas sobretudo qualitativo. Os achados demonstraram que, ao ingressarem no Legislativo federal, mulheres negras seguem submetidas às assimetrias estruturais do sistema político, uma vez que suas trajetórias e práticas se desenvolvem em meio às tensões persistentes entre a lógica racializada e generificada das instituições e a construção de agendas substantivamente transformadoras. Essa problemática desdobra-se na análise dos mecanismos de exclusão que marcam o percurso das mulheres negras rumo ao Parlamento; na investigação de como raça, gênero e classe estruturam suas formas de ingresso, permanência e atuação; na compreensão das estratégias específicas de agência e enfrentamento da violência política por elas construídas; e na identificação das práticas, agendas e repertórios de ação que emergem de seus mandatos.

Diante disso, o objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar as trajetórias, o perfil sociopolítico e a atuação parlamentar das mulheres negras eleitas para o Congresso Nacional entre 1991 e 2025, com vistas a compreender as barreiras estruturais que condicionam sua inserção e permanência, bem como as estratégias e formas de agência por elas mobilizadas. Como desdobramento do objetivo geral a pesquisa propôs os seguintes objetivos específicos:

1. Mapear todas as mulheres negras eleitas para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal desde 1991, elaborando um perfil sociobiográfico sistematizado.
2. Investigar suas trajetórias de vida, rotas de entrada na política institucional e experiências educacionais e profissionais.

3. Analisar como experiências de discriminação racial e de gênero atravessam suas carreiras políticas.
4. Examinar as práticas, estratégias, agendas legislativas e formas de atuação parlamentar, identificando tensões e limites que emergem de sua presença no Legislativo federal.

A tese está organizada em quatro capítulos que se articulam de forma complementar, combinando reflexão teórica, reconstrução histórica e análise empírica. O **Capítulo 1, *Interseccionalidade e representação política: articulando raça, gênero e política***, apresenta o referencial teórico central da pesquisa, revisitando as formulações clássicas sobre as teorias da representação política, em diálogo com as contribuições do feminismo negro. Nele, a interseccionalidade é introduzida como ferramenta teórico-metodológica indispensável para compreender como os marcadores de raça, gênero e classe estruturam as desigualdades de acesso ao poder e o reconhecimento dos sujeitos políticos. Argumenta-se que a representação política deve ser pensada também como um campo de disputas simbólicas e materiais sobre quem tem o direito de ocupar os espaços de tomada de decisão. O ideal democrático foi construído sobre uma universalidade excludente que historicamente silencia e invisibiliza mulheres e pessoas negras, sendo assim pensar a ampliação da democracia brasileira requer dar centralidade ao debate sobre quem são os sujeitos que compõe e fazem as instituições.

Com base nesse referencial, o **Capítulo 2, *Histórico da presença política de mulheres negras no Brasil***, realiza um esforço de reconstrução histórica e sociológica da presença dessas mulheres na vida pública nacional. O capítulo recupera as experiências de organização e mobilização política ao longo do século XX, mostrando que mulheres negras foram atuantes em várias discussões políticas por cidadania no Brasil. Ao longo desse percurso, são destacadas figuras emblemáticas como Antonieta de Barros, Almerinda Farias Gama, Sofia de Campos Teixeira, Laudelina de Campos Mello, Maria Lourdes Vale Nascimento, Lélia Gonzalez e Benedita da Silva, cujas trajetórias revelam a articulação entre ativismo comunitário e a militância política. A análise demonstra que a inserção de mulheres negras na política institucional foi antecedida por um intenso trabalho de movimentos sociais, associações e espaços comunitários, que funcionaram como verdadeiras escolas de formação política.

A reconstrução histórica da presença política de mulheres negras ao longo do século XX culmina na trajetória de Benedita da Silva como figura

paradigmática e elo de transição entre as insurgências do passado e a política institucional contemporânea. Este percurso demonstra como a luta por voz e representação foi gestada coletivamente e experimentada por trajetórias pioneiras do século XX, o que pavimentou os caminhos para a entrada no Parlamento Federal. A atuação de Benedita da Silva como constituinte e como figura pública inaugurou uma nova etapa de representação política negra e feminina, marcou a transição entre as vozes pioneiras do século passado e as novas gerações de parlamentares que hoje tensionam as estruturas do poder.

O **Capítulo 3**, *As parlamentares federais negras: desvendando os perfis biográficos e os caminhos de acesso ao Congresso Nacional*, aprofunda o olhar empírico e apresenta o mapeamento inédito de 62 parlamentares negras eleitas entre 1991 e 2025, construído a partir do cruzamento de dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Esse levantamento é uma das contribuições da pesquisa, ao sistematizar informações biográficas, educacionais, profissionais e políticas sobre as mulheres negras que ocuparam assentos no Legislativo Federal desde a redemocratização. A análise desses dados permite identificar alguns padrões nas trajetórias, como as origens populares, a valorização da educação como via de mobilidade social e a centralidade dos vínculos comunitários e religiosos na construção da legitimidade política.

Esse capítulo evidencia também as barreiras persistentes à consolidação de carreiras políticas duradouras: a maioria das parlamentares exerceu apenas um mandato, revelando os limites estruturais da representação de mulheres negras em um sistema político ainda marcado por desigualdades raciais, de gênero e de classe. Ao mesmo tempo, observa-se a emergência de uma geração de novas lideranças negras que incorporam explicitamente o discurso interseccional em suas agendas, ampliando o repertório político e introduzindo pautas que atravessam justiça racial, igualdade de gênero, combate à violência e políticas de inclusão social.

Por fim, o **Capítulo 4**, *Trajetórias, Obstáculos e Estratégias das Parlamentares Negras no Congresso Nacional*, reúne as análises qualitativas das entrevistas realizadas com sete parlamentares negras — Benedita da Silva (PT/RJ), Carol Dartora (PT/PR), Dandara Tonantzin (PT/MG), Erika Hilton (PSOL/SP), Eliziane Gama (PSD/MA), Tia Eron (PRB/BA) e Silvia Cristina (PP/RO) —, destacando suas experiências no caminho até a chegada ao Congresso Nacional e no exercício dos mandatos como parlamentares federais. As narrativas dessas mulheres constituem um material analítico denso, que

permite compreender como elas construíram trajetórias de ingresso, permanência e atuação em um espaço político historicamente excludente.

Esse capítulo debate os efeitos da violência política de gênero e raça e as estratégias desenvolvidas para enfrentá-las, seja por meio de alianças coletivas, da atuação em frentes parlamentares ou da mobilização de redes sociais e territoriais. As entrevistas mostram que essas mulheres elaboram uma prática política situada, que combina estratégia e afeto. Elas traduzem na sua atuação legislativa as experiências e saberes acumulados em suas trajetórias de vida. O exercício de seus mandatos são processos de resistência e de criação, as parlamentares negras produzem de modo a refletir quem são e de onde falam, convertendo suas experiências em instrumentos de transformação institucional.

Sendo assim, destaco pelo menos três contribuições importantes deste trabalho ao campo de estudos sobre raça, gênero e representação política: a primeira é do ponto de vista empírico com a construção de um banco de dados que identifica perfis, padrões e trajetórias das 62 mulheres negras eleitas 1991 – 2025; a segunda reside na articulação entre interseccionalidade e representação política que acredito ser um movimento teórico-metodológico relevante para se analisar o Legislativo brasileiro; e a terceira está relacionada aos achados e as análises das entrevistas que buscaram evidenciar a agência política das parlamentares a partir da análise de seus repertórios de ação e estratégias.

Os resultados desta investigação revelam a existência de padrões recorrentes nas trajetórias de mulheres negras eleitas para o Congresso Nacional desde a redemocratização. Observa-se que a maioria das parlamentares tem origens populares e a passagem por espaços religiosos, sindicais, comunitários e movimentos sociais aparece como um marco comum de formação política e de aprendizado sobre mobilização coletiva, indicando que o acesso à política institucional não é um ponto de chegada de percursos longos e coletivamente sustentados. A análise também evidencia a fragilidade das estruturas partidárias como canais de inclusão e permanência: os partidos se revelam mais como instrumentos pragmáticos de acesso ao poder do que como espaços de acolhimento e fortalecimento de carreiras políticas. Mesmo em meio a essas barreiras, as parlamentares negras constroem estratégias de visibilidade e mobilizam alianças que lhes permitem disputar reconhecimento e tensionar as dinâmicas do campo político.

Em síntese, esta tese parte da premissa de que investigar a presença e a atuação das mulheres negras no Congresso Nacional fornece um ponto de observação privilegiado para reavaliar criticamente as teorias da representação política e os desafios da democracia brasileira. O trabalho buscou reconstituir as trajetórias, os perfis e as experiências dessas parlamentares desde a redemocratização, com a interseccionalidade sendo a lente analítica, demonstrando como a vivência simultânea do racismo e do sexismo influencia a atuação parlamentar delas. Dessa forma, os resultados aqui apresentados sustentam a tese de que as mulheres negras parlamentares federais tensionam as estruturas de poder e são agentes cruciais para o aprimoramento da democracia brasileira.

PERCURSO METODOLÓGICO

A investigação que deu origem a esta Tese pautou-se em uma abordagem metodológica mista, que buscou combinar técnicas qualitativas e quantitativas para análise mais aprofundada do problema. A metodologia foi estruturada pensando em abarcar os três eixos de interesse do trabalho: 1) uma análise historiográfica sobre a presença das mulheres negras na política institucional ao longo do século XX; 2) a construção de um banco de dados sobre as parlamentares negras federais nas últimas três décadas; e 3) a escuta e análise qualitativa de entrevistas realizadas com parlamentares federais negras.

É indispensável afirmar também, desde o início, que eu mulher negra pesquisadora me reconheço como parte implicada neste campo de pesquisa. Ancorada pela teoria feminista negra entendo que essa posicionalidade enriquece minha capacidade analítica, assim como foi importante para o acesso e a receptividade das entrevistadas. Nessa parte sobre o percurso metodológico em específico, peço licença para escrever em primeira pessoa, para contar o processo metodológico e técnico de construção deste trabalho.

1. Revisão Teórica e Reconstrução Histórica: Fundamentos da pesquisa

Para fundamentar as reflexões e análises que viriam com os dados empíricos decidi inicialmente dedicar-me à revisão de literatura, buscando ambientar os conceitos centrais que orientam a tese. No âmbito da representação política, debrucei-me sobre as formulações clássicas de Hanna Pitkin, bem como sobre os desdobramentos críticos propostos por Anne Phillips e Iris Marion Young, refletindo sobre os limites e as possibilidades dos modelos descritivo e substantivo quando aplicados a sujeitos historicamente excluídos. Também recorri às análises produzidas por Luis Felipe Miguel e Teresa Sacchet sobre as teorias da democracia e representação política para facilitar minha compreensão sobre os temas e para trazer discussões que dialoguem também com a realidade brasileira.

Paralelamente, mergulhei no conceito de interseccionalidade, rastreando sua gênese no trabalho de Kimberlé Crenshaw e desenvolvimento na obra de Patrícia Hill Collins, interessou-me crucialmente compreender e conectar tais teorias a produção de intelectuais brasileiras como Lélia Gonzalez e Luiza Bairros. Este duplo movimento teórico permitiu não apenas compreender o cerne dos debates, mas também adaptar e ancorar essas

ferramentas conceituais na realidade sociopolítica brasileira. Um dos grandes desafios deste trabalho consistiu em promover um diálogo mais aprofundado em relação a essas duas grandes áreas teóricas, neste primeiro momento e ao longo da Tese fui buscando costurar de modo mais analítico como as lentes da interseccionalidade podem contribuir para as reflexões sobre representação política e democracia.

Este arcabouço teórico pauta as discussões realizadas em toda Tese. A partir dele, fiz um segundo movimento que foi buscar recontar a história de mulheres negras na política institucional do século XX. Muito longe de ser um trabalho que foi capaz de fazer isso de modo minucioso, aqui o que busquei foi construir uma forma de olhar para a política do século XX e enxergar que também existiram mulheres negras ali atuantes fosse nos movimentos sociais, fosse na política partidária, como candidatas e eleitas. Para tanto a pesquisa foi realizada a partir de fontes secundárias diversas - teses, livros, artigos, fragmentos de jornais – que me mostraram como se fosse uma montagem de quebra-cabeças que as mulheres negras estavam presentes e participativas na política. Foi um processo de descoberta, no qual fui encontrando fragmentos de histórias de vida e de atuação política que raramente compõem os achados das pesquisas sobre política no Brasil.

Dentro deste esforço, o aprofundamento na história de Deputada Benedita da Silva assume um papel central. Foi surpreendente e revelador constatar a escassez de produções acadêmicas sistemáticas sobre a vida e a obra política dessa figura tão fundamental. Além da Tese e de artigos lidos para produção desta etapa do trabalho, algumas fontes de dados primários foram essenciais para o processo, a saber: o próprio site de Benedita da Silva que contém uma série de documentos e relatórios sobre sua atuação parlamentar e os discursos, pareceres e relatórios do Senado Federal e da Câmara dos Deputados que também subsidiaram de modo importante este trabalho. Acredito que a forma como organizei as informações dispersas e narrei sua trajetória como legisladora é uma contribuição para este campo de pesquisa. Entendi que Benedita da Silva precisava ser analisada não como um ponto de partida para mulheres negras na política, mas como um elo histórico que herda o legado das lutas do século XX, alcança um espaço inédito do Congresso Nacional e, ao longo de quatro décadas de vida pública, abre caminhos para as gerações que a sucederam.

2. Mapeamento Empírico: A Construção do Banco de Dados e as análises

O segundo eixo consistiu na construção de um levantamento empírico inédito: o mapeamento das mulheres negras que exerceram mandato na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal entre 1991 e 2025, totalizando 62 parlamentares federais. Esta etapa, que constitui uma das principais contribuições materiais da tese, demandou um cuidadoso e complexo processo de heteroidentificação racial, dada a ausência de dados oficiais sistematizados para a maior parte do período.

Para as legislaturas de 1991 a 2013, foi necessário realizar um procedimento de heteroidentificação, uma vez que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) só passou a coletar a declaração de cor/raça dos candidatos em 2014. O processo seguiu as etapas que conto a seguir. Primeiro, identifiquei todas as mulheres que exerceram mandatos no período, eliminando duplicatas por reeleição. Em seguida, elaborei um formulário online contendo as fotografias oficiais de cada uma, obtidas preferencialmente nos sites da Câmara e do Senado. Quando a qualidade era insuficiente, recorri a imagens da internet que permitissem uma visão nítida do rosto, de frente e com boa iluminação, buscando minimizar as limitações inerentes ao uso de fotografia.

Para realizar o procedimento de heteroidentificação, convidei cinco pessoas com experiências anteriores em processos de heteroidentificação e busquei uma diversidade na composição desse grupo. Foram convidados dois homens (um branco e um negro) e três mulheres (duas negras e uma branca). A composição diversa favoreceu que as análises sejam realizadas a partir de um olhar social mais abrangente sobre as características fenotípicas das parlamentares. As análises ocorreram virtualmente no ano de 2024.

Os convidados para realizar a heteroidentificação comprometeram-se a basear sua avaliação estritamente na análise fenotípica, atribuindo a cada parlamentar uma das categorias adotadas pelo IBGE: branca, amarela, parda, preta ou indígena. Foi assegurado aos avaliadores o anonimato de suas identidades. Cada participante recebeu o formulário previamente descrito e procedeu à análise individual das parlamentares com base em fotografias. As classificações foram realizadas por cada um isoladamente. Ao final, foram consideradas negras as parlamentares identificadas como pretas ou pardas que obtiveram essa classificação por maioria absoluta dos avaliadores (três ou mais).

Para o período pós-2014, adotei exclusivamente a autodeclaração prestada ao TSE, por entender que este é o mecanismo primordial de identificação étnico-racial conforme as normativas jurídicas atuais, sendo a heteroidentificação um recurso subsidiário. No entanto, a pesquisa não ignorou as complexidades e os problemas conhecidos quando as autodeclarações são utilizadas em políticas de ações afirmativas, problemas que também estão presentes em contextos eleitorais. Para lidar com isso e buscar garantir maior precisão aos dados, recorri ao próprio site do TSE para verificar como as parlamentares autodeclaradas negras haviam se identificado em todas as eleições desde 2014. E ocorreu de algumas delas terem mudado a forma como se identificaram na categoria étnico-racial.

Estabeleci que, nos casos em que uma parlamentar mudou sua autodeclaração de preta ou parda para branca, ela seria excluída da análise, por entender que isso indicava um erro anterior reconhecido e corrigido. Já para aquelas que mudaram de branca para preta ou parda, optei por manter a autodeclaração mais recente, respeitando a forma como a parlamentar reconhece sua identidade racial. De todo esse processo cheguei ao quantitativo de 62 parlamentares federais negras, que estão listadas no ANEXO 1 com a especificação sobre qual foi a forma de identificação racial utilizada para cada uma delas.

Com o universo de 62 parlamentares federais negras delimitado, procedi à sistematização de um amplo conjunto de dados biográficos e políticos, coletados principalmente a partir de fontes oficiais, em especial os portais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; os dados especificamente sobre vínculos familiares, experiências associativas e cargos públicos anteriormente ocupados foram pesquisadas principalmente nos sites e redes sociais das próprias parlamentares, também utilizei de modo complementar notícias veiculadas na internet e em biografias publicadas sobre elas.

Foram sistematizadas no banco de dados informações sobre idade, formação educacional, trajetória profissional, estado de origem e região, filiação partidária, quantidade de mandatos exercidos no Congresso Nacional, experiências associativas, vínculos familiares que importaram para seu ingresso na política e cargos públicos ocupados anteriormente nos municípios ou estados. A análise desses dados, apresentada no Capítulo 3, permite identificar certos padrões e recorrências, assim como permite observar algumas distinções entre as eleitas negras ao longo das últimas décadas.

Necessário reconhecer as limitações do processo que fez a seleção das parlamentares negras analisadas. A primeira delas é que ao reunir formas de identificação étnico racial diferentes (heteroidentificadas e autodeclaradas) o modo de seleção das parlamentares que constariam da pesquisa tem uma diferença importante, entendo que as parlamentares que foram heteroidentificadas passaram por um crivo mais rigoroso em relação a como são vistas socialmente, já para as parlamentares exclusivamente autodeclaradas tiveram a prevalência de sua autopercepção.

Nesse caso, a meu ver há sim no banco de dados parlamentares autodeclaradas negras que a meu ver possivelmente não seriam assim heteroidentificadas, contudo entendi que não caberia à minha pesquisa aprofundar discussões em relação a este ponto. Certamente em outros estudos e publicações pretendo me dedicar especificamente a discussão aprofundada sobre esse aspecto da necessidade de existirem mecanismos subsidiários e complementares a autodeclaração racial nas eleições, principalmente após as medidas recentes de distribuição de recursos para candidaturas negras.

Além desse ponto de sensibilidade, outro ponto em que devo reconhecer limitações no processo de elaboração do banco de dados é que para a maioria das informações coletadas a fonte de fato foram dados oficiais, o que tende a reduzir qualquer tipo de inconsistência, há, contudo, duas informações que foram mais difíceis de serem coletadas, que são: vínculos familiares e experiências associativas. No caso desses dois pontos busquei percorrer o máximo de informações disponibilizadas na internet, como entrevistas, notícias e redes sociais; para as parlamentares mais recentes há muitas informações disponíveis, já para as parlamentares dos anos 1990 e início dos anos 2000 e que já não estão mais na vida pública foi mais difícil localizar as informações.

Como nota-se a construção do banco de dados demandou um esforço significativo e, em certa medida, de natureza artesanal. Alguns dados encontravam-se dispersos, sendo que a reunião e sistematização deles com essa finalidade de observar o grupo de mulheres negras parlamentares federais é uma das importantes contribuições deste trabalho. Ainda que seja de modo inicial e que sejam identificadas algumas lacunas, há a partir desta pesquisa um primeiro passo no sentido de reconhecer mulheres negras no legislativo federal como um grupo de sujeitas que chegam até este espaço enfrentando barreiras históricas e estruturais muito significativas, assim como tem dificuldades em permanecer construindo suas carreiras políticas igualmente por precisarem enfrentar os mesmos obstáculos.

3. A Escuta Sensível: Entrevistas e a Análise das Narrativas

O terceiro eixo, exclusivamente qualitativo, buscou aprofundar a compreensão das experiências vividas no interior do Congresso Nacional por meio de entrevistas semiestruturadas com sete parlamentares negras: Benedita da Silva, Eliziane Gama, Silvia Cristina, Eron Vasconcelos, Erika Hilton, Carol Dartora e Dandara Tonantzin. Este foi, sem dúvida, o componente metodológico mais desafiador e, ao mesmo tempo, mais enriquecedor da pesquisa.

A construção do questionário se baseou na análise de outros trabalhos acadêmicos que também realizaram entrevistas com parlamentares, assim como contou com a revisão atenta do orientador. Por ter consciência em relação às dificuldades do campo, a seleção das entrevistadas ocorreu a partir de uma espécie de funil: priorizei contactar àquelas que estavam em exercício do mandato, em seguida àquelas que exerceram mais do que dois mandatos e já não estavam em exercício, também persegui o objetivo de entrevistar parlamentares de espectros ideológicos e partidários diferentes. Todo esse esforço considerando como importante garantir uma diversidade de percepções coletadas pelas entrevistas.

Os primeiros contatos com as parlamentares foram realizados ainda em 2024, por e-mail e com uma primeira visita aos gabinetes, quando não tive sucesso com os retornos. Já em 2025 busquei ter maior disponibilidade de tempo para contatar e insistir com as assessorias para conseguir as entrevistas. O trabalho de campo se intensificou e começou a ter retornos entre julho e outubro de 2025, mesmo com os obstáculos consideráveis. Ao todo foram contactadas 25 parlamentares, priorizando as em exercício, mas também buscando egressas com atuação destacada.

A realidade da agenda dessas autoridades é intensamente disputada. Lidei com inúmeras não-respostas, cancelamentos, remarcações e um rigoroso filtro imposto pelas assessorias. Aprendi, na prática, que o acesso a esse campo de atores da política institucional demanda muita persistência e, em alguns casos, mediações. Fiz diversas visitas aos gabinetes em Brasília, acompanhei algumas sessões de comissão para tentar o contato inicial com elas e, foi fundamental contar com a intermediação de contatos de

confiança foram estratégicos para a abertura de algumas portas. Embora o critério decisivo tenha sido a abertura e a disponibilidade das parlamentares, a composição final do grupo de entrevistadas foi orientada por uma busca intencional de diversidade. Para enriquecer a análise, selecionei representantes de ambas as casas legislativas, de diferentes partidos, regiões e gerações políticas (de estreantes a veteranas com décadas de experiência), permitindo um rico contraste de trajetórias e perspectivas.

Outro desafio foi a limitação temporal. Meu desejo inicial era por entrevistas com duração de pelo menos uma hora, mas a realidade impôs um tempo médio de 30 minutos por conversa. Isso me obrigou a um exercício de síntese e foco, comprimindo e agrupando as perguntas do roteiro a partir dos seus quatro eixos: (1) Ingresso na política; (2) Desafios e estratégias nas campanhas; (3) Atuação parlamentar; e (4) Ações afirmativas e perspectivas futuras. Tive de adaptar-me dinamicamente a cada interlocutora, priorizando a escuta ativa e o fluxo da conversa em detrimento de esgotar todas as perguntas prévias. Cinco entrevistas foram realizadas presencialmente no Congresso Nacional, e duas (com as Dep. Carol Dartora e Eron Vasconcelos) de forma virtual, sem que a modalidade online tenha prejudicado significativamente a qualidade do intercâmbio.

A literatura já alerta para os riscos inerentes a entrevistas com autoridades políticas: a tendência ao discurso pronto e à autopromoção, e a falta de tempo para reflexões mais profundas. Estes desafios se fizeram presentes, mas as narrativas colhidas foram, ainda assim, extremamente ricas e reveladoras. Importante registrar que todas as entrevistadas me receberam de modo solícito e atencioso, dedicando efetivamente os 30 minutos disponíveis para se concentrar em nosso diálogo. Acredito que o fato de eu ser uma pesquisadora negra facilitou e sensibilizou as interlocutoras, que não raramente afirmavam que há muitos espaços de privilégio e poder ainda pouco acessíveis a mulheres negras e se o parlamento é um desses lugares, fazer um doutorado também é um local difícil para “*nós mulheres negras*”.

Todas as entrevistadas assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em anexo, no qual foram informadas sobre os fins exclusivamente acadêmicos da pesquisa, concordaram com sua identificação nas análises e autorizaram o armazenamento seguro do material por mim, a pesquisadora responsável. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, transcritas com auxílio de *software Turboscribe* e minuciosamente revisadas por mim. Para a categorização que facilitou a análise, utilizei o *software* de análise qualitativa *Taguette*, categorizando os conteúdos e cruzando as

narrativas a partir de uma perspectiva de análise de conteúdo e da análise de discurso. O Capítulo 4 é a materialização desse esforço, buscando tecer uma narrativa coletiva que, a partir das vozes individuais, destaque os padrões compartilhados, as diferenças individuais, as singularidades geracionais e as estratégias de resistência nos processos eleitorais e no parlamento.

Considerações Finais sobre o Percorso Metodológico

A triangulação entre estes três eixos – histórico, quantitativo e qualitativo – confere robustez analítica e profundidade à pesquisa. O diálogo entre o histórico, os dados socio biográficos sistematizados e as narrativas vividas permitem captar a agência delas enquanto sujeitos políticos que a tensionam e reconfiguram esse espaço. O arcabouço teórico e historiográfico forneceu as lentes conceituais para toda a interpretação. O mapeamento quantitativo, por sua vez, ofereceu o panorama geral que direcionou as categorias de análise e a triangulação com as narrativas qualitativas, permitindo conectar padrões estruturais às experiências vividas e aprofundadas nas entrevistas.

Reconheço, por fim, que a riqueza do material coletado, especialmente das entrevistas, extrapola o que pôde ser incluído nesta tese e certamente serão utilizadas em futuras publicações. Entendo que é importante para o futuro ampliar o corpus de entrevistas, eventualmente aplicar questionários do tipo *survey* para todas elas (ou uma amostra representativa), assim como será relevante mergulhar em análises mais tradicionais da produção legislativa dessas mulheres.

Esta tese é a conclusão de um ciclo de cinco anos de investigação e, ao mesmo tempo, o início para trabalhos futuros de o aprofundamento de uma agenda de pesquisa que se mostra urgente e fecunda. Espero que ela efetivamente contribua com discussões políticas contemporâneas assim como cumpra um papel de instigar novos pesquisadores e pesquisadoras.

CAPÍTULO 1

Interseccionalidade e Representação Política: articulando raça, gênero e política

Nas últimas décadas, democracias ocidentais têm enfrentado desafios importantes, evidenciados por sinais de desgaste institucional e enfraquecimento das normas democráticas. Pesquisadores¹ têm analisado os riscos que ameaçam os regimes democráticos contemporâneos, especialmente em contextos de forte polarização política, fragilidade institucional e declínio da confiança nas instituições representativas. Essas tendências, embora se manifestem de formas distintas em diferentes países, também impactaram a América Latina no início do século XXI, sendo que no Brasil esse debate intensificou-se especialmente na última década.

A literatura especializada tem indicado que é cada vez mais comum observar em diversos países líderes políticos eleitos democraticamente que usam das próprias regras democráticas para minar o sistema que os elegeu. Além disso, observa-se que as democracias não necessariamente estão colapsando de modo abrupto com tanques militares nas ruas e a tomada arbitrária do poder, o que parece ocorrer é uma paralisia crônica das instituições, que apesar de permanecerem funcionando formalmente estão cada vez mais esvaziadas de sentido e eficácia frente aos desafios do presente. (RUNCIMAN, 2018)

De acordo com Almeida (2015), na América Latina, a democracia representativa carrega os vícios do período autoritário como a manutenção de relações clientelistas e paternalistas, além de que há baixa institucionalização do Estado na defesa de direitos, o que gera desconfiança dos cidadãos em relação aos representantes. Pesquisas do Latinobarometro² têm indicado que a desconfiança política dos cidadãos e a insatisfação com os resultados do processo político têm gerado o distanciamento e alienação em relação à democracia na região.

Esse é o contexto de discussões que informam a produção desta Tese, observar e analisar os aspectos da atual crise da democracia, especificamente tratando sobre a

² Latinobarômetro é uma pesquisa de opinião pública realizada atualmente em 18 países da América Latina, organizada pela Organização Latinobarômetro que é chilena. A pesquisa busca mensurar as percepções e os comportamentos dos latino-americanos, abordando temas como a confiança nas instituições, a satisfação com a democracia e questões sociais (desemprego, migração e segurança pública, por exemplo). Para mais informações acessar o seguinte link [Latinobarómetro](#)

representação política, é parte dos interesses deste trabalho. A desconexão entre representantes e representados é um problema concreto que mina a legitimidade das decisões políticas, assim como limita a capacidade dos sistemas democráticos de responder de maneira adequada e justa às demandas sociais. Tal problemática nos leva a refletir sobre os evidentes limites das democracias liberais que não têm sido capazes de promover efetiva igualdade política tampouco incluir a diversidade das populações nos processos de tomada de decisão políticos.

O projeto democrático liberal, desde sua origem, foi estruturado com base na exclusão racial e de gênero. Por isso, refletir sobre a vitalidade democrática não pode se limitar ao funcionamento institucional, ao equilíbrio entre os poderes e à estabilidade normativa. Me parece necessário ir a fundo nas análises sobre como desde sua fundação a democracia ocidental excluiu os corpos de mulheres e de pessoas racializadas. Para além de reformas institucionais, o futuro da democracia demanda repensar radicalmente os sujeitos políticos reconhecidos, que efetivamente participam da tomada de decisões e tem seus saberes legitimados ante a política institucional. Por essa perspectiva, o que defendo neste trabalho é que a chamada crise na democracia, especificamente na representação política, não é recente ou conjuntural, mas é constitutiva de um modelo político historicamente excludente, que limita os acessos de grupos subalternizados ao poder de decidir e representar.

É nesse contexto que se insere esta Tese, cuja análise central busca articular uma reflexão sobre raça, gênero e representação política no Brasil. A presença e a atuação política de mulheres negras no parlamento federal ao longo dos últimos 35 anos podem trazer importantes ensinamentos sobre como outras perspectivas sociais se articulam para defender suas demandas em espaços institucionais de representação política. Sendo assim, a discussão proposta parte do pressuposto de que a ampliação e diversificação dos sujeitos políticos presentes nos espaços de poder é fundamental para a vitalidade democracia.

Ao observar as trajetórias e as atuações políticas das parlamentares negras que exercem ou exerceram mandatos no Congresso Nacional entre 1991 e 2025 busca-se captar de modo amplo as correlações entre a interseccionalidade de gênero, raça e classe com o debate atual da representação política. Em outras palavras, o desejo é compreender: como os marcadores de gênero, raça e classe operam nos mandatos das parlamentares federais? Como mulheres negras desenvolvem estratégias para o exercício dos seus

mandatos no Parlamento Federal e trazem suas *perspectivas* para a formulação de políticas públicas e a construção de agendas legislativas?

Para ser capaz de engendrar respostas para os questionamentos que guiam este trabalho é necessário iniciar a tese por uma revisão teórica que seja capaz de abordar e promover um diálogo entre os dois dos principais conceitos que irão guiar as reflexões propostas: interseccionalidade e representação política. Importante destacar que uma das bases teóricas que sustentam toda a produção deste estudo é a Teoria Feminista Negra, uma vez que o conceito de interseccionalidade foi cunhado no contexto de fortalecimento do pensamento feminista negro. Em relação à representação política, interessa a este trabalho refletir especialmente sobre suas dimensões descritiva e substantiva, analisando a presença e a atuação parlamentar das mulheres negras eleitas para o Congresso Nacional nas últimas décadas, visando compreender as contribuições que essas vozes trouxeram ao sistema político brasileiro.

A elaboração de uma argumentação lógica entre os conceitos de interseccionalidade e representação política é o desafio teórico que pretendo explorar neste primeiro capítulo da tese. O capítulo se desdobra em três partes principais, sendo a primeira sobre o conceito de interseccionalidade que apresenta suas origens e as contribuições de pensadoras nacionais e internacionais. Posteriormente, o foco recai sobre o conceito de representação política, em que revisito abordagens clássicas e contemporâneas, argumentando pela necessidade da inclusão de uma ótica interseccional na análise dos representantes como sujeitos políticos. A terceira e última seção traz um primeiro esforço de articulação entre os dois conceitos a partir do tema central da pesquisa: Mulheres Negras Parlamentares Federais.

1.1 - Interseccionalidade

Interseccionalidade é um conceito que tem ganhado cada vez mais destaque nas análises sociológicas atuais, uma vez que agrega dimensões importantes às análises sobre as opressões, as discriminações e os privilégios que vigoram em nossa sociedade. O conceito foi elaborado academicamente pela primeira vez, em 1989, por Kimberlé Crenshaw, autora associada a escola da teoria racial crítica e integrante de grupos que discutem os vieses raciais no sistema de justiça norte-americano.

A advogada e ativista ao trabalhar em um caso judicial sobre discriminação no mercado de trabalho, caso *DeGraffenreid v. General Motors* (1976), observou que homens negros e mulheres brancas tinham acesso às oportunidades dentro da empresa que as mulheres negras não acessavam ou enfrentavam obstáculos significativos para acessar. Nesse processo judicial, um grupo de mulheres negras alegava discriminação por parte da empresa. A organização discordava argumentando que tanto mulheres como pessoas negras estavam presentes em seu quadro de funcionários. A decisão judicial foi pela rejeição da queixa das mulheres negras, sob o argumento de que elas não podiam combinar as categorias de raça e gênero para basear suas denúncias. Desse modo, o resultado foi que as mulheres negras foram excluídas das proteções jurídicas que reivindicavam legitimamente, porque não se encaixavam perfeitamente nas categorias legais existentes de discriminação racial ou de discriminação de gênero.

Nesse caso, Crenshaw notou que estava ocorrendo um entendimento estreito, rígido e discriminatório por parte dos operadores de direito. Uma vez que apesar de a empresa ter mulheres em seu quadro de pessoal, a maioria absoluta delas era branca; assim como, mesmo que houvesse pessoas negras trabalhando na empresa, eles eram majoritariamente homens negros. Tal fato colocava as mulheres negras, autoras da ação judicial, em um limbo pelo não reconhecimento de suas demandas e, conseqüentemente, as submetia à condição de opressões tanto no mercado de trabalho como perante o Poder Judiciário norte-americano.

Crenshaw afirma que ao analisar este caso notou que a forma como o Tribunal tratou a questão era um problema de enquadramento. Os referenciais utilizados para observar as discriminações eram parciais e não davam conta do problema da dupla discriminação. “*A dupla discriminação não era nomeada. E se o problema não é nomeado, você não consegue vê-lo e se não consegue enxergá-lo, não é capaz de criar soluções para ele.*” (Tradução própria. Crenshaw)³. Sendo assim, a interseccionalidade foi conceitualmente elaborada como uma alternativa narrativa que possibilitaria tornar visível para os juízes a demanda legítima trazida por mulheres negras.

Foi a partir deste caso prático que a autora entendeu a insuficiência das categorias jurídicas para abarcar e proteger as mulheres negras, e nesse contexto escreveu em 1989 o artigo “*Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of*

³ Vídeo: [Que és interseccionalidad?](#)

antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”, que inaugurou reflexões teóricas sobre o conceito de interseccionalidade. Neste texto a autora reflete sobre como as teorias feministas e as políticas antirracistas operavam os marcadores de raça e gênero como categorias independentes, desconsiderando os cruzamentos entre elas. O argumento central da autora é de que tais abordagens fragmentadas marginalizam as vivências de mulheres negras, que lidam com opressões que operam simultaneamente em diferentes dimensões de suas vidas. Sendo que a interseccionalidade deve ser pensada como um prisma ou uma perspectiva para a compreensão dos dilemas das mulheres negras.

De acordo com Jaquette Pereira (2006), Crenshaw defendia que o conceito interseccionalidade fosse utilizado como uma ferramenta heurística. Ela explica que na qualidade de ferramenta heurística, a interseccionalidade sugere algumas questões prioritárias para o processo de pesquisa sociológica e apresenta chaves interpretativas. Sendo que o objetivo destas análises é identificar os marcadores sociais que são eixos estruturantes de poder, que até então não foram debatidos assim pela bibliografia dominante, contribuindo, dessa maneira, para a reformulação de perspectivas teóricas e projetos políticos. (JAQUETTO PEREIRA, 2006, p. 66)

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. (...) Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p. 177)

No livro intitulado *Interseccionalidade* (2016), as autoras Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge discutem sobre a importância de contextualizar a criação do conceito interseccionalidade, que não pode ser resumido ao campo acadêmico, mas é sim como consequência de reflexões e atuações dos movimentos sociais, em especial o movimento de mulheres negras. Em outro texto, Hill Collins (2019) também argumenta que a interseccionalidade surgiu no bojo do feminismo negro consistindo na articulação de diversas políticas transformadoras, fossem elas desenvolvidas na academia ou nas práticas cotidianas de resistência à opressão. Ou seja, na intersecção também é possível identificar as estratégias de resistência individuais e coletivas.

(...) o conceito de interseccionalidade não remete somente às dimensões de opressão, desigualdade, discriminação; sendo útil

também para compreender as relações de empoderamento. (...) as dinâmicas dos eixos de poder não são unilaterais no sentido de gerar somente opressões, uma vez que os membros dos grupos marginalizados são capazes de resistir e gerar mobilizações políticas individuais e/ou coletivas. Essa abordagem da interseccionalidade é compartilhada por Hill Collins, que supõe uma dialética entre opressão e ativismo. (Bernardino-Costa, 2015, 74-75)

Além disso, Hill Collins e Bilge (2016) defendem que interseccionalidade tem dois aspectos basilares a serem considerados, que são o da pesquisa crítica e o da práxis crítica. O primeiro relaciona-se aos estudos que usam o conceito como uma ferramenta analítica e o segundo refere-se ao modo como as coletividades e os indivíduos produzem e usam da interseccionalidade no seu dia a dia. Sendo assim, *“a interseccionalidade, antes de ser nomeada na academia por Kimberlé Crenshaw, já era parte da práxis de um grande número de pessoas e grupos que militavam por acesso a direitos e pela eliminação das desigualdades sociais.”* (Kyrillos, Gabriela. 2020)

Ana Paula Jaquette Pereira (2006) afirma ainda que algumas autoras norte-americanas dividem os *estudos interseccionais* em três vertentes: a primeira são os pesquisadores que aplicam um enquadramento interseccional ou investigam as dinâmicas interseccionais; a segunda são os debates sobre o escopo e o conteúdo da interseccionalidade como paradigma teórico e metodológico; e a terceira são as intervenções políticas que adotam uma lente (um olhar) interseccional.

Tendo sido possível compreender a origem do conceito e as possibilidades de aplicação, passo a abordar as principais autoras brasileiras que se conectam com essa abordagem. Lélia Gonzalez destaca-se como uma autora precursora na elaboração de análises sobre as intersecções entre gênero, raça e classe nas relações sociais no Brasil. Em seu clássico texto *Racismo e Sexismo na cultura brasileira* é possível apreender o quanto para a autora as análises produzidas naquele momento por cientistas sociais priorizavam as reflexões sobre a luta de classes e cultura no Brasil, negando-se a incorporar reflexões sobre as conexões entre as categorias de raça e de gênero.

Para a autora esse enquadramento analítico para as relações sociais no Brasil pode ser definido como característico da neurose cultural brasileira. É dizer, uma abordagem entremeada pelo racismo que é um sintoma característico das relações sociais no país e que em articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a vida das mulheres

negras no país. A partir desse entendimento que Lélia Gonzalez aponta que é de seu lugar como mulher negra que ela produz a interpretação sobre o racismo e o sexismo no país.

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, em vez de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. (Lélia Gonzalez, 1980, p.192)

É notável como a produção de Lélia Gonzalez ao longo dos anos 70 e 80 tem como ponto central o debate sobre as condições de vida das mulheres negras na sociedade brasileira, trabalhando para além das desigualdades socioeconômicas com aspectos culturais que repercutiam na esfera do simbólico na vida dessas mulheres. Por exemplo, a autora propõe análises sobre as categorias de mulata, doméstica e mãe preta que podem ser compreendidas como as tipologias em que mulheres negras são colocadas; e que tem repercussão no modo como elas são vistas e tratadas socialmente. As análises de Lélia Gonzalez são anteriores ao conceito de *imagens de controle* que Hill Collins debate ao refletir sobre o impacto entre matriz de opressão e interseccionalidade.

De acordo com Flávia Rios e Alex Ratts (2016), Lélia Gonzalez faz a recepção do feminismo no interior do movimento negro, bem como no interior do movimento de mulheres ela é a principal voz de seu tempo a inserir a temática das relações raciais, sempre trazendo ênfase para a subordinação a que estavam submetidas mulheres negras na representação cultural, social e no mercado de trabalho. A autora foi capaz de articular duas correntes do pensamento social que naquela época ainda não se conectavam: raça e classe com gênero e classe.

De fato, a autora figura como uma das antecessoras do conceito de interseccionalidade enquanto uma questão teórica e política. Podemos dizer que Lélia Gonzalez trabalhava esta proposição em três planos: entre as categorias de análise (raça, sexo e classe, entre outras), os fenômenos sociais de opressão e discriminação (racismo, sexismo e segregação, entre outros) e na articulação entre movimentos sociais (negro, feminista e homossexual, por exemplo). (Rios e Ratts, 2016, p.9)

É admirável e inspirador a capacidade de atuação de Lélia Gonzalez tanto com a pesquisa crítica como com a prática crítica a partir de sua perspectiva como mulher negra. Em diferentes textos ela trata sobre sua articulação nos movimentos sociais, como foi o

caso de um texto escrito para a Revista Afrodiáspora (1985) em que descreve a atuação de mulheres negras dentro dos movimentos sociais indicando que:

No que diz respeito aos primeiros grupos organizados de mulheres negras, durante esse período, eles surgem no interior do Movimento Negro. (...) é no movimento negro que se encontra os espaços necessários para as discussões e o desenvolvimento de uma consciência política a respeito do racismo e suas práticas e de articulações com a exploração de classe. Por outro lado, o Movimento Feminista ou de Mulheres, que tem suas raízes nos setores mais avançados da classe média branca, geralmente “se esquece” da questão racial (...). E esse ato falho ao nosso ver tem raízes históricas e culturais profundas. (p. 274, Lélia Gonzalez, 1985)

Nota-se, portanto, a existência de muitos desafios para que as mulheres negras articulassem suas pautas e suas necessidades dentro do movimento feminista e dentro do movimento negro. Luiza Bairos é outra reconhecida intelectual negra brasileira, que é uma das legatárias de Lélia Gonzalez e, em 1995, publicou artigo denominado *Nossos Feminismos Revisitados* em que debate o feminismo, reflete sobre a corrente hegemônica do feminismo e apresenta algumas alternativas. Entre tais alternativas, Luiza Bairos apresenta a abordagem teórica do ‘ponto de vista feminista’ (*feminist standpoint*).

Segundo essa teoria a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. Assim uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista. (Luiza Bairos, 1995, p. 461)

Essa abordagem teórica foi considerada por Luiza Bairos, em meados da década de 90, como importante para as reflexões no interior dos movimentos negros e dos movimentos de mulheres negras no Brasil. Uma vez que essa teoria poderia auxiliar a expressar as diferentes formas da experiência de ser negro considerando o gênero, e de ser mulher considerando a raça, assim como “ (...) torna *supérfluas* discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras, a luta contra o sexismo ou contra o racismo”? - já que as duas dimensões não podem ser separadas do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra.” (Bairos, 1995, p. 462)

Naquele artigo, a autora traz para as discussões no Brasil as correlações existentes entre o *feminist standpoint* e o feminismo negro norteamericano. Em diálogo com as

produções de Bell Hooks e Hill Collins, Luiza Bairos (1995) concorda que as mulheres compartilham não do mesmo tipo de opressão, mas sim da mesma luta contra o sexismo. Bairos argumenta que essa discussão é importante para o movimento negro, já que as opressões sexistas compartilham das mesmas bases ideológicas do racismo: a crença na dominação baseada nas noções de inferioridade e superioridade. A autora defende, portanto, que é necessário pensar a dimensão racial da discriminação de gênero, sem perder de vista os aspectos de gênero da discriminação racial.

Recentemente novas intelectuais e ativistas negras brasileiras tem aprofundado as reflexões sobre o tema da interseccionalidade no contexto das relações sociais no Brasil. Carla Akotirene (2019), em seu livro denominado *Interseccionalidade*, apresenta discussões em relação aos novos eixos estruturantes na matriz de opressão como cisheteronormatividade e a territorialidade, que são abordagens recentes para essa discussão. Defendendo que interseccionalidade deve ser tratada para além das diferenças identitárias, considerando de fato as desigualdades estruturais que compõem a matriz de opressão.

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam os corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob forma de identidade.” (Carla Akotirene, 2019, p. 43 e 44)

Além disso, Akotirene (2019) argumenta que é fundamental que seja dado o devido crédito ao pensamento feminista negro pela criação e consolidação do conceito de interseccionalidade, o que na visão da autora não tem ocorrido em produções acadêmicas mais recentes. Ela é uma das jovens vozes negras que tem debatido a interseccionalidade no campo teórico e político, propondo análises importantes para a implementação de políticas públicas, principalmente, nas áreas da segurança pública e da saúde.

Assim como ela trata da interseccionalidade pela chave da matriz de opressão, cunhada por Patrícia Hill Collins, também é necessário destacar o trabalho de Winnie Bueno (2020) que discute a obra *Pensamento Feminista Negro* de Hill Collins. A partir da compreensão de que o feminismo negro busca promover uma nova abordagem para as análises sobre as injustiças sociais, destacando como as opressões se conectam nas relações de dominação estruturais. Considerando a ideia de *imagens de controle* Bueno

(2020) faz uma leitura de como mulheres negras são referenciadas no contexto brasileiro, bem como discute a importância da *autodefinição*⁴ para romper com tais estereótipos.

Ante o exposto, compreende-se que um dos grandes trunfos da análise interseccional é o reconhecimento de que múltiplos marcadores sociais se entrecruzam e se sobrepõem. E é nesse cruzamento que são identificadas com maior profundidade as complexas experiências de opressão e de privilégio. Convergindo com o que afirma o sociólogo Cristiano Rodrigues, a interseccionalidade estimula o pensamento complexo e criativo, contribuindo para evitar a produção de essencialismos. Sendo assim, ao analisar a presença de mulheres negras no Legislativo Federal é imprescindível analisar suas trajetórias e seus mandatos observando as conexões entre os marcadores gênero, raça e classe.

Nesse sentido, o esforço analítico empreendido por esta pesquisa soma-se à outras produções de intelectuais negras que utilizam a interseccionalidade como chave interpretativa fundamental. Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁵ indicam que atualmente as mulheres perfazem 51,7% do eleitorado, mesmo assim a ocupação de cadeiras no Legislativo Federal está muito aquém do desejado, 17% na Câmara dos Deputados e 19% no Senado Federal na atual legislatura (2023-2027). Em termos comparativos, o Brasil ocupa a 132ª colocação em um ranking global de mulheres na política observado o percentual de presença feminina em 193 parlamentos do mundo, organizado pela Inter-Parliamentary Union (IPU)⁶.

Ao colocarmos a lente interseccional sobre os dados, das 107 parlamentares federais mulheres, na legislatura atual 2023-2027, apenas 29 se autodeclararam pretas ou pardas, é dizer, menos de 30% das mulheres parlamentares federais da atual legislatura são negras. Chama a atenção como também ao observarmos os eleitos negros, identificaremos que a maior parte deles são homens. Utilizando dados gerais das eleições de 2018, entre os eleitos que se autodeclararam negros, 83% são homens negros, ao passo

⁴ Autodefinição conceituada na Teoria do Feminismo Negro, especialmente por Hill Collins (2019) como a capacidade de desenvolver um ponto de vista sobre si mesma e sobre a sociedade, a partir de sua posição social. É a partir da autodefinição mulheres negras são capazes de questionar o processo de validação do conhecimento que criou imagens estereotipadas sobre elas e suas potencialidades. No Brasil, Jurema Werneck (2010) afirma que autodefinir-se significa a capacidade de mulheres negras se representarem a partir de seus próprios termos, projetando novos horizontes de luta.

⁵ TSE MULHERES, disponível no seguinte link: [TSE Mulheres - Justiça Eleitoral](#). (acesso em Agosto/2025)

⁶ Ranking de Mulheres nos Parlamentos Nacionais disponível no seguinte link: [Monthly ranking of women in national parliaments | IPU Parline: global data on national parliaments](#) (acesso em Dezembro/2025).

que apenas 16,9% são mulheres negras. Cabe ressaltar que esses dados em relação às mulheres negras na legislatura atual têm chances de estarem inflacionados, uma vez que são informações baseadas na autodeclaração das candidatas que receberam incentivos diferenciados nas últimas eleições, conforme discutiremos adiante.

Desse modo, é notório como dentro do grupo das parlamentares mulheres e mesmo no grupo dos parlamentares negros; as mulheres negras estão sub-representadas. Esse fato reforça a importância da abordagem interseccional para que seja possível identificar e analisar os mecanismos que excluem ou limitam o acesso de mulheres negras às cadeiras do Legislativo Federal, bem como é possível explicar com maior precisão como as eleitas negras desenvolvem estratégias para chegar ao Congresso Nacional e permanecer no exercício de seus mandatos. Desse modo, nesta pesquisa a interseccionalidade é utilizada como uma ferramenta político-teórica e metodológica para compreender como gênero, raça e classe se combinam nas experiências políticas de mulheres negras no parlamento brasileiro.

As análises sobre as parlamentares federais negras sob a perspectiva interseccional pretendem robustecer e ampliar as análises sobre desigualdades na representação política brasileira e, conseqüentemente, refletir sobre o impacto dessas desigualdades na democracia no país. Em continuidade às reflexões teóricas, a próxima seção apresenta uma breve revisão bibliográfica sobre o conceito da representação política e os limites práticos observados contemporaneamente.

1.2 - Representação Política

Discutir o conceito de representação política é igualmente fundamental para explicitar as bases teóricas que fundamentam esta pesquisa. Vale iniciar retomando de modo sintético, o conceito clássico de Hanna Pitkin (1967) que afirma que representação significa “*agir no interesse dos representados, de maneira responsiva a eles*”. Em sua obra clássica, *The Concept of Representation*, Hanna Pitkin (1967) distingue diferentes sentidos de representação: formal, simbólica, descritiva e substantiva. Seu esforço é compreender a representação para além da mera autorização formal, incorporando a responsabilidade dos representantes diante das demandas dos representados.

Em linhas gerais, como explica Sacchet (2012), Pitkin constrói uma tipologia com quatro interpretações: 1) representação formalista; 2) representação descritiva; 3) representação simbólica; e 4) representação substantiva. A representação formalista diz respeito às regras que organizam a representação política, explicitando que há momentos de autorização e momentos de *accountability*. Ou seja, àquelas ocasiões em que os representantes recebem a autorização dos representados; e aqueles momentos em que os representantes precisam prestar contas de seus trabalhos aos representados.

O modelo da representação descritiva de Pitkin concebe o parlamento como um espelho ou um mapa, que refletiria de modo perfeito a sociedade, sendo um microcosmos da população com correspondência entre as características do representante e as do representado. Neste modelo ocorreria uma representatividade mimética, em que as decisões políticas seriam semelhantes às decisões dos eleitores simplesmente pelo fato de serem similares a eles. Sendo que neste caso o que os representantes fazem é menos importante em relação a quem eles são; e o *accountability* perderia relevância sendo colocado em segundo plano. Para a autora este modelo é indesejável, uma vez que coloca ênfase no perfil que compõe o corpo legislativo e desvia a atenção do que é fundamental na representação, é dizer, o seu conteúdo.

No caso da representação simbólica, Pitkin a define como baseada no emocional e afetivo. A autora critica esse modelo afirmando que os símbolos representam alguma coisa apenas porque evocam sua referência, são normalmente arbitrários e não necessariamente tem conexão com o que está simbolizado. Por terem como base avaliativa critérios irracionais como a crença, este é um modelo contestado pela autora. (SACCHET, 2012, p.412)

A representação substantiva, que é a defendida por Pitkin, é aquela que o representante possui certo grau de liberdade para agir, porém não deve estar constantemente em contradição com os representados. Em condições normais, os anseios dos representados e as decisões dos representantes devem convergir. No entanto, em momentos emergenciais sobre temáticas que os representados têm pouco conhecimento seria função essencial dos representantes atuar. (SACCHET, 2012, p. 412)

Young (2000) argumenta na mesma linha de raciocínio defendendo que a representação política deve ser compreendida como uma relação de representados entre si e entre representantes e representados ao longo do tempo e espaço. Uma relação em

que os representados autorizam as ações dos representantes a cada prestação de contas que ocorre. A autora explica que em uma sociedade de massa e complexa como as sociedades contemporâneas é impossível que os indivíduos estejam presentes em todos os espaços deliberativos em que são tomadas decisões que afetam a sua vida, por isso a expectativa é que os representantes considerem sua situação e a represente nos distintos fóruns.

Urbinati (2005) explica que a representação política tem sido interpretada por perspectivas diferentes: uma que a entende como um contrato privado em que se concede a autorização para se realizar a ação e a outra que compreende a representação como um processo político que conecta a sociedade e as instituições. A autora afirma que a teoria da democracia representativa marca “*o início da política como a arena das opiniões contestáveis e decisões sujeitas à revisão a qualquer tempo. Isso amplifica o significado da própria presença política, porque faz sua manifestação mais ativa e consoante do juízo acerca das leis e políticas justas ou injustas em seu conteúdo.*” (p.193)

É frequente que os estudos tratem da representação e da participação política conjuntamente, isso porque ambas evocam ao ideal democrático, no sentido de que presume a existência de cidadãos capazes de participar da vida política na mesma medida que são nela representantes e representados. Tanto a participação como a representação exercem um papel de mediação entre sociedade e Estado, ou seja, para que as reivindicações e expectativas de um grupo sejam consideradas pelo poder público é necessário que elas sejam defendidas ou apresentadas pelos representantes. (PINHEIRO, 2006)

Miguel (2010) argumenta que na prática contemporaneamente são observadas muitas dificuldades de operacionalização do *accountability* previsto por Pitkin (1967) devido às dificuldades dos representados de acompanhar, entender e se posicionar sobre a enorme gama de decisões políticas que são tomadas. O autor informa que a frustração com o funcionamento do *accountability* abriu espaço para a valorização da denominada representação descritiva, reconceituada como “*política de presença*” por Anne Phillippes (1995).

O artigo de Anne Phillippes, *De uma política de ideias a uma política de presença* (2001), é um contraponto a visão majoritária na teoria política. Grande parte dos autores tem argumentado que a ênfase excessiva no perfil da pessoa que está nos espaços

deliberativos de poder, desvia a atenção do que os representantes realmente estão fazendo. Na passagem da democracia direta para a democracia representativa, ocorreu uma mudança de ênfase de quem são os políticos para o quê representam (políticas, preferências, ideias). Anne Phillippes (2001) se contrapõe a essa vertente afirmando que é cada vez mais necessário um reenquadramento dos problemas da igualdade política.

Para Phillippes (2001) é crescente o sentimento de exclusão política sentido por grupos definidos a partir de gênero, raça e etnia; e a política de ideias não se compromete o bastante com a solução dessa demanda. Um dos problemas da igualdade política contemporaneamente é a separação entre *quem* e *o que* é pra ser representado, bem como a subordinação do primeiro ao segundo. Tais questões seguem em discussão na atualidade e são objeto de reflexão ao longo da pesquisa.

Embora esses debates estejam longe de ser resolvidos (mesmo em teoria, quanto mais na prática), minha preocupação principal é com os mecanismos mais especificamente políticos que associam representação justa com presença política e enfatizam mudanças no nível político: isto é, medidas que vêem o gênero, raça ou etnicidade dos representantes como uma parte importante daquilo que os torna representativos e procuram alguma garantia de presença igual ou proporcional. (Phillippes, 2001)

Phillippes (2001) expõe ao longo do texto as controvérsias que a política da presença pode trazer para a busca por estabilidade política ou por coesão social. A autora não minimiza as dificuldades inerentes a esta abordagem defendendo a tese de que a política das ideias e a política da presença não são mutuamente excludentes. A proposta é que as ideias não sejam consideradas totalmente separadas das pessoas que as conduzem, da mesma maneira que não se foque atenção total nas características das pessoas desconsiderando suas ideias e crenças. *“É na relação entre ideias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação (...).”* De acordo com Miguel (2010), o debate da representação política, portanto, presume que a representação substantiva adequada requer uma representação descritiva mais proporcional.

Young (2000), por sua vez, defende que a representação política pode ser compreendida por meio de três aspectos principais, a saber: os interesses, as opiniões e as perspectivas. Ela afirma que os interesses já estão amplamente discutidos na literatura, e teriam relação com a organização das pessoas com a finalidade de pressionar

politicamente para que sejam alcançados objetivos individuais ou coletivos. A representação política das opiniões está relacionada com as crenças, os princípios e os valores que fundamentam as decisões, pode ser relacionada com a *política de ideias* de Phillips.

Young agrega ao debate a dimensão da *perspectiva social* nas análises sobre representação política, e discorre sobre como essa dimensão engendra a exigência da presença. Miguel (2010) explica que o conceito de *perspectiva social* é um importante argumento teórico para a política da presença.

A perspectiva social é o ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições que neles ocupam. As perspectivas podem ser vivenciadas de um modo mais ou menos autoconscientes. As experiências culturais de povos ou de grupos religiosos diferenciados que reagem a uma história de injustiças ou de opressão estrutural, frequentemente lhes conferem interpretações refinadas acerca de suas próprias situações e de suas relações com outros grupos. A ideia de perspectiva busca captar a sensibilidade da experiência do posicionamento num grupo sem especificar um conteúdo unificado para aquilo que a percepção vê. (YOUNG, 2006, p.164)

Sendo assim, a autora defende que a definição da existência de *perspectivas sociais* de grupos não implica em assumir identidades estanques, uma vez que a perspectiva capta a sensibilidade de estar em determinado posicionamento no campo social, sendo um modo de olhar que não determina o que é visto. Ou seja, “*ela seria aquela posição a partir de onde questões são levantadas e não a partir de onde conclusões são extraídas. A perspectiva não teria, portanto, conteúdo específico.*” (SACCHET, 2012, p. 408)

O conceito de *perspectiva social* será acionado constantemente ao longo da Tese, uma vez que ele tem correlação significativa com pressupostos da teoria feminista negra. Ou seja, ser mulher negra na política é discursar e atuar a partir de uma posição social, uma posição que influi direta e estruturalmente nas trajetórias de vida das parlamentares assim como conformam seu modo de atuação política e suas pautas. Não é possível afirmar que haja um padrão em suas pautas de atuação no Congresso ou nas formas como exercem seus mandatos, contudo é possível identificar como as frequentes experiências com o racismo e sexismo modelam seu olhar e sua postura dentro das Casas Legislativas.

Young (1990) em seu livro *Justice and the politics of difference* apresenta uma crítica fundamentada ao ideal de imparcialidade quando se teoriza sobre o “fazer justiça” e o “fazer política”. Pode-se dizer que a base dessa argumentação parte do pressuposto do

“universalismo abstrato, baseado no mito do sujeito universal, que produz conhecimento independentemente do seu contexto de produção.” (Bernardino-Costa, 2015, p.38) Em oposição aos pensadores que acreditam ser possível deixar de lado suas características pessoais, suas preferências e condições sociais; a autora argumenta que não só os indivíduos são socialmente situados como também o debate sobre justiça social é social e historicamente situado. Argumenta que o que existe é uma determinada *perspectiva social* que ganha força como sendo não-situada, como afirma Miguel (2010)

(...) a ilusão da imparcialidade é a imposição de um ponto de vista dominante, que aparece diante dos outros como sendo neutro, desvinculado de interesses e valores. Há, aqui, um poderoso mecanismo de reprodução das relações de dominação, que, ao negar o caráter situado dos discursos dominantes, faz deles porta vozes do interesse universal, em contraposição aos interesses necessariamente parciais dos outros. (...) Ou, para dar exemplos mais concretos, (...) os opositores das ações afirmativas não se manifestam como defensores da manutenção do acesso privilegiado de determinados grupos a espaços (universidades para brancos, a política para homens) e sim em nome da meritocracia neutra. (MIGUEL, 2010, p.5-6)

Esse trecho é relevante para aprofundarmos a reflexão sobre os efeitos de um discurso sobre imparcialidade ou meritocracia no âmbito do “fazer política”, desconsiderar ou minimizar *quem* ocupa as posições de tomada de decisão significa manter um discurso dominante que silencia as dimensões de raça e gênero. Esta Tese defende que é necessário considerar o perfil dos sujeitos políticos que compõe o Parlamento assim como suas ideias e propostas para o fortalecimento da instituição representativa e, conseqüentemente, da democracia representativa.

Essa breve revisão da literatura sobre representação política e grupos minoritários informa sobre quais aspectos este trabalho pretende se ancorar para pensar a representação política de mulheres negras no Brasil. Se por um lado, a corrente de pensamento mais clássica defende que o escopo da representação política é antes de tudo *o que* se representa em termos de defesa de direitos e promoção de interesses. Ou seja, a representação substantiva (*o fazer*) é mais importante do que a representação descritiva (*o ser*). Por outro lado, há os que defendem que a democracia pressupõe a representação plural de *perspectivas* e *interesses*, o que exige uma presença plural nos espaços de tomada de decisão políticos. Um exemplo importante para se pensar apresentado em Phillips (2001) diz respeito aos interesses em conflito, que são mais bem representados pelos próprios indivíduos que conhecem melhor seus próprios interesses e experiências.

(...) como um homem pode substituir legitimamente uma mulher quando está em questão a representação das mulheres *per se*? É concebível que pessoas brancas substituam outras (...) quando está em questão representar determinados programas em prol da igualdade racial? (...) Uma assembléia formada só por brancos pode realmente se dizer representativa, quando aqueles que ela representa possuem uma diversidade étnica muito maior? (PHILLIPS, 2001, 273)

A discussão proposta por Phillips (2001) dialoga de modo singular com a proposta deste estudo. Para além dela, é importante destacar que a produção de Nancy Fraser em *Mapeando a imaginação Feminista* (2007) também agrega elementos teóricos para a discussão empírica que buscaremos desenvolver na pesquisa. Fraser (2007) argumenta que para além das discussões sobre redistribuição e reconhecimento, o feminismo caminha para uma nova fase que demanda também por representação. Fraser (2007) afirma que é necessário reenquadrar “*a justiça de gênero como um problema tridimensional, no qual redistribuição, reconhecimento e representação devem ser integrados de forma equilibrada.*” (Fraser, 2007, p. 305) A redistribuição econômica, o reconhecimento das diferenças culturais deve andar em equilíbrio com a busca por maior e melhor representação.

De acordo com Campos e Machado (2020) a representação política de pretos e pardos no Brasil é complexificada pelo mito da democracia racial e sua apologia à mestiçagem, características da história social do país que adiaram o reconhecimento oficial e oficioso da existência de racismo no país, bem como protelaram as discussões em relação aos interesses comuns desse grupo discriminado.

As discussões teóricas sobre representação política dialogam diretamente com a proposta deste trabalho. A pesquisa dedica-se a analisar um grupo de sujeitas sub-representadas no Legislativo Federal brasileiro, afirmando sua presença e atuação política. O foco recai não apenas sobre o que elas fazem, mas sobre quem são, quais suas trajetórias, quem representam, quais os seus interesses e quais as suas perspectivas políticas. A pesquisa se guia pela premissa de que a composição mais diversificada dos espaços de poder político favorece a manifestação ampliada das *perspectivas sociais* existentes na sociedade, o que está diretamente relacionado com a qualidade da democracia do país. Quem são as representantes, quais as trajetórias de vida e

experiências, tudo isso parece ter influência fundamental no conteúdo de sua atuação na representação política democrática.

Ainda que os sistemas democráticos representativos sejam formalmente abertos à participação de todos os cidadãos, eles continuam a reproduzir as exclusões historicamente construídas. As teorias clássicas da representação são relevantes para compreensão sobre como o poder político é delegado e legitimado, contudo não problematizam como os diferentes sujeitos políticos são desigualmente afetados pelos limites institucionais e estruturais. É nesse ponto que a interseccionalidade se apresenta como uma lente indispensável para análise crítica da representação política. O olhar interseccional permitirá a compreensão sobre como o racismo e o sexismo têm se articulado simultaneamente na restrição do acesso aos espaços de poder e no reconhecimento dos sujeitos políticos de determinados grupos sociais.

Nesse sentido, a representação política será articulada nesta tese não apenas como um arranjo institucional de mediação entre representantes e representados, mas como um campo conflituoso de disputa simbólica e material em que determinadas vozes rompem com o histórico de silenciamento e deslegitimação. A presença de mulheres negras no Congresso Nacional para além de um dado quantitativo, que tem aumentado gradativamente ao longo dos últimos anos, ainda que de modo insuficiente, carrega consigo disputas relevantes que merecem ser estudadas mais profundamente.

Esse trabalho buscará reconhecer as formas de ação política das parlamentares federais negras, compreender como elas desenvolveram estratégias para acessar esse espaço de poder, como constroem suas agendas, tensionam estruturas, formulam proposições legislativas, se posicionam em debates decisivos e introduzem novas formas de presença política que desafiam as normas tradicionais. A presença delas tensiona e amplia os horizontes do próprio Poder Legislativo, ao incluir saberes, perspectivas e prioridades que por muito tempo foram marginalizadas.

Portanto, compreender a representação política sob uma perspectiva interseccional é essencial para analisar criticamente a sub-representação das mulheres negras no parlamento federal e os limites da democracia liberal em promover a igualdade substantiva, além de lançar luz sobre as contribuições concretas das parlamentares negras para a democracia brasileira. Para além da denúncia sobre a exclusão e sub-representação, esta pesquisa propõe uma análise sobre a agência e a criatividade política protagonizada

por mulheres negras no interior de um sistema ainda marcado por lógicas de desigualdade e opressão.

1.3 Mulheres Negras no Congresso Nacional

A partir das reflexões teóricas apresentadas nas seções anteriores, esta pesquisa concentra esforços em identificar, reconhecer e analisar as trajetórias de mulheres negras que exerceram mandatos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal entre 1991 e 2025. Essa delimitação temporal marca o período de consolidação democrática pós-1988 e permite observar como raça, gênero e classe estruturam, de modo persistente, os acessos e as barreiras à representação política no Brasil.

A motivação inicial para produção desta pesquisa foi um certo incômodo de minha parte com as discussões sobre sub-representação de mulheres na política, que geralmente não tratam da questão racial e excluem as perspectivas das mulheres negras. Assim como, observei em minhas leituras que as discussões sobre sub-representação racial na política observam esse fenômeno de maneira ampla, não abordando de modo detido e aprofundado como as dinâmicas de gênero impactam esse processo, novamente excluindo as mulheres negras.

Essas lacunas teóricas e empíricas colocam as mulheres negras em um limbo interpretativo e político, invisibilizando suas demandas, experiências e suas formas de agência política. É justamente nesse entrecruzamento que esta tese se insere, ao tratar a interseccionalidade não apenas como um conceito analítico, mas como uma estratégia de visibilização política capaz de expor as hierarquias que sustentam a exclusão e, simultaneamente, revelar práticas de resistência, agência e criação política.

A análise da sub-representação de mulheres negras no Congresso Nacional exige compreender como determinadas categorias sociais são historicamente mobilizadas para estruturar e legitimar hierarquias. Nesse sentido, ao discutir desigualdades Márcia Lima (2023) assevera:

“(...) entender a produção, a reprodução e a persistência das desigualdades envolve um exercício de identificar as categorias que historicamente são acionadas para sua institucionalização. Vale lembrar que a desigualdade é um fenômeno moderno, uma vez que a noção de igualdade tem como um de seus pilares a não discriminação. Portanto, não se altera o curso da desigualdade sem se enfrentar analítica e politicamente este aspecto central: as clivagens raciais e de gênero.” (Lima, 2023, p.116)

Essa formulação oferece a chave analítica que orienta este trabalho: a sub-representação de mulheres negras no Congresso Nacional pode ser compreendida como uma expressão institucional de clivagens e desigualdades raciais e de gênero que estruturam a distribuição de poder político no país. Para além do diagnóstico das opressões, interessa compreender as formas de resistência desenvolvidas por essas parlamentares para acessar, ocupar e permanecer no Congresso Nacional, um espaço ainda árido e fortemente demarcado por privilégios de gênero e raça. Suas trajetórias biográficas e práticas políticas oferecem material para refletir sobre as teorias da representação política e suas aplicações para a democracia brasileira. Historicamente, as teorias da representação privilegiaram dimensões formais e procedimentais, relegando a segundo plano os sujeitos concretos da representação e os conteúdos substantivos de suas agendas políticas. Ao retomar essas discussões sob uma ótica interseccional, a tese demonstra que as desigualdades de gênero e raça na representação política são expressões estruturais de uma democracia que impõe grandes limitações para ampliação da pluralidade dos sujeitos políticos eleitos.

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras não se limitam ao acesso eleitoral. Elas se estendem aos partidos políticos, canais formais de entrada na política institucional, cuja estrutura interna frequentemente reproduz práticas excludentes e discriminatórias. Como demonstram Campos e Machado (2020), dois elementos centrais explicam os entraves à ascensão de candidaturas negras: a dificuldade de acesso aos partidos mais competitivos e o baixo financiamento das campanhas eleitorais.

Esses fatores, combinados às desigualdades históricas de classe, raça e gênero, tornam o percurso até o Congresso um verdadeiro campo de obstáculos. Assim, as trajetórias analisadas nesta tese correspondem a casos de superação de múltiplas barreiras. Elas são mulheres negras que conseguiram não apenas ingressar nos partidos e disputar eleições, mas conquistar votos suficientes para exercer mandatos em um dos espaços de poder mais restritivos do país.

Contudo, a chegada ao Parlamento não encerra os desafios; ao contrário, inaugura novos. No interior da instituição legislativa, essas parlamentares enfrentam a invisibilidade e a deslegitimação de suas vozes. As entrevistadas relatam contundentemente o quanto é necessário se posicionar, ‘erguer a voz’ e a partir da *autodefinição* seguir executando suas propostas de mandato. Conforme preconiza Bell Hooks (2019), erguer a voz é mais do que romper o silêncio: é um gesto político que

reivindica ser ouvida, reconhecida e legitimada como sujeito de fala. Os dados coletados permitem afirmar que as mulheres negras, mesmo quando ocupam espaços formais de poder, continuam a enfrentar mecanismos sutis e explícitos de silenciamento assim como formas evidentes de racismo e sexismo.

Se para que as expectativas e as reivindicações de um grupo sejam consideradas pelo poder público é necessário que elas sejam apresentadas e defendidas pelos representantes, para além das mulheres negras serem eleitas como representantes é fundamental que suas falas sejam ouvidas e consideradas. E qual é a concepção clássica de parlamento, se não um espaço de diálogo, de discussão e deliberação, um espaço de fala e escuta para formação de um consenso na tomada de decisões políticas.

Para nós, a fala verdadeira não é somente uma expressão de poder criativo; é um ato de resistência, um gestopolítico que desafia as políticas de dominação que nos conservam anônimas e mudas. (Hooks, p.36, 2019)

Assim, os desafios enfrentados por mulheres negras na política não se restringem a acessar o Parlamento como eleita, para além desse primeiro estágio é desafiador garantir o efetivo exercício do mandato parlamentar. Falar e ser escutada ou, em termos democráticos, participar efetivamente do diálogo político em condições de igualdade. Tal reflexão guiará parte das análises empíricas apresentadas nos capítulos posteriores, que examinam como as parlamentares negras articulam estratégias discursivas, coletivas e institucionais para afirmar sua presença e garantir que suas vozes sejam ouvidas.

A literatura sobre participação política de mulheres indica que sua atuação tem sido mais intensa na sociedade civil, em movimentos sociais e organizações de base. No campo da representação política formal, especialmente no Legislativo e no Judiciário, as barreiras de ingresso e permanência são mais rígidas. Lúcia Avelar (1996) distingue dois canais de inserção política: o canal numérico do poder, associado ao sistema eleitoral, e os canais corporativos de poder, ligados à participação comunitária e associativa.

A ampliação do conceito de participação política em estudos sobre mulher e política nos permite introduzir o conceito de ‘política *ad hoc*’. O ativismo da mulher escapa da hierarquia da política institucionalizada, sendo maior a participação feminina em atividades políticas de curta duração e que envolvem ação direta. (Avelar, 1996)

As mulheres, sobretudo as negras, têm historicamente se destacado no segundo, o que pode explicar por que tantas trajetórias políticas contemporâneas nascem da militância

em sindicatos, igrejas, associações e movimentos sociais. Essa observação será confirmada empiricamente nesta tese, ao mostrar que a maioria das parlamentares negras mapeadas construiu suas bases de legitimidade e visibilidade política fora do circuito tradicional das elites partidárias.

Nos próximos capítulos da tese, essa discussão será aprofundada a partir de três abordagens complementares: (1) a reconstrução histórica da presença política de mulheres negras ao longo do século XX, destacando figuras como Antonieta de Barros e Benedita da Silva; (2) o mapeamento inédito das 63 parlamentares negras (heteroidentificadas e autodeclaradas) eleitas entre 1991 e 2025, com análise de seus perfis, origens e inserções partidárias; e (3) as narrativas das sete entrevistadas — Benedita da Silva, Eliziane Gama, Silvia Cristina, Tia Eron, Erika Hilton, Carol Dartora e Dandara Tonantzin —, que revelam, com riqueza de detalhes, os desafios da violência política de gênero e raça e as estratégias de resistência e agência política que elas desenvolvem.

Essas reflexões conduzem ao entendimento fundamental de que a presença das mulheres negras no Congresso Nacional, para além de um dado apenas estatístico, é um fenômeno político que requer estudos aprofundados. Assim como afirma Patricia Hill Collins, o feminismo negro revela que as experiências das mulheres negras produzem conhecimento social e político próprio, capazes de reformular categorias centrais. A ampliação de discussões sobre a teoria democrática no Brasil pode ser feita a partir das análises sobre a presença política de mulheres negras.

No contexto brasileiro, o movimento de mulheres negras que se fortaleceu nos anos 1980 desempenhou papel decisivo na formação e no impulso à atuação política institucional dessas mulheres. Foi nesse período que nomes como Lélia Gonzalez e Benedita da Silva uniram militância e institucionalidade, vocalizando suas posicionalidades de mulheres negras e traduzindo experiências coletivas em agendas políticas. As gerações de parlamentares negras que emergiram nas décadas seguintes são herdeiras diretas desse legado, reformulando, expandindo e atualizando as articulações entre gênero, raça e classe no exercício de seus mandatos como veremos ao longo da Tese.

Em síntese, a presença de mulheres negras no Congresso Nacional constitui um movimento político de alta relevância institucional. Suas trajetórias desafiam as hierarquias de raça, gênero e classe que estruturam o campo político brasileiro e revelam que a vitalidade da democracia depende, em grande medida, da incorporação de vozes e experiências historicamente excluídas. Ao introduzirem novas agendas e estilos de

atuação, essas mulheres ampliam o horizonte da representação política e da própria democracia brasileira. As análises desenvolvidas nos capítulos seguintes evidenciarão que as trajetórias e atuações das parlamentares negras expõem as fissuras do sistema político excludente, assim como apresentam novas formas de fazer e pensar a política, contribuindo para uma democracia plural e substantiva.

Capítulo 2

Histórico da presença política de mulheres negras no Brasil

Este capítulo tem como objetivo operacionalizar o arcabouço teórico discutido no capítulo anterior sobre interseccionalidade e representação política, analisando a história do engajamento político de mulheres negras no Brasil. Se o primeiro capítulo forneceu as lentes analíticas, aqui voltamos o nosso olhar para a história política do século XX, demonstrando como as lutas de mulheres negras por voz e representação política foram inicialmente travadas na formação de organizações da sociedade civil em tensionamento com os espaços políticos institucionais.

O segundo capítulo está organizado em duas partes. A primeira parte narra um panorama histórico que percorre o século XX, desde as primeiras mobilizações abolicionistas e sufragistas até a redemocratização, mapeando a atuação política de mulheres negras que, individual e coletivamente, abriram caminhos de participação política. Neste percurso, destacamos figuras pioneiras cujas trajetórias, ainda que por vezes obscurecidas pela historiografia tradicional, foram fundamentais para semear as bases de um projeto político de mulheres negras. Antonieta de Barros, Almerinda Farias Gama, Laudelinda de Campos Mello, Sofia de Campos Teixeira, Maria Lourdes Vale Nascimento, Lélia Gonzalez e Benedita da Silva são personagens que possuem biografias que ilustram como mulheres negras em seus contextos atuaram politicamente tanto na mobilização social como no tensionamento com os espaços políticos institucionais.

Em um segundo momento, o capítulo se debruça sobre a trajetória paradigmática de Benedita da Silva, uma personagem que é um elo decisivo entre as pioneiras do século XX e o ingresso mais numeroso de mulheres negras na política institucional no século XXI. Benedita incorporou as demandas históricas do movimento de mulheres negras à sua atuação política enquanto parlamentar. Sendo a única deputada federal negra durante o processo Constituinte, ela foi capaz de converter o legado político das pioneiras do século XX em décadas de trabalho na política institucional, transformando-se em uma referência para as novas gerações de mulheres negras na política.

Através desta análise, argumento que historicamente mulheres negras tensionam as institucionalidades políticas, suas vozes, demandas e articulações estão presentes nos processos de transformação social do país. Foi a partir da resiliente mobilização

nas organizações da sociedade civil, da articulação interseccional de pautas e da fissura do sistema político por trajetórias pioneiras e únicas que, pouco a pouco, elas forjaram as condições para ingressarem na política institucional, como é o caso de Benedita da Silva.

2.1 Exclusão e pioneirismo (início do século XX até 1930)

As conexões entre raça, gênero e política no Brasil podem ser apreendidas a partir dos estudos que articulam as mobilizações políticas de mulheres e de pessoas negras no início do século XX. É possível afirmar que este é o período em que as pautas das mulheres e das pessoas negras começaram a ganhar forma política e visibilidade institucional, como exemplos proeminentes desses movimentos é possível ressaltar a atuação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada em 1922, e da Frente Negra Brasileira, fundada em 1931.

Mencionadas organizações desempenharam papel relevante no processo de politização das questões raciais e de gênero no Brasil naquele contexto de centralização do Estado e reconfiguração da cidadania. Apesar de terem importantes diferenças, tanto a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino como a Frente Negra Brasileira promoveram formas coletivas de organização social, trouxeram visibilidade pública para suas pautas e reivindicavam maior participação desses grupos na construção de um projeto nacional. Nesse sentido, essas organizações representam os esforços empreendidos pelas pessoas negras e por mulheres em inscrever suas demandas no espaço público buscando sua integração política.

Em relação às demandas das mulheres, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderada por Bertha Lutz⁷, teve papel significativo na conquista do direito do voto feminino, efetivado no Código Eleitoral de 1932 e constitucionalizado em 1934. Tornando o Brasil um dos primeiros países a garantir direitos políticos às mulheres a partir da promulgação do Decreto 21.076/32 por Getúlio Vargas. Tal inclusão no Código

⁷ Formada em biologia pela *Sorbonne* (França), trabalhou no Museu Nacional. Em 1919, fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, mais tarde transformada na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Bertha Lutz teve atuação importante na luta pelos direitos políticos das mulheres no Brasil. Em 1936 assumiu mandato de deputada federal, defendendo igualdade salarial entre gêneros, licença-maternidade e redução da jornada. Para mais informações consultar: *MARQUES e SCHUMACHER (2016). Bertha Lutz - Dicionário Mulheres do Brasil.*

Eleitoral foi resultado do contexto de demandas, reivindicações e mobilizações das próprias mulheres em prol de direitos políticos. Apesar do importante avanço é necessário pontuar suas limitações, uma vez que o voto era restrito às mulheres alfabetizadas, excluindo uma vasta parcela da população feminina, especialmente as mulheres negras.

Luana Simões (2006) fez um levantamento sobre as mulheres eleitas para o Legislativo Federal desde 1934 no Brasil. É notável como mesmo sendo elegíveis o quantitativo de mulheres eleitas para Câmara dos Deputados teve pouca variação nos primeiros 50 anos, ou seja, entre o início da década de 1930 e o início da década de 1980 era recorrente a presença de uma ou duas parlamentares, o máximo que a série histórica indica foram oito já em 1982. É apenas após a abertura democrática que esse quadro tem um incremento maior, ainda que insuficiente. A tabela a seguir produzida com base no trabalho de Simões (2006) e em pesquisas dos dados mais recentes trazemos um panorama completo desse aumento das mulheres no legislativo federal.

A literatura indica que a ampliação da presença feminina na esfera pública, como por exemplo na educação e no mercado de trabalho, assim como a cisão com o isolamento na esfera privada influenciou a ampliação da participação política das mulheres. A saída da mulher do ambiente estritamente doméstico para o espaço público, trouxe consigo questionamentos sobre os papéis tradicionais de gênero, bem como o tensionamento para ampliação da participação feminina no espaço público.

O início do século XX é marcado pelo crescente acesso das mulheres à educação secundária e superior, o que as preparava para carreiras que antes lhes eram restritas. Para além de elevar o nível de autonomia, tal acesso também gerou impacto na consciência delas sobre os seus direitos. No mercado de trabalho, a presença feminina se expandiu significativamente na indústria têxtil e no serviço público, a experiência fora do lar proporcionou uma nova perspectiva, mesmo que essa inserção muitas vezes implicasse em condições de trabalho precárias e na persistência da dupla jornada de trabalho.

Mulheres Eleitas para o Congresso Nacional (1945-2023)

Ano da Eleição	Legislatura	Câmara dos Deputados	Senado Federal	Total no Congresso
1945	39 ^a	0	0	0
1947	40 ^a	0	0	0

1950	41 ^a	1	0	1
1954	42 ^a	3	0	3
1958	43 ^a	2	0	2
1962	44 ^a	2	0	2
1966	45 ^a	6	0	6
1970	46 ^a	1	0	1
1974	47 ^a	1	0	1
1978	48 ^a	4	0	4
1982	49 ^a	8	0	8
1986	50 ^a	26	0	26
1990	51 ^a	29	2*	31
1994	52 ^a	32	4**	36
1998	53 ^a	29	2*	31
2002	54 ^a	42	5**	47
2006	55 ^a	46	4*	50
2010	56 ^a	43	12*	55
2014	57 ^a	51	13**	64
2018	58 ^a	77	12*	89
2022	59 ^a	91	16**	107

Fonte: Luana Simões (2006), dados TSE, Câmara dos Deputados, Senado Federal. Elaboração própria.

Notas sobre o Senado:

* Eleições para 1/3 das cadeiras (27 senadores)

** Eleições para 2/3 das cadeiras (54 senadores)

A partir de 2010, os números representam o total de mulheres no Senado após cada eleição

Fonte: elaboração própria (2025).

Os anos 1920 e 1930 são notadamente marcados pela criação, articulação e fortalecimento de organizações da sociedade civil que ecoavam reivindicações dos grupos de mulheres e de pessoas negras tensionando os espaços de poder institucional. A conquista do voto feminino, a eleição das primeiras mulheres e a inserção das questões raciais em discussões partidárias foram avanços pontuais observados no período. Contudo, aprofundando a compreensão analítica as mulheres que tiveram seus direitos políticos reconhecidos eram aquelas escolarizadas e com atuação profissional, por outro lado mesmo não existindo impedimentos legais para a participação política das pessoas negras, as exigências para o alistamento eleitoral impunham severas barreiras para efetiva participação. “Segundo dados do Censo de 1940, o total de brancos analfabetos no Brasil era de 52,8%. Entre pretos e pardos, o percentual chegava a 81,4% e 74,3%, respectivamente.” (SOTERO, 2015, p. 22)

2.2 Movimento negro e as mulheres negras no espaço público (1930 – 1960)

Nas eleições de 1934, a primeira mulher brasileira elegeu-se deputada federal – Carlota Pereira de Queiroz⁸. Em 1936, Bertha Lutz tomou posse como suplente na Câmara dos Deputados, sendo a segunda mulher a ocupar uma cadeira no legislativo federal, enquanto, no âmbito estadual, Antonieta de Barros já havia assumido uma vaga na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em 1935. (ROMÃO, 2021)

A historiografia permite observar que mulheres negras também alcançaram os espaços institucionais a partir desse período, um exemplo é Almerinda Farias Gama, integrante da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que foi uma das primeiras mulheres negras politicamente influentes no país. Almerinda foi a única representante feminina a participar como delegada-eleitora da escolha de deputados classistas para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933, também foi candidata a uma vaga na Câmara Federal, nas eleições de outubro de 1934, representando o Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos da Federação do Trabalho do Distrito Federal. (TENÓRIO, 2020)

Imagem 1: Almerinda Farias Gama – panfleto da candidatura para eleições de 1934



Fonte: CPDOC/FGV, *apud* TENÓRIO (2020), p. 84

Em 1935, como já mencionado Antonieta de Barros tomou posse como parlamentar (suplente) na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, sendo ela a primeira mulher negra a ocupar um cargo eletivo no Brasil. A trajetória e atuação parlamentar de Antonieta de Barros é importante e demonstra como apesar das significativas barreiras impostas às mulheres negras no período, uma trajetória particular possibilitou a emergência de uma voz que ecoava demandas desse grupo no parlamento Catarinense. Seu mandato deixou um legado inspirador defendendo o acesso à educação pública e a valorização do magistério, entre outras pautas. Sua trajetória inaugura a presença de mulheres negras brasileiras nos espaços do Poder Legislativo, em um período em que o reconhecimento da cidadania plena ainda era um horizonte distante para a maioria da população negra e feminina. (ROMÃO, 2021)

Imagem 2: Antonieta de Baarros



Fonte: Biblioteca Nacional
Série brasileira fotográfica.
Acesso em 28/09/2025.

⁸ Ela participou dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte, entre 1934 e 1935, sendo a primeira mulher brasileira a ser eleita deputada federal. Profissionalmente era médica, escritora e pedagoga. Como política teve atuação importante na luta pelos direitos políticos das mulheres no Brasil. Para mais informações consultar: SCHPUN, Mônica (1999) - Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz.

Outra mulher negra, com atuação política significativa foi Laudelina de Campos Melo, que em 1936 já era filiada ao Partido Comunista quando fundou a primeira Associação Profissional de Empregados Domésticos. De acordo com Bernardino-Costa (2015), a associação surge com o objetivo de conquistar o status jurídico de sindicato visando negociar o reconhecimento da categoria e conquistar direitos trabalhistas. Laudelina de Campos Melo estava articulada com o movimento sindical e com a própria Frente Negra Brasileira. A Associação criada enfrentou grandes dificuldades em fazer com que suas demandas ascendessem à agenda política institucional e acabou sendo dissolvida durante o Estado Novo, contudo ainda assim a iniciativa representou um avanço na luta por reconhecimento e dignidade profissional das trabalhadoras domésticas.

Imagem 3 – Laudelina de Campos Melo



Fonte: Livro de Elisabete Pinto, 2015.

Ao observarmos as mobilizações da população negra no período, Guimarães e Macedo (2008) afirmam que a Frente Negra Brasileira (FNB) foi o primeiro movimento político negro de caráter nacional no período Republicano, fundada em São Paulo logrou expandir-se para outros Estados do país. Edilza Sotero (2015) analisa como se deu o papel das lideranças negras no processo de institucionalização de demandas políticas da população negra em interlocução com partidos políticos. Para a autora a Frente Negra Brasileira (1931) constituiu-se como uma organização capaz de canalizar as reivindicações políticas coletivas de grupos negros organizados, assumindo a tarefa de reunir as propostas que circulavam no interior das mobilizações negras, como registrado no artigo 4º de seu Estatuto:

Art. 4º – Como força política organizada, a FRENTE NEGRA

BRASILEIRA, para mais perfeitamente alcançar os seus fins sociais, pleiteará, dentro da ordem legal instituída no Brasil, os cargos eletivos de representação da Gente Negra Brasileira, efetivando a sua ação político-social em sentido rigorosamente brasileiro.

Por esse motivo, a Frente Negra Brasileira foi um espaço institucionalizado com proposições políticas eleitorais, que inclusive converteu-se em partido político em 1936 e pretendia participar das disputas eleitorais do ano seguinte defendendo um projeto nacionalista. Desde sua criação a FNB assumiu um projeto de denúncia e enfrentamento do racismo, que tinha como ponto central de suas articulações a busca pela integração do negro à ordem social vigente. A mobilização em massa de pessoas negras fez com que alguns setores das elites do período a acusassem de insuflar o conflito e o ódio racial, argumento ancorado nas formulações sobre a identidade nacional pautadas pelo mito da democracia racial. (DOMINGUES, 2007)

De acordo com Sotero (2015), mesmo que a conjuntura tenha favorecido a criação de grupos políticos, o surgimento da FNB também estava relacionado a um sentimento dos negros paulistas de que o sistema político tradicional os havia abandonado. Dessa maneira, a pouca absorção das reivindicações dos ativistas negros pela elite política do período explica a baixa presença de pessoas negras nos partidos políticos e a decisão por formar associações independentes de partidos políticos e, posteriormente, a proposta de construção de um partido político em que a questão racial fosse central nos debates.

A presença e atuação das mulheres negras no âmbito da Frente Negra Brasileira foi analisada por Domingues (2007) que concluiu que apesar de não terem ocupado as principais funções e cargos da entidade, a atuação delas foi imprescindível para manter a união e coesão da organização. Nota-se, por exemplo, que na sede central, elas criaram agrupamentos específicos: as Rosas Negras e a Cruzada Feminina; nas delegações do interior paulista e em outros Estados foram criados departamentos femininos. É bem verdade que a questão da mulher negra não era tratada nos termos da busca pela emancipação feminina, a abordagem em geral seguia a concepção de gênero predominante à época. Mesmo estando presentes e participativas na Frente Negra Brasileira, as mulheres frequentemente estavam alocadas nos trabalhos recreativos e de assistência social. (DOMINGUES, 2007)



Grupo Rosas Negras/ Arquivo pessoal de Marcio Barbosa

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.
Série brasileira fotográfica.
Acesso em 28/09/2025.

A Frente Negra Brasileira foi extinta em 1937 durante o endurecimento do Regime Vargas e a suspensão das atividades partidárias autônomas, o que marcou um período de interrupção forçada na organização política negra. Contudo, as sementes plantadas pela FNB, com sua busca por cidadania plena e denúncia do racismo continuaram inspirando gerações futuras de militância negra. Assim, anos mais tarde em 1944, no Rio de Janeiro, surgiria o Teatro Experimental do Negro (TEN) com uma abordagem cultural e artística, sem se esquivar de posicionamentos políticos e aproximações partidárias para defesa de melhores condições de vida para população negra brasileira.

O Teatro Experimental do Negro (TEN) foi fundado por ativistas, artistas e intelectuais, entre eles a liderança mais conhecida é Abdias do Nascimento, a organização tinha como objetivo fomentar o combate ao racismo por meio da cultura, buscando promover uma representação cultural que valorizasse as contribuições históricas dos afro-brasileiros. O TEN desenvolveu uma relevante atuação política no período sendo, por exemplo, um dos organizadores da Convenção Nacional do Negro Brasileiro. Segundo Sotero (2015) este foi o primeiro evento de maior visibilidade que pretendia influenciar as disputas eleitorais para a sucessão presidencial e para a formulação da nova Constituição. Registros do Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-brasileiros (IPEAFRO) informam que:

A Convenção Nacional do Negro Brasileiro lançou, em 1945, o **Manifesto à Nação Brasileira**, reivindicando que a nova Carta Magna explicitasse a origem étnica do povo brasileiro, definisse o racismo como crime de lesa-

pátria e punisse a sua prática como crime. O Manifesto também demandou políticas positivas de igualdade racial, como bolsas de estudos e incentivos fiscais. Vários partidos subscreveram o Manifesto, inclusive o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) de Luiz Carlos Prestes. Mas quando o senador Hamilton Nogueira apresentou o projeto, a Assembleia Nacional Constituinte de 1946 o rejeitou sob a alegação de inexistirem provas de discriminação racial no país. (IPEAFRO, acesso em set/2025)

A Convenção Nacional do Negro Brasileiro foi relevante por seu ideal de união dos negros de diferentes matizes ideológicas, entendendo que havia um objetivo central e unificador que era a reivindicação dos direitos sociais e políticos. Edilza Sotero (2015) demonstra isso com a argumentação de Aguinaldo Camargo, então secretário político da Convenção, que escreveu:

O sentido político da Convenção não é de caráter partidário. A assembleia é composta de elementos de todos os Partidos Políticos atuais. Os rumos que deveremos tomar serão todos de feição democrático e de contínua vigilância aos Partidos. Estaremos, individualmente, em todos os Partidos. Mas estaremos fiscalizando a sua atitude em relação aos negros, mulatos e mestiços. Apresentaremos a todos eles nossas reivindicações mínimas e seremos as sentinelas dessas reivindicações (Senzala, janeiro de 1946, p. 11, Apud. Sotero 2015).

Mesmo enfrentando controvérsias e sendo criticada por algumas lideranças negras paulistas, a Convenção ocorreu e teve papel simbólico relevante na medida em que sistematizou as demandas, articulou a chegada das reivindicações ao Parlamento e fomentou um debate político dentro do espaço institucional que não existiria sem a provocação deste grupo. O resultado obtido foi aquém do almejado, mas o TEN e outras organizações do período seguiram denunciando os casos de racismo, o que criou as condições para que em 1951 fosse sancionada a Lei Afonso Arinos, a primeira lei brasileira a tipificar o racismo como contravenção penal.

Imagem 5: Sofia de Campos Teixeira



Fonte: Vanguarda Socialista, 1947, *apud* SOTERO, 2016.

Nesse mesmo período, mais precisamente em 1947, o nome da professora Sofia de Campos Teixeira surge como uma referência na geração jovem da mobilização negra. Ela era integrante da Esquerda Democrática em São Paulo, que deu origem ao Partido Socialista Brasileiro e em sua primeira eleição, em 1947, entre os candidatos negros figurava também Sofia de Campos Teixeira. De acordo com Sotero (2015), Sofia de Campos esteve na direção do departamento feminino do Diretório Estadual de São Paulo da Convenção Nacional do Negro, colaborou na criação da Associação das Empregadas Domésticas e defendia a sindicalização da categoria. Enquanto candidata não teve votos suficientes para ser eleita, tão pouco seu partido alcançou o coeficiente eleitoral naquele pleito; ainda assim é um nome importante que ilustra a presença de mulheres negras nas disputas eleitorais naquele período.

Retomando a atuação do Teatro Experimental do Negro (TEN), é necessário destacar a criação do Conselho Nacional de Mulheres Negras, em 1950, liderado por Maria Lourdes Vale Nascimento, o Conselho tinha como objetivo “*lutar pela integração da mulher negra na vida social, pelo seu alevantamento educacional, cultural e econômico.*” (OLIVEIRA, 2018, p. 48)

Maria Lourdes Vale Nascimento, jornalista e assistente social, era autora da coluna Fala Mulher do jornal Quilombo produzido pelo TEN. De acordo com Silva (2010), esse era um dos jornais do terceiro momento da imprensa negra (1945 até 1963), o movimento denominado imprensa negra foi reestruturado pós-ditadura varguista, sendo que entre outros temas esse jornal circulava informações sobre as candidaturas de pessoas negras para as eleições de 1950. A coluna

Fala Mulher de Maria Lourdes Vale Nascimento abordava a questão da educação para as mulheres negras e seus filhos, tratava dos modos como as mulheres negras poderiam alcançar a emancipação, principalmente através da luta pelos direitos para as trabalhadoras domésticas, assim como estimulava a participação política das mulheres negras, como consta do trecho abaixo:

Imagem 6: Maria de Lourdes Vale Nascimento



Fonte: Museu da Pessoa de Franca

Se nós, mulheres negras do Brasil, estamos mesmo preparadas para usufruir os benefícios da civilização e da cultura, se quisermos de fato alcançar um padrão de vida compatível com a dignidade da nossa condição de seres humanos, **precisamos sem mais tardança fazer política... Precisamos constituir um exército de eleitoras pesando na balança das urnas.** Usar o máximo as franquias democráticas que nos asseguram o direito que é também o sagrado dever cívico de votar e sermos votadas para qualquer pleito eletivo nas próximas eleições de 3 de outubro. (Jornal Quilombo, ano II, n. 6, Rio de Janeiro. 1950. Apud SILVA, 2010, p.32).

Como nota-se há uma consciência sobre a importância da participação política. Organizações como o Teatro Experimental do Negro e seu Conselho Nacional da Mulher Negra promoviam esse debate e articulação de demandas por ampliação da participação negra na política, em especial das mulheres negras. De acordo com Edilza Sotero (2015) *“no pós-Estado Novo, [existia] uma conjuntura que favoreceu a emergência da temática racial na cena política, fruto, em grande parte, da atuação de lideranças negras e da permeabilidade de partidos políticos ao assunto, especialmente os de grande relevância tanto no cenário eleitoral quanto pela possibilidade de intervenção no Estado.”* (SOTERO, 2015, p. 279)

Apesar da abertura à temática racial, as condições efetivas de participação política estavam marcadas pela estrutura no sistema político-eleitoral que limita a presença de mulheres e pessoas negras nos espaços decisórios. Nesse contexto, pode-se afirmar que foram as organizações da sociedade civil que articularam as demandas desses grupos e de modo sistemático apresentaram propostas aos partidos políticos. A emergência de lideranças e organizações propondo debates sobre gênero e raça foi um marco fundamental para tensionar o Estado sobre a necessidade de inclusão de novos sujeitos e pautas no cenário político.

Prova disso foi a aproximação das organizações negras com os partidos políticos à época, em especial, o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Trabalhista Brasileiro. De acordo com Guimarães e Macedo (2008), o Partido Comunista Brasileiro foi o primeiro a buscar aproximações com o Teatro Experimental do Negro no final dos anos 1940, contudo enfrentou muita resistência dos negros que buscavam tratar de uma agenda própria independente da questão da luta do proletariado. Tais dificuldades distanciaram Abdias do Nascimento que alcançou dentro do Partido Trabalhista Brasileiro a criação de um Diretório Negro no Rio de Janeiro, então capital do país, o mesmo partido que o lançou candidato a vereador nos anos seguintes.

A Era Vargas (1930 -1945) caracterizou-se, em suas duas⁹ fases iniciais, por um contexto de forte agitação popular, momento em que como já mencionado observou-se a ampliação das articulações políticas das organizações negras, com destaque para a Frente Negra Brasileira. Na terceira fase, Estado Novo (1937-1945), foi um período de regime ditatorial, em que ocorreu a repressão e desarticulação das mobilizações sociais. Com o fim do regime, no final dos anos 40 e início dos anos 50, observa-se o ressurgimento das mobilizações negras com nova roupagem e estratégias políticas, com destaque para a atuação do Teatro Experimental do Negro.

Em sua análise, sobre o período de 1945 e 1950, Sotero (2015) conclui que as lideranças que tinham legitimidade nas organizações negras não conseguiram converter esse capital político para o campo eleitoral. Apesar de serem porta-vozes das demandas da população negra, eles tiveram severas dificuldades para tornarem-se políticos profissionais, devido à alta concorrência eleitoral e ao baixo desempenho dos partidos políticos a que esses ativistas estavam vinculados. (SOTERO, 2015). É destacado também que naquele período existiram eleitos negros que na história dos políticos negros do Século XX geralmente não estão presentes¹⁰, isso porque eram pessoas que não estavam

vinculadas às organizações negras vistas com legitimidade para abordar a questão racial. Um exemplo de como as organizações negras buscaram catapultar algumas de suas lideranças para ocupação de espaços na representação política é o caso de Abdias do Nascimento. O intelectual e ativista se apresentou como candidato em 1947, 1950, 1954 e 1962. Em 1947 ele foi um dos criadores do Diretório do Negro no PTB, buscou ser candidato deste partido, mas não teve apoio da direção da sigla; por isso candidatou-se pelo Partido Republicano Democrático (PRD), em que teve uma votação pouco expressiva e seu partido não alcançou o coeficiente eleitoral. Naquele momento o discurso de Abdias do Nascimento enfatizava a necessidade de ocupar um cargo político para que pudesse exercer a militância numa esfera estratégica. As candidaturas de 1950 e 1954 *“foram frustradas por problemas que conjugaram falta de apoio partidário e dificuldades de registro eleitoral.”* (SOTERO, 2015, p.170)

Em 1962, Abdias do Nascimento ainda se candidatou a Deputado Estadual pelo PTB com destaque para sua atuação na área da cultura e das organizações negras, sendo que as propostas de campanha enfatizavam as Reformas de Base e ampliação dos investimentos na cultura popular em alinhamento com seu partido. Nessas eleições o coeficiente de Abdias para se eleger também não foi suficiente, ainda assim este foi um momento importante para formação de alianças políticas com lideranças do partido. Nascimento destaca que *“O PTB de João Goulart e de Brizola tinha tudo a ver com minha orientação política, embora a questão racial ainda não ganhasse ressonância.”* (NASCIMENTO, 2009, p. 10. Apud. Sotero, 2015, p. 179)

Nas candidaturas de Abdias do Nascimento, conforme analisado por Sotero (2015), há um apelo inicial pelo voto negro e os discursos indicam a crença de que era possível arregimentar esses votos considerando as organizações negras que sistematizavam e vocalizavam tais reivindicações. Com o passar dos ciclos eleitorais ocorreu uma mudança na narrativa e um entendimento influenciado pela falta de sucesso nas campanhas dos candidatos negros legitimados. Passou-se a compreender que o voto negro não havia se constituído, nem estava em fase de formação e, por isso, tratar o negro em sua condição de *‘povo’* poderia render mais frutos. Processo esse observado nas sucessivas candidaturas de Abdias do Nascimento, conforme relata Edilza Sotero (2015).

2.3 Ditadura Militar e rearticulação dos movimentos sociais (1960-1980)

Durante o período da ditadura militar (1964–1985), o Brasil viveu o fechamento dos canais institucionais de participação e a intensificação da repressão aos movimentos sociais. A perseguição política e a censura limitaram o debate público e interromperam processos organizativos que haviam se fortalecido nas décadas anteriores. Sob a justificativa da segurança nacional, o regime militar perseguiu sistematicamente as organizações de base e reprimiu as coletividades dissidentes. Como destaca Flávia Rios (2015) em sua análise, as ditaduras exerceram efeitos profundos sobre o ativismo negro: *“A ditadura Vargas fez a Frente Negra uma experiência inacabada...” (VS, 29,1979, p.38). No segundo caso, com o golpe de 1964, ter-se-ia rompido o processo de reflexão do movimento negro que, necessariamente, o levaria a um engajamento à gauche.”* (Rios, 2015, p. 73)

Durante o chamado “milagre econômico”, a população negra permaneceu à margem dos benefícios do crescimento. As políticas econômicas concentraram renda, agravaram as desigualdades sociais e mantiveram a população negra em grave condição de vulnerabilidade socioeconômica. A repressão policial também se intensificou de modo seletivo e racista, com práticas de vigilância, encarceramento e tortura voltadas a garantir uma subalternidade baseada no medo. Falar sobre discriminação racial era considerado crime de subversão e, portanto, o racismo tornou-se um tema proibido. Apesar do silenciamento imposto, o movimento negro renasceu gradualmente a partir dos anos 1970, impulsionado por novas referências políticas e culturais que circularam naquele contexto de fechamento autoritário

⁹ Refere-se às duas primeiras fases da Era Vargas: o Governo Provisório (1930-1934), marcado pela centralização do poder e governação por decretos após a Revolução de 1930; e o Governo Constitucional (1934-1937), período regido pela Constituição de 1934, mas de intensa instabilidade política que culminou no golpe do Estado Novo.

¹⁰ A literatura sobre o movimento negro costuma omitir figuras como Paulo Lauro (Prefeito de SP em 1947 e Deputado Federal em 1950 pelo PSP). Segundo Sotero (2015), essa exclusão ocorre porque tais políticos não integravam o “meio negro”, ou seja, o círculo de associações e militantes intelectuais. A autora aponta um paradoxo: enquanto lideranças “legitimadas” pelas organizações negras enfrentavam dificuldades eleitorais, políticos como Paulo Lauro obtinham sucesso via alianças com elites tradicionais. Por não possuírem trajetórias vinculadas a militância racial, eram vistos com desconfiança e percebidos como “não legítimos” para vocalizar as demandas da população negra. E isso se reflete na pouca produção acadêmica de figuras como ele.

A tradição de luta contra o racismo, identificável nas duas primeiras fases do movimento negro brasileiro, foi importante para o surgimento, em meio a um período de ditadura militar, do movimento negro contemporâneo no Brasil, no início da década de 1970. No entanto, podemos encontrar várias características específicas nesse movimento contemporâneo, como, por exemplo, o fato de que, diferentemente de momentos anteriores, a denúncia do chamado “mito da democracia racial” e a construção de uma identidade negra racializada foram o fundamento a partir do qual se articularam as primeiras organizações. (Amilcar Pereira, 2012, p. 161)

Um exemplo destacado por Pereira (2012) foi o Grupo Palmares, fundado em 1971, que de modo pioneiro propôs a substituição do 13 de Maio, data da abolição da escravidão, pelo 20 de Novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, como marco da consciência e resistência negra. O gesto foi simbólico e profundamente político ao deslocar a celebração da benevolência branca para a celebração da insurgência negra. O ressurgimento do movimento negro no Brasil inaugurou uma nova gramática da luta racial no país.

Esse processo e muitas outras articulações por todo país culminaram na fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU), em 1978, em São Paulo. O ato público que marcou sua criação foi motivado por um fato muito violento, o assassinato do jovem Robson Silveira da Luz pela polícia paulista, esse ocorrido catalizou a revolta de intelectuais e ativistas concretamente demonstrada no Ato de fundação do MNU. A partir de então o MNU consolidou-se como um movimento permanente de denúncia e mobilização política da população negra. Debatendo as desigualdades raciais, contestando a falsa harmonia racial, denunciando o racismo como pilar estrutural da desigualdade brasileira.

Diante disso, nós, negros, tivemos que ir à luta praticamente sozinhos e, sobretudo nos anos 1970, inspirados muito pela nossa própria história, pela nossa história de resistência, de postura democrática já em Palmares, no século XVII, democrática do ponto de vista racial. Partindo para nos organizar, vamos ter, nos anos 1970, todo o renascer do movimento negro na nossa sociedade. (Lélia Gonzalez, 1988, p. 342)

Enquanto o movimento negro se reerguia como força política sob repressão, o movimento feminista também se reorganizava, em paralelo, nas brechas da mesma conjuntura autoritária. A década de 1970 é reconhecida pela literatura como marcada pelo

levante da segunda onda feminista no Brasil, que emergiu em meados da década em estreita relação com os movimentos de oposição ao regime militar. A articulação pública do feminismo em 1975, declarado pela ONU o Ano Internacional da Mulher, ocorreu num contexto de repressão política e controle da sociedade civil.

O feminismo brasileiro que se consolidava nesse período retomou a máxima de que “*o pessoal é político*”, desafiando a dicotomia entre o público e o privado e trazendo para o campo político temas até então considerados íntimos, como a maternidade, ao aborto e a questão do combate à violência doméstica. Mulheres que haviam participado da resistência à ditadura, dentro ou fora das organizações clandestinas, desempenharam papel decisivo nesse ressurgimento. A experiência do exílio foi igualmente relevante, o contato com o feminismo europeu e latino-americano forneceu novas referências teóricas e práticas para repensar a opressão de gênero e o papel político das mulheres. (KREUZ, 2018)

Contudo, vale ponderar que a expansão do movimento feminista ocorreu em meio a profundas tensões com a esquerda tradicional. As feministas foram acusadas de fragmentar a luta maior pela democracia e, em muitos casos, seus companheiros de militância consideravam ilegítimas as reivindicações por igualdade de gênero, por julgarem que desviavam o foco. Para manter alianças com setores amplos da oposição, inclusive com a Igreja Católica, temas como sexualidade e aborto eram restritos a pequenos grupos de reflexão e evitados no discurso público. Como observa Pinto (2003):

“O feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um difícilíssimo paradoxo: ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês.” (PINTO, 2003, p.45)

Apesar dessas tensões, o movimento feminista cresceu e se diversificou. A criação de periódicos como *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*¹¹ e de instituições como o Centro da Mulher Brasileira (CMB), criado em 1976, fortaleceu redes feministas e consolidou um campo político, que combinava militância, produção intelectual e formação política. O CMB surgiu no Rio de Janeiro como um desdobramento da "Semana de Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira" constituindo-se como um espaço de atuação política, oposição à ditadura, além de promover ativamente a produção intelectual através da realização de pesquisas, estudos e debates sobre a situação da mulher trabalhadora, sexualidade e métodos anticoncepcionais. (LEITE, 2003; SOIHET, 2007)

De acordo com Cristiano Rodrigues e Viviane:

“Em 1975, quando as feministas se reuniram na Associação de Imprensa para o Congresso de Mulheres Brasileiras, solenidade pelo Ano Internacional da Mulher, Lélia Gonzalez e suas companheiras ali compareceram para apresentar um documento no qual caracterizavam a situação de opressão e exploração da mulher negra. O Manifesto das Mulheres Negras foi o primeiro de uma série de posicionamentos formais de feministas negras contra o que denominavam de “feminismo branco hegemônico”. Nos anos seguintes, houve a fundação de vários grupos de mulheres negras: Aqualtune, 1979 (Rio de Janeiro, RJ); Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, 1983 (Rio de Janeiro, RJ); Mãe Andresa, 1986 (São Luís, MA); Mulheres Negras do Espírito Santo, 1987 (Vitória, ES); Maria Mulher, 1987 (Porto Alegre, RS), Geledés – Instituto da Mulher Negra, 1988 (São Paulo, SP) (RODRIGUES, 2006; RIOS, 2017; RIOS; MACIEL, 2018; FREITAS, 2018).

Apesar de a emergência de grupos organizados de mulheres negras ter-se iniciado no final da década de 1970, foi a partir da segunda metade dos anos 1980 que começaram a estabelecer maior autonomia em relação às organizações dos movimentos feminista e negro. (RODRIGUES e FREITAS, 2021, p.5 e 6)

Ao mesmo tempo em que o feminismo expandia suas pautas e estruturas organizativas, o movimento negro consolidava sua nova fase na luta antirracista. As mulheres negras estiveram presentes e atuantes nesses dois processos. Inseridas tanto nas lutas antirracistas quanto nas mobilizações feministas, começaram a denunciar as invisibilizações simultâneas, já que a questão racial era secundarizada no movimento feminista, assim como a questão de gênero era secundarizada no movimento negro.

Essa dupla crítica deu origem às organizações autônomas de mulheres negras. Elas passaram a vocalizar uma agenda em que a ideia central das opressões cruzadas e indissociáveis de gênero, raça e classe já estava presente em seu repertório discursivo desde os anos 1970 e 1980, embora o termo "interseccionalidade" tenha sido cunhado apenas em 1989. Flávia Rios (2017) argumenta que a participação das mulheres negras nesses movimentos sociais e em círculos políticos de esquerda, todos atuando contra a ditadura, foi importante para o surgimento de sujeitos políticos independentes. Essa confluência entre as lutas feministas e negras foi decisiva para a politização da experiência das mulheres negras e para a formação de lideranças que, como Benedita da Silva, transitariam do ativismo social à política institucional, levando essas pautas para o interior do Estado.

Assim, no contexto da ditadura militar tanto o movimento feminista quanto o movimento negro, cada um à sua maneira fizeram importante contraposição ao regime,

se rearticularam até criarem as possibilidades de participação política. Esses processos, ainda que gestados sob censura e repressão, produziram as condições históricas para que as mulheres negras se tornassem sujeitos políticos visíveis na redemocratização. Foi dessa confluência de resistências que emergiram as bases políticas para a entrada das mulheres negras na cena institucional da democracia brasileira.

¹¹ Os dois periódicos são identificados pela literatura como a imprensa feminista alternativa que surgiram no Estado de São Paulo e funcionaram como um espaço de expressão para as ideias feministas e a oposição à ditadura militar. O *Brasil Mulher*, publicado pela Sociedade Brasil Mulher, circulou de 1975 a 1980. O *Nós Mulheres*, publicado pela Associação de Mulheres, circulou entre 1976 e 1978. As militantes editoras de ambos os jornais eram majoritariamente oriundas da esquerda: o coletivo do *Brasil Mulher* era conhecido por ter a presença de membros do PCdoB, APML e MR8, enquanto o coletivo do *Nós Mulheres* se originou, em grande parte, de feministas que integravam o Círculo de Mulheres de Paris e outras parceiras.

2.4 Redemocratização e o movimento de mulheres negras (1980)

À medida que o regime militar entrava em crise e a abertura política se tornava irreversível, as mobilizações sociais também se transformavam. Esse é o contexto de surgimento dos primeiros coletivos autônomos de mulheres negras. As mulheres negras começaram a se articular de maneira independente, com o objetivo de garantir que suas pautas não fossem silenciadas ou negligenciadas. Esse período de efervescência autônoma contou com a intensa atuação de intelectuais negras proeminentes, cujas contribuições foram fundamentais para a formulação teórica e a prática política dos novos coletivos.

“Kia Lilly Caldwell (2010) destaca a importante tradição intelectual de mulheres negras brasileiras surgida nos anos 1970 e 1980 – com obras de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Thereza Santos, Edna Roland, Luiza Bairros, Matilde Ribeiro e Fátima Oliveira – que, conjugada à dupla militância, tornou-se fundamental para a construção do pensamento e da prática feminista negra no Brasil.” (RODRIGUES e FREITAS, 2021, p.4)

Nas palavras de Sueli Carneiro (2011), a criação desses coletivos foi uma resposta direta à marginalização das mulheres negras.

“As mulheres negras assistiram, em diferentes momentos de sua militância, à temática específica da mulher negra se secundarizada na suposta universalidade de gênero. (...) Ou seja, o movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres. (...) É a consciência desse grau de exclusão que determina o surgimento de organizações de mulheres negras de combate ao racismo e ao sexismo, tendo por base a capacitação de mulheres negras, assim como o estímulo à participação política, à visibilidade, à problemática específica das mulheres negras na sociedade brasileira, à formulação de propostas concretas de superação da inferioridade social gerada pela exclusão de gênero e raça, e à sensibilização do conjunto do movimento de mulheres para as desigualdades dentro do que o racismo e a discriminação racial produzem.” (Carneiro, 2011, p. 121-122)

Nesse período, Lélia Gonzalez era uma das figuras centrais, ela articulava seus conhecimentos acadêmicos, com a militância orgânica e uma atuação na política

institucional. De acordo com Rios (2015), ela esteve na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo que entre 1981 e 1984 atuou na Diretoria-Executiva do PT Nacional. Foi também na década de 1980 que Lélia Gonzalez e Benedita da Silva se conhecem e firmam um forte vínculo de amizade e colaboração dentro do PT, em 1983 ambas foram candidatas pelo Partido. Suas candidaturas trouxeram a afirmação da identidade e a articulação entre raça, gênero e classe de modo explícito, o que nos possibilita dizer que essas duas personagens são àquelas que lançaram as primeiras sementes para as dezenas de parlamentares negras que chegariam ao Congresso Nacional nas décadas seguintes.

Imagem 7: Lélia Gonzalez, Benedita da Silva e Abdias do Nascimento



Fonte: redes sociais de Benedita da Silva.
Acessado em 20/05/2025.

Nessas eleições, Lélia Gonzalez não conseguiu se eleger, já Benedita da Silva deu início ali a sua longa carreira política tornando-se vereadora da cidade do Rio de Janeiro. Flávia Rios (2015) afirma que nesse primeiro mandato Lélia Gonzalez atuou como assessora parlamentar de Benedita da Silva, sendo sub-chefe de gabinete e apoiando os primeiros passos do mandato político. *“Lélia trabalhava na elaboração de discursos, na maior inserção política de Benedita em outros espaços políticos como o movimento negro e o movimento feminista, além do circuito intelectual, este último completamente estranho à vereadora e totalmente familiar a sua assessora.”* (Rios, 2014, p. 104)

Na próxima seção deste capítulo a trajetória de Benedita da Silva será detalhada e analisada, ela é sem dúvidas a mais importante mulher negra que ocupou cargo eletivo na

política brasileira e sua história será um dos fios condutores deste trabalho que busca justamente compreender as trajetórias e a atuação política das mulheres negras no Congresso Nacional. Lélia Gonzalez rompeu com o Partido dos Trabalhadores em 1985 e os motivos para sua saída foram as dificuldades para inserção da temática racial e de gênero na plataforma política do partido no Rio de Janeiro. No mesmo ano, foi criado, em subordinação ao Ministério da Justiça, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em que Lélia Gonzalez e Benedita da Silva atuaram como conselheiras.

Relevante mencionar também que antes da Constituinte, com o retorno do pluripartidarismo, a interlocução entre o movimento negro e os partidos políticos ocorreu de modo intenso. Conforme Santos (2015), quatro partidos destacaram-se na incorporação de militantes negros em seus quadros, são eles: PMDB, PT, PDT e PTB. De acordo com Rios (2014) a maior parte dos ativistas vinculados ao Movimento Negro Unificado na década de 1980 apoiava o Partido dos Trabalhadores (PT), sendo que o PMDB e o PDT também acolheram lideranças negras importantes. O PT, em especial, tornou-se um polo de atração para ativistas negros alinhados com a esquerda, enquanto o PDT e o PMDB abrigaram figuras com perfil mais moderado ou vinculado à tradição trabalhista. A atuação dessas lideranças em partidos e no Estado foi fundamental para a posterior inclusão da temática racial na agenda pública brasileira.

Os intensos debates do período da Constituinte mobilizaram toda a sociedade brasileira em torno da construção de uma Carta Magna que lograsse abarcar os desejos da população. Diversos eventos e mobilizações ocorreram no período, com destaque para o *Encontro Nacional do Negro e a Constituinte*, realizado em 1986 em Brasília, por articulação do Movimento Negro Unificado que buscou debater e vocalizar as reivindicações da população negra para a Assembleia Nacional Constituinte.

Em relação à questão racial, durante a 48ª Legislatura (1987-1991), os parlamentares negros perfaziam 3% do Congresso Nacional. Johnson III (2000) destaca a atuação de três deles: Benedita da Silva, Carlos Alberto Caó e Paulo Paim. A deputada Benedita empenhou-se em defender melhores condições para as mulheres negras, sobretudo as pobres; o deputado Carlos Caó dedicou-se a criminalização da discriminação racial; ao passo que o deputado Paulo Paim legislou no sentido de melhorar as condições dos negros no mercado de trabalho. A “*Bancada Negra da Constituinte*” era formada por quatro parlamentares, a saber: Benedita da Silva (PT/RJ); Carlos Alberto Caó

(PDT/RJ), Edmilson Valentin (PDT/RJ) e Paulo Paim (PT/RS), conforme consta da imagem abaixo. (Santos, 2015)

Imagem 8: Parlamentares Negros na Constituinte de 1988



Da esquerda para a direita: Edmilson Valentin, Carlos Alberto Caó, Benedita da Silva e Paulo Paim.

Em relação a pauta das mulheres, Luana Simões (2006) destaca também que a mudança de regime político – do autoritarismo para a abertura democrática – explicam em parte o incremento da presença feminina no Parlamento a partir de 1986. O documento *Carta das Mulheres aos Constituintes*, formulada em 1987, por articulação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres sistematiza as principais demandas de gênero para a nova Carta Magna. O processo Constituinte de 1988 contou com forte atuação do conhecido *lobby do batom* que articulou a pauta de maneira suprapartidária, superou obstáculos e preconceitos, logrando incluir no artigo 5º da Carta Magna, por exemplo, que “*homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.*”

Imagem 9: Encontro A Mulher e a Constituição



Os anos posteriores serão analisados ao longo deste trabalho, contextualizando às trajetórias das parlamentares negras que foram eleitas entre os anos de 1991 até o ano de 2023. Por isso, neste primeiro capítulo não seguiremos aprofundando as reflexões sobre a atuação política das mulheres e das pessoas negras nos anos 90 em diante. Vale destacar apenas, que *“de meados de 1990 em diante o debate sobre relações raciais deixa de ser tema marginal e ganha maior audiência no espaço público, ganhando até mesmo reações organizadas.”* (Rios, 2015) Desse modo, o recorte temporal desse estudo foi selecionado considerando-se a ascensão do movimento de mulheres negras no Brasil, a maior audiência para o debate sobre relações raciais, as intervenções estatais para buscar minimizar as desigualdades, assim como a ampliação gradual e constante de mulheres negras no parlamento federal a partir da década de 1990.

Portanto, o que se buscou demonstrar nessa sessão foi parte do histórico de mobilizações e debates sobre as questões de gênero e raça vinculadas à política eleitoral ao longo do século XX. Os fatos narrados permitem afirmar que organizações sociais de pessoas negras e de mulheres desde o início do século debatem e requerem uma ampliação de suas presenças nos espaços de tomada de decisão. Apesar dos avanços graduais, muitas vezes limitados, o tensionamento produzido por essas organizações trouxe pouco a pouco as pautas para dentro dos partidos políticos e, na sequência para dentro de instituições, como os parlamentos estaduais e federal.

Além disso, busquei nessa seção apresentar brevemente algumas das mulheres negras pioneiras na política que foram: Antonieta de Barros, Almerinda Farias Gama, Laudelina de Campos Mello, Sofia de Campos Teixeira, Maria Lourdes Vale Nascimento, Lélia Gonzalez e Benedita da Silva. Das sete, apenas duas efetivamente lograram exercer mandatos políticos (Antonieta e Benedita); porém entre a história de uma e de outra várias mulheres negras vocalizaram demandas políticas que articulavam gênero, raça e classe. Acredito que há em comum nas sete personagens um *fazer* político interseccional, requerendo das institucionalidades atenção e melhoria para as condições de vida das mulheres negras ao longo do século XX. Certamente dezenas, centenas de outras mulheres negras ombrearam suas lutas e atuaram coletivamente para alcançar esse ideal.

Juntas, essas mulheres compõem um mosaico de resistência. Suas biografias, entrelaçadas, mostram que a luta pela participação e representação política esteve ao

longo da história no horizonte de lutas das mulheres negras, assim como o direito à palavra e à voz para poder definir a si mesmas e o lugar dos seus sonhos no projeto nacional. Acredito que é sobre este alicerce histórico que se ergue a trajetória de Benedita da Silva.

2.5 A legisladora Benedita da Silva: um elo entre século XX e século XXI

A trajetória política de Benedita Souza da Silva Sampaio constitui um marco histórico na institucionalidade brasileira, tendo em vista sua longevidade política e desempenho eleitoral. “Mulher, negra e favelada” é como ela se denominava em sua primeira campanha eleitoral. Nascida no Rio de Janeiro, em 1942, filha de Ovídia da Conceição, integrante de uma família com oito irmãos, Benedita teve uma infância muito difícil, marcada por carências e abusos, relatados por ela em sua autobiografia publica em 1997 e em entrevistas¹³ públicas.

Ao longo da infância cresceu no Morro do Chapéu Mangueira, onde construiu fortes vínculos comunitários e tornou-se uma liderança local. Nesse mesmo território sua mãe era uma liderança religiosa da Umbanda bastante reconhecida e atuante pela comunidade. Dona Ovídia da Conceição sustentava a família sendo lavadeira e parteira, lavando roupas para famílias influentes da cidade, como a família de Juscelino Kubitschek, e exerceu papel central na socialização política da filha. Em entrevista, Benedita relembra:

Acontece que a minha família é muito matriarcal. Na verdade, o Senhor José largou Dona Ovídia da Conceição para trabalhar na ferrovia, ela ficou lá em Leopoldina. O que minha mãe fez quando viu que o José não aparecia? Ela botou os filhos dentro de um trem e partiu para o Rio de Janeiro com as crianças todas para poder cuidar. E, aí ela foi para a Praia do Pinto, uma favela que hoje não existe. Lá ela fez lá o seu barracão começou a sua vida. E no Chapéu Mangueira ela colocou o terreiro. Minha mãe era umbandista e parteira (SILVA, UMA HISTÓRIA, 2023, Transcrição nossa).

Benedita cresceu em um contexto familiar aberto às discussões políticas, desde muito jovem já atuava na Associação de Moradores e despontava como uma liderança

¹³ Podcast - Escute as mais velhas (27/05/2025)

local. Tendo vivido sua juventude no período da ditadura, ela relata as dificuldades existentes para realização de reuniões e articulações políticas nas favelas.

Quando aconteceu o golpe militar, eu tinha 22 anos e, por ser mulher, não sofri uma repressão direta. Mas os sargentos responsáveis pela vigilância da comunidade sabiam que eu ocupava uma posição de liderança no Chapéu Mangueira e começaram a fazer uma guerra psicológica, tentando colocar outras pessoas da comunidade contra mim. (SILVA, 1997, p.53)

Trazendo um breve panorama sobre sua história política, é possível mencionar que em 1982, foi eleita vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Em 1986, foi eleita deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores, tornando-se a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados. Sua participação na Assembleia Constituinte (1987–1988), junto com outras mulheres, abriu caminho para que as pautas de grupos como negros, mulheres, indígenas, criança e adolescente alcançassem a arena legislativa, garantindo que avanços fossem incorporadas ao texto da nova Constituição.

Em 1991, exerce mais um mandato na Câmara dos Deputados e, em 1995, elege-se Senadora da República. Tem experiências importantes no poder executivo estadual e federal, exercendo mandato de Governadora e o cargo de Ministra de Estado. Sendo que em 2011 retorna ao Congresso Nacional como Deputada Federal, reelegendo-se sucessivas vezes com uma atuação parlamentar marcada pela coerência e resiliência, conforme detalharemos nesta seção.

Benedita abriu caminhos para que outras mulheres negras chegassem à institucionalidade política. Simbolicamente sua presença no Parlamento mostra os caminhos possíveis para o tensionamento dos espaços de poder contra a exclusão racial e de gênero na política. Um importante elemento distintivo do mandato de Benedita é que para além de ser uma mulher negra ela sempre defendeu as pautas do feminismo e do antirracismo. Tornando-se ao longo dos anos uma referência, com rico e histórico legado, para as novas gerações de parlamentares negras.

Nas próximas seções trataremos de um aspecto específico de sua trajetória política: sua atuação como legisladora. Benedita é hoje a parlamentar federal negra mais longeva, atualmente segue no exercício de seu mandato na Câmara dos Deputados, o sexto mandato nesta casa legislativa. Examinaremos os temas centrais de sua atuação, as proposições mais relevantes de sua autoria e seus posicionamentos políticos marcantes,

de modo a compreender o percurso parlamentar e o legado que construiu na política brasileira.

2.5.1 Das origens comunitárias à política institucional

(...) cresci percebendo que deveria me engajar politicamente. Eles [os pais] eram analfabetos, mas tinham uma consciência de classe muito grande e também do papel que o negro deveria exercer na sociedade. Diziam que só existia dois caminhos para vencer na vida: a educação e a política. (SILVA, 1997, p.50)

Assim como a própria Benedita relata nesse trecho de seu livro autobiográfico de 1997, sua família mesmo sendo muito humilde criou um ambiente em sua infância que a estimulou a estudar e a se engajar politicamente. Tendo crescido em uma família com poucos recursos, ainda criança Benedita começou a trabalhar para contribuir com o sustento familiar, apesar de ser dedicada estudante enfrentou ao longo de sua trajetória muitas dificuldades no acesso à educação. Em seu livro ela conta:

Sempre tive que conciliar os estudos com o trabalho. Trabalhei desde os 7 anos, vendendo bala, amendoim, limão, engraxando sapato, fazendo carreto na feira. Mesmo quando trabalhava na rua voltava para casa à noite. Foi muito importante para mim não ter perdido o vínculo com a minha família. Podíamos morar num barraco de papelão, mas aquele era o nosso lar, eu tinha essa referência. (SILVA, 1997, p. 25)

Por saber ler e escrever destacava-se em sua comunidade do Chapéu Mangueira, sua inteligência era reconhecida localmente o que a levou a envolver-se nas atividades comunitárias da região, auxiliando os moradores com a alfabetização e a leitura de documentos. Paralelamente, buscou ampliar sua formação realizando curso de auxiliar de enfermagem. Trabalhou na área da saúde por alguns anos quando, e já adulta ingressou no ensino superior. *“Eu fui para Universidade entendendo que eu precisava conhecer o código do dominante, para que eu pudesse dialogar com ele.”* (Benedita da Silva, podcast 2025)

Sendo que, em 1982, aos 40 anos, concluiu a graduação em Serviço Social. Sua formação esteve bastante conectada com seu engajamento político, a formação se entrelaçou à sua experiência comunitária, ampliando a capacidade de articulação política. Importante notar, como sua formação política conectaram seus saberes profissionais com os saberes comunitários desenvolvidos a partir das mobilizações em seu território.

A trajetória comunitária de Benedita da Silva esteve profundamente vinculada às condições de vida das mulheres negras das favelas cariocas. Em 1976, em processo de ascensão dentro da comunidade como liderança, Benedita assumiu a presidência do Departamento Feminino da Associação de Moradores. A partir daí, ampliou sua atuação ao fundar o Departamento Feminino da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro. Essas experiências sedimentaram sua inserção na vida política, forjando uma liderança que emergia da vida comunitária e que, posteriormente, seria capaz de articular movimentos de base, movimento de mulheres e movimento negro em sua atuação parlamentar.

Imagem 10: Panfleto
Benedita da Silva, candidata a
vereadora



Nessas experiências, Benedita construiu as primeiras bases de sua trajetória política: a capacidade de articular reivindicações locais, de dialogar com diferentes grupos sociais e de transformar demandas da comunidade em pautas públicas. Esse protagonismo comunitário coincidiu com o processo de reorganização política do país ao final da ditadura. Foi nesse contexto que Benedita se aproximou do Partido dos Trabalhadores, participando ativamente de sua fundação no Rio de Janeiro. Ao lembrar seu trabalho de

convencimento e mobilização popular para criação do partido ela conta “(...) *eu comecei pelas mulheres. Dizia a elas ‘Vamô embora! Vamos entrar nesse partido. Nesse partido a gente vai ter vez e vai ter voz’.*” (Entrevista - História Oral: PT 40anos) Benedita relata que realizava reuniões nas favelas cariocas e abria oportunidades para que os teóricos do partido dialogassem com a população de modo a difundir os ideais do partido para bases populares, todo seu trabalho resultou em várias novas filiações ao partido e no crescimento do PT no estado do Rio de Janeiro.

Benedita afirma nas entrevistas seu encantamento ao conhecer Luiz Inácio Lula da Silva, desde o início o reconheceu como uma liderança popular que semeava novos sonhos para a população mais pobre. Ela relata que ao longo de toda sua carreira manteve grande proximidade com Lula, que nesse início ele a orientava em relação às diversas tensões internas do partido no Rio de Janeiro. Ela foi convidada por Lula a viajar pelo Brasil e sua presença nas caravanas a projetou nacionalmente como uma liderança popular de origem periférica, capaz de traduzir em linguagem política as demandas das favelas. Nesse período, o PT se consolidava como um espaço de formação de lideranças populares vindas de grupos marginalizados, entre elas mulheres e negros.

Outro elemento decisivo na formação política dela foi sua relação com grupos de mulheres, primeiro as mulheres das favelas suas fiéis apoiadoras políticas, na sequência, dentro do PT, as mulheres do partido foram outro grupo importante. Benedita junto com outras companheiras de partido passam a tensionar internamente em relação às questões de igualdade de gênero e racial. Uma das amizades que fez nesse período e que a influenciou muito foi com a intelectual e ativista Lélia Gonzalez. Em 1982, ambas se candidataram em uma chapa conjunta sendo que “*as duas campanhas foram marcadas pela afirmação da identidade como mulher negra, com ênfase na proposição de que o negro é a maioria no Brasil, por isso diziam em vários discursos que sua campanha era para a ‘maioria silenciada’.*” (RIOS, 2014)

Essa convivência não apenas alargou o repertório político de Benedita, mas também lhe ofereceu novos aportes teóricos e críticos para compreender sua própria experiência de mulher negra, favelada e ex-trabalhadora doméstica. O encontro entre Lélia Gonzalez e Benedita da Silva fortaleceu suas pautas e sua liderança comunitária adquiriu novos significados, conectando a luta por direitos locais a agendas nacionais de combate ao racismo e ao sexismo. (GONZALEZ, 2020) Eleita em sua primeira candidatura, em 1982, relatou a importância da amiga:

“Ela [Lélia Gonzalez] teve um gesto muito nobre quando eu fui eleita vereadora. Ela aceitou estar na condição de minha assessora. Ela foi subchefe de meu gabinete para ajudar a dar os primeiros passos.” (Entrevista, 02/2010) Os primeiros passos aos quais Benedita se refere, era exatamente a constituição do primeiro mandato político. Nele, Lélia trabalhava na elaboração de discursos, na maior inserção de Benedita em outros espaços políticos (...). (RIOS, p.104, 2014)

A Deputada Benedita da Silva concedeu também concedeu entrevista para esta pesquisa e eu a questioneei sobre sua relação com Lélia Gonzalez, sobre como a amiga influenciou seu fazer político no início da carreira. Ao que ela respondeu:

“Lélia foi uma pessoa muito importante nesse início de legislatura como vereadora porque além de ela ser uma intelectual, socióloga, estudiosa da questão racial, ela era sobretudo uma militante, tanto assim que mesmo sendo uma mulher intelectual ela foi ser assessora do primeiro mandato de uma mulher negra da favela, que foi o meu caso. E a Lélia foi importante não só em formulação de políticas para ajudar na formulação de políticas voltadas para a comunidade negra, como ela também foi uma das pessoas que ajudou a me projetar dentro do chamado movimento negro organizado.

Eu fui conhecer Lélia Gonzalez através do deputado José Eudes, que disse que eu tinha que conhecer uma mulher negra fantástica, extraordinária e realmente a Lélia era uma mulher fantástica, extraordinária. Ela fazia discursos para mim nas viagens internacionais e ela também ia comigo porque ela falava francês, ela falava inglês, e eu nunca falei nada, só um pouco de português. (...) A Lélia fazia esse trabalho, ela era como uma ponte. Eu e o Eudes arrastamos ela para o PT, aí ela foi para o PT, ficou no PT um tempo, depois ela saiu do PT, ela foi para o PDT.

Então essa convivência com a Lélia foi uma experiência também para mim muito boa, é como se para você que tem determinados limites no mundo, dentro do mundo chamado intelectualizado, você tem uma assessora que sabe, eu posso dizer assim, falava minha língua e eu aprendi a língua dela. Era uma coisa fantástica. Ela me ajudou muito na política, me ajudou muito na militância e eu espero que eu não tenha decepcionado durante o tempo que ela viveu, e deu essa contribuição que tão foi importante.” (Benedita da Silva, 2025, entrevista realizada em 30/09/2025)

No livro com a obra de Lélia Gonzalez de 2020 também há relatos sobre alguns desdobramentos decorrentes do processo eleitoral de 1982, como outras candidaturas negras de partidos de oposição não tiveram o sucesso eleitoral naquela eleição foi inevitável que os movimentos fizessem um processo de avaliação conjunta e desse processo tirou-se o entendimento sobre a necessidade de uma *‘atuação mais unitária’*, ou

seja, maior articulação entre o movimento de favelas, o movimento negro e o movimento de mulheres.

E alguns exemplos são bastante significativos: a presença de faveladas no Encontro de Mulheres, promovido pelo Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (em março de 1983); a cobertura e divulgação de eventos do movimento negro pelo jornal do movimento de favelas, O Favelão; a criação de organizações vinculadas ao movimento negro nas áreas periféricas do Rio de Janeiro; a criação de uma vice-presidência comunitária na estrutura do IPCN. Benedita da Silva tomou a iniciativa da organização e realização do I Encontro de Mulheres de Favelas e Periferia (em julho de 1983). Pelo exposto, fica evidente que novas perspectivas se abriram para ambos os movimentos. E é nesse contexto que se inscreve a criação do Nzinga — Coletivo de Mulheres Negras no dia 16 de junho de 1983, justamente na sede da Associação de Moradores do Morro dos Cabritos, por um grupo de mulheres originárias sobretudo do movimento de favelas e do movimento negro (...)” (Lélia Gonzalez, 2020, p.96)

Esse momento histórico corrobora com a argumentação dessa Tese em relação ao período do surgimento do movimento de mulheres negras no Brasil e seu papel de vocalizar as demandas políticas de mulheres negras. Note-se, portanto, que Benedita da Silva esteve envolvida nos processos de mobilização que deram origem ao movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro, assim como Lélia Gonzalez e dezenas de outras mulheres negras produziram informações, críticas e debates que influenciaram a formação inicial da carreira política de Benedita.

A conjunção de todos esses fatores debatidos anteriormente: (1) mobilização do território e ascensão como liderança comunitária, (2) redemocratização e criação do PT, (3) rearticulação e fortalecimento dos movimentos sociais, entre eles, o movimento feminista e o movimento negro conformaram as condições sociais para sua primeira candidatura vitoriosa. Ao narrar sua primeira campanha eleitoral Benedita relembra:

No início, não tínhamos nenhuma perspectiva de vitória. Éramos um partido novo, com uma proposta nova e candidatos desconhecidos. Foi uma campanha difícil, com pouquíssimo dinheiro. Meu estímulo vinha principalmente das mulheres, que contribuíram muito para que eu tomasse aquela decisão. Elas usaram de tudo que tinham para me eleger: vendiam salgadinhos, costuravam, faziam de tudo para contribuir. Ao contrário de quase todos os candidatos, eu não tinha dinheiro para confeccionar cartazes ou contratar carros com alto-falantes. (SILVA, 1997, p. 65)

Diversos elementos se somaram na trajetória de vida de Benedita para que ela

chegasse ao mundo da política institucional. Desde o contexto familiar com pais politicamente interessados, que promoviam discussões políticas em casa; passando por sua dedicação escolar que se tornou um diferencial para sua atuação na Associação de moradores; incluindo sua inteligência e capacidade de articulação que a levaram a ser uma liderança em sua favela e em outras periferias da cidade. Benedita demonstrou abertura a conhecer novas pessoas e ideias a levaram ao engajamento na criação do Partido dos Trabalhadores, assim como se dispôs a articular para além do movimento da favela com o movimento negro e movimento de mulheres.

É notável sua habilidade de comunicação, que criou nas imagens da “*mulher, negra e favelada*” (mote da campanha eleitoral de 1982) e da “*voz do morro na Constituinte*” (mote da campanha eleitoral de 1986) alguém conectada com as demandas populares que poderia ser uma representante política, tanto no sentido descritivo como no sentido substantivo. Há de se destacar que isso se deu em um contexto sem recursos financeiros para viabilizar uma campanha eleitoral competitiva, a problemática dos custos envolvidos no processo da candidatura também é um apontamento crucial feito por Benedita desde sua primeira campanha. O tema do financiamento vem a ser uma de suas bandeiras políticas décadas mais tarde.

O processo de ingresso na política institucional percorrido por Benedita da Silva certamente ilumina a compreensão sobre como mulheres negras podem chegar ao mundo político e quais os desafios desse caminho. Mesmo não sendo possível realizar generalizações a partir de um único caso, observar essa trajetória pioneira e exitosa pode trazer pistas sobre as estratégias executadas para fissurar o sistema político e se fazer presente nesses espaços de tomada de decisão.

2.5.2 Primeiros mandatos: Da Câmara de vereadores à Constituinte

No início, tinha receio do espaço político legislativo, com todos aqueles jargões. Sempre gostei de estudar, essa não era a minha dificuldade. Minha formação vinha do movimento popular e achava aquele espaço muito elitizado. Não gostava de ficar horas e horas em reuniões. Estava acostumada a trabalhar diretamente com a comunidade (...). Às vezes sentia vontade de sair dali e não voltar. (SILVA, 1997, p. 66)

No livro autobiográfico Benedita de 1997 faz um relato muito pessoal sobre as inseguranças que a chegada ao espaço da política institucional gerou, bem como explicita

como foi superando gradativamente diversos desafios. É possível apreender desses relatos que a falta de familiaridade com a linguagem política, o desconforto com os costumes e os hábitos daquele ambiente, as dificuldades de exercer o cargo sendo de um partido minoritário e de oposição radical, os desafios de compor e gerir um gabinete que fosse capaz de traduzir em formato normativo as promessas de campanha, lidar cotidianamente com o machismo e o racismo na Câmara dos vereadores são elementos que permearam a passagem de Benedita pelo legislativo municipal.

Logo que cheguei à Câmara dos Vereadores, houve muito folclore, paternalismo e machismo em relação à minha presença ali. Ouvi até mesmo comentários de pessoas que me chamavam de “neguinha do morro” e insinuavam que deveria “voltar para o Mobral”. Havia buchichos, cochichos e até disputas sobre quem do meio iria sair primeiro com “a neguinha vereadora” que, no pensamento de alguns, estava disponível. (SILVA, 1997, p. 66-67)

Note-se, então, que para além obstáculos para o acesso à política institucional estão presentes muitas dificuldades em relação ao efetivo exercício do mandato. E que esses obstáculos e dificuldades estão diretamente relacionados com a condição de ser uma mulher negra. Pelo relato anterior variados estereótipos informavam o jeito como os demais vereadores a enxergavam e tratavam. Nesse cenário, permanecer no sistema político enfrentando tais discriminações, e ainda assim ser propositiva, mantendo a coerência entre a campanha e a atuação do mandato são desafios que foram gradativamente superados por Benedita na câmara dos vereadores.

De acordo com a pesquisadora Rayane Gomes (2023), na vereança entre 1983 e 1987, Benedita foi autora de aproximadamente 49 proposições legislativas, uma produção legislativa relacionada à vida cotidiana dos trabalhadores, especialmente os mais vulneráveis, e que conferia centralidade à memória política e às lutas populares. Para exemplificar, em 1983, apresentou proposta de redução das tarifas de transporte coletivo e a instituição do passe para o trabalhador desempregado (Projeto de Lei 510/1983), antecipando debates que voltariam a ganhar força em diferentes momentos da política urbana brasileira. A preocupação com a proteção social também aparece em medidas como a ampliação da licença-maternidade para servidoras públicas municipais (Projeto de Lei 732/1984) e a concessão de direito real de uso de terras devolutas urbanas a famílias sem propriedade (Projeto de Lei 775/1984), conectando o legislativo municipal às pautas urgentes da moradia e do direito das mulheres. (GOMES, 2023)

Esses exemplos de iniciativas ilustram como, já em seu primeiro mandato, Benedita articulava pautas ligadas ao transporte, ao trabalho e aos direitos sociais. Desde aquela época as proposições legislativas apresentadas por ela também valorizavam o caráter simbólico das políticas, buscando inscrever no espaço urbano memórias de resistência e valorização de figuras marginalizadas, o que volta a acontecer em seu mandato no parlamento federal com a inscrição de Zumbi dos Palmares no livro dos Heróis da Pátria.

Como meios para trazer a população para mais perto de sua atuação parlamentar, Benedita conta “(...) *criei a chamada Tribuna Popular, que o povo ia para lá [câmara dos vereadores]. Era para as lideranças falarem na tribuna. (...) A Tribuna Popular estava lá, todo mundo ia, nós recebíamos as reivindicações e trabalhávamos. Depois disso eu coloquei o mandato itinerante, que você ia levar o mandato para rua.*” (Entrevista – História Oral: 40 anos do PT) A Tribuna Popular foi apresentada como projeto de lei por Benedita, como uma ferramenta para que lideranças populares ocupassem a tribuna do legislativo municipal com suas reivindicações, a proposta não foi aprovada como normativa, mas ainda assim a vereadora levava essas lideranças para que expusessem suas demandas naquele ambiente. Essa preocupação em ouvir a população, trazer os populares para dentro da institucionalidade que produz política pública e levar seu mandato para o território parece ser uma forma diferenciada de conexão com suas bases eleitorais.

A passagem pela câmara dos vereadores é um período de grande aprendizado e desenvolvimento para Benedita na política institucional. Foi nesse espaço que ela começou a aprender sobre o trabalho de legisladora, sobre os embates políticos fundamentais para sua agenda, sobre as negociações e consensos necessários para lograr avanços sociais. Desde o seu primeiro mandato ela enfrentou os obstáculos impostos às mulheres negras na política, como as barreiras partidárias, deslegitimação de seu saber para ocupar o cargo político, o racismo e o machismo. Ainda assim, demonstrou resiliência e capacidade de *autodefinição*¹⁴, usando de sua identidade para se conectar com seu eleitorado e para legislar a partir dessa posição social.

Com a experiência acumulada do primeiro mandato, Benedita lança sua candidatura para o Congresso Nacional. Sobre esse momento relata a expansão da sua pauta política e dos grupos que se propôs a representar:

“Esta segunda campanha já não foi tão artesanal. O PT tinha um trabalho de base e nos empenhávamos junto aos sindicatos, aos professores, ao movimento estudantil, às associações de moradores. Eu já não era inexperiente e defendi outras bandeiras que não apenas aquelas da campanha para vereadora, como mulher, negra e favelada. Naquela campanha para deputada federal levantei outras questões: eu seria a voz do morro na Constituinte, mas também estaria representando outra classe social que havia se aproximado de mim durante o meu mandato de vereadora (...) Passei a trabalhar a questão da família, da criança e do índio.” (SILVA, 1997, p.88)

Assim como ocorreu na câmara dos vereadores, chegar ao parlamento federal foi um novo e grande desafio para Benedita. Foi preciso se adaptar com a mudança de cidade e a nova dinâmica de vida no trajeto entre Rio de Janeiro e Brasília; além disso estando no parlamento federal novos grupos sociais passaram a acionar seu mandato e foi necessário ampliar sua capacidade de articulação política e negociação. Ela conta que foi uma novidade desafiadora a convivência com personagens tradicionais da política brasileira, que tinham uma postura de estranhamento em relação ao que seu corpo significava naquele lugar. Ela narra algumas situações dizendo:

“Às vezes, as pessoas não me reconhecem e, quando me veem no carro com o motorista, pensam que sou uma empregada que está fazendo as compras para a patroa. Frequentemente, quando abria a porta da minha casa em Brasília, as pessoas pediam que eu chamasse a patroa, a deputada Benedita da Silva.” (Benedita da Silva, p. 129, 1997).

Ao lembrar o dia de seu primeiro discurso conta ainda que:

Era a primeira mulher negra a entrar no Congresso e, mais uma vez, tive que me impor para poder apresentar minhas propostas. Estava muito nervosa quando participei da primeira sessão na Câmara dos Deputados, em fevereiro de 1987. Não tinha dormido durante a noite anterior, pensando que ninguém ia aceitar o meu discurso. (...) Esse tipo de tema não costumava ser abordado no Congresso. Mesmo assim, as pessoas me aplaudiram porque perceberam que minha fala se baseava em uma experiência de vida. (SILVA, 1997, p. 74 -75)

¹⁴ Autodefinição no sentido elaborado teoricamente por Patrícia Hill Collins na obra *Pensamento Feminista Negros*, 2019.

Durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, Benedita da Silva destacou-se como uma das vozes mais expressivas na defesa de pautas sociais, atuando simultaneamente na *bancada do batom*, voltada à promoção de direitos de gênero, e na *bancada negra*, que buscava inserir medidas concretas de enfrentamento ao racismo e de valorização das populações negras e indígenas no texto constitucional. Este mandato foi marcado por sua atuação parlamentar que articulava as demandas sociais de modo interseccional. Ao mesmo tempo, sua experiência como liderança comunitária e a interlocução constante com movimentos sociais conferiram à sua atuação o caráter de ponte entre sociedade civil e Legislativo, reforçando o perfil popular do seu mandato.

A minha experiência na Assembleia Nacional Constituinte foi fundamental para minha formação política. Uma conquista muito importante foi a regulamentação do trabalho doméstico. Hoje em dia, os trabalhadores domésticos têm direito ao salário-mínimo, a férias, a licença-maternidade, a aposentadoria e ao décimo-terceiro salário. (Benedita da Silva, 1997, p.77)

Os trabalhos na Constituinte foram organizados em etapas, de maneira simplificada, é possível dizer que em um primeiro momento os eleitos dedicaram-se a elaboração do Regimento Interno, em um segundo momento ocorreram os debates nas subcomissões e comissões temáticas, na sequência houve a sistematização das discussões e, por fim, a votação em plenário. Benedita atuou como titular da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes Físicos e Minorias, espaço inédito de institucionalização dessas pautas no processo constituinte. Além disso, integrou a Comissão da Ordem Social e a Comissão dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, essas três instâncias concentraram os debates decisivos sobre cidadania, políticas sociais e direitos fundamentais. A própria deputada lembra que recebia propostas de movimentos sociais do Rio de Janeiro e de diferentes regiões do país, assumindo o papel de articuladora das mobilizações populares dentro do Parlamento.

De acordo com Natália Neris (2015), a Deputada Benedita da Silva foi central e combativa na defesa dos direitos das pessoas negras e das mulheres durante a Assembleia Nacional Constituinte. Sua atuação esteve marcada pela insistência na necessidade de uma Constituição que enfrentasse explicitamente as desigualdades sociais e o racismo, propondo medidas compensatórias e recusando tanto a ideia abstrata de uma suposta *democracia racial* quanto a simples importação de soluções descoladas da realidade brasileira.

Nesse sentido, a 16ª e última reunião da Subcomissão assumiu um caráter de balanço dos trabalhos, os(as) constituintes enfatizaram os aspectos positivos do processo, apesar de sua desvalorização no âmbito da própria Assembleia Nacional Constituinte e da cobertura midiática. Em um trecho recuperado por Neris (2015), Benedita da Silva avalia a conclusão dos trabalhos, ressaltando a importância da Subcomissão e o papel da mobilização social para que os avanços alcançados não se perdessem diante das resistências institucionais.

(...) eu gostaria de dizer a todos nesta Subcomissão, que foi além da minha expectativa, que eu não exerci apenas o papel de Constituinte: aqui eu lutei por uma causa que é justa para mim, e é justa para todos os Constituintes. Aqui nós quebramos os preconceitos, aqui eu tive a plena certeza de que se nós não conseguirmos a vitória total, a fim de fazer uma Constituição que expresse a nossa vontade, ninguém aqui sairá envergonhado de não ter lutado até o último momento para fazer valer o direito de cada um, até mesmo daqueles de que a gente possa discordar. Entrei com um temor de minoria nesta Subcomissão, o temor de fazer sentir que o meu Partido não é majoritário nesta Subcomissão, que a causa que nós estaríamos defendendo nesta Subcomissão, apesar de ser uma grande causa, não era a causa de todos os Constituintes, a partir da experiência vivida, tudo isso me fez temer muito, mas eu saí daqui com uma alegria, e quase com uma certeza de que aqui nós conseguimos aliados e aliadas que farão com que os Constituintes, Deputados e Senadores, votem completamente em todas essas propostas aqui (...) (Benedita da Silva) (NERIS, 2015)

No momento final de votação do texto integral da Constituição, Benedita discursou ressaltando os limites impostos pelo jogo político da Constituinte. Segundo ela, a criação do chamado “*Centrão*”, bloco conservador que alterou regras regimentais para frear avanços, reduziu o alcance de várias conquistas negociadas ao longo do processo. Ainda assim, a mobilização popular foi decisiva para sustentar alguns dos direitos inscritos no texto final da Constituição de 1988 e Benedita se via como parte dessa engrenagem. Sua atuação esteve ancorada na convergência entre as demandas dos movimentos e no seu compromisso com os segmentos historicamente marginalizados. (NERIS, 2015)

Assim, sua experiência como parlamentar constituinte pode ser interpretada como a consolidação de um estilo político que unia militância de base, capacidade de negociação e articulação com os pares e defesa intransigente dos direitos fundamentais, com foco nas questões raciais e de gênero. Benedita foi reeleita para a Câmara dos Deputados em 1991, quando passou a exercer seu terceiro mandato político já mais

experiente no *fazer* político como legisladora.

2.5.3 A Senadora e a voz contra o racismo

A experiência de Benedita da Silva na Câmara dos Deputados lhe conferiu prestígio político e legitimidade, fatores decisivos para sua eleição ao Senado Federal em 1994. Com mais de 2 milhões de votos elegeu-se para a Casa Alta, consolidando sua presença no cenário político nacional e seguiu abrindo caminho para a ampliação da participação feminina e negra em espaços institucionais de poder.

Sua atuação parlamentar no Senado manteve a coerência com a trajetória que vinha construindo, voltada à defesa dos direitos sociais, da igualdade racial e de gênero, e das populações historicamente marginalizadas. De acordo com Gomes (2023), no exercício deste mandato, entre 1995 e 1998, apresentou 110 proposições legislativas. Entre elas, estão a proposição sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que deu visibilidade à comunidade surda (PLS 131/1996); a proposição de uma legislação que previa a inclusão da presença de negros em produções televisivas, cinematográficas e publicitárias, combatendo a exclusão e os estereótipos raciais (PL 10/1995); a norma que tornava obrigatória a menção do quesito “cor” em documentos e procedimentos, essencial para a produção de dados sobre desigualdades raciais (PL 16/1995); e a inclusão da disciplina “História e Cultura da África” nos currículos do ensino fundamental e médio, antecipando debates que se consolidariam posteriormente na Lei 10.639/2003 (PL 18/1995). (GOMES, 2023). Em sua autobiografia ela destaca ainda que

“Conseguimos, no Senado, a aprovação de vários projetos: entre eles o que assegura o direito das presidiárias amamentarem seus filhos nas penitenciárias, a proibição do atestado de esterilização para mulheres que procuram emprego, a aprovação de uma lei que torna Zumbi um herói nacional e outra de doação de órgãos.”
(Benedita da Silva, p.82)

Como Senadora da República, Benedita da Silva seguiu atuando como uma voz contra o racismo, por meio de denúncias da violência do Estado, fazendo críticas ao mito da democracia racial, debatendo e ressignificando datas históricas como o 13 de maio e defendendo, desde os anos 90, as políticas de ações afirmativas no ensino superior. Os trechos a seguir extraídos de discursos parlamentares realizados no Plenário do Senado Federal ilustram o conteúdo e o tom dos seus posicionamentos públicos:

“Quanto à suposta democracia racial, está só existe mesmo no

discurso oficial e livros escolares. A democracia racial é uma ideologia criada para dissimular o racismo que existe na realidade, por meio da falsificação, omissão, folclorização e mitificação da história das populações afro-brasileiras e também da diminuição de seu peso específico na sociedade.” (Pronunciamento Plenário do Senado Federal, Benedita da Silva, 21/03/1995)

“(…) Um outro objetivo da proposta do Presidente da República e também do Grupo Interministerial é a adoção do sistema de "quotas compensatórias" para os negros em empresas, escolas, para facilitar o acesso dos negros aos grupos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia. Lembro que, nesta Casa, estão tramitando projetos de minha autoria que refletem a minha vontade, mas que também são resultado de toda essa luta. Tratam das políticas de quotas. Não foi fácil garanti-las para as mulheres na disputa do processo eleitoral. Acompanho essa luta desde o meu mandato na Câmara dos Deputados e conheço as dificuldades que teremos para introduzir a política de quotas para a comunidade negra. Pensam que estamos fazendo um racismo ao contrário. (...) se não criarmos mecanismos

compensatórios, dificilmente estaremos em igualdade de condições nos próximos cem anos. Mesmo que a comunidade esteja produzindo intelectualmente, esforçando-se, dificilmente a contribuição da comunidade negra e muito menos a sua representatividade nos espaços chamados de decisão serão visíveis.” (Pronunciamento no Plenário do Senado Federal, Benedita da Silva 14/05/1996)

Seu trabalho pelos direitos das mulheres também foi muito significativo enquanto Senadora da República, podemos mencionar a defesa de políticas em prol da saúde da mulher, de combate à violência de gênero e à violência doméstica e um olhar sensível para as desigualdades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho. Assim como era uma voz consistente em relação aos direitos da criança e adolescente¹⁵, denunciando o abandono, a exploração, o trabalho infantil, a prostituição e o assassinato de crianças, ligando essa violência diretamente à desigualdade social e à pobreza. Os trechos de discursos proferidos no Plenário do Senado Federal dão dimensão como a Senadora Benedita abordava tais temáticas:

Na Constituição de 1988, as mulheres brasileiras alcançaram conquistas inovadoras, embora, até o presente, não tenham podido gozar de todas elas, em face de entraves na legislação do País. Mas constatamos, envergonhados, os altos índices de mortalidade materna, cesáreas desnecessárias, esterilizações cirúrgicas abusivas, uso incorreto de anticoncepcionais e abortos. As doenças e a mortalidade maternas são uma tragédia contemporânea que não têm recebido a devida atenção. E o mais triste é que a maior parte dessas mortes poderiam ser evitadas. Mulheres estão morrendo porque não existem programas de saúde pública eficientes. (...) O Brasil foi pioneiro no lançamento do Programa

de Atenção Integral da Saúde da Mulher - PAISM, elogiado em todo o mundo (...) Entretanto, hoje, o programa cuida apenas da saúde reprodutiva, abandonando a saúde mental, a prevenção e o controle das doenças sexualmente transmissíveis, inclusive Aids, e os aspectos decorrentes das relações de trabalho. (Pronunciamento no Plenário do Senado Federal, Benedita da Silva, 28/05/1997)

Em quase toda família brasileira encontra-se casos de um pai, um avô ou um irmão mais velho que começou a trabalhar cedo. Eu mesma sou um exemplo concreto, pois comecei a trabalhar aos 7 anos de idade. Um diretor da Organização Internacional do Trabalho declarou recentemente: *"É difícil encontrar no Brasil uma mercadoria que na cadeia produtiva não tenha por trás a marca da mão de uma criança."* Esta situação ilegal e desumana, da exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes, não costuma frequentar as páginas dos jornais nem as telas da televisão, apesar da tragédia que representa. São pequenos cidadãos abandonados à própria sorte e à miséria que compõem o contingente de milhões de trabalhadores mirins, apesar da proibição legal. As estatísticas que apontam 7,5 milhões de crianças e adolescentes trabalhadores deveriam envergonhar uma nação que não respeita também o trabalhador adulto. (Pronunciamento no

¹⁵ Sobre esse tema, o site oficial de Benedita da Silva disponibiliza uma publicação produzida pelo seu mandato em 1992, denominada *"Violência, extermínio: para onde vão nossas crianças?"*, disponível neste [link](#).

O mandato de Benedita no Senado Federal reafirmou sua trajetória como parlamentar combativa e inovadora. Sua atuação trouxe para o centro do Senado Federal temas historicamente marginalizados, articulando questões de raça, gênero e direitos sociais, evidenciando seu perfil de liderança capaz de transformar demandas da sociedade civil em proposições legislativas concretas e viáveis. Ao refletir sobre sua atuação parlamentar, em 1997, Benedita afirma o seguinte:

Algumas pessoas usam a minha presença no Congresso como prova de que não há discriminação contra mulheres e negros. Mas o fato de ser a única mulher negra a ocupar essa posição mostra justamente o contrário. Meus maiores problemas como Deputada surgiram quando comecei a discutir questões que não se referiam somente aos direitos da mulher, como reforma agrária e os direitos dos trabalhadores em geral. Então, no momento que percebi esse bloqueio, passei a discutir a mulher e a reforma agrária, a mulher e os direitos trabalhistas, a mulher e tudo o mais. **Não podia deixar que limitassem a minha atuação e não fui eleita para cuidar somente de assuntos ligados à família. Precisei de certas estratégias para não deixar que as pessoas folclorizassem a minha presença no Congresso Nacional.** (SILVA, 1997, p. 76)

A Senadora estava atenta ao risco de que sua identidade confinasse sua atuação parlamentar e para evitar que isso ocorresse ela transversalizou as questões de gênero e raça às temáticas políticas debatidas naquela Casa Legislativa. Desde seu primeiro mandato, Benedita preocupa-se com o fato de sua imagem ser “folclorizada” pelos pares dentro desse espaço institucional. Tal fato converge com o conceito de *imagens de controle* de Hill Collins, que são as representações estereotipadas, distorcidas e desumanizantes de grupos sociais marginalizados, especialmente mulheres negras, produzidas e perpetuadas pelas estruturas de poder dominantes. Em contraposição à limitação da sua atuação parlamentar nota-se a capacidade de Benedita de resistir aos enquadramentos racistas e machistas, exercendo seu mandato abordando a partir de sua perspectiva os grandes temas nacionais.

Os espaços destinados à mulher no Congresso são ainda muito limitados. Muitos de nossos projetos referentes a questões como a violência e o planejamento familiar são colocados em segundo plano. É por isso que sempre digo e repito que o poder é masculino, branco e rico. Além disso, também enfrentamos uma tentativa de retrocesso (...) Alguns parlamentares conservadores

têm procurado restringir nossas conquistas. (SILVA, 1997, p.117)

Na metade de seu mandato no Senado Federal, Benedita candidatou-se a vice-Governadora na chapa de Anthony Garotinho, foram eleitos e, em 1999, ela passou a atuar no Poder Executivo Estadual. Sendo que em 2002 exerceu o cargo de governadora, quando Garotinho licenciou-se para se dedicar à campanha presidencial. Mais uma vez ela foi a primeira mulher negra, agora como governadora do estado do Rio de Janeiro.

Durante sua atuação como vice-governadora e governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva enfrentou duras contradições inerentes à política institucional, especialmente no que diz respeito às alianças necessárias para governar. Sua trajetória, até então marcada pela sua identidade foi tensionada pela necessidade de negociar com setores políticos tradicionais e conservadores do Rio de Janeiro, muitos deles distantes de sua base ideológica e social. Essa aproximação gerou críticas tanto internas no PT quanto entre movimentos sociais, que questionavam até que ponto era possível manter a coerência com suas origens sem abrir mão da governabilidade. Apesar disso, sua passagem pelo executivo fluminense também foi marcada por avanços em políticas sociais e pela conciliação de sua agenda histórica com as complexidades do poder. (GOMES, 2023)

No início dos anos 2000, com a chegada de Lula à Presidência da República, Benedita torna-se Ministra de Estado do Ministério da Assistência e Promoção Social, em que atuou nos primórdios do que viria a ser o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ela trabalhou na articulação e integração de programas sociais fragmentados, herdados de gestões anteriores, dando início à organização de uma política de assistência social mais unificada e estruturada nacionalmente. Segundo ela afirma, sua gestão focou em transformar a assistência social em uma política de Estado e não apenas em ações pontuais ou assistencialistas. Atuação relevante para o aprimoramento da implementação de políticas públicas que formulou e defendeu enquanto parlamentar.

2.5.4 O retorno ao Congresso: novos marcos legislativos e resiliência eleitoral

Após as experiências no Executivo, em 2010, Benedita da Silva candidatou-se novamente para o exercício de um mandato parlamentar e foi eleita para mais um mandato como deputada federal, retornando ao Congresso Nacional em 2011. Desde então, mantém-se na Câmara Federal sendo eleita em todas os pleitos consecutivos, acumulando

mais 15 anos contínuos de trabalho no legislativo federal, consolidando-se como uma das parlamentares negras mais longevas e influentes do país. De acordo com Gomes (2023), “na Câmara Federal, contando a partir de 1987, Benedita da Silva foi autora e coautora de 3.270 proposições parlamentares.” Essa expressiva produção legislativa demonstra sua capacidade de traduzir demandas sociais em proposições legislativas de relevância para a agenda nacional.

Ao retornar ao Congresso Nacional como deputada federal em 2011, Benedita da Silva retomou uma de suas pautas históricas: a luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas. Na entrevista que concedeu para esta pesquisa afirmou “*a minha bandeira principal, a minha bandeira ligada à questão racial foi da trabalhadora doméstica. Todo mundo sabe que essa foi a minha grande bandeira.*” (Benedita da Silva, entrevista realizada em 30/09/2025) Essa categoria profissional, composta majoritariamente por mulheres negras, já havia conquistado alguns avanços com a Constituição de 1988, que assegurou o salário mínimo, o 13º, férias remuneradas, licença-maternidade e previdência social.

No entanto, permaneceu excluída de garantias fundamentais concedidas aos demais trabalhadores urbanos e rurais, como a jornada de trabalho de 44 horas semanais, o pagamento de horas extras, o FGTS obrigatório e o seguro-desemprego. Esse tratamento desigual traduzia a permanência de hierarquias históricas de gênero, raça e classe que estruturavam a relação social do trabalho doméstico no Brasil. Nesse contexto, Benedita se destacou como uma das principais vozes parlamentares a reivindicar a equiparação plena dos direitos dessa categoria.

Sua atuação e capacidade de articulação política, em conjunto com o governo e outros parlamentares, ensejou um marco legal decisivo que foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 72, de 2013, a chamada “*PEC das Domésticas*”, que ampliou os direitos previstos para trabalhadoras e trabalhadores domésticos. Mais tarde, a Lei Complementar nº 150/2015 regulamentou a emenda e consolidou a conquista de garantias como o FGTS obrigatório, a jornada de trabalho de 44 horas semanais e o pagamento de horas extras.

Necessário destacar que Benedita da Silva exerceu a função de relatora na Comissão Especial da PEC 478/2010, responsável por conduzir a tramitação da proposta legislativa. No parecer que apresentou, defendeu a aprovação da matéria como forma de

reparar uma dívida histórica do Estado brasileiro com milhões de mulheres negras que trabalhavam em condições de exploração. Em seu relatório final sobre a PEC, de 2012, a Deputada se alinha e corrobora com a síntese feita pela então Ministra Iriny Lopes, que afirmou:

É desafio da sociedade, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a eliminação da desigualdade vivida por mulheres trabalhadoras domésticas. A quebra de paradigma requer de todas e todos o reconhecimento de que essas pessoas ainda são vistas como inferiores. O País que quer ser a 5ª economia do mundo não pode conviver com formas tão precárias de tratamento, de desrespeito aos direitos humanos. Para além da formalização, precisamos também encarar e superar essa faceta perversa do racismo, do preconceito e o pressuposto de que as pessoas são diferentes e que, portanto, são ou não merecedoras de direitos. Identificar e reconhecer que os discursos perpetuam a cultura da desigualdade significa combater a violência dissimulada e a mais explícita, que impedem os avanços sociais, o reconhecimento da cidadania, do tratamento igualitário para todas e todos e da democracia. (Relatório Final da Comissão Especial da PEC 478/2010, Benedita da Silva)

Outro momento da história política recente do país ocorreu em 2016 e foi o processo de impeachment de Dilma Rousseff, nesta ocasião Benedita, como uma das protagonistas da história política recente do Brasil no parlamento federal, foi uma voz ativa contra o processo de impeachment. Tendo sua trajetória política forjada nas lutas pela redemocratização do país, posicionou-se denunciando o caráter golpista e misógino da ruptura institucional. Trabalhou na articulação com movimentos sociais, participou de atos públicos e usou sua voz na tribuna do Congresso para alertar sobre os riscos do retrocesso democrático e social, reafirmando seu compromisso com os setores mais vulneráveis e rejeitando narrativas que fragilizavam a legitimidade do governo eleito. Sua atuação refletiu sua leitura aguda do momento político e suas convicções sobre justiça, representação e direitos humanos. (GOMES, 2023)

Em 2018, ocorreu a ascensão da extrema-direita na política eleitoral, o que resultou numa onda de eleitos bolsonaristas e na considerável redução da bancada do PT dentro do Congresso Nacional. Nesse contexto, ficou nítida a resiliência eleitoral de Benedita da Silva que foi reeleita deputada federal e foi a única mulher negra do Partido dos Trabalhadores naquela legislatura, como será discutido no próximo capítulo dessa Tese. Sua reeleição nesse momento demonstra a solidez e o enraizamento de sua trajetória política junto às bases populares do estado do Rio de Janeiro.

Nesse mandato, Benedita seguiu com consistente atuação e coerência com suas pautas. Há de se destacar sua atuação na legislatura iniciada em 2020, contextualizada pela crise sanitária e social decorrente da pandemia de Covid-19. Sua agenda parlamentar se concentrou em eixos estratégicos, como a defesa de medidas de proteção social e combate à fome, o que incluiu o engajamento junto com outros parlamentares na aprovação do Auxílio Emergencial de R\$ 600,00; assim como o combate ao racismo, a defesa dos direitos das mulheres, dos povos indígenas e quilombolas. Duas iniciativas de grande repercussão foram relevantes no período: a autoria da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc e a provocação junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que resultou na garantia de recursos proporcionais para candidaturas negras.

A Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020) foi uma resposta legislativa direta aos impactos econômicos da pandemia no setor cultural, que foi um dos primeiros a interromper suas atividades e um dos últimos a retomá-las. O setor é caracterizado por alto grau de informalidade, com dados do IBGE indicando que 45,2% de seus trabalhadores não possuem vínculos formais, o que os deixou em situação de extrema vulnerabilidade financeira. É sabido que na base dos serviços culturais há expressiva presença de pessoas negras compondo o setor, por isso a própria estrutura da lei evidencia uma preocupação com a questão racial, ao definir os beneficiários.

O papel de Benedita da Silva foi central como a autora junto com outros parlamentares do Projeto de Lei nº 1075/2020, que deu origem à legislação. A tramitação do projeto foi iniciada por ela em março de 2020, após receber manifestos da comunidade cultural, foi construída de forma coletiva a partir de ampla escuta da sociedade civil e da articulação com dezenas de parlamentares coautores. O texto detalha os mecanismos da lei, como a (1) renda emergencial para trabalhadores da cultura, o (2) subsídio para manutenção de espaços culturais e o (3) fomento a projetos via editais.

A legislação se caracteriza por ser uma política pública emergencial e descentralizada, que injetou R\$ 3 bilhões no setor cultural, repassados pela União diretamente a estados e municípios. O impacto da lei é considerado histórico, sendo o *"maior orçamento distribuído de forma direta e descentralizada para a cultura"* no país, de acordo com a Cartilha Memória e Análise da Lei Aldir Blanc. A legislação alcançou 4.176 municípios e beneficiou diretamente milhões de pessoas, sendo vista como uma oportunidade para a materialização prática do Sistema Nacional de Cultura, fortalecendo

a gestão nos entes subnacionais e permitindo a sobrevivência do ecossistema cultural brasileiro durante a crise.

A Lei Aldir Blanc, conforme detalhado na cartilha¹⁶, foi desenhada para alcançar um *"ecossistema com diversas fontes, formas e atores"*, incluindo os *"invisibilizados"* como costureiras e montadores de palco. Essa preocupação com toda a cadeia produtiva, e não apenas com os grandes artistas, reflete a origem e base política de Benedita da Silva.

“(...) em um processo de ampla escuta da comunidade cultural brasileira e de um trabalho coletivo que expressa diferentes vozes, representado por agentes de diversos setores do mundo político, cultural e social. De gestores de Estado a artistas, trabalhadores e trabalhadoras da cultura, passando por técnicos e demais setores que muitas vezes são invisibilizados na tessitura dos bens culturais, tais como as costureiras, montadores de palco e cenários, o responsável pela segurança, pela monitoria de cada ato artístico e cultural, os mestres e mestras do conhecimento.”
(Cartilha sobre Lei Aldir Blanc, 2020)

O outro tema relevante que merece ser destacado é o fortalecimento das candidaturas de pessoas negras. Em 2018, a Deputada Benedita da Silva apresentou uma consulta formal ao Tribunal Superior Eleitoral (Consulta nº 0600306 - 47.2019.6.00.0000) em nome do movimento negro brasileiro, com o objetivo de combater o racismo estrutural na política. A ação buscava garantir que os partidos políticos distribuíssem os recursos do fundo eleitoral e o tempo de rádio e televisão de forma proporcional às candidaturas de pessoas negras, corrigindo a sub-representação desses grupos nos espaços de poder.

O processo iniciado em 2018 teve desfecho em 2020, quando o Tribunal, sob a relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso, respondeu à consulta com uma decisão histórica, tornando obrigatório que todos os partidos respeitassem essa proporcionalidade na distribuição de recursos e tempo de mídia. Esta decisão foi considerada uma grande vitória pela parlamentar, cujo impacto, gerou efeitos observáveis no próprio pleito de 2020, permitindo uma maior representatividade para a população negra já nas eleições daquele ano. Na entrevista concedida para esta pesquisa Benedita narrou brevemente a história que levou à consulta pública no TSE:

“(...) entramos nesse grande movimento de mulheres na política. E aí, nós tínhamos a parte de mulheres negras na política. Nós

¹⁶ Cartilha denominada *“Memória e análise da Lei Aldir Blanc”*, publicada em 2020, pelo mandato da Deputada Benedita da Silva e coautores. Disponível neste [link](#).

votamos uma coisa chamada, tem um fundo chamado fundo eleitoral, que é o que nós votamos, e o fundo partidário. Dentro do fundo eleitoral, nós temos uma cota. O que foi que eu apresentei uma argumentação no Tribunal Superior Eleitoral, dizendo que nós queríamos as cotas eleitorais para a população negra também, principalmente para mulheres. E foi por isso que surgiu mais um pouco de recurso para que nós tivéssemos chances eleitorais.

(...)

[No Congresso Nacional] Os partidos ficaram surpresos com essa obrigatoriedade. Tal qual as mulheres, se os partidos não preenchessem, se os partidos não fizessem tal qual estava ali colocado, então o que aconteceria? Os partidos não receberiam a parte monetária. Eles tinham que receber. Alguns ainda inventavam candidaturas laranjas, mas agora, com esse negócio, não tem volta, porque a própria pessoa denuncia. Ela quer ser candidata, agora tem dinheiro para ela fazer a campanha dela.

(...)

E quem me ajudou foi o Frei Davi. Porque na instituição do Frei Davi, ele tem um grupo de advogadas e advogados, que vão vendo essas causas negras, de vez em quando ele manda uma coisa. Você tem que falar isso, você tem que falar daquilo. E ele me ajudou nesta questão com o TSE.” (Benedita da Silva, entrevista realizada em 30/09/2025)

O trecho acima é bastante rico, uma vez que ela conta como esteve presente nas discussões sobre as políticas de cotas eleitorais desde os anos 1990, narra também que percebeu que era necessário incluir a questão racial nessa discussão. Benedita afirma que para os partidos políticos foi uma surpresa a imposição da obrigatoriedade pelo TSE já para as eleições de 2020, bem como faz uma análise de que essa decisão teria um impacto inclusive na redução das “candidaturas laranja”, já que em sua visão como os partidos precisam destinar recursos para candidaturas de mulheres negras elas próprias denunciam caso não recebam um suporte mínimo das legendas.

É igualmente interessante como mesmo após décadas de experiência seu mandato segue permeável às proposições da sociedade civil, isso é notável quando ela traz que o Frei David e sua instituição foram importantes nesse processo da Consulta ao TSE. A atuação de Benedita neste episódio revela sua habilidade de transitar entre a militância e a institucionalidade, assim como indica que a maturidade dá a ela uma leitura política que lhe permite identificar quando e como determinadas pautas podem produzir transformações concretas. Sua iniciativa conseguiu criar uma regra que garante que candidaturas de pessoas negras, especialmente mulheres negras, tenham acesso a recursos e condições mais equitativas para disputar eleições.

O episódio da Consulta Pública apresentada ao Tribunal Superior Eleitoral deve ser compreendido também como uma estratégia política diante de um parlamento majoritariamente conservador e resistente às pautas de diversidade. Em um contexto no qual o Congresso frequentemente aprova anistias a partidos que descumprem cotas de gênero, o espaço para avançar tais debates dentro da própria arena legislativa é limitado. Ciente dessas barreiras Benedita optou por deslocar a disputa para o campo jurídico, buscando no TSE um aliado capaz de impor normativamente aquilo que o parlamento não tinha disposição de deliberar. Naquele momento, ao acionar o Judiciário como instrumento de avanço da justiça racial logrou produzir efeitos concretos sobre a distribuição de recursos dentro do sistema eleitoral brasileiro, o que é confirmado pelas parlamentares entrevistadas como veremos no quarto capítulo.

As iniciativas legislativas que trouxe como exemplos (PEC das Domésticas, Lei Aldir Blanc e Consulta ao TSE) demonstram que a trajetória política de Benedita na Câmara Federal ao longo dos últimos 15 anos foi extremamente relevante no sentido de trazer para o centro do poder sua *perspectiva social*. Ela propôs, debateu, provocou e aprovou medidas agregam direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas, inclui a dimensão racial na distribuição de recursos para a cultura e impõe aos partidos políticos a obrigatoriedade de distribuição equitativo dos recursos para campanhas eleitorais. Benedita da Silva é, sem dúvidas, uma liderança histórica e uma referência para mulheres negras na política institucional brasileira.

2.5.5 O legado e os desafios contemporâneos

Benedita da Silva, a legisladora, tem uma trajetória política que se estende por quase quatro décadas, revela uma notável consistência e coerência, profundamente ancorada em sua experiência de vida. A candidata à vereadora que se caracterizava como "*mulher, negra e favelada*" faz com que o slogan eleitoral transcenda para se tornar a lente através da qual ela interpreta os problemas políticos e fórmula as soluções.

Sua infância marcada por carências, sua formação como liderança comunitária no Morro do Chapéu Mangueira, sua vivência como trabalhadora doméstica em um sistema de trabalho excludente, sua interlocução com movimentos sociais parecem ser parte da matéria-prima de sua atuação parlamentar. Conforme ela mesma reconheceu em seu discurso de chegada ao Congresso, o que conferia força e legitimidade à sua presença

naquele espaço era o fato de que seu mandato estava baseado em *"uma experiência de vida"*. Essa conexão visceral entre o vivido e o político permitiu que ela traduzisse as demandas da *"maioria silenciada"* em proposições legislativas concretas e potentes discursos nos Plenários.

Articulando esse caso aos conceitos teóricos trabalhados no capítulo anterior, é possível dizer que a atuação de Benedita da Silva parece exemplificar a intersecção entre a representação descritiva e a representação substantiva. A representação descritiva, aquela que os representantes espelham as características de seus representados, é evidente em sua própria corporeidade e presença. Como primeira mulher negra na Câmara dos Deputados, ela abriu caminhos e tensionou espaços de poder com a sua presença tornando-se uma referência de que era possível que pessoas como ela ocupassem esses espaços. Sua presença, por si só, era um ato político com grande poder simbólico. Na entrevista concedida para este trabalho ela confirma:

“(...) a minha experiência, como foi uma experiência disseminada, contaminou nós mulheres negras. **Se a Benedita pode, eu também posso.** Isso é um fato.

Mas eu passei muito tempo num momento de solidão. Para cima e para baixo, só quem tinha (era) Benedita. Era em Minas, era em São Paulo, era no Maranhão. *[Ela era a parlamentar negra que precisava estar nos diversos Estados como um exemplo]*

E o meu sonho era ter essa bancada. E hoje nós temos uma bancada negra.” (Benedita da Silva, entrevista realizada em 30/09/2025)

Contudo, sua trajetória vai muito além do simbólico, exercendo com maestria a representação substantiva, ou seja, a ação política em defesa dos interesses de seus representados. Seus discursos e sua produção legislativa demonstram que ela não apenas era uma mulher negra periférica no parlamento, mas atuava por essas populações de forma estratégica. Ela não se limitou a denunciar o racismo como um conceito abstrato; ela o combateu propondo a ruptura de relações com o regime do apartheid na África do Sul durante a Constituinte, denunciando a violência policial e defendendo políticas de ação afirmativa no ensino superior, nos meios de comunicação e publicidade para garantir a visibilidade e o acesso da população negra à direitos. Da mesma forma, sua defesa das mulheres não se restringiu ao discurso, mas se materializou na luta por políticas de saúde como o PAISM e no combate à violência doméstica.

Portanto, a força do legado de Benedita da Silva como legisladora reside na inseparabilidade entre *quem ela é* e *o que ela faz* (sua atuação política). Ela demonstrou que a representação descritiva pode potencializar e dar uma legitimidade ímpar à representação substantiva, que foi exercida por ela com a perspectiva interseccional. Recusando-se a ter sua atuação "folclorizada" ou limitada a pautas específicas, ela utilizou sua *perspectiva social* para abordar os grandes temas nacionais. Sua jornada transforma a experiência vivida de exclusão em um projeto político consistente, que deu voz para grupos sociais até então excluídos na agenda política nacional, contribuindo para a alteração dos termos do debate público sobre os direitos das mulheres e das pessoas negras. Questionada sobre o que ela acredita ser o seu legado para a nova geração de parlamentares negras, ela afirmou:

“A minha história de vida, que é uma história dura, mas uma história vitoriosa. Uma história vitoriosa.

A minha bandeira principal ligada à questão racial foi da trabalhadora doméstica. Todo mundo sabe que essa foi a minha grande bandeira. Então hoje saber também que as empregadas domésticas, que hoje não é mais empregada doméstica. Hoje nós chamamos de trabalhadoras domésticas, não é mais empregada. Então, essas trabalhadoras domésticas foram reconhecidas como trabalhadoras. Pode ter sua carteira assinada. Ela pode não querer ficar no trabalho, se você não assinar a carteira.

(...)

Eu virei uma referência. Mesmo que eu possa apontar o meu tempo de miséria, porque todos nós temos uma história assim. Nós, a negrada. Essa herança maldita. Mesmo assim, as pessoas vão olhar e falar assim: Poxa, mas qual foi o milagre que aconteceu? Bom, meu relato é um alívio. Eu sou uma mulher de fé, eu atribuo que eu tive muita força, graças a Deus, ao divino, pra estar aqui.

E não cheguei sozinha. É uma outra coisa. Saber de onde você veio, não esquecer jamais de onde você veio. Por onde você passou. Você tem que ter legado. Porque senão, não tem razão de fazer a luta.” (Benedita da Silva, entrevista realizada em 30/09/2025)

A reflexão de Benedita sobre seu legado emerge de forma especialmente potente ao final da entrevista, quando ela articula o tempo longo da trajetória política de pessoas negras com a construção coletiva de novas gerações de lideranças. Depois de décadas abrindo caminhos, enfrentando resistências institucionais e produzindo conquistas inéditas tanto no parlamento quanto fora dele, ela reconhece que sua presença no

Congresso não se mede apenas pelos mandatos que exerceu, mas pelos espaços que tornou possíveis para outras mulheres negras. É nesse ponto que sua fala ganha um caráter quase retrospectivo e, ao mesmo tempo, afirmativo. Ao ver novas parlamentares negras se identificando como parte de uma “*bancada da Benedita*”, a deputada encontra a confirmação de que seu percurso gerou raízes, continuidade e comunidade. A seguir, o trecho em que ela mesma sintetiza essa percepção de forma sensível e reveladora:

“O meu sonho era ter essa bancada negra. (...) Mas levou muito tempo. Olha quanto tempo levou, pelo menos para mim, levou 40 anos. Eu tenho 40 anos, 40 anos nessa batalha. É o meu último mandato de deputado federal, e vou sair para disputar o Senado.

Então, o tempo que nós, negros e negras, levamos para ocupar um determinado espaço, que seja de decisão ou de poder, leva muito tempo. É muito tempo. Porque nós ainda não criamos, no Brasil, esse ambiente que possa nos acatar. Tem um processo. Então, é por isso que quando chegam, como tem agora as jovens mulheres negras parlamentares, elas falavam assim: **nós somos da bancada da Benedita**.

A mulherada negra diz que é da bancada da Benedita. Aí eu falei: Bom, agora eu já posso ir, né, gente? Agora eu já tenho bancada. Vocês fiquem aqui brigando, sigam aqui aguerridas. E eu fico muito feliz.” (Benedita da Silva, entrevista realizada em 30/09/2025)

2.6 – Conclusão

Este capítulo buscou demonstrar que a possibilidade de existência de um grupo de mulheres negras no Congresso Nacional no século XXI é fruto direto de um longo e complexo processo de organização travado ao longo do século anterior. A trajetória histórica aqui narrada, passa pelos primeiros movimentos organizados às bancadas parlamentares na Constituinte; busquei abordar desde as histórias das pioneiras negras na política que muitas vezes eram as únicas em espaços institucionais até chegar à criação de um movimento de mulheres negras autônomo e propositivo. Tais fatos não são apenas um pano de fundo, mas a condição de possibilidade para a representação política que se consolida no século XXI.

A atuação de mulheres como Antonieta de Barros, Laudelina de Campos Mello, Almerinda Gama, Sofia Campos, Maria Lourdes Vale Nascimento e Lélia Gonzalez criou um repertório de discussão política, mobilização popular e atuação institucional, formando um caminho para as mulheres negras que viriam. Benedita da Silva emerge, então, como a personagem que indiretamente herdou esse legado e conseguiu transladar

essas demandas para o cerne do poder institucional, convertendo a representação descritiva em atuação substantiva. Sua trajetória é o elo vivo que conecta a insurgência das pioneiras à institucionalização de políticas públicas para os grupos que representa.

Tendo compreendido este panorama histórico e a gênese das demandas que ecoariam no Parlamento, o próximo capítulo avança no tempo e no foco analítico. Partiremos desta base construída no século XX e da rica trajetória de vida de Benedita da Silva para mapear e analisar o perfil e as trajetórias de ingresso das mulheres negras que se tornaram parlamentares federais a partir da Constituinte de 1988. É na análise de dados de um grupo de 62 parlamentares federais que buscaremos responder a uma das perguntas centrais desta tese: quem são as mulheres negras parlamentares federais no Brasil contemporâneo?

Capítulo 3

As parlamentares federais negras: desvendando os perfis biográficos e os caminhos de acesso ao Congresso Nacional

O capítulo anterior dedicou-se a reconstruir a presença política de mulheres negras ao longo do século XX no Brasil, demonstrando como suas lutas, inicialmente travadas na sociedade civil e em movimentos sociais, pavimentaram os caminhos para uma inserção gradual e resiliente na política institucional. A trajetória paradigmática de Benedita da Silva foi analisada como um elo simbólico e prático entre as pioneiras do passado e a possibilidade de representação parlamentar no presente. Se a história fornece o alicerce, este capítulo avança para a análise sistemática do que foi construído sobre ele.

A partir do mapeamento inédito das 62 mulheres negras que exerceram mandatos no Congresso Nacional entre 1991 e 2025, este capítulo tem como objetivo central desvendar quem são essas parlamentares e por quais caminhos chegaram ao poder. Trata-se de um esforço que buscou por meio da sistematização e análise de dados biográficos, educacionais, profissionais e eleitorais, identificar padrões, recorrências e singularidades em suas trajetórias.

A pergunta “*quem são as parlamentares negras?*” desdobra-se em várias outras: Quais são suas origens sociais e regionais? Que formação educacional e profissional possuem? Quais as rotas de acesso à política institucional que são predominantes? Como estão distribuídas nos partidos políticos e quais as taxas de reeleição? As respostas a essas indagações permitirão compreender os filtros sociais e institucionais que moldam o acesso de mulheres negras ao ápice da carreira política no Brasil, bem como as estratégias por elas desenvolvidas para superá-los.

Este capítulo estrutura-se em três eixos principais. Primeiro, apresentamos um panorama quantitativo da presença dessas parlamentares ao longo das nove legislaturas analisadas, observando sua evolução numérica, distribuição regional e a disparidade de acesso entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Em seguida, analisamos os perfis biográficos, com foco na formação educacional e nas trajetórias profissionais prévias, elementos-chave para compreender a construção de sua trajetória até a política. Por fim, mapeamos os caminhos de acesso e permanência, investigando suas passagens por cargos eletivos anteriores, a complexa relação com os partidos políticos e as barreiras

à consolidação de carreiras parlamentares duradouras.

Através desta análise, demonstraremos que, embora diversas em suas trajetórias individuais, essas mulheres compartilham, em grande medida, um perfil marcado pela valorização da educação como eixo de mobilidade social, por origens populares e por um percurso de acesso ancorado em experiências comunitárias e militantes. A análise desses dados não apenas responde a uma lacuna empírica nos estudos sobre representação política no Brasil, mas também indicam quais caminhos criam oportunidades e quais são os obstáculos que delimitam a presença negra e feminina no Poder Legislativo Federal.

3.1 Quem são as parlamentares federais negras desde a redemocratização?

O período constituinte representou um momento de abertura do Parlamento brasileiro às discussões que mobilizavam amplamente a sociedade civil, incluindo as pautas de gênero e raça, que encontraram naquele contexto maior espaço institucional para vocalizar suas demandas. Conforme brevemente discutido no capítulo anterior, os anos 1980 foram marcados pelo processo gradual de redemocratização, com o surgimento de novos partidos políticos, entre eles o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Segundo Rios (2014), ambos os partidos demonstraram, naquele período, relativa permeabilidade às pautas antirracistas e feministas, inclusive incorporando intelectuais negros e negras às suas fileiras partidárias.

Paralelamente, a década de 1980 assistiu à formação dos primeiros movimentos organizados de mulheres negras no Brasil. Esses coletivos atuavam de forma autônoma, criticando tanto o racismo presente nos coletivos feministas quanto o sexismo existente nas organizações do movimento negro. A proposta de uma abordagem interseccional das desigualdades começou a ser articulada em textos e propostas políticas a partir desta definição de mulheres negras enquanto sujeito coletivo. Mulheres negras estavam organizadas na sociedade civil, como por exemplo, nas associações de bairro; contudo ainda eram raridade nas instâncias formais de poder político.

De acordo com Luana Simões (2006) e Ana Paula Jaqueto (2016), há na literatura sólida discussão sobre a importância de se considerar a participação política para além da ocupação dos espaços institucionais. Assumir que as experiências em setores da

sociedade civil, como nos movimentos sociais, podem ser uma preparação para posterior atuação na política institucional a partir do desenvolvimento da ação coletiva e das capacidades de liderança comunitária é essencial. A consistente presença e atuação das mulheres, em especial das mulheres negras nesses espaços, contribui para superação do mito de que as mulheres têm aversão à política, já que elas o fazem em espaços não reconhecidos tradicionalmente como espaços políticos.

Assim como discutido no capítulo anterior, a presença de mulheres negras no Congresso foi construída sob um legado de lutas de pioneiras como Antonieta de Barros, Laudelina de Campos Mello e Lélia Gonzalez. A trajetória paradigmática de Benedita da Silva demonstrou a conversão da mobilização social em representação institucional substantiva. A eleição de Benedita da Silva para o Congresso Nacional, em 1986, marca um ponto de inflexão. Primeira mulher negra eleita deputada federal no Brasil, Benedita integrou a 48ª legislatura, a Assembleia Constituinte. Partindo desse alicerce histórico, este capítulo avança para uma análise sistemática dos perfis e caminhos de acesso das 62 parlamentares que seguiram e ampliaram essa trilha desde a redemocratização.

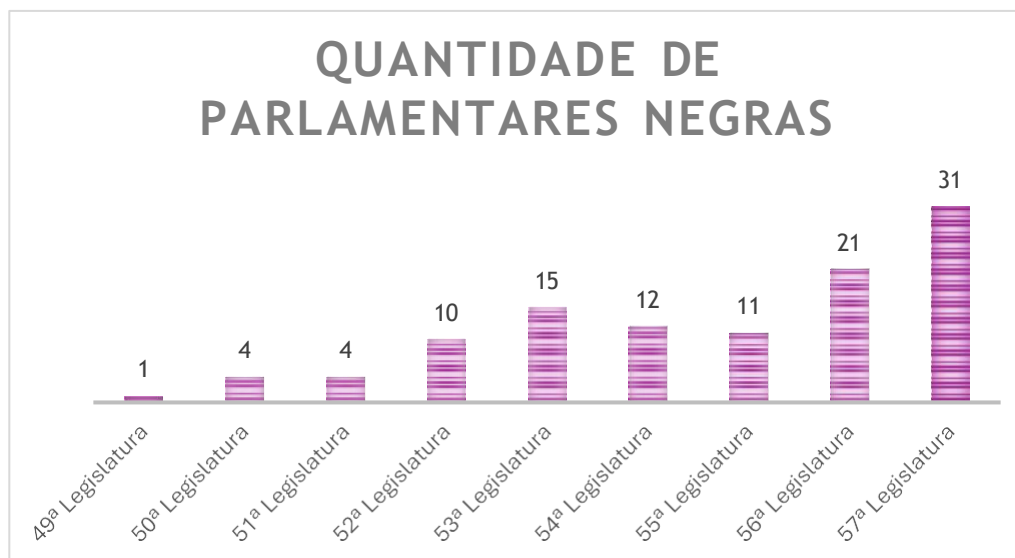
O recorte temporal deste estudo se concentra no período que vai da 49ª à 57ª Legislatura (1991–2025), ou seja, da legislatura imediatamente posterior à promulgação da Constituição de 1988 até a atual legislatura em exercício. Ao longo desses 34 anos, o número de mulheres negras eleitas para o Congresso Nacional cresceu de forma gradual, mas ainda muito aquém de sua proporção na população brasileira. A pesquisa identificou durante esse período sessenta e duas (62) mulheres negras parlamentares federais (deputadas e senadoras), listadas no Anexo 1. O gráfico a seguir apresenta a evolução do número de mulheres negras eleitas ao Congresso Nacional ao longo das legislaturas analisadas. A atual legislatura é a que reúne o maior número já registrado: pouco mais de três dezenas de parlamentares negras na Câmara e no Senado.

A identificação das 62 parlamentares negras analisadas nesta tese resultou de um procedimento metodológico combinado, adotado diante da ausência de dados oficiais sistematizados sobre raça no Parlamento Federal ao longo do período investigado. Para os mandatos entre 1991 e 2014, utilizou-se um processo de heteroidentificação racial, realizado por um grupo diversificado de avaliadores com experiência prévia, com base em características fenotípicas e nas categorias do IBGE, considerando-se negras as parlamentares classificadas como pretas ou pardas pela maioria dos avaliadores. Para o período posterior a 2014, adotou-se a autodeclaração racial registrada junto ao Tribunal

Superior Eleitoral, com verificação longitudinal das informações. A combinação desses procedimentos permitiu a construção de um banco de dados original, a partir do qual se chegou ao total de 62 parlamentares federais negras que compõem o universo empírico da pesquisa.

Gráfico¹⁷ 1

Quantidade de parlamentares federais negras em exercício por legislatura (1991 – 2023)



Fonte: elaboração própria (2025).

Os dados evidenciam que, nos anos 1990, durante as três primeiras legislaturas estudadas, a presença de mulheres negras no Parlamento foi ínfima, com Benedita da Silva e Marina Silva protagonizando a presença de mulheres negras no Senado Federal. A partir da 52ª Legislatura (2003–2007), observa-se um crescimento mais expressivo, alcançando a casa de uma dezena de parlamentares federais negras por três legislaturas consecutivas, ainda seja possível notar uma variação neste período. Esse padrão muda novamente em 2019, quando se inicia uma nova curva de crescimento. Desde então, o número de mulheres negras no Congresso aumentou consideravelmente, atingindo seu pico na legislatura atual.

¹⁷ Os quantitativos referentes às três últimas legislaturas diferem ligeiramente dos registros oficiais em razão do refinamento metodológico adotado nesta pesquisa. Foram consideradas apenas as parlamentares que se autodeclararam pretas ou pardas em sua última candidatura no período analisado (2015–2023), sendo excluídas da análise aquelas que alteraram sua autodeclaração para branca. Ressalta-se, ainda, que os números apresentados correspondem ao total de parlamentares por legislatura e não devem ser somados, uma vez que há casos de reeleição entre os períodos.

O aumento da presença de mulheres negras nas duas últimas legislaturas coincide temporalmente com a implementação de medidas institucionais voltadas à equidade no financiamento de campanhas, decorrentes da decisão do TSE de 2020, que determinou a destinação proporcional de recursos do fundo eleitoral e do tempo de propaganda para candidatas negras. Ainda que os efeitos concretos dessas medidas não possam ser mensurados com precisão, dada a escassez de dados e estudos consolidados sobre o impacto da Decisão, sua introdução representa uma pressão institucional sobre os partidos políticos, forçando-os a, ao menos formalmente, incorporar critérios de raça e gênero em suas estratégias eleitorais. O contexto recente sinaliza um cenário normativo mais sensível à inclusão, mesmo persistindo os desafios quanto à fiscalização da adesão real por parte das legendas. As parlamentares negras entrevistadas sinalizaram em suas respostas que a partir de 2020 suas candidaturas receberam efetivamente mais suporte dos partidos políticos, ainda que essa ampliação tenha demandado delas negociações internamente.

Vale destacar que a sistematização desses dados só foi possível graças à metodologia adotada nesta pesquisa, que combinou autodeclaração racial (a partir dos dados do TSE, disponíveis desde 2014) com o uso da heteroidentificação, aplicada às legislaturas entre 1991 e 2011, conforme descrito na seção metodológica desta Tese. A metodologia escolhida permitiu identificar as parlamentares negras respeitando a autodeclaração por dados oficiais coletados pelo Tribunal Superior Eleitoral, além disso para àquelas eleitas anteriormente foram observadas as características fenotípicas de fotografias oficiais por um grupo de pessoas experientes na realização de heteroidentificação.

Observe-se que em alguns casos, em especial nas duas últimas legislaturas, foram identificadas autodeclarações consideradas controversas, mas decidi por mantê-las na análise em respeito à forma como a própria parlamentar escolheu se identificar oficialmente. Houve ainda situações em que a autodeclaração racial foi alterada ao longo das diversas eleições: nesses casos, adotei como critério a última autodeclaração registrada. Assim, parlamentares que se autodeclararam pretas ou pardas em sua candidatura mais recente foram incluídas na análise; aquelas que passaram a se identificar como brancas nas eleições mais recentes foram retiradas do recorte por não serem as sujeitas centrais dessa pesquisa.

É importante destacar que os dados apresentados nesta pesquisa para as duas últimas legislaturas não coincidem integralmente com os números oficiais. Isso porque realizei um tratamento específico das informações, incluindo não apenas as parlamentares negras titulares, mas também aquelas que exerceram mandato na condição de suplentes, o que resulta em um total superior ao geralmente divulgado em estatísticas oficiais. Além disso, nos casos de alteração da autodeclaração racial ao longo do tempo, adotei como referência a última autodeclaração registrada, garantindo a padronização dos dados e a inclusão de algumas parlamentares em legislaturas que exerceram mandato. Para maiores detalhes ver nota¹⁸ de rodapé correspondente.

Ressalte-se que dentro do universo de 62 parlamentares negras estudadas, apenas três exerceram mandatos exclusivamente no Senado Federal: Ideli Salvatti (2003–2011), eleita por Santa Catarina; Regina Souza (2015–2018) do estado do Piauí; e Danimar Cristina (2011) do estado do Paraná. As duas últimas exerceram o cargo como suplentes; Danimar por apenas um mês e Regina Souza ao longo de quatro anos. Ideli Salvatti foi eleita titular para o Senado Federal e é uma figura política com extensa carreira ocupando cargos tanto no legislativo como no executivo. Outras cinco parlamentares destacam-se por terem exercido mandatos na Câmara dos Deputados assim como no Senado Federal, são elas: Benedita da Silva, Lídice da Mata, Marina Silva, Eliziane Gama e Fátima Bezerra.

As cinco parlamentares negras que foram deputadas federais e senadoras da República iniciaram suas trajetórias na política institucional em mandatos locais, Benedita como vereadora no Rio de Janeiro (1983–1986) e as demais como deputadas

¹⁸ Na **55ª Legislatura (2015–2019)**, foi excluída da análise a deputada Rejane Dias, por ter se autodeclarado branca nos pleitos de 2018 e 2022. Foram incluídas, contudo, a senadora Regina Souza, que exerceu mandato como suplente, e a deputada Eliziane Gama, que embora tenha se autodeclarado branca nesta eleição, passou a se autodeclarar preta/parda nas eleições de 2016 e 2018.

Na **56ª Legislatura (2019–2023)**, a deputada Christiane Tonietto foi excluída da análise por se autodeclarar branca no pleito seguinte. Foram incluídas, por mudança de autodeclaração, as deputadas Perpétua Almeida (branca em 2018, parda em 2014 e 2022), Alice Portugal (branca em 2016 e 2018, parda em 2014 e 2022), Maria Rosas (branca em 2018, parda em 2022) e Laura Carneiro (branca em 2014 e 2018, parda em 2020 e 2022); para todos os casos adotamos a última autodeclaração. Além delas, também foram incorporadas como suplentes que exerceram mandato nesta legislatura as deputadas Andreia Zito, Ely Santos, Tia Eron e Vivi Reis.

Na **57ª Legislatura (2023–2027)**, foi excluída a deputada Delegada Ione, que apesar de se autodeclarar parda em 2022, declarou-se branca nas eleições de 2020 e 2024, prevalecendo assim a última autodeclaração. Foram incluídas, como deputadas suplentes que exerceram mandato nessa legislatura, as deputadas Ely Santos, Gisela Simona e Reginete Bispo.

estaduais nas Assembleias Legislativas. Em momentos distintos, essas cinco mulheres exerceram mandato no Senado Federal sendo, frequentemente, as únicas mulheres negras em exercício naquela Casa, que historicamente tem se mostrado impermeável à diversidade racial e de gênero. Os dados em relação à composição feminina do Senado ao longo dos anos reforçam isso, como se vê abaixo:

Tabela 2: Quantidade de Senadoras por Legislatura

Legislatura	Período	Senadoras não-negras	Senadoras Negras	Nº de mulheres no Senado
49 ^a	1991–1995	3	0	3
50 ^a	1995–1999	2	2	4
51 ^a	1999–2003	3	1	4
52 ^a	2003–2007	9	1	10
53 ^a	2007–2011	8	2	10
54 ^a	2011–2015	11	1	12
55 ^a	2015–2019	10	3	13
56 ^a	2019–2023	10	2	12
57 ^a	2023–2027	14	1	15

Fonte: Senado Federal (painéis e reportagens institucionais).
Elaboração própria, 2025.

A pequena quantidade de mulheres negras que exerceram o mandato enquanto Senadoras da República aponta para outro dado relevante que é a preponderância da presença de mulheres negras eleitas para a Câmara dos Deputados. Esse fato pode ser parcialmente explicado pelas diferenças nos mecanismos eleitorais de cada uma das casas legislativas, para a Câmara dos Deputados o sistema eleitoral proporcional de lista aberta faz com que os votos sejam distribuídos entre candidatos e partidos, e o número de cadeiras seja alocado proporcionalmente ao desempenho eleitoral de cada legenda. Esse sistema permite, por exemplo, que candidatas negras se beneficiem do desempenho coletivo de seu partido político ou coligação, o que pode favorecer alianças estratégicas com amplos segmentos (movimentos sociais ou associações religiosas). O sistema proporcional de lista aberta, ainda que apresente distorções e desafios próprios¹⁹, tende a ser mais permeável à eleição de perfis historicamente sub-representados, como é o caso de mulheres negras.

¹⁹ Mais informações em *Eleições no Brasil: do império aos dias atuais*, Jairo Nicolau, 2012.

Já no caso do Senado Federal, vigora o sistema eleitoral majoritário pelo qual é eleita apenas a candidatura mais votada em cada estado (ou as duas mais votadas, quando as eleições promovem a renovação de dois terços). Esse sistema impõe barreiras mais rígidas de entrada, pois exige ampla capacidade eleitoral, recursos financeiros robustos e forte apoio das elites partidárias, fatores que historicamente não favorecem candidaturas negras femininas. A competição majoritária tende a concentrar as disputas entre nomes já consolidados, que reproduzem certos padrões de perfis no poder. Sendo assim, para o Senado Federal a tendência é que sejam eleitos políticos tradicionais pertencentes às elites econômicas com fortes redes familiares nos Estados de origem.

Assim, a estrutura do sistema proporcional da Câmara dos Deputados, ainda que limitada por práticas partidárias excludentes, oferece melhores condições institucionais para a emergência de candidaturas competitivas de mulheres negras do que o sistema majoritário do Senado Federal, onde as vitórias requerem a pertença a uma rede de relacionamentos privilegiada. O que contribui para explicar a maior presença de mulheres negras na Câmara ao longo das últimas décadas. Abaixo a tabela sistematiza quem foram as Senadoras da República negras:

Tabela 3 – Senadoras da República Negras		
Nome	Ano(s) de Exercício do Mandato	Partido/Estado
Laélia de Alcântara	1981–1983 (suplente)	PMDB-AC
Benedita da Silva	1995–1998	PT-RJ
Marina Silva	1995–2002	PT-AC
Ideli Salvatti	2003–2011	PT-SC
Danimar Cristina	2011 (suplente)	PL-PR
Lídice da Mata	2011 – 2019	PSB-BA
Regina Souza	2015–2018 (suplente)	PT-PI
Fátima Bezerra	2015–2023	PT-RN
Eliziane Gama	2019-2027	PDT-MA

Fonte: Senado Federal. Elaboração própria, 2025.

Essa realidade é refletida por Benedita da Silva em sua autobiografia de 1997, assim como pela atual senadora Eliziane Gama na entrevista realizada para esta pesquisa:

“Pra vocês terem uma ideia, uma campanha para o Senado custa geralmente de um a dois milhões de dólares. A maioria dos candidatos é rica e tem condições de, por exemplo, fretar um avião e pagar salários às pessoas que trabalham nas campanhas. Eu não tenho nada disso. Minha campanha para o Senado ficou em torno de 300 mil reais e ainda tenho

uma dívida para pagar. Apesar do acesso ao horário eleitoral gratuito, temos que pagar pela produção dos programas, e só isso já significa muito dinheiro pra mim.” (Benedita da Silva, 1997, p.72)

“ (...) não foi uma candidatura fácil, por exemplo, a tradição no Estado do Maranhão, todos os senadores, desde a redemocratização, eram senadores homens que faziam parte de uma estrutura política muito poderosa, de repente surge alguém como eu, uma deputada federal que veio de uma história totalmente diferente, sem uma retaguarda política poderosa, era meio que ousadia demais. (Senadora Eliziane Gama, entrevista realizada em 10/09/2025)

Depreende-se das afirmações das parlamentares que o financiamento de campanha é um fator que impacta fortemente as candidaturas ao Senado Federal, uma vez que a limitação de recursos restringe o alcance das mensagens das campanhas junto ao eleitorado, como relatou Benedita da Silva. A senadora Eliziane Gama destacou ainda a forte resistência da elite política local ao seu nome e a dificuldade de ter sua candidatura reconhecida como legítima por atores tradicionais. Esses relatos indicam dois obstáculos significativos para o sucesso eleitoral de mulheres negras: o acesso restrito a recursos de campanha e a deslegitimação política, refletida na falta de apoio e reconhecimento por parte das elites políticas e dos partidos em seus estados.

Importante observar também a questão da permanência e construção de carreiras políticas por parte dessas mulheres negras. Os dados revelam que a maioria das parlamentares federais têm dificuldades em consolidar uma trajetória duradoura no Legislativo Federal: aproximadamente 60% delas exerceram apenas um mandato, 21% foram reeleitas uma única vez, 10% atuaram em três mandatos e, apenas 6,5% (quatro parlamentares) superaram essa marca.

Necessário pontuar a ressalva de que parte significativa das eleitas na legislatura atual, 20 parlamentares estão exercendo seu primeiro mandato parlamentar tendo, portanto, a possibilidade de serem reeleitas nos pleitos subsequentes. No entanto, o padrão histórico aponta para barreiras na profissionalização política enfrentadas por parlamentares negras, que mesmo quando conseguem romper o bloqueio inicial de entrada no Congresso, encontram dificuldades para serem reeleitas.

A baixa taxa de reeleição aponta para a hipótese de que há escasso apoio partidário, acesso limitado a recursos de campanha e obstáculos à inserção em redes de poder duradouras; fatores decisivos para a continuidade de carreiras no sistema político

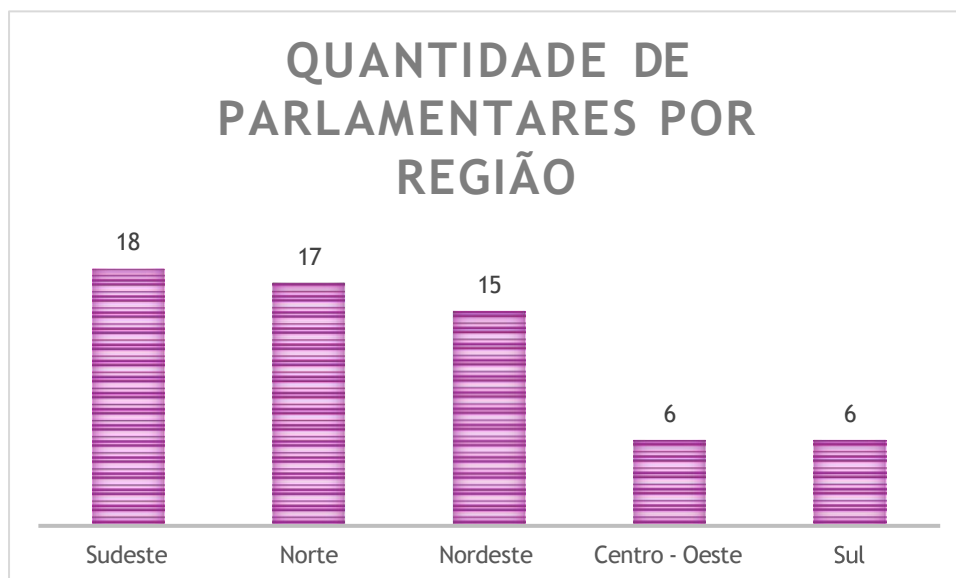
brasileiro. A alta rotatividade entre as parlamentares negras fragiliza sua capacidade de articulação e institucionalização das pautas de interesse coletivo, o que reduz o poder de negociação política e contribui para que sua presença, embora crescente, não alcance todo potencial de influência legislativa.

O Congresso Nacional, como ápice da carreira política no Brasil, funciona como um filtro altamente seletivo, apesar da ampla atuação das mulheres negras em organizações da sociedade civil, nos territórios e nos próprios partidos, sua presença como parlamentar federal segue sendo exceção. Conforme já mencionado, ainda que 28% da população brasileira seja composta por mulheres negras, seu percentual de representação na legislatura atual não alcança sequer 5%. Isso significa que o crescimento do número absoluto de parlamentares negras nas últimas legislaturas se observado em comparação com o total de Congressistas mesmo tendo aumentado recente, permanece proporcionalmente muito baixa.

3.2 – Características biográficas das parlamentares federais

3.2.1 - Distribuição regional e território

Direcionando o olhar para a distribuição regional das parlamentares negras eleitas ao longo dos últimos 34 anos, os dados permitem constatar que todas as regiões brasileiras já elegeram mulheres negras para o Congresso Nacional, com as respectivas quantidades expressas no gráfico abaixo:



Fonte: elaboração própria (2025).

A distribuição de parlamentares negras por macrorregião do país demonstra uma concentração significativa no Sudeste, Norte e Nordeste, com destaque para estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Essa distribuição espelha, em parte, o peso demográfico e eleitoral dessas unidades federativas, que possuem grandes colégios eleitorais e, portanto, elegem um número absoluto maior de representantes. Para além dessa variável quantitativa, é crucial considerar o histórico de mobilização e articulação com a política institucional do movimento negro, do movimento feminista e do movimento de mulheres negras, conforme debatido no Capítulo anterior.

Os Estados do Rio de Janeiro (7), Bahia (6) e São Paulo (6) são os que mais elegeram mulheres negras ao longo do período analisado. Cabe notar que esses três Estados reúnem importantes centros do ativismo negro e feminista no país, o que pode ter contribuído para tais números. Embora a filiação direta ao movimento negro ou feminista não constitua uma regularidade empírica entre as eleitas, é plausível supor que o contexto sociopolítico desses estados, marcado por histórica e consistente mobilização, crie um ambiente eleitoral mais propício à discussão dessas pautas, moldando um contexto que possibilita a eleição de mulheres negras.

Para exemplificar, podemos citar parlamentares que incorporaram diretamente em seus discursos e em sua atuação demandas dos movimentos sociais, como a carioca **Benedita da Silva (PT/RJ)**, a paulista **Erika Hilton (PSOL/SP)** e a baiana **Lídice da Mata(PSB/BA)**. Nesta pesquisa foram entrevistadas Benedita da Silva e Erika Hilton; ambas se referem aos movimentos sociais como espaços relevantes em sua formação política e componentes de suas bases eleitorais. Já no caso da Bahia, embora Lídice da Mata não tenha um discurso público contundente em relação a sua identidade como mulher negra, é notável que sua atuação parlamentar reflete demandas gestadas nos movimentos sociais, como foi o caso de quando ela foi Senadora e presidiu a Comissão²⁰ Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens, entre 2015 e 2016.

²⁰ A *Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens*, presidida pela senadora Lídice da Mata (PSB/BA) e concluída em 2016, investigou o padrão de homicídios que atinge de forma desproporcional jovens negros das periferias urbanas. O relatório apontou a existência de um quadro persistente de violência letal contra esse grupo e recomendou a criação de um plano nacional de enfrentamento, o fortalecimento dos mecanismos de controle das ações policiais e medidas legislativas para aprimorar a investigação dessas mortes. Relatório final disponível [neste link](#).

Outros seis Estados (Acre, Amapá, Rondônia, Maranhão, Minas Gerais e Pará) elegeram quatro parlamentares negras cada ao longo das últimas décadas. A presença de quatro estados da região Norte nesse grupo é significativa, demonstrando abertura de espaços para a consolidação de mulheres negras eleitas para além do eixo Sul-Sudeste. Em contextos de colégios eleitorais menores, como os do Acre, Amapá, Rondônia e Pará, um elemento relevante da disputa política é a questão da terra e do território. Nesse cenário, a proximidade com o eleitorado pode favorecer tanto lideranças com enraizamento comunitário, que frequentemente emergem vinculadas à defesa dos povos da floresta e de um modelo de desenvolvimento sustentável, produzindo discursos ambientalistas; quanto outras que são mais alinhadas aos interesses do agronegócio.

Um exemplo que ilustra de modo singular essa argumentação é a trajetória política de **Marina Silva(PT/AC)**, eleita Senadora da República ainda nos anos 90 pelo estado do Acre se tornou uma liderança dos territórios amazônicos. Nascida no interior Acreano, Seringal Bagaço, sua biografia – da infância entre seringueiros à atuação ao lado de Chico Mendes – é a matéria-prima de seu projeto político. Essa origem permitiu-lhe traduzir para o centro do debate nacional a luta dos povos da floresta, indígenas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais, vocalizando dentro do Congresso Nacional as demandas locais por direitos e preservação ambiental.

Nesta pesquisa entrevistei a deputada **Silvia Cristina (PP/RO)** que foi eleita por Rondônia. O diálogo com ela permite levantar uma nova hipótese sobre a chegada de mulheres negras ao parlamento federal. Silvia possui uma atuação parlamentar centrada na discussão da saúde pública. A região Norte enfrenta dificuldades estruturais em relação à infraestrutura e ao atendimento nessa área, assim como em outras políticas públicas centrais, como educação e saneamento básico. A trajetória de vida e a atuação política de Silvia Cristina estão bastante conectadas com uma temática que é uma ‘dor’ da população local e esse contexto parece ser um dos impulsionadores de sua eleição para a Câmara dos Deputados.

“(…) a política veio para mim depois de uma cura do câncer. Eu tive câncer aos 32 anos, operei no Espírito Santo, mas voltei para Rondônia, onde eu morava, para poder fazer o protocolo, que é quimioterapia e radioterapia. Foi aí que eu percebi que Rondônia não oferecia, infelizmente, o que nós precisávamos para tratamento de câncer, entendeu? E foi muito complicado para mim. Então, depois de ter passado por isso, eu percebi que tinha que fazer algo a mais para Rondônia, porque as pessoas estavam

morrendo sem ter que morrer.” (Deputada Silvia Cristina, entrevista realizada em 30/09/2025)

No caso do Maranhão, a literatura aponta a existência de uma tradição conservadora marcada por práticas oligárquicas. Famílias políticas mantêm-se no poder por gerações, controlando localmente os partidos e seus recursos, o que limita a renovação dos quadros parlamentares e restringe a entrada de candidaturas fora do perfil tradicional. Nesse contexto, a eleição de **Eliziane Gama (PSD/MA)** se destaca como uma exceção significativa, uma vez que sua trajetória rompe com essa lógica e desafia as estruturas tradicionais da política local. Trata-se de uma liderança política com crescente projeção nacional, que já foi Deputada Federal e, na legislatura atual, é Senadora da República. Ela também foi entrevistada para essa pesquisa e fala explicitamente dos muitos desafios que foram superados para que ela se tornasse uma parlamentar federal, conforme debateremos no próximo Capítulo.

Já Minas Gerais, embora seja um dos maiores colégios eleitorais do país e exerça papel estratégico nas disputas nacionais, apresenta baixos índices de eleição de mulheres negras para o Congresso Nacional. Infere-se que a cultura política mineira no que diz respeito à inclusão da diversidade racial e de gênero tende a favorecer perfis tradicionais e conservadores. Ainda assim, o estado elegeu duas parlamentares negras nos últimos anos: **Áurea Carolina (PSOL/MG)**, em 2018, e **Dandara Tonantzin(PT/MG)**, eleita em 2022. A Deputada Dandara Tonantzin foi entrevistada para esta pesquisa, ela é uma das parlamentares negras mais jovens a serem eleitas para a Câmara dos Deputados e chegou ao legislativo federal com firme discurso interseccional, sendo uma das parlamentares da geração emergente. O próximo capítulo detalha o perfil desta nova geração de parlamentares negras.

Mato Grosso e Rio Grande do Sul elegeram três parlamentares negras cada, enquanto Piauí e Paraná elegeram duas deputadas federais cada. Essa configuração reafirma a distribuição desigual da presença de mulheres negras no Parlamento Federal e a variação entre os diferentes Estados. Ainda assim, a eleição de mulheres negras em estados como Mato Grosso, Piauí, Paraná e Rio Grande do Sul indica que há fissuras nos padrões tradicionais de exclusão política e que diferentes contextos regionais podem ocasionalmente produzir mandatos protagonizados por mulheres negras. As estratégias partidárias locais e as variações na cultura política regional são fatores a serem observados

em cada um dos casos, esta pesquisa realizou entrevista com a Deputada **Carol Dartora (PT/PR)**, eleita para seu primeiro mandato pelo Paraná na legislatura atual. Ela relata o quanto as características culturais de seu estado invisibilizam a presença e contribuição de pessoas negras, e que isso foi um dos incômodos que impulsionou sua trajetória política.

“ (...) quis ser professora por causa disso, achava que a educação era essa ferramenta. Eu pensava: quero fazer algo que possa transformar esse mundo, especialmente o meu mundo, a minha cidade. Tenho uma relação com a questão urbana muito grande, porque minha identidade, ela não se reverberava na cidade que eu moro, (...) ela nunca foi espelho dessa minha identidade.

(...) eu sentia muito esse vazio na cidade, eu não me vi nada na cidade, não tinha monumentos, não tinha nada, e é uma cidade onde a preservação da memória, o urbanismo de Curitiba impacta muito, então esse impacto me marcou, porque eu era esmagada por Praça da Espanha, Praça da Ucrânia, Bosque Alemão, então essa arquitetura me violava no sentido da identidade, porque eu não me vi em nada e sou do contexto urbano, sou da periferia dessa cidade, então ficava muito evidente também a diferença do urbanismo do centro e dos bairros ricos com o lugar que eu morava, isso também era uma coisa que me impactava muito, porque realmente eu achava minha cidade muito bonita, mas ela só era bonita para alguns.” (Deputada Carol Dartora, entrevista realizada em 12/09/2025)

Os dados coletados indicam que nove unidades da federação elegeram apenas uma mulher negra para o Parlamento Federal em mais de três décadas, evidenciando a frágil e esparsa presença dessas parlamentares em escala nacional. O cenário é ainda mais crítico em estados como Alagoas, Amazonas, Paraíba, Sergipe e Tocantins, que nunca elegeram uma mulher negra para o Congresso Nacional desde a redemocratização.

A identificação desses vazios territoriais de presença de mulheres negras eleitas para o Congresso Nacional em algumas unidades federativas, aponta para a existência de barreiras político-institucionais locais ainda não devidamente decifradas pela academia. Compreender a anatomia dessas dinâmicas excludentes, que atuam de forma tão eficaz na filtragem do acesso de mulheres negras ao Parlamento Federal, é sem dúvidas uma agenda de pesquisa que precisa ser desenvolvida futuramente.

A distribuição regional da eleição de mulheres negras para o Congresso Nacional confirma que a existência de diferenças relevantes entre as unidades federativas, que refletem o peso demográfico, as dinâmicas históricas e sociopolíticas próprias de cada território. Como destacam Borges (2016) e Silva (2018), os condicionantes regionais, que

combinam cultura política, redes partidárias e padrões socioeconômicos, exercem papel decisivo na conformação das oportunidades eleitorais. O desenho federativo brasileiro, em que os estados são os distritos eleitorais, reforça o peso das disputas regionais para a definição de quem alcança o parlamento.

Os dados coletados por este trabalho permitem afirmar que os estados que elegeram maior número de mulheres negras ao longo das últimas décadas, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, tem em comum o fato de serem grandes colégios eleitorais, com presença histórica de movimentos negros e feministas, fatores que são elementos importantes para as trajetórias de Benedita da Silva, Erika Hilton e Lídice da Mata. No Nordeste, especificamente no caso do Maranhão, nota-se a tensão entre o peso de tradições oligárquicas e a emergência de fissuras que permitiram, por exemplo, a eleição de figuras como Eliziane Gama. O que também ocorre no caso específico de Minas Gerais, a emergência de Áurea Carolina e Dandara Tonantzin cria frestas no padrão eleitoral do estado.

Ademais, sobre a região Norte que possui colégios eleitorais menores, a literatura indica que essa característica favorece a interação mais próxima entre candidato e eleitor, sendo mais facilitada a proximidade e mobilização das candidatas com as bases eleitorais. A centralidade do território e das pautas ambientais, como no caso de Marina Silva, revela que candidaturas ancoradas em vínculos comunitários e na defesa de políticas públicas básicas encontram espaço de viabilidade, o que também pode ser ilustrado pela carreira de Silvia Cristina. Ainda de acordo com os dados deste trabalho, as regiões Sul e Centro-Oeste são as macrorregiões do país que menos elegeram mulheres negras, o que pode indicar padrões na cultura política local mais resistentes à diversidade, porém não imunes a rupturas, como demonstram as vitórias recentes de Carol Dartora (PT/PR), Daiana Santos (PCdoB/RS) e Gisela Simona (UNIÃO/MT).

O território é variável essencial para explicar como mulheres negras conseguem romper as barreiras da exclusão política, já que é nele que se estruturam os contextos de formação política a partir redes de relacionamento, dos vínculos religiosos, das experiências sindicais e comunitárias que servem de base às candidaturas delas. Por um lado, ele configura as oportunidades de entrada e permanência na política. Por outro, os territórios também funcionam como barreiras na medida em que cristalizam as estruturas de poder local. Conforme já mencionado, é comum no Brasil regiões marcadas pela

manutenção de elites familiares e partidárias, que monopolizam recursos eleitorais e controlam canais de acesso à cargos no legislativo federal.

Assim, o território parece operar de modo ambivalente: enquanto pode abrir frestas e ser o potencializador de lideranças femininas e negras, também funciona como mecanismo de bloqueio, reproduzindo desigualdades históricas que limitam a presença de mulheres negras no Congresso Nacional. Isso reflete na forma como essas trajetórias frequentemente combinam resistência individual com alianças políticas circunstanciais, informações essas apreendidas pelas entrevistas realizadas. O acesso ao legislativo federal é narrado pelas parlamentares como um processo árduo, com elevados custos pessoais e significativas dificuldades para a consolidação de carreiras políticas de longo prazo. Essa precariedade estrutural da inserção política revela o quanto as oportunidades permanecem dependentes de conjunturas específicas, em vez de resultarem de um padrão institucionalizado de inclusão.

A evidência de que em mais de três décadas nove estados elegeram apenas uma parlamentar negra e outros cinco jamais o fizeram indica que a sub-representação é produzida também por mecanismos locais de exclusão ainda pouco decifrados pela literatura. Identificar esses mecanismos que podem ser de ordem cultural, partidária ou institucional constitui uma agenda de pesquisa promissora, que pode contribuir para compreender não apenas a sub-representação de mulheres negras, mas também as dinâmicas dos filtros existentes no sistema político brasileiro.

Nesse sentido, os achados desta seção demonstram a importância incontornável de um olhar interseccional para a representação política, refletindo sobre as dimensões de raça, gênero, classe e território na busca por identificar e analisar as desigualdades que estruturam e, simultaneamente, fragilizam a democracia brasileira.

3.2.2 - Faixa etária e gerações

Outro dado interessante a ser observado é a idade que essas parlamentares negras chegaram ao Congresso Nacional, ou seja, com quantos anos elas estavam quando começaram a exercer seu primeiro mandato enquanto parlamentar federal. A tabela abaixo apresenta essas informações de modo compilado.

Faixa etária das parlamentares negras no primeiro mandato

Faixa Etária	Qtidade de parlamentares
20 - 29 anos	3
30 - 39 anos	14
40 - 49 anos	28
50 - 59 anos	13
60 - 69 anos	4

Fonte: elaboração própria (2025).

As informações da tabela indicam que aproximadamente 45% das parlamentares federais negras assumiram seus cargos dentro da faixa etária de 40 a 49 anos, o que parece indicar que elas chegam ao Congresso Nacional em um momento intermediário de suas vidas profissionais. Significa dizer que, para a maioria, o acesso a esse espaço de poder depende de uma maturação longa, do acúmulo de experiências políticas e sociais e da conquista de reconhecimento prévio em outros âmbitos de atuação. Necessário mencionar que os dados encontrados indicam e a literatura confirma que a idade média de ingresso no Senado Federal é maior do que na Câmara dos Deputados. (ARAÚJO, 2021)

Nas faixas etárias de 30 - 39 e de 50 - 59 anos há quantidade muito próxima de parlamentares (14 e 13 respectivamente), em torno de 20%, o que reforça a afirmação de que há uma concentração de parlamentares negras que ingressam em seus mandatos federais com trajetórias maduras. É notável que aquelas que chegam aos 30 anos frequentemente o fazem a partir de uma notoriedade excepcional, impulsionadas pelas mídias sociais e muitas vezes vinculadas ao ativismo de visibilidade com sólida base comunitária, configurando trajetórias ‘aceleradas’ que são a exceção, e não a regra. Já as que ingressam aos 50 anos podem representar tanto uma consolidação tardia de uma carreira política local quanto um reconhecimento de personalidades com décadas de militância e trabalho de base.

Por outro lado, note-se que as faixas etárias de 20-29 e de 60-69 anos tem representação significativamente menor, o que por um lado sinaliza que são poucas as jovens negras que chegam ao Congresso Nacional para exercício do mandato, talvez porque as barreiras para o acúmulo do capital social e econômico nessa faixa etária sejam realmente difíceis de ultrapassar. No caso das mulheres maiores do que 60 anos, é

possível supor que as limitações de recurso e, até mesmo, o etarismo sejam fatores explicativos desse número reduzido.

Além da variável etária, é produtivo analisar a trajetória das parlamentares negras no Congresso Nacional a partir de uma perspectiva geracional nos moldes de Karl Mannheim, conforme debatido por Wivian Weller (2010). Nesse caso, as gerações auxiliarão na compreensão sobre como experiências históricas e políticas distintas conformam posições, conexões e unidades geracionais específicas. Foi possível identificar, então, três gerações de mulheres negras no Legislativo federal, cada uma marcada por um contexto histórico e por modos de intervenção na vida pública.

Nesse esforço analítico, defendo que a primeira geração pode ser representada por figuras como Benedita da Silva, Marina Silva e Lídice da Mata, que ingressaram e se consolidaram politicamente ainda nos anos 1980 e 1990, período da redemocratização, sendo uma geração pioneira na ocupação desses espaços. Sua posição geracional está vinculada ao processo abertura democrática ainda com barreiras raciais e de gênero praticamente intransponíveis. Sua conexão geracional deu-se pela experiência comum de serem as primeiras a ocupar espaços de poder, criando um lugar político para mulheres negras. A primeira geração caracteriza-se pela quebra de barreiras institucionais e simbólicas, construindo a possibilidade de presença onde antes havia ausência e silenciamento. Elas inauguram trajetórias duradouras e cumulativas, raras entre mulheres negras, possuem mais de 30 anos de experiência na política institucional e podem ser caracterizadas pela abertura de caminhos inéditos.

Em um patamar intermediário, encontram-se parlamentares que passaram a exercer mandatos a partir da primeira década dos anos 2000 e que, ao longo de legislaturas consecutivas (2 a 4), constituíram carreiras parlamentares interessantes e que mesmo após a passagem pelo parlamento federal seguem atuando politicamente em outras instâncias como o Poder Executivo ou até o legislativo local. Como exemplos estão Perpétua Almeida (PCdoB/AC), Luciana Santos (PCdoB/PE), Fátima Bezerra (PT/RN) e Andreia Zito(PSDB/RJ). Elas representam, assim, a ampliação de uma presença de mulheres negras na política institucional, atuando como ponte entre a geração anterior e as que viriam.

A segunda geração de mulheres negras eleitas a partir dos anos 2000 emergiu em um contexto político marcado pela consolidação da democracia, pelo fortalecimento das

instituições, e pela ampliação gradual de agendas de direitos conduzidas por governos sensíveis à participação social. Esse período coincidiu com a expansão de políticas públicas voltadas para inclusão, com maior abertura para debates sobre desigualdades e diversidade dentro do Estado, ainda que de modo limitado.

Por fim, é possível identificar uma nova geração de mulheres negras eleitas nos últimos 10 anos, desde 2015, nesse período podemos observar uma maior variação das filiações ideológicas dessas parlamentares. Por um lado, são eleitas Carol Dartora, Erika Hilton, Áurea Carolina, Daiana Santos, Talíria Petrone e Dandara Tonantzin, que chegam ao Parlamento com discursos interseccionais explícitos, simbolizando uma renovação de repertórios, estratégias e esperanças. Por outro lado, também se elegeram nesse período Tia Eron, Silvia Cristina, Maria Rosas e Rosangela Gomes que são mulheres negras filiadas a partidos de direita ou centro-direita, algumas com fortes vínculos religiosos, que tratam da questão de gênero e raça de modo mais conservador. Elas compartilham o mesmo contexto político de um Brasil pós-junho de 2013, que viu o crescimento das redes digitais, o acirramento da polarização do debate público, mas há modos distintos de atuação entre elas.

Desse modo, a adoção de uma análise geracional revela-se pertinente para compreender essas trajetórias, pois permite articular de modo consistente as dimensões macro e micro sociológicas. Ao lançar luz sobre as experiências formativas de cada geração, essa abordagem conecta as grandes transformações políticas do país (da redemocratização, passando pelo Lulismo até o atual cenário de ascensão da direita) às formas específicas pelas quais essas parlamentares vivenciam, interpretam e transformam o campo político. Com isso, evidencia-se que as estruturas históricas são continuamente resignificadas pelas estratégias, expectativas e projetos dessas mulheres. A coexistência das três gerações no Congresso expressa a crescente ampliação, a continuidade e a resistência de mulheres negras na política institucional. Assim como evidencia um processo sociológico pelo qual a história se inscreve na biografia, mostrando como diferentes temporalidades políticas se encontram e se reconfiguram por meio do agir dessas parlamentares negras. Aprofundaremos essa visão das gerações no próximo Capítulo.

3.3.3 - *Escolaridade e Trabalho*

A análise do perfil educacional e profissional das parlamentares federais negras permite compreender de forma mais precisa as condições de ingresso no Congresso Nacional. Para além da distribuição etária tratada anteriormente, os dados referentes à escolaridade e às trajetórias profissionais revelam alguns padrões de recrutamento político, assim como indicam que as desigualdades historicamente presentes na formação e inserção profissional da população negra impactam suas trajetórias políticas. No Capítulo 4 ficará ainda mais evidente como tais desigualdades educacionais e profissionais marcam as experiências de vida e socialização política das parlamentares entrevistadas.

Do total de 62 parlamentares negras analisadas quantitativamente, 85% possuem ensino superior completo, muitas com formação adicional em programas de pós-graduação *stricto sensu*. A predominância de diplomas universitários acompanha o padrão geral do Congresso Nacional, onde a presença de indivíduos com ensino superior é historicamente majoritária. No universo desta pesquisa, 36 parlamentares (58%) cursaram áreas de humanidades ou ciências sociais aplicadas, sobretudo Direito, Pedagogia e Jornalismo, que, juntas, respondem pela maior concentração de formações.

Embora a escolaridade das parlamentares negras reflita a tendência geral do Congresso Nacional, onde o ensino superior é largamente predominante entre os eleitos. Vale perceber que no caso das mulheres negras, esse dado ganha relevo analítico por se tratar de um grupo historicamente marcado pelo acesso desigual à educação formal. Assim, a presença majoritária de mulheres negras com ensino superior completo e, em alguns casos, com pós-graduação *stricto sensu*, é resultado dos esforços individuais e familiares e, também, das políticas de democratização do acesso ao ensino superior, como as cotas raciais, como por exemplo, podemos citar as parlamentares Dandara Tonantzin e Daiana Santos.

Essa relação entre políticas públicas, formação educacional e entrada na política é vivamente exemplificada, como detalhado no Capítulo 4, pelas trajetórias de Dandara Tonantzin e Daiana Santos, ambas egressas da universidade pública e beneficiárias das políticas afirmativas. O ensino superior, para essa geração emergente, sobretudo as que ingressaram na política pós-2016, além de funcionar como credencial, é espaço de socialização política, formação crítica e construção de redes de militância,

frequentemente vinculadas ao movimento estudantil, ao movimento negro e ao feminismo.

Essas experiências reforçam uma das hipóteses centrais deste trabalho de que a elevação da escolaridade tem operado como alavanca de entrada na política institucional, reconfigurando as rotas históricas de acesso. A literatura sobre mulheres e política indica que as rotas de acesso para mulheres frequentemente se davam por laços familiares, heranças políticas ou redes econômicas consolidadas, fatores que no caso das mulheres negras são dificilmente alcançados. Ainda que a escolaridade elevada possa sugerir a alta qualificação e seletividade do sistema político brasileiro, ela também evidencia o caráter desigual e exigente das barreiras de acesso às instituições políticas. Para muitas mulheres negras, o diploma universitário não é apenas um recurso desejável, mas uma necessidade quase imperativa para compensar o déficit de redes sociais influentes, capital político e capital econômico.

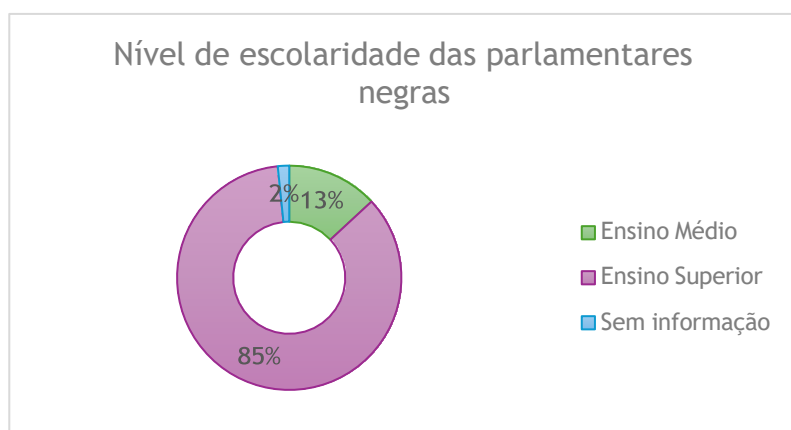
Como enfatiza Messenberg (2007) as elites parlamentares brasileiras reproduzem padrões duradouros de elitismo educacional. A política institucional opera sob um regime de credenciais, no qual títulos acadêmicos são amplamente valorizados como sinais de capacidade, respeitabilidade e legitimidade para o exercício parlamentar. Devo fazer a ressalva de que no caso das mulheres negras a obtenção dessas credenciais ocorre apesar das desigualdades que historicamente restringiram sua presença no ensino superior.

(...) o elitismo presente na formação educacional dos parlamentares brasileiros é uma característica que vem sendo reproduzida ao longo da história política nacional. Não obstante, se há quase que uma obrigatoriedade em se dispor de titulação universitária para vir a ser congressista e, mais ainda, para participar da elite parlamentar, isso não significa ausência de espaços para a ascensão daqueles que não se enquadram nessa condição, ou mesmo para aqueles que, em suas biografias, não apresentam tradição familiar relacionada ao fazer política e/ou ao “saber formal”. (DEBORA MESSENERG, 2007)

Entre as 62 parlamentares analisadas, apenas oito (cerca de 13%) possuem escolaridade de nível médio, sendo que algumas chegaram a iniciar o ensino superior, mas não concluíram. Dentro dessa minoria, entretanto, foi possível identificar um padrão interessante: quatro dessas parlamentares são vinculadas a redes familiares com acúmulo prévio de capital político, geralmente os maridos já ocupavam cargos eletivos ou possuíam forte influência local.

Esse achado sugere que, embora a escolaridade seja um filtro importante, ela pode ser parcialmente compensada por mecanismos familiares de transferência de capital político, sobretudo em contextos locais. Esses casos reforçam a tese de que o acesso à política institucional no Brasil segue múltiplas vias, e que a escolarização não opera de maneira homogênea. Mesmo a escolarização elevada sendo um elemento muito relevante na trajetória de mulheres negras parlamentares federais, em alguns casos, ela pôde ser substituída por rotas baseadas em redes conjugais e arranjos políticos locais.

Ademais, duas dessas parlamentares com escolaridade de nível médio, Danimar Cristina e Ely Santos, chegaram ao Congresso apenas na condição de suplentes, com breves períodos de exercício do mandato, o que também sinaliza que trajetórias com menos credenciais formais parecem ter maior dificuldade de consolidar carreiras parlamentares mais longas. O gráfico a seguir ilustra os achados relacionados ao nível de escolaridade.



Fonte: elaboração própria (2025).

Em relação à atividade profissional, nota-se que o ofício de professora é o mais declarado pelas parlamentares federais negras, sendo 13 delas assim registradas nos dados da Justiça Eleitoral. Outras profissões recorrentes são as de advogada e jornalista, em consonância com os cursos superiores mais frequentados por esse grupo. Cabe ressaltar, ainda, que parcela expressiva dessas mulheres exerceu funções docentes ou administrativas no âmbito da gestão pública local, sobretudo em escolas, secretarias ou órgãos municipais e estaduais, revelando uma forte inserção delas no serviço público. Essas experiências, de acordo com as entrevistas realizadas, ampliaram seu capital social,

fortaleceram redes comunitárias, qualificaram sua experiência profissional na gestão pública, além de darem visibilidade na política local.

Tal trajetória sugere que, diferentemente da predominância de advogados e empresários que caracteriza o Congresso Nacional atualmente, as mulheres negras eleitas têm percursos profissionais vinculados a áreas tradicionalmente associadas ao cuidado, à educação e ao serviço coletivo, o que expressa tanto a divisão sexual e racial do trabalho quanto a forma como se constituem os caminhos possíveis de acesso ao poder político. Esses dados convergem com os achados do estudo realizado por Luana Simões (2006), que ao estudar mulheres no parlamento federal encontrou também a profissão de professora como sendo predominante entre as deputadas federais o que a levou a refletir sobre as continuidades em relação à divisão sexual do trabalho:

Na contemporaneidade, os limites do público e do privado são bem mais fluidos, o que não impede uma separação profissional na qual, às mulheres, cabem aquelas profissões que representam uma extensão do mundo privado para o público. Desse modo, a divisão sexual do trabalho reserva às mulheres profissões relacionadas às capacidades e virtudes da esfera doméstica. As profissões mais “*femininas*” mantêm os estereótipos da feminilidade e da maternalidade. (Luana Simões, 2006, p. 122)

Essa é uma tendência que se confirma e se aprofunda na análise qualitativa das trajetórias das parlamentares negras. Conforme detalhado no Capítulo 4, a docência e outras profissões do serviço público não foram apenas ocupações declaradas, mas espaços fundamentais de socialização política, ativismo e construção de capital social. Para muitas, como Carol Dartora, a atuação como professora da rede pública foi o canal direto para o engajamento sindical, a aproximação com o movimento de mulheres negras e a posterior inserção partidária. O magistério, portanto, funcionou como uma trincheira de politização e um trampolim para a carreira parlamentar, onde as experiências acumuladas na educação pública informam diretamente suas pautas e seu repertório de ação legislativa.

Além disso, a divisão sexual do trabalho, apontada por Simões, adquire contornos mais complexos quando analisada sob a intersecção de raça e classe, como evidenciam os relatos do Capítulo 4. Trajetórias como a de Erika Hilton, cuja vivência no mercado de trabalho foi radicalmente atravessada pela exclusão, quando ela foi empurrada para trabalhar na prostituição. Sua trajetória revela a face extrema da divisão sexual e racial do trabalho. A transformação dessa experiência em fundamento para sua atuação

parlamentar, especialmente na pauta do trabalho digno, demonstra como, também no mercado de trabalho, experiências precarizadas podem ser ressignificadas politicamente e se converter em repertórios de ação legislativa.

A análise quantitativa sobre escolaridade e trabalho revela padrões sobre o acesso de mulheres negras ao legislativo federal, os quais são ressignificados à luz das trajetórias qualitativamente analisadas no Capítulo seguinte. A predominância do ensino superior, que em alguns casos foi possibilitado pelas políticas de ação afirmativa, alinha-se às narrativas da geração emergente, para quem a universidade pública constituiu espaço de crítica interseccional e formação política. Paralelamente, a concentração em profissões como magistério e serviço público evidencia não apenas a divisão racial e sexual do trabalho, mas também a conversão desses espaços em capital político, territórios de militância, construção de redes e legitimidade comunitária.

A escolaridade e o trabalho para além de marcadores biográficos são essenciais para compreender como essas mulheres chegam ao parlamento, pelos caminhos que chegam e com quais repertórios de ação política. Este terceiro capítulo demonstra padrões mais amplos, como a valorização de credenciais educacionais, a força do serviço público como canal de ascensão e a permanência da divisão racial e sexual do trabalho. O capítulo seguinte mostra como esses elementos se materializam nas experiências de vida e nos sentidos que as parlamentares atribuem às suas próprias trajetórias. Assim, as informações se complementam e fortalecem a tese de que as rotas educacionais e profissionais, ainda que profundamente desiguais, são bases de sua legitimidade política e insumo para a formulação políticas públicas.

3.3.4 - Parentesco e participação política

Estudos²¹ têm demonstrado que a análise das conexões entre famílias e política não se restringe a contextos locais, remotos e do passado. Ao contrário, trata-se de uma característica persistente também nos espaços institucionais mais centrais da democracia representativa brasileira. O próprio Congresso Nacional, em sua composição atual, abriga inúmeros parlamentares herdeiros de famílias que acumulam décadas de atuação política, revelando que a herança familiar segue sendo um importante vetor de acesso e permanência no poder.

²¹ Ver Canêdo (1994), Grill (2012) e Oliveira (2012).

O patrimônio político familiar constitui ainda hoje um dos principais mecanismos de reprodução das elites no poder. A ocupação de cargos eletivos por membros de famílias tradicionais e economicamente privilegiadas revela a capacidade desses grupos de transformar sobrenomes em verdadeiros ativos políticos, transmitidos entre gerações. Esse patrimônio não se restringe à dimensão econômica, mas envolve redes de sociabilidade e controle sobre partidos e estruturas locais de poder, permitindo que redes de parentesco de antigos líderes políticos continuem a exercer mandatos e a ocupar cargos estratégicos nos diversos níveis da federação.

No caso das mulheres, a literatura tem evidenciado que muitas trajetórias parlamentares estão associadas a vínculos familiares, sobretudo através dos maridos. Estudos como os de Simões (2006) e Miguel e Biroli (2011) apontam que, diante das barreiras estruturais de gênero para o acesso autônomo às candidaturas, não são raras as situações em que esposas, filhas ou viúvas de políticos assumem mandatos como forma de continuidade das redes e do capital político familiar. *“No Brasil, o capital familiar foi identificado como origem do capital político de 40,8% das deputadas federais brasileiras de 1987 a 2002.”* (Simões, 2006) Esse padrão reforça tanto a centralidade das famílias na política brasileira quanto a desigualdade de gênero, uma vez que a presença de mulheres no Legislativo, em vários casos, decorre da mediação masculina e da reprodução de famílias tradicionais na política.

O parentesco tem sido considerado uma rota importante de acesso feminino à política institucional. Há evidências de que esse caminho não é particular às mulheres. Homens também herdam capitais políticos, sobretudo de seus pais, mas também de irmãos, tios ou avôs. Tratar-se-ia, muito mais, da expressão do caráter pessoalizado e pouco democratizado da política. Mas as mulheres tenderiam a entrar mais por essa rota, fato que expressaria, também, a sua dificuldade de formar outros capitais, a sua menor inserção em canais sociais geradores de recursos políticos, bem como as dificuldades estruturais que marcam suas possibilidades de realizar projetos políticos. (Clara Araújo, 2010, p. 572)

No caso das mulheres negras analisadas por esta pesquisa nota-se que para 20 das 62 parlamentares foram identificados vínculos familiares na política, mais de 30%. Dessas há 13 casos em que o ingresso na vida parlamentar esteve diretamente relacionado à trajetória de seus maridos. Esse dado evidencia que, assim como ocorre com outras mulheres, as conexões familiares funcionam como um dos mecanismos de acesso ao poder político também para as mulheres negras, ainda que em proporção menor do que a

média das deputadas apontada por Simões (2006). Muitas mulheres se beneficiam do prestígio de seus familiares para conquistar um mandato, herdando redes de contatos e influência, assim como é frequente que as propagandas eleitorais utilizem explicitamente essas referências familiares como uma estratégia de marketing político.

No entanto, a comparação com o padrão das elites parlamentares brasileiras revela uma diferença qualitativa crucial. Nos casos analisados, os vínculos familiares não configuram o mesmo tipo de patrimônio político hegemônico típico das oligarquias tradicionais. Embora o parentesco, especialmente a figura do marido, tenha sido uma rota de acesso, esse capital raramente é autossuficiente. Ele se combina e é potencializado por outras características fundamentais de suas trajetórias, como os vínculos associativos, a base comunitária, filiação religiosa e os percursos profissionais consolidados. Para essas mulheres, o parentesco parece funcionar menos como uma herança de poder e mais como uma alavanca que viabiliza o ingresso, permitindo que outros capitais, construídos muitas vezes à margem das estruturas tradicionais, possam ser convertidos em mandatos.

3.4 – Caminhos de acesso e permanência na política institucional

3.4.1 - Experiências políticas anteriores

A análise das trajetórias das parlamentares federais negras mostra a centralidade da política local como etapa importante para o ingresso no Congresso Nacional. Das 62 parlamentares analisadas, cinquenta (o que equivale a 80%) exerceram previamente mandatos em legislativos locais ou ocuparam funções como secretárias municipais. Entre os primeiros cargos públicos ocupados por essas parlamentares, identificam-se 29 vereadoras e 12 deputadas estaduais.

A Câmara de Vereadores, em especial, se configura como espaço privilegiado para a iniciação política de mulheres negras, funcionando como um laboratório de atuação pública, de construção de redes e de visibilidade. Para as mulheres negras parece que a política local funciona tanto como porta de entrada quanto como um espaço de legitimação junto às comunidades. Um exemplo é relatado pela Deputada Carol Dartora ao mencionar na entrevista que sua vitória como vereadora em 2020 foi a terceira mais bem votada do município de Curitiba e isso a projetou na política local. Abaixo a tabela que dimensiona os primeiros cargos públicos ocupados por elas em suas localidades:

Cargo Público	Quantidade
Vereadora	29
Deputada Estadual	12
Secretária Municipal	8
Prefeita	1
Secretária Estadual	1

Fonte: elaboração própria (2025).

As casas legislativas dos municípios e estados concentram largamente as rotas de entrada dessas parlamentares no mundo político, podendo ser caracterizadas como plataformas que criam condições de ingresso no Legislativo Federal. Esse movimento dialoga diretamente com a literatura sobre gênero e política. Luana Simões (2006) já apontava que grande parte das mulheres eleitas como prefeitas (83,3%) e vereadoras (52,6%) havia construído suas trajetórias em movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Como nota-se as experiências no poder executivo local também são oportunidades que algumas das atuais parlamentares negras tiveram para construir seus caminhos até o Congresso Nacional. Esses cargos são relevantes por ampliarem o capital político delas, fazendo com que tenham maior visibilidade institucional, desenvolvam domínio técnico e de gestão pública, formem redes com as lideranças locais e aprimorem suas capacidades de articulação entre políticas públicas. Araújo (2021) demonstra que deputados federais, em especial, acumulam experiências em secretarias municipais, indicando que essas posições funcionam como arenas de socialização política e de formação estratégica para atuação legislativa futura.

Para mulheres negras essas nomeações funcionam como mecanismos alternativos de ingresso na política institucional. Ao ocupar cargos de secretariado, elas convertem expertise profissional em capital político, ampliam sua visibilidade e constroem reputação pública, frequentemente articulada com trajetórias prévias em movimentos sociais, áreas técnicas ou políticas de base comunitária.

A relevância da política local como etapa fundamental para o ingresso no Congresso Nacional está profundamente ancorada nas exigências do sistema político-eleitoral brasileiro. O sistema eleitoral brasileiro, com sua lista aberta e disputa personalizada, privilegia candidatos com capital político prévio e bases eleitorais consolidadas. A construção desse capital e dessa base, para a grande maioria dos políticos,

ocorre nas esferas municipais e estaduais. O alto percentual de parlamentares analisadas (80%) com experiência prévia em legislativos locais ou funções municipais confirma a centralidade desse acúmulo de capital político antes de ingressarem na esfera federal.

3.4.2 - Experiências associativas e socialização política

Em consonância com a literatura especializada sobre a representação política feminina no Brasil (Almeida, Luchmann e Ribeiro, 2012), os dados encontrados por esta pesquisa corroboram a tese de que o associativismo é um outro caminho fundamental para o ingresso de mulheres à política institucional. Esta Tese corrobora com essa premissa e revela as particularidades dessas experiências associativas no caso específico das mulheres negras. Ao adotar uma definição ampla de associativismo que engloba sindicatos, movimentos sociais e grupos religiosos, este estudo demonstra que esses espaços desempenham um papel relevante na socialização política e na congregação de interesses coletivos. Dos 62 perfis de parlamentares federais negras analisados, foi possível identificar que a maioria delas (37) construiu sua trajetória política a partir de experiências em ambientes associativos.

Os achados evidenciam que há particularidades na formação dessas lideranças com fortes vínculos associativos. A militância em sindicatos e movimentos estudantis emerge como uma das vias de acesso mais frequentes, com 11 e 6 parlamentares, respectivamente, tendo atuado nesses espaços. Isso sugere que a militância ligada ao mundo do trabalho e à educação é uma via de acesso relevante para a construção de lideranças políticas femininas negras.

Além disso, os movimentos sociais também foram importantes, foram identificados que o Movimento Negro, o Movimento de Mulheres e os movimentos LGBTQ e de juventude foram espaços de socialização política para sete (7) das parlamentares. O que indica a relevância de espaços de luta para a construção de uma consciência política voltada para a representação de pautas historicamente marginalizadas.

Finalmente, a pesquisa aponta o crescimento da influência de vínculos religiosos, identificando que a participação em comunidades de fé foi importante para a ascensão e atuação de outras 7 parlamentares. Adicionalmente, espaços de ativismo de base como associações de moradores, ONGs e conselhos de políticas públicas estaduais, embora com

menor expressividade numérica, também são espaços para a formação política de algumas delas, mostrando ampla variedade de caminhos percorridos até chegarem à política institucional.

Em suma, os achados desta pesquisa sobre a trajetória de parlamentares federais negras validam a tese de que o associativismo é um pilar para a inclusão política de mulheres, conforme abordado pela literatura. (Almeida, Lüchmann e Ribeiro, 2012; Simões, 2006). Contudo, este estudo avança ao revelar as diferentes experiências que caracterizam as trajetórias das mulheres negras. A análise confirma a importância de sindicatos e do movimento estudantil como escolas políticas, evidencia o peso dos movimentos sociais (Movimento Negro, Movimento LGBTQ) na formação de uma consciência representativa, além de apontar para o papel estratégico das comunidades religiosas e do ativismo de base.

Este caminho, fundamentado na militância, contrasta com a rota do parentesco analisada anteriormente. Enquanto esta última pode ser mediada por vínculos familiares, o associativismo representa uma via de construção autônoma de capital político, percebida pelas próprias parlamentares como um elemento que legitima e diferencia suas trajetórias perante a política tradicional. Por fim, a heterogeneidade de percursos – que transitam por sindicatos, movimentos sociais, igrejas e ONGs – demonstra a pluralidade de recursos mobilizados por essas mulheres para conquistar seus mandatos no Congresso Nacional.

3.4.3 - Partidos Políticos e espectros ideológicos

No Brasil, os partidos políticos são o único canal formal de acesso aos cargos eletivos, o que lhes confere centralidade absoluta na estruturação da representação política. A viabilização de qualquer candidatura para o legislativo federal depende diretamente da atuação das legendas, que controlam desde a seleção de nomes até a distribuição de recursos financeiros e de tempo de propaganda eleitoral. Nesse sentido, compreender o papel dos partidos é essencial para analisar tanto os mecanismos de exclusão quanto as brechas de inclusão que permitem o ingresso de grupos historicamente sub-representados, como as mulheres negras, no Congresso Nacional.

O sistema político brasileiro é marcado por elevada fragmentação. Com dezenas de partidos registrados e atuantes, o cenário torna-se altamente competitivo e complexo, tanto no processo eleitoral quanto na formação de maiorias parlamentares e na governabilidade (NICOLAU, 2017). Essa fragmentação amplia a importância das alianças e coligações, tornando a entrada de candidaturas ainda mais condicionada a negociações partidárias. Essa realidade dificulta, inclusive, a identificação partidária pelo eleitorado que tem dificuldades de associar a ideologia ou os modelos de políticas implementados por este ou aquele partido, produzindo assim problemas de *accountability* e afetando a qualidade da representação política (MACIEL; ALARCON; GIMENES, 2017).

Para além das dificuldades produzidas pela fragmentação partidária, estudos têm mostrado que alguns fatores impactam diretamente a presença de mulheres e de pessoas negras nas legendas, entre eles: (1) o tamanho do partido, que impacta na quantidade de recursos disponíveis e, conseqüentemente, na maior capacidade de eleger candidatos; e a (2) orientação político-ideológica que também exerce influência, já que os partidos de esquerda e centro-esquerda, historicamente, se mostraram mais permeáveis às demandas de gênero e raça. Como argumentam Campos e Machado (2020):

Há, por sua vez, uma grande desigualdade na distribuição dos grupos raciais pelas listas dos diferentes partidos. Na ausência de cotas nas nominatas, como já ocorre para homens e mulheres, alguns partidos maiores e mais tradicionais tendem a dar mais espaço para elites políticas brancas. Do outro lado, partidos políticos menores e marginais na disputa tendem a ter um maior equilíbrio racial dentre seus indicados, sem que isso se traduza em equalização de chances eleitorais. Ao contrário, embora preto(a)s e pardo(a)s se concentrem em partidos menores, suas chances eleitorais nestes são sensivelmente inferiores às daquelas do(a)s pouco(a)s preto(a)s e pardo(a)s que penetram legendas de maior projeção política. (Campos e Machado, 2020, p. 147)

Outro aspecto relevante refere-se às políticas afirmativas implementadas a partir da década de 1990. A Lei nº 9.100/1995 introduziu a reserva de candidaturas por sexo, ampliada pela Lei nº 9.504/1997, que estabeleceu a obrigatoriedade de que ao menos 30% das vagas de cada partido ou coligação fossem destinadas às mulheres. Contudo, por mais de uma década, a interpretação predominante foi de que se tratava apenas de reserva e não de preenchimento efetivo, o que limitou os impactos da medida (ARAÚJO, 2005). Apenas com a reforma política de 2009 a exigência de preenchimento passou a vigorar,

mesmo assim acompanhada de práticas de fraude, como as candidaturas laranja, e subfinanciamento das candidaturas femininas.

Esse histórico evidencia como os partidos sistematicamente interpretaram a legislação em detrimento dos direitos das mulheres, produzindo avanços tímidos na ampliação de sua presença no Legislativo. Mais recentemente, a decisão do TSE, em 2020, determinou a destinação proporcional de recursos e tempo de propaganda para candidaturas negras. Essa medida representou a primeira vez em que a dimensão racial foi incorporada às regras de financiamento da competição eleitoral no Brasil, ampliando o alcance das políticas afirmativas que, até então, se restringiam ao recorte de gênero.

A decisão, resultado de intensa mobilização do movimento negro e de parlamentares engajados na pauta, em especial a Deputada Benedita da Silva, estabeleceu que candidaturas negras deveriam receber recursos na mesma proporção de sua presença nas listas apresentadas pelos partidos. Embora sua implementação ainda enfrente desafios, como a resistência de algumas legendas, a ausência de fiscalização robusta e a persistência de práticas de subfinanciamento, trata-se de uma mudança normativa significativa. Ela pressiona os partidos a reconhecerem a sub-representação racial como problema real da democracia e abre espaço para que, pela primeira vez, o sistema eleitoral considere formalmente a interseccionalidade entre gênero e raça na disputa por cargos eletivos.

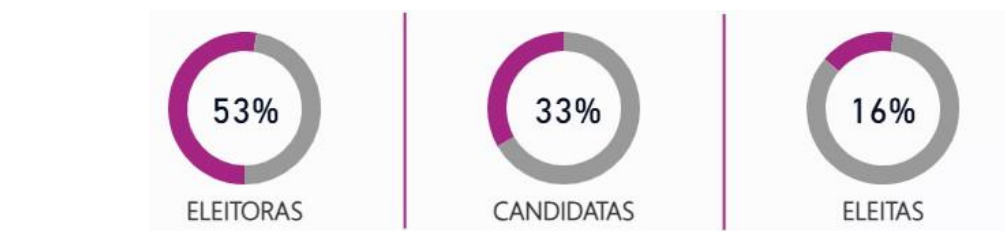
A decisão do TSE de 2020, que destinou recursos a candidaturas negras, foi um marco por forçar os partidos a saírem da inércia em relação à questão. Antes dela, a sub-representação negra podia ser atribuída a uma lógica que ignora marcadores de desigualdade. A partir de então, o não cumprimento da norma por algumas legendas, seja por má-fé na distribuição, seja pela falta de fiscalização e controle externo, tornou-se um fenômeno público e questionável. A partir da existência de uma regra objetiva se tornam mais explícitos os mecanismos de preservação e perpetuação do poder.

De acordo com recentes dados do TSE²², apesar da sub-representação no Legislativo, as mulheres e as pessoas negras estão fortemente presentes na vida partidária. As mulheres correspondem a 46% das pessoas filiadas aos partidos — cerca de 7,5 milhões — e, portanto, não se sustenta o argumento de que sua baixa representação eleitoral se deve a um suposto desinteresse pela política institucional. No portal [TSE](#)

²² Disponível no seguinte link: [Filiação Partidária da Eleição | Estatísticas](#)

Mulheres é possível aprofundar ainda mais e observar os dados que indicam a operação do filtro partidário imposto às mulheres, nas eleições gerais para o legislativo federal de 2018 a 2023, conforme demonstra os gráficos abaixo.

Gráfico: título



Fonte: TSE Mulheres - estatísticas

No caso da população negra, o levantamento sobre o quesito cor/raça dos filiados é mais recente e limitado: apenas em 2022 o Tribunal passou a coletar autodeclarações de cor/raça no registro de filiações. Do total de 16 milhões de filiados, pouco mais de 1 milhão (6%) atualizou a informação, o que ainda restringe o conhecimento sobre o perfil racial das legendas. A ausência de dados sistemáticos constitui um gargalo importante para o entendimento das desigualdades. Se observarmos os dados do TSE mais recentes, das eleições de 2022, sobre candidatos e eleitos negros, dados²³ indicam que 50,27% dos candidatos se autodeclararam negros; ao passo que somente 32,12% negros foram eleitos.

Mesmo com as limitações dos dados disponíveis, estudos demonstram que o problema não está na falta de engajamento desses grupos, mas sim nas barreiras impostas pelo funcionamento interno dos partidos, que controlam seletivamente o acesso a recursos, posições de destaque e oportunidades eleitorais competitivas. Dessa forma, os partidos revelam-se, ao mesmo tempo, espaços de participação e de bloqueio sendo o ponto nodal para a disputa em torno da democratização da representação política no Brasil.

A postura recorrente dos partidos frente às cotas corrobora a tese de Araújo (2009) de que não se trata necessariamente de uma resistência ativa, mas de uma inércia institucional. A 'cegueira de gênero' das legendas as leva a priorizar candidaturas que se encaixam no perfil tradicional de sucesso eleitoral majoritariamente masculino, reproduzindo práticas seletivas por uma lógica pragmática de maximização de votos, o

²³ Disponível no link: [Mais da metade dos candidatos aos cargos das Eleições 2022 se autodeclarou negra – Tribunal Superior Eleitoral](#)

que não ocorre necessariamente por um preconceito explícito. A sub-representação persistente seria, portanto, menos um veto e mais um efeito colateral da estrutura de oportunidades do sistema.

Em outra linha Campos e Machado (2020) argumentam que nos extratos partidários de maior competitividade há também o aumento da marginalização dos negros. “(...) *nas faixas que concentram as candidaturas mais competitivas, as distâncias entre os dois grupos aumentam sensivelmente, sempre em prejuízo do(a)s não branco(a)s.*” (Campos e Machado, 2020, p. 148) Os autores afirmam que concomitantemente há um elemento político que decorre das tradições partidárias que se apoiam nas experiências eleitorais anteriores. É dizer, lideranças partidárias costumam ter uma pré-concepção de que há um baixo desempenho nas candidaturas pretas e pardas fechando as portas de entrada para a disputa eleitoral para as pessoas negras. “*Esses mecanismos reforçam, constituem e reificam os empecilhos decorrentes da competição política.*” (Campos e Machado, 2020, p. 148)

Passando agora a refletir sobre espectros ideológicos, é sabido que as diferentes posições políticas são comumente classificadas na literatura especializada entre dois polos: esquerda e direita. De acordo com Bobbio (1997), um marcador fundamental para compreender esses dois campos seria a priorização que é dada a determinados valores, se por um lado a esquerda prioriza a igualdade, por outro a direita enfoca mais na dimensão da liberdade. Mais recentemente o debate tem evoluído para uma vertente pós-materialista, que busca ir além das questões econômicas.

Há no caso brasileiro certa complexidade na distribuição dos partidos políticos dentro dos espectros ideológicos, dado que o país é um dos que possui maior número de partidos ocupantes de cadeiras do poder legislativo do mundo o que para garantir a governabilidade fez com que se estabelecesse o denominado presidencialismo de coalizão principalmente na primeira década dos anos 2000. Apesar dessas dificuldades, há pesquisadores utilizando diferentes estratégias metodológicas para buscar aferir o posicionamento dos partidos políticos brasileiros.

Para tornar possível a análise pretendida por esta Tese utilizamos, então, as classificações dispostas no artigo produzido, em 2017, por Maciel, Alarcon e Gimenes, que utilizando a comparação entre algumas classificações de *experts* e de parlamentares encontraram os seguintes resultados para alguns dos maiores partidos: PSOL, Pcdob e

PT são partidos identificados como de esquerda; PSB, PPS e PDT são partidos identificados de centro-esquerda; PMDB é um partido identificado como centro tanto por *experts* como por parlamentares; PSDB e PTB são identificados como tendo posicionamento de centro-direita. PSC, PP e DEM são partidos localizados ideologicamente à direita. A partir dessa classificação, é possível inferir relativa ordenação dos partidos políticos no espectro esquerda-direita, considerando as análises de diferentes pesquisas que observaram a opinião de *experts* e dos próprios parlamentares nos anos de 2007, 2010 e 2013. Vale destacar também a conclusão de que os partidos menores, com menos filiados e representantes eleitos são partidos que muitas vezes geram dificuldade de identificação pelos próprios *experts*.

Com base nesse referencial, a análise das 62 parlamentares negras eleitas para o Congresso Nacional mostra que elas chegaram ao Parlamento por meio de 18 partidos distintos, o que revela a multiplicidade de filiações partidárias. O PT se destaca de forma expressiva, reunindo quase o triplo de parlamentares negras em relação às legendas subsequentes, conforme se observa no gráfico a seguir.



Fonte: elaboração própria (2025).

Além do Partido dos Trabalhadores, note-se que PCdoB também desempenhou papel importante, consolidando-se como uma das principais portas de entrada à esquerda. Mais recentemente, o PSOL também se demonstra um partido com considerável número de eleitas negras. No campo da direita, destacam-se na eleição de parlamentares negras o Partido Republicanos, que é fortemente ligado a bases religiosas evangélicas, e o União Brasil, herdeiro da fusão entre DEM e PSL.

Quando observada a distribuição ideológica dos partidos políticos que elegeram parlamentares federais negras obtêm-se os seguintes números:

Posicionamento Ideológico ²⁴	Quantidade de parlamentares
Esquerda	25
Centro - esquerda	4
Centro	6
Centro-direita	5
Direita	21

Fonte: elaboração própria (2025).

Esses dados sugerem uma distribuição relativamente equilibrada entre esquerda e direita, ainda que estudos anteriores apontem maior permeabilidade das legendas progressistas às candidaturas negras e femininas. A interpretação desse aparente equilíbrio deve considerar dois aspectos: primeiro, as mudanças recentes na distribuição de recursos para campanhas considerando a autodeclaração racial, que parecem ter influenciado a ampliação do número de mulheres contabilizadas como negras; e segundo a consolidação de novas bases de representação à direita, especialmente as religiosas, que têm se mostrado receptivas a candidaturas femininas negras alinhadas ao conservadorismo.

Dessa forma, vale observar duas características que aparentam seguir uma tendência histórica, que é a seletividade dos partidos que frequentemente excluem

²⁴ A classificação de cada partido está disponível no ANEXO II.

mulheres e pessoas negras; bem como a diversidade ideológica dessas sujeitas políticas. Como destacam Rios (2014) e Sotero (2015), essa pluralidade não é novidade: já nas décadas de 1930 e 1940, o movimento negro possuía vínculos tanto com as correntes nacionalistas quanto com correntes comunistas, e nos anos 1980 e 1990 havia militantes negros que se distribuíam entre PT, PDT e partidos de centro-direita. No caso das mulheres negras contemporâneas, portanto, a variedade de filiações partidárias reafirma a variedade de suas trajetórias e demonstra a não pertinência de qualquer leitura essencialista sobre sua representação.

É necessário observar também como se deu a representação partidária das mulheres negras ao longo das legislaturas. Os dados indicam que, nos anos 1990, durante as três primeiras legislaturas analisadas, havia apenas cinco mulheres negras eleitas, entre as quais Benedita da Silva e Marina Silva estavam vinculadas ao PT, que possuía orientação ideológica à esquerda. Ao passo que Laura Carneiro (PP/RJ), Odaisa Fernandes (PSDB/RO) e Celcita Pinheiro (PFL/MT), compunham partidos políticos de centro-direita ou direita.

Nas eleições gerais de 2002, registrou-se um crescimento expressivo: foram eleitas dez parlamentares federais negras, sendo oito deputadas e duas senadoras. A legislatura de 2003-2007 coincide com a primeira vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva e a chegada do PT à Presidência da República, momento que parece ter produzido um impulso para a esquerda também no Congresso Nacional. Nesse período, sete mulheres negras estavam filiadas a partidos de esquerda ou centro-esquerda (PT, PCdoB e PSB), enquanto apenas três integravam partidos de centro-direita (PFL e PSDB).

Nas duas legislaturas seguintes observa-se um padrão semelhante. Em 2007, das quinze mulheres negras eleitas, oito pertenciam a partidos de esquerda ou centro-esquerda e sete a partidos de centro-direita. Já em 2011, doze mulheres negras foram eleitas, das quais nove vinculadas a partidos de esquerda ou centro-esquerda e três a partidos de centro-direita. Esse padrão revela que, durante a primeira década dos anos 2000, a esquerda consolidou-se como principal espaço de inserção de mulheres negras no Congresso Nacional, fenômeno que coincide com a chegada do PT à Presidência da República e a ampliação da permeabilidade institucional às demandas oriundas de setores populares e movimentos sociais.

Padrão semelhante observado em 2015, entre as dez mulheres negras autodeclaradas eleitas (incluindo titulares e suplentes), oito estavam em partidos de

esquerda ou centro-esquerda e duas foram eleitas pelo Partido Republicanos (direita): Tia Eron e Rosângela Gomes, ambas com vínculos diretos com a Igreja Universal do Reino de Deus. A partir dessa legislatura observa-se uma ampliação de parlamentares negras pertencentes à direita ou centro-direita.

Na legislatura seguinte, após as eleições de 2018, esse processo se intensifica. Assim como aponta Jairo Nicolau em *O Brasil dobrou à direita* (2020), o país passou por um deslocamento eleitoral que impactou também as mulheres negras no Congresso. Nesse período, o PT sofreu uma redução significativa de sua bancada, e Benedita da Silva tornou-se a única parlamentar negra eleita pelo partido. Em contrapartida, o Republicanos foi a legenda que mais elegeu mulheres negras, totalizando cinco. Entre essas, duas assumiram o mandato apenas como suplentes, mas chama a atenção o fato de todas possuírem vínculos estreitos com a religião evangélica: Antônia Lúcia (PRB/AC), Ely Santos (PRB/SP), Maria Rosas (PRB/SP), Rosângela Gomes (PRB/RJ) e Tia Eron (PRB/BA).

Outro aspecto importante desse período é a dispersão inédita das parlamentares negras por um número maior de partidos. Em 2019, elas estavam distribuídas entre onze legendas diferentes, como mostra a tabela a seguir:

Partido Político	Quantidade de eleitas negras
PCdoB	3
PSDB	2
PSOL	3
PT	1
PRB	5
PPS	1
PL	1
MDB	1
PP	2
PSB	1
DEM	1

Fonte: Dados da pesquisa da autora, 2025.

Como é possível observar, vinculadas a partidos de esquerda estavam apenas sete parlamentares autodeclaradas negras, enquanto a maioria (13) foi eleita por partidos de centro ou de centro-direita. Esse padrão reforça o deslocamento do eixo de representação para as legendas de direita, em especial aquelas com base religiosa.

Já na legislatura atual, eleita em 2023, registra-se o maior número de mulheres negras autodeclaradas na história do Congresso Nacional: 31 parlamentares. Do ponto de vista da distribuição partidária e ideológica, quinze pertencem a partidos de esquerda, enquanto dezessete foram eleitas por partidos de centro ou direita. Esse dado sinaliza um relativo equilíbrio entre os dois polos ideológicos atualmente.

A análise detalhada por legislatura, portanto, permite observar com clareza o impacto dos contextos político-eleitorais no perfil das mulheres negras eleitas. Se na década de 1990, das cinco eleitas, apenas Benedita da Silva e Marina Silva eram as representantes da esquerda, a ascensão do PT ao governo federal a partir de 2003 inaugurou um ciclo de ampliação da presença de mulheres negras nas fileiras de partidos progressistas. A partir de 2018, com o fortalecimento da direita no país, observa-se um movimento de reconfiguração, em que partidos de perfil conservador elegeram um número maior de mulheres negras. Finalmente, na legislatura de 2023, o equilíbrio observado entre esquerda e direita na eleição dessas parlamentares indica um cenário de maior pluralidade, que ao mesmo tempo amplia as rotas de acesso, mas também complexifica a análise sobre os significados políticos de sua representação. Esse equilíbrio sugere que há no campo da direita um olhar para candidaturas negras, o que levanta questões sobre a coesão de uma agenda legislativa comum para um grupo tão ideologicamente diverso.

O papel dos partidos políticos é central nas discussões sobre representação e diversidade nos espaços de poder. São eles os principais responsáveis por estruturar as candidaturas, administrar os recursos eleitorais e cumprir as regras relativas às ações afirmativas. No entanto, historicamente, os partidos têm adotado interpretações restritivas dessas normas e, muitas vezes, resistido a sua efetiva implementação. Além disso, mesmo após descumprirem regras como as cotas de gênero e raça, têm se articulado internamente nas casas legislativas para aprovar anistias que os isentam de sanções. Esse conjunto de práticas compromete seriamente a efetividade das políticas de inclusão e torna incertas, até mesmo preocupantes, as perspectivas de avanço na representação de mulheres e pessoas negras na política brasileira.

A presença levemente maior em partidos de esquerda e centro-esquerda confirma a maior permeabilidade histórica dessas legendas às pautas de gênero e raça, enquanto a crescente e recente eleição de mulheres negras por partidos de direita, sobretudo com bases religiosas, indica a diversificação recente das rotas de acesso. Além disso, o pertencimento partidário para além de viabilizar a eleição, também é fundamental para moldar os espaços de atuação dessas parlamentares dentro do Congresso Nacional, conforme discutiremos no capítulo seguinte.

3.4 – Considerações finais sobre Perfis, Trajetórias e Barreiras no Acesso ao Poder

A análise dos perfis biográficos e das trajetórias das 62 parlamentares federais negras eleitas entre 1991 e 2024 nos permite identificar padrões, caminhos de acesso e barreiras persistentes que caracterizam a experiência desse grupo no Congresso Nacional. Longe de ser homogênea, a trajetória dessas mulheres é marcada por uma tensão constante entre a agência individual/coletiva e as estruturas excludentes do sistema político brasileiro.

O quadro amplo dos dados revela um perfil sociopolítico delas, a maioria chega ao Parlamento Federal em uma fase madura de suas vidas (em torno dos 40 anos), portando um capital educativo elevado (85% com ensino superior completo), majoritariamente em áreas das humanidades como Direito, Pedagogia e Jornalismo.

As trajetórias profissionais prévias são igualmente reveladoras. O ofício de professora emerge como o mais comum, seguido por cargos no serviço público. Isso aponta para um caminho de acesso onde competências desenvolvidas nas esferas do cuidado, da educação e do serviço público são convertidas em capital político, refletindo a divisão sexual e racial do trabalho mesmo naqueles que conseguem ascender ao topo da carreira política.

Quanto aos caminhos de acesso, a pesquisa analisou a importância de três rotas principais, que frequentemente se entrecruzam:

1. Experiência no associativismo: A militância em movimentos sociais (negro, de mulheres, LGBTQIA+), sindicatos, movimentos estudantis e associações comunitárias constitui a principal escola política e rede de suporte para grande parte das parlamentares. Esses espaços fornecem não apenas um repertório de

lutas, mas também visibilidade e as conexões necessárias para o ingresso na política institucional.

2. Experiência na política local: A Câmara Municipal funciona como uma primeira oportunidade de ser legisladora. A experiência como vereadora é a porta de entrada mais frequente, permitindo aprendizado das funções parlamentares, o fortalecimento de suas bases eleitorais e maior visibilidade do seu trabalho.
3. Vínculos de parentesco: Para aproximadamente um terço das parlamentares negras (20 das 62), o capital político familiar, sobretudo pelas relações conjugais foi um mecanismo que contribuiu para o acesso ao mundo da política institucional. No entanto, diferentemente das famílias políticas tradicionais, esses vínculos tendem a ser mais recentes e menos baseados em poder econômico, funcionando mais como uma alavanca para suplantar outras barreiras.

O capítulo demonstra também como o acesso ao parlamento federal é apenas uma parte dos desafios superados por elas. A análise reflete sobre outras barreiras estruturais que impedem a consolidação de carreiras políticas e influência pelas parlamentares negras. Um exemplo é que cerca de 60% das parlamentares exerceram apenas um mandato, o que sinaliza para a dificuldade na construção de carreiras políticas duradouras.

A diversidade ideológica encontrada entre as parlamentares negras é um achado importante. Se havia um certo equilíbrio entre eleitas dos partidos de esquerda e direita na década de 1990, a década seguinte, início dos anos 2000 teve uma predominância dos partidos de esquerda e centro-esquerda, sendo que o cenário mais recente mostra uma significativa expansão para partidos de direita, especialmente aqueles de base evangélica. Este fato complexifica a análise e impede uma leitura essencialista ou monolítica da representação negra feminina. Elas não constituem um bloco coeso, mas um grupo diverso cujos projetos políticos são moldados também por suas filiações partidárias e bases de apoio eleitoral.

Em conclusão, o perfil das parlamentares negras eleitas ao longo das últimas três décadas é diversificado em relação ao território, aos partidos políticos e às formas de construção dos caminhos de acesso ao legislativo federal. Como padrões comuns nos perfis destaca-se o alto nível de escolaridade e ocupação de cargos nos legislativos locais antes de chegarem até Brasília. O crescimento numérico recente é historicamente significativo, no entanto, insuficientes para a reversão das desigualdades em um curto ou

médio período temporal, assim como nota-se a manutenção dos entraves estruturais que limitam a plena participação política de mulheres negras no Brasil.

Capítulo 4

Trajetórias, Obstáculos e Estratégias das Parlamentares Negras no Congresso Nacional

Introdução

O Capítulo anterior analisou os perfis biográficos das mulheres negras parlamentares federais ao longo dos últimos 30 anos. Neste capítulo o objetivo é aprofundar as análises e trazer corporeidade aos números a partir de dados qualitativos. Sete parlamentares federais negras foram entrevistadas para compreender com maior precisão os caminhos de ingresso no mundo da política, os obstáculos e estratégias para o exercício dos mandatos parlamentares, as temáticas prioritárias e as formas de articulação política dentro das Casas Legislativas, assim como as avaliações delas em relação aos caminhos para ampliação da diversidade no âmbito da política institucional.

Assim como afirma Simões (2006), a realização de entrevistas com parlamentares federais acarreta uma série de dificuldades intrínsecas à natureza de sua função pública e do ambiente político-institucional. Sendo assim, enfrentei percalços em relação à limitada disponibilidade de agenda, uma vez que elas geralmente estão sobrecarregadas com os diversos compromissos legislativos e partidários. Ademais foram desafiadores fatores como os protocolos de acesso aos gabinetes e a mediação dos assessores, que filtram as demandas e priorizam os atendimentos a serem realizados. O agendamento e a concretização de encontros com as parlamentares demandaram alguns meses de trabalho engajado, sendo que não raro ocorreram cancelamentos das entrevistas marcadas.

Por esses motivos, assim como explicado detalhadamente na parte de metodologia do início da Tese, inicialmente fiz contato com 25 parlamentares federais negras, que exerceram mandatos como titulares dos cargos, priorizando mulheres que estão em exercício na legislatura atual iniciada em 2023, mas também busquei algumas que já concluíram mandatos e tiveram destacada atuação. Para essas 25 parlamentares encaminhei e-mails, visitei algumas vezes os gabinetes em Brasília, àquelas que não estavam exercendo mandatos busquei contato também por suas redes sociais e e-mails. Como resultado foi possível realizar sete entrevistas semiestruturadas com mulheres negras parlamentares federais.

Benedita da Silva, Eliziane Gama, Tia Eron, Dandara Tonantzin, Carol Dartora, Silvia Cristina e Erika Hilton foram as parlamentares que gentilmente me concederam parte de seu tempo para dialogar sobre suas trajetórias e atuação política. Elas compõem um grupo diversificado de mulheres negras parlamentares federais, uma vez que nesta amostra há variedade de partidos políticos (PT, PSOL, PSD, PP e PRB), assim como vários Estados (RJ, SP, BA, MA, RO, MG, PR) de modo que quatro das cinco regiões do país estão presentes na amostra. Além disso, são mulheres que podem ser divididas no que eu denominei no capítulo anterior como gerações, nesse sentido a tabela abaixo mostra como elas estão nessa distribuição.

Gerações de Parlamentares Negras no Brasil				
Gerações	Parlamentar	Ano de Nascimento	Ano do Primeiro Cargo Eletivo	Contexto Político
Primeira Geração	Benedita da Silva	1942	1982 (Vereadora do Rio de Janeiro)	Redemocratização
Segunda Geração	Tia Eron	1974	2001 (Vereadora em Salvador)	Chegada da Centro-Esquerda à Presidência e ampliação das políticas de inclusão
	Eliziane Gama	1979	2006 (Deputada Estadual pelo MA)	
	Silvia Cristina	1981	2012 (Vereadora em Ji-Paraná)	
Geração emergente	Dandara Tonantzin	1995	2020 (Vereadora em Uberlândia)	Pós-impeachment de Dilma e ascensão da Direita
	Carol Dartora	1987	2020 (Vereadora em Curitiba)	
	Erika Hilton	1992	2020 (Vereadora em São Paulo)	

Fonte: elaboração própria (2025).

O recorte geracional adotado encontra respaldo na sociologia clássica, notadamente na produção de Karl Mannheim, conforme debatido por Weller (2010). Para o autor, os indivíduos que vivenciam os mesmos eventos fundadores em sua juventude compartilham uma conjuntura de experiências capaz de moldar suas perspectivas e ações. No cenário político brasileiro, essa abordagem constitui uma ferramenta válida para investigar a formação de elites políticas em ciclos históricos específicos, como o lulismo e a subsequente reação conservadora.

Ao aplicar essa lente às parlamentares negras, busca-se compreender a conexão entre macro e micro, entender como a conjuntura dos acontecimentos políticos nacionais – a redemocratização, a ascensão e crise dos governos de centro-esquerda e o avanço conservador pós-2016 – atuaram como contextos sócio-históricos que entrelaçam as trajetórias das parlamentares negras. Reconhecendo que essas trajetórias são igualmente singularizadas pela interseccionalidade de gênero, raça, classe e territorialidade.

A categorização geracional revela-se, assim, um instrumento analítico eficaz. Ela articula a faixa etária das parlamentares aos contextos históricos de ingresso em suas carreiras políticas, contextos esses que imprimiram marcas distintivas em seus repertórios de ação. Benedita da Silva, integrante da primeira geração e precursora no Congresso Nacional, forjou sua militância em um contexto de periferia urbana, precariedade socioeconômica, fazendo a resistência à ditadura militar e, posteriormente, atuando ativamente na institucionalidade no processo pela redemocratização. Esse período demandou uma atuação focada na conquista de direitos fundamentais e na abertura do sistema político, em um ambiente no parlamento federal que era notadamente hostil à presença de mulheres e pessoas negras.

As representantes da segunda geração (Eliziane Gama, Eron Vasconcelos e Silvia Cristina) emergiram politicamente em um cenário distinto, de relativa estabilidade democrática e consolidação de governos de centro-esquerda na Presidência da República. Como veremos neste capítulo as três relatam vivências na infância de pobreza e precariedade nas condições de vida. O momento em que elas ingressam na política é também um período de ampliação das políticas de inclusão, por exemplo, com o fortalecimento das políticas de transferência de renda e de democratização do ensino superior. Esse contexto certamente abriu novas frestas para o acesso institucional e a construção de suas carreiras e atuações parlamentares.

Por fim, a geração emergente, composta por Erika Hilton, Carol Dartora e Dandara Tonantzin, irrompeu no cenário nacional em um contexto de instabilidade política, marcado pelo impeachment de 2016 e pela reorganização da direita nacionalmente. Tais fatores impulsionaram novas formas de mobilização política e atuação parlamentar, caracterizada por inovações como os mandatos coletivos e forte presença nas redes sociais combinados com um repertório discursivo ancorado na interseccionalidade, conforme já identificado pela literatura, em especial no artigo de Rodrigues e Freitas (2021).

Esse capítulo foi construído a partir das percepções, experiências e saberes acumulados por essas parlamentares que são as sujeitas dessa pesquisa e que generosamente compartilharam suas opiniões e vivências. As entrevistas contaram com o apoio do software *Turboscribe* para transcrição, além disso o programa *Taguette* foi utilizado na categorização e organização das informações. As análises foram realizadas a partir de um combinado entre as técnicas de análise de conteúdo e análise de discurso, sendo que a primeira (análise de conteúdo) focou na identificação de temas e categorias recorrentes nas falas, enquanto a segunda (análise de discurso) buscou refletir sobre como esses temas são construídos, considerando o contexto político e social da produção do discurso. Após a transcrição, a leitura e releituras das entrevistas, categorização e reflexão analítica sobre o conteúdo das falas e a forma como os discursos foram construídos este capítulo busca sintetizar o trabalho qualitativo da pesquisa sobre mulheres negras parlamentares federais.

O capítulo está dividido em duas partes principais: (1) o caminho até a chegada ao Congresso Nacional e (2) exercendo o mandato parlamentar. A primeira seção é sobre os acontecimentos que levaram ao ingresso no mundo da política e a chegada ao Congresso Nacional, abordando as trajetórias de vida considerando seus percursos educacionais e profissionais; suas experiências associativas e relações familiares; e por fim, refletindo sobre os partidos políticos e suas campanhas eleitorais. A segunda seção trata dos obstáculos enfrentados por elas já no exercício do mandato parlamentar, buscando detalhar as diferentes formas de violência e discriminação que perpassam seus mandatos parlamentares; assim como aborda as estratégias para o exercício dos mandatos, apresentando, pela ótica das próprias parlamentares, quais são as possibilidades de criar alianças políticas, demandar espaços de liderança, apresentar e relatar as proposições prioritárias para os mandatos.

Ao analisar essas trajetórias, este capítulo argumenta que a presença crescente de mulheres negras no Congresso Nacional constitui um importante fenômeno político, uma vez que elas têm atuado de modo substantivo em seus mandatos parlamentares. As rotas de ingresso na política e, especialmente, no Legislativo Federal demonstram que as experiências de vida têm sido convertidas em projetos políticos inovadores e com perspectivas sociais até então marginalizadas. A hipótese que orienta a análise é que mulheres negras parlamentares federais desempenham mandatos parlamentares que

articulam representação descritiva e representação substantiva, contribuindo com suas perspectivas sociais para a efetivação de um projeto de país efetivamente democrático.

4.1 – O caminho até o Congresso Nacional

As trajetórias²⁵ percorridas por mulheres negras até chegarem a cargos no legislativo federal são múltiplas, mesmo existindo algumas convergências nesses processos as informações coletadas nas entrevistas evidenciam que há diferentes fatores que condicionam esses caminhos. Os percursos dessas mulheres são analisados identificando os capitais: social, educacional e político, que foram decisivos em suas jornadas, bem como as barreiras interseccionais de gênero, raça e classe que precisaram ser transpostas. Nesta seção discutiremos o caminho até o Congresso Nacional observando de modo mais focado o papel (1) da educação e do trabalho; (2) as experiências associativas e familiares; (3) as campanhas eleitorais e a relação com os partidos políticos.

4.1.1 – Experiências educacionais e profissionais

A literatura sobre mulheres na política tem debatido o papel da educação superior e da inserção no mercado de trabalho como canais de recrutamento e engajamento político delas. Lúcia Avelar (2001) argumenta que esses processos, ao inserirem as mulheres na esfera pública, proporcionaram tanto uma reflexão mais profunda sobre as desigualdades de gênero quanto a abertura de espaços para o ativismo e a carreira política.

A formação no ensino superior e a inserção no mercado de trabalho possibilitaram que as mulheres adquirissem as credenciais e experiências necessárias para ingressar na política, sendo essas variáveis importantes para a formação de suas carreiras, muitas vezes

²⁵ O percurso de Benedita da Silva até o Congresso já foi detalhado no Capítulo 2 deste trabalho, por esse motivo as análises desta seção especificamente serão concentradas principalmente nas outras seis parlamentares negras que foram entrevistadas.

atuando como canais de acesso ao poder que substituiriam outros mecanismos tradicionais, como por exemplo a filiação familiar ou empresarial.

Se por um lado é adequado compreender que a abertura do mercado de trabalho e de espaços educacionais foram importantes para que mulheres estivessem inseridas em ambientes que lhes possibilitaria maior inserção na vida pública. Por outro lado, é bem verdade que a presença das mulheres nesses espaços ocorreu de modos muito distintos ao agregarmos a dimensão racial a essa operação, já que mulheres negras frequentemente não chegaram a se inserir de modo digno no mercado de trabalho formal tão pouco tiveram as mesmas condições de acesso ao ensino superior. Desigualdades dentro do grupo de mulheres que precisam ser explicitadas para compreensão mais precisa sobre as condições de acesso das mulheres negras à política institucional.

As experiências educacionais e no mercado de trabalho para mulheres negras são diferentes das experiências dos demais grupos. Diferentemente das mulheres brancas de classe média, para as quais a educação frequentemente precedeu ou acompanhou a inserção no mercado de trabalho qualificado, as mulheres negras tiveram sua presença no mundo do trabalho forjada inicialmente pela violência da escravidão e, posteriormente, consolidada em ocupações precarizadas e informais. Para as mulheres negras, o acesso à educação formal e ao trabalho digno são conquistas árduas e que, até os dias de hoje, ainda não alcançou a maioria.

Além disso, uma crítica contemporânea que também auxilia no enquadramento desse processo é o fato de que mesmo com a ampliação da cidadania para mulheres ao longo do século XX, alguns padrões de dominação e subordinação ainda permanecem estáveis o que pode ser observado nitidamente na denominada divisão sexual do trabalho. É dizer, ainda que as mulheres tenham alcançado mais espaços na vida pública, há uma expectativa social e uma naturalização de que elas têm obrigações tácitas com a vida doméstica. A consequência disso é a continuidade das desigualdades nas condições de engajamento numa vida política-institucional, como debateremos ao longo do capítulo.

Sob a ótica racial, recorrendo a estudos do campo da sociologia das relações raciais no Brasil há vasta produção que demonstra que a educação é historicamente o principal mecanismo de mobilidade social almejado e acionado pela população negra. Famílias negras buscam garantir melhores condições educacionais para seus descendentes, valorizando a educação nesse lugar de caminho para a ascensão social,

sendo vista como uma estratégia coletiva de mobilidade socioeconômica. Não por acaso, a luta pela educação consolidou-se também como um terreno fértil e basilar para a mobilização negra no país.

A elevação do nível de escolaridade, por sua vez, gera recursos que podem ser convertidos em capital político. Ou seja, acessar o ensino superior certamente influencia no capital cultural, nas redes de contato e na consciência política das pessoas negras. Sendo que isso, por sua vez, pode ser convertido em legitimidade para as candidaturas, capacidade de articulação social e partidária, como veremos nas narrativas das parlamentares entrevistadas.

Com esse histórico, entende-se que é a democratização recente do acesso ao ensino superior, impulsionada pelas políticas de ação afirmativa, que tem sido um fator decisivo para que elas possam chegar à formação superior. Entendimento convergente com análises e avaliações realizadas sobre o impacto da política afirmativa no ensino superior brasileiro, assim como afirmam Márcia Lima e Luiz Augusto Campos (2025):

"(...) a política de cotas no ensino superior transformou um dos espaços mais elitizados da sociedade brasileira, democratizando seu acesso e redefinindo sua função social. Para além das universidades, o debate em torno das cotas mudou o modo como a sociedade brasileira se enxerga e introduziu a ideia de ação afirmativa como princípio de justiça em políticas públicas de setores tão distintos quanto a política, o funcionalismo público, o mercado de trabalho, entre outras." (Lima e Campos, 2025, p. 43)

É nesse cenário de expansão das políticas de ação afirmativa e de crescente centralidade pública do debate sobre desigualdades raciais que se forma a geração emergente de parlamentares negras analisada neste trabalho. Diferentemente das gerações anteriores, cujo acesso ao ensino superior era marcado por barreiras mais rígidas, essas mulheres ingressam nas universidades federais em um contexto institucional mais permeável às discussões em torno de raça e gênero. Essa transformação não apenas amplia o acesso, mas também incide sobre os processos de socialização política vivenciados no ambiente universitário. A expansão recente do ensino superior tem permitido que um contingente mais amplo de mulheres negras acumule recursos simbólicos e materiais, construa redes militantes e desenvolva repertórios críticos que favorecem sua inserção competitiva na arena política, contribuindo para o preenchimento de uma lacuna histórica na representação.

Considerando essa base, as parlamentares negras foram questionadas sobre seu ingresso no mundo da política institucional, com destaque para as experiências educacionais e profissionais. As respostas convergem com a literatura, no sentido de que, para a maioria delas, os espaços educacionais e profissionais foram bastante relevantes na aproximação com o mundo da política institucional, assim como no relato de que suas famílias valorizavam profundamente a escolarização como uma chave para mobilidade social.

Contudo, os achados permitem ir além dessa convergência inicial e lançar luz sobre os padrões específicos que caracterizam a geração emergente, em que as três parlamentares entrevistadas são egressas de Universidades Federais. As vivências relatadas por elas nas entrevistas dão a base para o argumento exposto anteriormente, de que a democratização recente do ensino superior, impulsionada pelas políticas de ação afirmativa, está criando condições para a inserção política de mulheres negras.

É nesse contexto que a trajetória de Dandara Tonantzin, por exemplo se destaca. Ela foi beneficiária direta do sistema de cotas raciais²⁶ nas Universidades Federais e sua

²⁶ A Deputada Dandara Tonantzin graduou-se em Pedagogia na Universidade Federal de Uberlândia e fez o mestrado em educação na Universidade Federal de Minas Gerais.

experiência pessoal com a política de acesso ao ensino superior reflete-se de forma explícita em seu mandato, como será detalhado adiante. Para ela e suas colegas de geração, a universidade cumpriu uma dupla função. Primeiro, funcionou como um espaço de contato e articulação junto com o movimento estudantil e outros movimentos sociais, que atuaram como espaços fundamentais de formação e socialização política. E, em segundo lugar, o ambiente Universitário foi um lugar para sua formação crítica em relação às desigualdades de gênero, raça e classe, que faz com que elas tenham discursos que convergem com a gramática do feminismo negro e da interseccionalidade.

Um exemplo é o caso da Deputada Carol Dartora, do estado do Paraná, ela conta que *“a gente [ela e seus familiares] sempre acreditou que a educação fosse um valor. (...) a maior coisa a ser conquistada. Isso era muito martelado na minha casa: Poxa, tem que estudar, para melhorar, tem que estudar.”* (Deputada Carol Dartora, entrevista realizada em 12/09/2025) A Deputada afirma que se tornou professora de história, porque via a educação como uma ferramenta de transformação social. Como professora da rede pública de ensino do Estado do Paraná, ela logo ingressou no sindicato de professores e fez um mestrado estudando o cotidiano das adolescentes negras em escolas públicas. A partir do mestrado compreendeu *“a urgência da educação para as relações étnico-raciais, a urgência da consolidação da Lei 10.639/2003 e da Lei 11.645/2008.”* (Deputada Carol Dartora, entrevista realizada em 12/09/2025) Foi nesse contexto, que ela se aproximou do movimento de mulheres negras e intensificou seu aprendizado em relação à teoria feminista negra.

“(...) não tem como você compreender isso [o cotidiano das adolescentes negras] sem ler uma feminista negra, então me apropriei do feminismo negro, me tornei uma mulher feminista e hoje sou uma feminista interseccional. Compreendi a importância das políticas públicas nesse momento da pesquisa.”
(Deputada Carol Dartora, entrevista realizada em 12/09/2025)

A Deputada Dandara Tonantzin, do estado de Minas Gerais, ao narrar sua história de vida afirma que durante o seu baile de formatura da graduação teve seu turbante arrancado, ela denunciou o agressor e esse caso ganhou grande repercussão na mídia local. O turbante é um símbolo importante da cultura negra, que naquele momento de celebração compunha esteticamente com a imagem da jovem negra formanda e seu arrancamento foi uma violência racista. Esse acontecimento foi um ponto de virada na

trajetória de Dandara, fazendo-a entender mais profundamente a importância da luta *"sistêmica e organizada"* (em suas palavras) contra as opressões de gênero e raça.

Ela afirma também que sempre esteve politicamente engajada, fosse porque seus pais já participavam ativamente do sindicato de professores (pai) e da associação de trabalhadoras domésticas (mãe), assim como eram filiados ao Partido dos Trabalhadores, ou por conta de seu envolvimento na Universidade com o movimento estudantil, a UNE e outros movimentos de juventude. Essa atuação junto às organizações políticas desde muito cedo fez com que a Deputada Dandara relatasse: *"eu sempre fui uma pessoa que atuei nos bastidores, eu nunca me vi enquanto a liderança, a figura pública."* (Deputada Dandara Tonantzin, entrevista realizada em 09/10/2025) Não se perceber como uma liderança política com potencial de ocupar cargos eletivos é uma fala frequente entre as entrevistadas da pesquisa, e que demonstra como apesar de mulheres negras estarem frequentemente engajadas politicamente em organizações da sociedade civil ou nas bases dos partidos políticos, ainda assim muitas vezes é difícil para elas se imaginarem ocupando um cargo eletivo.

A Deputada Erika Hilton também narrou a importância da educação superior em sua trajetória política, afirmando que foi dentro da Universidade Pública que ela passa a ter uma participação política mais vinculada à institucionalidade.

"(...) os caminhos educacionais foram importantes, quando eu ingresso na Universidade e no movimento estudantil é que me organizo numa política mais partidária, mais institucionalizada. (...) lutas que a gente fazia dentro da universidade por moradia, por alimentação digna, isso tem um papel fundamental na minha formação política partidária, porque é nesse ambiente que eu vou me aproximando mais das correntes políticas, dos partidos políticos, da ideia de disputa pelas institucionalidades." (Erika Hilton, entrevista realizada em 15/10/2025)

Em síntese, as parlamentares negras argumentam que a educação era algo muito valorizado por suas famílias, que as Universidades Federais foram locais de participação em redes de articulação política, assim como espaços de formação política. Quando tratamos de formação política estamos dizendo que as teorias, o pensamento crítico e os argumentos que embasam seus discursos foram influenciados por esse espaço educacional, bem como ali foi um *lócus* de aprendizagem sobre como negociar divergências com outros grupos, articular alianças para um objetivo comum, saber discursar de modo eloquente e convincente.

Ao analisar as informações trazidas pela *segunda geração* é possível notar algumas diferenças. A Deputada Silvia Cristina e a Deputada Eron Vasconcelos falaram de modo muito pontual sobre suas formações universitárias, a primeira formou-se em jornalismo e a segunda em administração de empresas, elas apenas sinalizaram que concluíram o ensino superior e que esse foi um processo que contou com o estímulo familiar. Elas não correlacionaram seus cursos ou suas experiências no ensino superior com seu caminho de ingresso no mundo da política, o que indica que trilharam outros caminhos até a institucionalidade.

A Senadora Eliziane Gama se diferencia neste ponto, ela contou que se formou em jornalismo na Universidade Federal do Maranhão destacando que se mudou do interior para a capital de seu estado com o objetivo de estudar, acreditando que o estudo poderia mudar as condições socioeconômicas de sua família.

“(...) na Universidade, eu com alguns colegas de Universidade, nós começamos a discutir muito e *[a participar]* dentro do movimento estudantil. (...) um projeto que nós desenvolvemos na Universidade chamado Missão Integral da Igreja, era muito parecido com a teologia da libertação da igreja católica. Nós, eu com um grupo de jovens evangélicos, a gente começou a debater o papel real do cristão na sociedade.” (Senadora Eliziane Gama, entrevista realizada em 10/09/2025)

Analisando as entrevistas é possível compreender que a *segunda geração* experimentou outras vivências em relação à educação superior, a questão racial e de gênero embora fosse vivenciada não era problematizada ou discutida dentro desses espaços como o foi no caso das parlamentares da *geração emergente*. O caso da Senadora Eliziane Gama explicita que sua politização na universidade se deu através de uma identidade religiosa progressista ('Missão Integral da Igreja'), um repertório que, naquele contexto, pode ter sido mais eficaz para uma mulher negra iniciar sua carreira política.

A Senadora Eliziane Gama, do estado do Maranhão, relatou também como as experiências profissionais contribuíram com a chegada dela à política institucional. Ela é graduada em jornalismo, e ainda durante a graduação começou a apresentar um programa de rádio que tinha grande popularidade na cidade de São Luís. Ela afirma “(...) *com esse programa acabei tendo certa popularidade (...) juntando a popularidade do programa com o debate da Universidade, veio então toda essa construção de um projeto político. Me candidatei a deputada estadual aos 28 anos e ganhei.*” (Senadora Eliziane Gama, entrevista realizada em 10/09/2025)

Ou seja, a área de formação e, consequentemente, a profissão da atual Senadora foram determinantes para o seu caminho até a política institucional. A Deputada Silvia Cristina, do estado de Rondônia, afirmou que ser apresentadora de um programa de TV em seu estado fez dela uma pessoa conhecida pela população, que a partir do exercício dessa profissão conseguiu estabelecer uma relação de troca e confiança com a comunidade e isso deu maior visibilidade a ela quando se candidatou para vereadora na cidade de Ji-Paraná.

Ainda sobre as profissões, as Deputadas Dandara Tonantzin e Erika Hilton são formadas em pedagogia, já a Deputada Carol Dartora formou-se em História e atuou como professora. Esses dados convergem com as informações do capítulo anterior, quando tratamos das profissões declaradas ao TSE. Tanto a área da comunicação como a área da educação são percursos frequentes de mulheres que ingressam na política institucional. Quando a Deputada Carol Dartora conta sua história na entrevista ela diz que foi o seu trabalho como professora que a levou ao sindicato e foi a partir do sindicato que ela ingressou no partido político.

Por fim, vale destacar a forma como a Deputada Erika Hilton retratou a relação de sua atuação profissional com o ingresso no mundo da política:

“A minha profissão, se a gente considerar a maior parte que eu trabalhei na prostituição, ela tem um impacto gigantesco na minha formação política. A desumanização de um corpo, uma identidade, os sofrimentos, os abusos, todas essas realidades.

(...) eu tenho tomado um pouco do protagonismo do debate sobre as questões do trabalho, mas é impressionante falar sobre trabalho quando, na maior parte da minha vida, eu não fui um corpo digno para o trabalho, nenhum tipo de trabalho. A gente fala de trabalhos precarizados, telemarketing, serviços domésticos, de limpeza, espaços designados às mulheres negras, que estão ali na pirâmide do subemprego, mas é impressionante quando eu paro para olhar a minha própria história, nem pra isso eu era digna, eu não servia, nem pra isso eu era útil.

Ter a compreensão desse lugar e dessa realidade faz com que a gente queira se mobilizar para transformar isso, para sair desse lugar de marginalidade, de negação de direitos, de abjeção humana. Eu acho que isso tem muito impacto na minha trajetória política, porque se não fosse essa realidade que eu enfrentei e vivi, talvez eu não tivesse as mesmas visões do mundo que eu tenho hoje. Eu acho que esse lugar de desumanização foi me fazendo querer cada vez mais disputar espaços de dignidade, de humanidade para todo mundo.” (Erika Hilton, entrevista realizada em 15/10/2025)

Esse trecho da resposta da Deputada Erika Hilton é denso e importante, pois possibilita compreender a perspectiva de uma mulher, negra, transsexual que foi empurrada pelas condições sociais para trabalhar na prostituição, o que lhe impôs severas dificuldades e violências. Os marcadores sociais presentes na sua vida tornaram sua experiência profissional radicalmente desumanizadora e isso a faz questionar o quanto ser quem ela é a impediu de ingressar no mercado de trabalho formal, de acessar espaços dignos de trabalho. A ótica interseccional nos auxilia a enxergar como essa vivência é parte das experiências de opressão impostas a ela, assim como esse lugar produz nela uma visão de mundo que a engaja na discussão política sobre melhores condições de vida no mercado de trabalho.

É desse lugar marginal no mundo do trabalho que ela toma o protagonismo das discussões sobre o “*fim da escala 6x1*” (PEC 8/2025²⁷), buscando trazer para o centro das discussões políticas a necessidade de melhores condições de trabalho para os trabalhadores. Essa elaboração sobre como o trabalho que exerceu informa sua atuação política é reflexiva e sofisticada, demonstrando uma outra forma sobre como a experiência no mercado de trabalho pode ser vinculada à trajetória política.

Se geralmente afirma-se que o mercado de trabalho é um espaço para formação de redes de relacionamento, eventual envolvimento em associações e sindicatos, bem como pode ser esse espaço de construção de uma base eleitoral; no caso narrado pela parlamentar o mercado de trabalho é onde ela vivência fortemente a exclusão e violência, que dão sustentação para elaboração de uma crítica social e proposta política em relação a essa área. E aqui é possível fazer um paralelo com a pauta de atuação principal da Deputada Benedita da Silva, o trabalho doméstico. Ambas têm vivências no mercado de trabalho marcadas por opressões, e é a experiência vivida que se torna combustível para pautas e propostas políticas centrais em seus mandatos parlamentares.

Esta subseção demonstra que os caminhos educacionais e profissionais foram relevantes para as parlamentares negras se aproximarem do mundo da política. Cada uma com sua particularidade narrou como isso ocorreu em sua trajetória. Ao mesmo tempo foi possível fazer uma aproximação entre as parlamentares da *geração emergente* que cursaram o ensino superior em Universidades Federais e, por isso, envolveram-se com

²⁷ PEC 8/2025, apresentada em 25/02/2025, cuja ementa prevê: “*Dá nova redação ao inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil.*” Documento completo disponível no [neste link](#).

movimentos de juventude e com as discussões de gênero e raça, fatores basilares para a formação e socialização política delas. A educação e as profissões foram alavancas para ingresso na política institucional, além disso foram espaços de violências que moldaram alguns dos projetos políticos dessas mulheres. Na próxima subseção analisaremos como as experiências em espaços associativos e as vivências familiares também tiveram influência em suas trajetórias políticas.

4.1.2 – Experiências familiares e associativas

O acesso à política por meio de relações familiares constitui uma via clássica na cultura política brasileira, no caso das mulheres negras, conforme descrito no capítulo anterior há um número considerável de casos de eleitas que são esposas ou filhas de algum político. Para esses casos foi possível observar também que a via familiar geralmente não é a única explicação para chegada delas aos cargos eletivos, já que muitas delas já estavam envolvidas em atividades partidárias, na gestão pública local ou em trabalhos com grupos comunitários, o que faz com que seja a conjunção de fatores, além do apoio do político familiar, que as levaram para a política. Apesar dos esforços empreendidos no contato com as parlamentares com perfis diversificados, entre as entrevistadas não há nenhuma que tenha essa característica de ter um familiar que a antecedeu na política.

Mesmo com esta ausência foi possível identificar um padrão interessante nas trajetórias das entrevistadas, que foi a centralidade de outros mecanismos de acesso ao poder. Seus percursos demonstram que o ingresso no parlamento foi construído através de experiências associativas, forjadas em espaços comunitários, religiosos e de movimentos sociais. Bem como, há vivências familiares que foram relevantes para que algumas delas despertassem para a política.

As experiências familiares

Todas as entrevistadas iniciam a contação de suas histórias na política descrevendo o quanto suas famílias eram, em suas palavras: humildes, simples, periféricas são discursos que ilustram como a escassez financeira era um grande dificultador de suas condições de vida. O esforço familiar para possibilitar que elas tivessem o básico e estudassem também é unânime nas respostas de todas as parlamentares entrevistadas.

Embora nenhuma seja "herdeira política" no sentido tradicional, as análises das entrevistas permitem afirmar que algumas vivências funcionaram como condicionantes favoráveis, na medida em que forneceram um repertório inicial de referências, especialmente em dois casos. Para as deputadas Carol Dartora e Dandara Tonantzin, a família não lhes transferiu um cargo de influência, mas sim um horizonte de futuros possíveis. Tais experiências atuaram como uma chave e tornam a política institucional uma dimensão compreensível e relevante em seus percursos pessoais.

A avó de Carol Dartora, por exemplo, foi duas vezes candidata a vereadora no município de Umuarama, interior do Paraná, durante a ditadura militar e operou como uma referência pioneira para ela. A candidatura da avó mostrou que a política era um campo acessível, um horizonte de possibilidade, um caminho para mulheres-professoras reivindicarem direitos. Já a vivência de Dandara Tonantzin no cotidiano do Partido dos Trabalhadores, proporcionada pela militância dos pais, concedeu-lhe o que podemos chamar de uma alfabetização política precoce. Desde jovem, ela não apenas ouvia discussões partidárias, mas aprendia a decifrar as dinâmicas, linguagens e disputas internas daquela estrutura.

Esses casos ecoam a trajetória de Benedita da Silva, cuja mãe era uma liderança comunitária com relativa influência política na localidade. Embora não se trate de um capital político-familiar da forma tradicional, esse legado parece funcionar como abertura de caminhos pelas famílias que criaram um imaginário de possibilidades para ocupação de espaços na política institucional.

As Experiências Associativas

Se o capital familiar é uma exceção, as experiências associativas revelaram-se a regra e o motor principal da iniciação política das sete parlamentares entrevistadas. Por "*experiências associativas*" entende-se aqui a participação em espaços de ação coletiva que forjam um senso de responsabilidade, desenvolvem habilidades de mobilização e constituem identidades políticas. As sete entrevistadas relataram essas experiências e a importância delas em suas carreiras políticas. A tabela abaixo mostra a diversidade desses espaços.

Parlamentar	Experiências Associativas
Benedita da Silva	Associação de bairro, Federação das favelas, igrejas evangélicas, movimento negro e movimento de mulheres
Carol Dartora	Sindicato de professores e movimento de mulheres negras
Dandara Tonantzin	Movimento estudantil, movimento de juventude e movimento negro
Eliziane Gama	Movimento estudantil e Movimento de juventude da igreja evangélica
Erika Hilton	Movimento estudantil e movimento LGBTQ+
Silvia Cristina	Grupo de apoio a pessoas portadoras de câncer
Tia Eron	Igreja Universal do Reino de Deus

Fonte: elaboração própria (2025).

Os grupos e movimentos listados na tabela acima certamente não são todas as coletividades que essas parlamentares estiveram vinculadas no início de suas carreiras políticas, tampouco diz respeito as suas articulações durante o mandato. Trata-se de uma tabela não exaustiva que busca sistematizar de modo simplificado quais são os grupos e coletividades que elas narraram estarem presentes no início de sua formação e de suas carreiras políticas para elaboração das análises desta pesquisa. Feita essa observação, é possível olhar para essas informações a partir da ótica das gerações políticas.

A Deputada Benedita da Silva, que já teve sua trajetória largamente detalhada em capítulo anterior, ingressa na política após se tornar uma liderança das favelas; sua experiência na associação de moradores e na Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro é o pontapé inicial para que na sequência ela se aproximasse do Partido dos Trabalhadores, dos movimentos negro e feminista. Ademais a Deputada Benedita é uma mulher evangélica e seu vínculo com essa vertente religiosa também informa e influencia sua trajetória política. Todas essas experiências associativas marcam profundamente sua trajetória política, inclusive são as bases de sustentação para seu ingresso na política.

A segunda geração tem características interessantes, tanto a Senadora Eliziane Gama como a Deputada Eron Vasconcelos têm fortes vínculos religiosos que também impulsionam seu ingresso na política institucional. Contudo, há diferenças relevantes

nesses dois casos que merecem ser destacadas. Para a Senadora Eliziane Gama, de acordo com a entrevista realizada, a pertença à religiosidade evangélica sempre veio articulada com uma visão crítica do uso político das igrejas. Seu posicionamento ideologicamente posicionado na centro-esquerda fez com que ela tivesse um alinhamento parcial com o tradicionalismo religioso. Já no caso da Deputada Eron Vasconcelos foi a Igreja evangélica que lhe atribuiu a “missão” de ingressar na política, é dizer, foi a partir dessa experiência junto à igreja e ao seu destaque no trabalho assistencial com crianças e jovens socialmente vulneráveis que ela foi identificada com potencial eleitoral e recrutada para se candidatar.

“[*Dentro da Igreja*] comecei a fazer um trabalho que ninguém queria fazer, que era uma espécie de babá, dentro da instituição, tomando conta de crianças. Vamos dizer que levando o ensinamento bíblico, com o trabalho e a seriedade com que a gente encarava o evangelismo de criança, até porque isso era nos idos de 1980, 82, aonde a cola de sapato era droga dos meninos pobres, a média de meninos de oito, dez anos, ali o forte era a cola de sapato que eles cheiravam. Então, a igreja se situava nessas regiões de núcleo duro, de violência, de pobreza e o acesso, a conexão com esses meninos era muito mais fácil pela localização da instituição. E foi assim, com trabalho, que nós começamos a atrair as crianças. E fazendo, inclusive, um contrafluxo. Porque ao invés dos pais levarem esses meninos para a instituição, os meninos estavam levando os pais. Porque lá, essas crianças tomavam banho, eram alimentadas, chegavam em casa com outro comportamento, com uma outra forma de tratar os pais. Então, todo mundo queria me conhecer. Nesse contrafluxo, eu penso que os meus líderes começaram a dizer: *Opa, o que está acontecendo aqui?* E disseram: *Essa moça tem uma veia política.*” (Deputada Eron Vasconcelos, entrevista realizada em 20/10/2025)

A partir do momento que ela foi identificada pela liderança religiosa com potencial eleitoral, ela afirma que tomou aquela orientação como uma “missão”, mesmo internamente sentindo muita relutância e muita dificuldade de aceitar aquele caminho, no início. Havia ressalvas de sua parte em aceitar que deveria ingressar na política. Nas palavras da Deputada:

“Política não é pretensão, e sim, é uma missão. Na hora que eu incorporo isso, quando eu trago isso na prática do meu dia a dia no mandato, então eu tenho um outro comportamento, eu tenho um outro fazer. (...)”

[*A entrada na política foi*] uma missão confiada a mim [*pela liderança da igreja*], dizendo: *Você vai ser*. Eu pensei: *Bom, agora acabou a minha vida*. Porque o processo comum, o imaginário coletivo na nossa cabeça diz que a política não é um bom lugar. A princípio de conversa, você olha e diz assim: *gente de bem não vai fazer isso*. São três coisas: *ou é louco,*

ou é ladrão, ou é idealista. As duas últimas estão um pouco distantes, *[quem entra na política]* é mais provável que seja ladrão. É o que está muito presente no imaginário coletivo da sociedade como um todo. E na minha cabeça não era diferente.” (Deputada Eron Vasconcelos, entrevista realizada em 20/10/2025)

Note-se o quanto a pertença a igreja e a orientação dada pelos líderes religiosos foi decisiva para a entrada dela na política institucional. Nesse caso há uma outra lógica de recrutamento político e, até mesmo, da agência do sujeito na decisão pelo ingresso na vida política. Sendo uma mulher de origem humilde, que desde muito jovem teve grande parte de sua socialização mediada pela Igreja Universal do Reino de Deus, a Deputada Eron Vasconcelos tinha uma visão da política que ela mesma reconhece ser próxima do que o senso comum entende da vida política. Mesmo que naquele momento inicial ela tivesse essa visão estereotipada e negativa da política, ela seguiu “*a missão*” que lhe foi atribuída por suas lideranças religiosas, candidatou-se e ganhou a eleição para vereadora no município de Salvador. Tornando-se a primeira mulher negra vereadora daquela cidade.

Ela tem uma rota de ingresso na política bastante diferente das demais entrevistadas e dialogar com ela foi muito importante para o aprofundamento desta pesquisa, uma vez ela foi a primeira de um grupo de mulheres negras que são membras e lideranças da Igreja Universal do Reino de Deus, que se elegeram para o Congresso Nacional na última década. O caso da Deputada Eron Vasconcelos demonstra uma nova via de acesso à política institucional que são as igrejas, especialmente as igrejas evangélicas. Pensando em perspectiva comparativa, destaco o trecho abaixo que é como a Senadora Eliziane Gama conta sua história de ingresso na política e a relação com a igreja evangélica da qual ela tem um vínculo muito forte, já que seu pai era pastor desde a sua infância:

“ (...) entrei na vida pública com um discurso muito forte, na contramão de algumas correntes no debate evangélico. Eu dizia assim: Olha, eu vou ser uma política evangélica, mas jamais vou subir no púlpito de uma igreja pra pedir voto. Eu vou ser uma política evangélica, mas jamais vou fazer a política de dar o telhado, de dar o piso pra igreja. Eu criticava muito isso, sabe?! Eu condenava muito isso, porque eu via que isso não era a função parlamentar. Falava muito: Olha, a representação da igreja não é a política, a representação da igreja é Cristo. Quer dizer a política tem que fazer mandato para todos, independente se é evangélico, se não é evangélico, se tem religião, se não tem religião. Então, eu fiz todo um debate dentro da igreja, mas fazendo a crítica de práticas que às vezes eram utilizadas por algumas pessoas ligadas à igreja. Essa minha forma muito incisiva de fazer, de debater, de construir uma nova forma de fazer

política, muito embora fosse evangélica, foi algo que me posicionou muito fortemente na igreja, muito fortemente junto com a juventude.” (Senadora Eliziane Gama, entrevista realizada em 10/09/2025)

Esse trecho é enfático e rico para constataremos a diversidade de experiências de mulheres negras na política. Buscando as aproximações entre as trajetórias de Eron Vasconcelos e Eliziane Gama, ambas são da mesma geração política, no sentido de que tem idades próximas e ingressaram em cargos eletivos da política local no início dos anos 2000; ambas são do nordeste brasileiro, a primeira do estado da Bahia e a segunda do estado do Maranhão; as duas têm vínculos com a religiosidade cristã evangélica desde a infância influenciadas pelo modo como suas famílias as ensinaram a professar sua fé; para as duas gênero e raça não foi elemento central dos discursos no início das carreiras políticas, outras discussões e abordagens eram mais mobilizadas em suas campanhas.

Por outro lado, ao observarmos as diferenças entre elas, a Deputada Eron Vasconcelos afirma ter se disposto a entrar na política para cumprir “*a missão*”, o que tem um sentido quase espiritual, que segue uma lógica da orientação divina; ao passo que a Senadora Eliziane Gama afirma como vimos anteriormente que foi seu engajamento com uma juventude evangélica da Universidade Federal do Maranhão junto com a popularidade do programa de rádio que deu a ela uma base inicial para que desejasse entrar na política para defender o que ela nomeou de “*um projeto político arraigado em lutas sociais*”. No caso da Senadora Eliziane não houve uma convocação da igreja, mas foram os outros espaços de sociabilidade e ação coletiva que a levaram a desenvolver esse desejo e tomar essa decisão.

Ambas se afirmam como “políticas evangélicas”, porém há diferenças na forma como isso é operacionalizado por elas nas campanhas eleitorais, na relação entre a vida institucional e a igreja. Evidenciando, portanto, a variedade de posicionamentos existente dentro do grupo de mulheres negras parlamentares federais. Com essa análise busco romper com uma tendência de homogeneização de indivíduos com marcadores sociais em comum, é necessário complexificar o olhar sobre elas e o quanto seus contextos sociais conformam as figuras públicas que elas se tornaram.

Outra parlamentar desta mesma geração é a Deputada Silvia Cristina, de Rondônia, ela conta que sua entrada na política foi consequência de um acontecimento em sua saúde. Ela teve câncer de mama aos 32 anos, realizou a cirurgia no seu estado de origem (Espírito Santo) e tentou realizar os demais tratamentos em seu estado de

residência (Rondônia) quando se deparou com severas dificuldades. O estado não tinha espaços adequados de acolhimento e atendimento de pessoas com câncer e isso a engajou em uma série de ações coletivas para acolher e apoiar pessoas com câncer. Foi dessa experiência associativa no grupo de apoio às pessoas portadoras de câncer que ela, junto com seus parceiros, vislumbrou que o ingresso na política institucional poderia ser um caminho para melhorar as condições da infraestrutura de saúde do seu estado.

“(...) voltei para Rondônia, onde eu morava, para poder fazer o protocolo, que é quimioterapia e radioterapia. Foi aí que eu percebi que Rondônia não oferecia, infelizmente, o que nós precisávamos para tratamento de câncer. E foi muito complicado para mim. Então, depois de ter passado por isso, eu percebi que tinha que fazer algo a mais para Rondônia, porque as pessoas estavam morrendo sem ter que morrer. E graças a Deus, a gente iniciou um trabalho, eu fundei o primeiro grupo de apoio aos portadores de câncer, e com isso as pessoas começaram a me ver como uma líder política, porque política é a arte de fazer o bem, não quer dizer que você precisa ter um cargo político. Depois eu me tornei coordenadora voluntária do Hospital de Amor e levava a carreta do câncer de prevenção, porque nós não tínhamos absolutamente nada de prevenção de câncer no estado de Rondônia. Em 2012, seis anos após que eu estava fazendo esse trabalho, eu recebi um convite para ser vereadora, e recusei várias vezes, até que esse grupo que eu fundei, que foi o primeiro grupo de apoio aos portadores de câncer, eles falaram: *Poxa, mas nós nunca vamos ter um representante na política, nós sabemos desse poder*. E eu falei: *Ah, vamos ver então o que vai dar*.” (Deputada Silvia Cristina, entrevista realizada em 30/09/2025)

Conforme narrado a entrada dela na política se deu a partir de uma experiência pessoal traumática, que foi convertida em mobilização social e com o tempo percebeu-se que a partir dos recursos e do poder da política institucional seria possível ampliar as ações deste grupo. O engajamento, portanto, aconteceu a partir de um problema temático-setorial, que foram as dificuldades estruturais das políticas de saúde pública em seu Estado. No caso dela, também é notável como o debate de gênero e raça não é trazido como algo balizador do seu discurso no início da carreira política.

Necessário ponderar que o fato das parlamentares Eron Vasconcelos, Eliziane Gama e Silvia Cristina não utilizarem as discussões de gênero e raça no início de suas carreiras, não significa que essa não era uma questão que permeava suas vidas e seu fazer político. Acredito que a geração delas e os contextos de socialização e formação política ofereciam outros referenciais prioritários. Como veremos adiante, os debates sobre gênero e raça são incorporados de forma mais sistemática e reflexiva mais tarde em suas trajetórias políticas.

Para concluir esse tópico as experiências familiares e associativas, podemos afirmar que as entrevistadas não são herdeiras de um capital familiar tradicional na política, como por exemplo, a ocupação de cargos políticos por influência da família ou ocupação de liderança em partidos políticos devido às relações familiares. Ainda assim em dois casos particulares, o da Deputada Carol Dartora e da Deputada Dandara Tonantzin há uma influência familiar significativa na transmissão de um repertório de possibilidades e de certa familiaridade com a prática política partidária.

O capital familiar foi uma exceção, mas experiências associativas são centrais na iniciação política das sete parlamentares. Benedita da Silva personifica um tipo de recrutamento que pode ser nomeado como *comunitário-militante*, assim como as três parlamentares da *geração emergente* podem ser inseridas nessa tipologia.

O recrutamento comunitário-militante caracteriza-se pela entrada na política que decorre de uma trajetória ascendente de militância. A parlamentar, primeiro, se consolida como liderança em movimentos sociais, associações comunitárias ou organizações da sociedade civil, construindo uma base social sólida que depois é canalizada para a política partidária. A legitimidade política é construída no ativismo de base antes de migrarem para a institucionalidade partidária. Suas candidaturas representam a concretização de trajetórias de militância construídas anteriormente.

A *segunda geração* tem percursos mais diversificados em relação às experiências associativas, no caso da Deputada Eron Vasconcelos nota-se um recrutamento pela via da institucionalidade religiosa. A igreja identifica e recruta membros com perfil eleitoral, tornando a candidatura uma "*missão*". No caso da Senadora Eliziane Gama ocorre uma hibridez em suas vivências, já que ela tem vínculos com movimentos de uma juventude universitária e com a igreja evangélica; então transita entre o ambiente religioso e os movimentos sociais. Ela mantém vínculo com a religiosidade evangélica, mas afirma um distanciamento crítico em relação ao tradicionalismo, alinhando-se à centro-esquerda partidariamente.

Já a Deputada Silvia Cristina tem seu vínculo com a política estabelecido a partir de uma temática-setorial. Ou seja, uma experiência pessoal gerou *expertise* e engajamento em uma causa específica (ex.: saúde, educação, moradia). A política é vista por ela como a ferramenta que pode solucionar os problemas dessa pauta setorial. Sua entrada na

política foi uma consequência direta da sua vivência com os problemas da infraestrutura de saúde pública e com o ativismo em relação à área da saúde.

Em síntese, as trajetórias analisadas demonstram rotas alternativas de construção de capital social e cultural que são posteriormente convertidos em capital político. De acordo com Pierre Bourdieu (1986), capital político é o reconhecimento social e o conjunto de recursos simbólicos, sociais, culturais e econômicos que qualificam um indivíduo para atuar e ser influente no cenário político. Sua distribuição é intrinsecamente desigual na sociedade e sofre a influência das estruturas e regras do “campo político,” que delimita quem pode participar e em que condições.

É precisamente nesse ponto que a trajetória das parlamentares negras se distingue. Diferentemente das elites políticas tradicionais como, por exemplo, os parlamentares empresários, que convertem capital econômico e redes de influência pré-estabelecidas em capital político, as entrevistadas construíram suas candidaturas a partir de trajetórias profundamente enraizadas em seus territórios e em ações coletivas. Seu engajamento em ações coletivas, voltadas para os problemas sociais de seus contextos é o elemento que conforma e conduz sua entrada na vida política-eleitoral.

Independentemente do espectro ideológico, as experiências associativas demonstraram-se um trampolim quase obrigatório, criando as redes de sociabilidade e a visibilidade pública necessárias para sua conversão em capital político-eleitoral. Seja pelo legado familiar que amplia horizontes de possibilidade, pelo recrutamento comunitário e militante, pela intermediação de instituições religiosas ou pela mobilização em torno de uma temática setorial, elas estão percorrendo novas rotas de acesso ao poder.

4.1.3 – Partidos Políticos²⁸ e campanhas eleitorais

O capítulo anterior discutiu o papel estruturante dos partidos políticos como principal filtro de acesso aos cargos eletivos, uma vez que eles controlam a seleção das candidaturas, realizam a distribuição dos recursos de campanha e podem ser espaços de

²⁸ Nesta subseção, especificamente sobre os partidos políticos, optei pela anonimização das respostas das entrevistas. Essa decisão fundamenta-se no entendimento de que os relatos colhidos, embora sejam de grande valor analítico e devam constar da tese, tratam de percepções e experiências que podem ser consideradas sensíveis no contexto político-institucional. Acredito que a não identificação das parlamentares entrevistadas não gera prejuízo à análise, pois o foco recai sobre os padrões discursivos, as trajetórias e as dinâmicas partidárias, e não sobre a opinião individual de qualquer uma das deputadas.

formação política. Na análise quantitativa realizada com as 62 parlamentares negras eleitas desde a redemocratização, observou-se maior presença nas legendas de esquerda e centro-esquerda no Congresso Nacional, especialmente no Partido dos Trabalhadores (PT), seguido por PCdoB e PSOL. Entretanto, nas legislaturas mais recentes, verificou-se um movimento de dispersão e relativo equilíbrio entre os espectros ideológicos, com o crescimento da presença de mulheres negras em partidos conservadores, sobretudo aqueles com bases religiosas evangélicas, como o Partido Republicanos. Esses dados sugerem que, embora a esquerda ainda desempenhe papel relevante na abertura de caminhos institucionais, novas rotas de acesso vêm sendo construídas.

As entrevistas realizadas com parlamentares negras confirmam, por um lado, a centralidade dos partidos como mediadores do processo eleitoral e, por outro, evidenciam as contradições e limites da democratização interna dessas legendas. As experiências narradas apontam que, mesmo quando filiadas a partidos de esquerda, que são tradicionalmente mais permeáveis às pautas de gênero e raça, as mulheres negras entrevistadas enfrentaram barreiras significativas para acessar os recursos de campanha, compor chapas competitivas ou ocupar espaços de decisão partidária.

Os relatos trouxeram experiências de isolamento, pouca confiança dos partidos em relação à viabilidade e à legitimidade de suas candidaturas, bem como narram as dificuldades de apoio financeiro. Fatores que indicam que as desigualdades de gênero e racial atravessam os mecanismos internos da organização dos partidos, reproduzindo dinâmicas de subordinação mesmo nas legendas que discursivamente se apresentam como mais inclusivas.

Por outro lado, a presença crescente de mulheres negras em partidos conservadores introduz uma dimensão adicional à análise. As trajetórias das parlamentares entrevistadas: Deputada Eron Vasconcelos e Deputada Silvia Cristina demonstram que o caminho até o mundo da política foi construído a partir de outros repertórios. No caso delas há de um lado, o capital social acumulado em espaços religiosos, que se converte em base de apoio e de reconhecimento social; de outro, há a valorização de uma narrativa de eficiência, pragmatismo e resultados concretos, que se apresenta como estratégia de afirmação e diferenciação dentro do campo político. Desse modo, a inserção partidária à direita revela outras formas discursivas na atuação política de mulheres negras parlamentares federais.

Em síntese, as vivências das parlamentares negras entrevistadas confirmam o debate proposto no capítulo anterior de que os partidos políticos são simultaneamente reconhecidos como os principais canais de acesso ao poder e espaços desafiadores para construção de carreiras políticas. Ideia que converge com a discussão empírica realizada por Pereira e Campos (2022), que afirmam que há *“uma relação tensa desses atores e atrizes com o potencial e os condicionantes impostos pelas lógicas internas dos partidos para consolidação de uma carreira política.”* (PEREIRA e CAMPOS, p. 107, 2022)

Se, quantitativamente, os dados apontam avanços graduais na presença dessas mulheres, qualitativamente, as narrativas revelam a persistência de mecanismos estruturais de exclusão. A análise das entrevistas permite compreender que o cumprimento formal de cotas para as candidaturas é insuficiente para equalizar as condições na disputa eleitoral. Elas ressaltam a importância da transformação das culturas políticas partidárias, que ainda estão estruturadas por lógicas machistas e racistas. As experiências das parlamentares entrevistadas iluminam o funcionamento interno dos partidos como arenas políticas, que operam como reprodutoras e produtoras de opressões estruturais, muitas vezes forçando as mulheres negras a construir suas trajetórias políticas à margem de suas estruturas. Uma das parlamentares afirmou categoricamente:

“O partido é atravessado por toda a estrutura que atravessa o Brasil, então, sim, o partido reproduz racismo, reproduz machismo o tempo todo. Então, no meu caso, era uma grande descrença. Ninguém acreditava que eu era uma possibilidade. Então, eu era tratada assim, faz aí o que quiser... Porque como ninguém acreditava, então, ninguém me incomodava, mas sem financiamento, sem apoio mesmo do partido, essa construção foi muito a partir dos meus espaços de construção. Então, meus apoiadores eram as pessoas que acreditavam nos espaços em que eu estava. Então, meu sindicato me ajudou, a universidade me ajudou, as escolas por onde eu passei fazendo formação, as entidades que eu trabalhei do terceiro setor também, que eu trabalhei muito no terceiro setor aqui, em ONG. Então, articulando muito as minhas relações, inclusive extrapolando muito o partido.”

Como nota-se essa parlamentar conta que foram suas redes de relacionamento para além do partido político, que deram suporte para que sua candidatura ganhasse relevância na cidade e fosse vitoriosa. Essa é uma história frequente, já que como aponta a literatura os partidos políticos tendem a investir mais e a priorizar candidatos que já possuem experiência e sucesso eleitoral (o "teste da urna"), pois estes representam um menor risco na competição, resultando no preterimento de pessoas iniciantes. Por razões históricas, aqueles que já estão eleitos, ocupando cargos ou têm históricos partidários são

predominantemente homens. Assim, o perfil com potencial eleitoral tende a ser associado aos padrões masculinos, colocando as mulheres (muitas vezes iniciantes) em desvantagem. (ARAÚJO, 2005; ARAÚJO e SACCHET, 2022)

Outra parlamentar conta que mesmo após algumas campanhas exitosas localmente e após ter exercido mandato no legislativo local, quando se candidatou para o Congresso Nacional em 2018:

“na primeira campanha eu não tive todo o auxílio que precisava, até porque depois a gente descobriu que estavam me vendendo mesmo. Tipo, a *fulana* vai ser candidata pela primeira vez de deputada federal e ela agrega, ela vai conseguir ter uns votos para poder acrescentar na nominata. E eles se enganaram que eu consegui me eleger. No segundo mandato, aí já era diferente, a gente já tinha o cargo federal. Em 2022, o partido que nós pertencíamos, nos deu toda a condição, nos permitiu ter acesso ao fundo e isso nos tranquilizou um pouco mais financeiramente.”

Esse trecho ilustra o quanto, mesmo já tendo sido eleita localmente, para chegar a concorrer com a estrutura e os recursos necessários para o Congresso Nacional foi preciso se provar pelo “teste da urna”, para que só após o exercício de um mandato federal ter mais suporte partidário para sua próxima candidatura ao parlamento federal. É importante destacar também que essa parlamentar e outras mencionaram que suas candidaturas foram beneficiadas pela obrigatoriedade de distribuição proporcional de recursos do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário para pessoas negras. Aprofundaremos neste tópico adiante.

Outra parlamentar fez um relato comovente sobre as dificuldades que enfrentou dentro dos partidos políticos pelos quais passou, mesmo após anos de êxito eleitoral. Ela diz que testemunhou o partido dividir seu “patrimônio político”, fragilizando intencionalmente sua base eleitoral para evitar que se tornasse uma figura “incontornável” e, portanto, difícil de controlar. Deste caso, infere-se que houve ação direta da liderança partidária local para conter ou limitar a continuidade de sua consolidação política.

“(...) as pessoas dizem que foi tirada a minha eleição, propositalmente, a começar pelos próprios correligionários. Como eu disse anteriormente, a maior resistência não está fora, não é extramuros, é intramuros. Sobretudo quando se é mulher e mulher negra. As retaliações não vêm de fora. Cortam na carne.”

Nesse caso, parece que o sucesso eleitoral e os anos de experiência na política institucional não lhe garantiram prestígio partidário ou uma condição de senioridade para

seguir construindo sua carreira política. Ela observa que foi dentro do seu próprio partido que foram criadas formas de minar sua candidatura e suas possibilidades de seguir na vida política. A compreensão do partido como uma estrutura reprodutora do racismo e do machismo aparece em todas as falas de maneiras diferentes, com casos e experiências difíceis que na percepção delas foram vivenciadas por serem mulheres negras.

Além disso, outras duas parlamentares mencionaram sobre dificuldades relacionadas ao cotidiano partidário que limitam sua agência política e cria barreiras à legitimação e ao fortalecimento delas enquanto lideranças políticas. O trecho abaixo é extenso, mas importante por sintetizar isso:

“a gente tem mais dificuldade de ser vista como uma autoridade, como uma liderança, de ser creditada nesse lugar, tanto no partido quanto na sociedade. São barreiras difíceis. É como eu falei sobre como as pautas que eu trabalho elas são sufocadas pelo fato de eu ser uma mulher negra. Então, como se por eu ser uma mulher negra, eu não posso ser referência na educação, porque eu sou uma mulher negra, eu não posso ser referência de direito à cidade, de urbanidade. Então, isso cria essas barreiras simbólicas, essas barreiras subjetivas, o olhar que as pessoas te dão, o crédito que as pessoas te dão.

É muito importante ser validada [*pelo partido*] como liderança, você é uma deputada federal. Essa validação, ela tem um peso muito grande. Mas no nosso caso, o racismo faz com que ela se transforme em desvalidação. Então, nós somos desvalidadas dos lugares que temos. Então, (...) essa desvalidação que o partido faz contra nós é muito difícil. Sempre validando os mesmos, homens, brancos, velhos e a gente sempre sendo desvalidada. [*os argumentos são*] ah... porque ela é jovem, é identitária. Ah... ela se elegeu por sorte, a pauta negra estava na moda. Essas são desvalidações, são falas subjetivamente racistas.

Isso acontece o tempo todo, o tempo todo. Se eu fui a mais votada é porque eu tive sorte. Me elegi só porque era bonita. (...) Então, eu sinto que me desvalidam muito nesse lugar de gênero mesmo.”

Como nota-se, para essa parlamentar, a vivência de ter um mandato federal e ainda assim não conseguir ter sua voz reconhecida para tratar como especialista de temas como educação e direito à cidade são a expressão de como mecanismos de exclusão racial e de gênero podem limitar a atuação de parlamentares negras, inclusive dentro dos partidos políticos. Ser percebida e validada como uma liderança política é algo que ela observa não fazer parte de seu cotidiano no partido político.

Em linha com essa percepção, outra parlamentar faz uma crítica contundente:

“ (...) eu acho que os partidos políticos ainda precisam enxergar lideranças negras no processo de construção e de fortalecimento, não só de jogar para ser candidato, sabe? Eu acho que é um negócio que não pode ser mais só para cumprir cota e ter um número mínimo de candidaturas de mulheres e cumprir o fundo de negros. O processo de construção e fortalecimento precisa ser de médio e longo prazo, porque lideranças não surgem do nada, lideranças são construídas, lideranças são fortalecidas. Então eu fico pensando sempre nisso, se os partidos querem apostar de fato em aumentar as suas bancadas, em ter renovação política, precisam construir e fortalecer as lideranças. Não dá para as candidaturas de mulheres serem as últimas a receber recursos do fundo de campanha, não dá para as candidaturas de negras só receberem aquilo que é obrigatório das candidaturas negras, tem que nos encarar também com potencial eleitoral, tem que nos enxergar com capacidade de transformar a realidade.”

Os dois relatos convergem em uma crítica aos partidos, percebidos como instituições pouco comprometidas com o efetivo desenvolvimento das carreiras de mulheres negras. De um lado, evidencia-se a *"desvalidação"* como liderança, um processo que impõe, mesmo a uma parlamentar federal, a necessidade de demonstrar permanentemente suas capacidades técnicas e políticas para ser minimamente creditada por sua própria legenda. De outro lado, a crítica avança e evidencia o que pode ser denominado de uma estratégia de contenção, em que os partidos atuam de maneira circunstancial e protocolar justamente para impedir que tais candidaturas alterem a correlação de forças e a distribuição interna de poder. Dessa forma, a dinâmica partidária não prioriza a construção de trajetórias sólidas, mas sim o gerenciamento controlado de uma presença necessária para atender requisitos formais, sem ceder espaço de influência real.

Portanto, a percepção e a vivência das parlamentares negras entrevistadas é de que os partidos políticos ainda são estruturas rígidas e excludentes, mesmo aqueles à esquerda mais permeáveis aos debates sobre a participação feminina. Interessante notar que tanto as jovens parlamentares como as mais experientes (duas gerações) relataram dificuldades e obstáculos no interior partidário tanto durante o período eleitoral como ao longo do exercício parlamentar. Se no pleito eleitoral as dificuldades com suporte e financiamento das candidaturas são queixas recorrentes, no exercício dos mandatos parlamentares a dificuldade de serem reconhecidas e apoiadas como lideranças políticas destacam-se como uma crítica central aos partidos. Na próxima subseção apresentaremos algumas narrativas sobre as campanhas eleitorais que as trouxeram para o Congresso Nacional,

buscando compreender os alinhavos necessários para que suas campanhas fossem exitosas.

Campanhas eleitorais

Se a relação com os partidos políticos é marcada pelas dificuldades e obstáculos, o terreno das campanhas eleitorais demonstra a inventividade política dessas mulheres negras florescendo. As parlamentares entrevistadas narraram brevemente suas experiências nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022, em que havia um cenário de grande polarização política nos debates eleitorais, com ascensão significativa dos discursos da extrema-direita e contextos desafiadores em seus estados de origem. Suas experiências mostram que para além da disputa por votos, houve uma busca pelo *coração* dos eleitores mobilizando sonhos e propostas políticas para o futuro.

Esta subseção analisa os contextos e as dificuldades narradas pelas parlamentares em relação às suas campanhas eleitorais, bem como as estratégias mobilizadas para criar candidaturas competitivas e vitoriosas. Elas elaboraram estratégias de comunicação e mobilização que construíram uma imagem de renovação na política, algumas destacando quem eram e suas trajetórias de vida para se colocarem em sintonia com a população, ativando um discurso que expressava o conceito da representação descritiva. É o caso, por exemplo, da Senadora Eliziane Gama que relatou o seguinte:

“Eu sempre digo isso, o político não é o mais inteligente, o político não é o que sabe mais. O político é o que se parece comigo. Então, qual é o grande problema [*nas campanhas eleitorais*]? É como você informa isso, é como você comunica isso, é como você leva essa informação. (...) Eu acho que nós conseguimos comunicar isso. Eu consegui comunicar e dizer: Olha, *eu sou como vocês*, eu vim do interior do Maranhão, eu sou mulher, eu tenho filhos, eu tenho uma família que eu tenho que cuidar. Quer dizer, quando você consegue se comunicar, as pessoas se conectam e reagem: *Epa, ela se parece comigo*.” (Senadora Eliziane Gama, entrevista realizada em 10/09/2025)

Nas eleições de 2018, a então Deputada Federal Eliziane Gama candidatou-se ao Senado Federal em um ato que ela mesma denomina como *ousadia*. Ela é do estado do Maranhão, uma localidade em que a política institucional é dominada por famílias tradicionais há muitas décadas. Na entrevista concedida para essa pesquisa, ela narra que:

“A candidatura em 2018, não foi uma candidatura fácil. Na tradição do estado do Maranhão, todos os senadores, desde a redemocratização eram

homens que faziam parte de uma estrutura política muito poderosa. De repente chega eu uma deputada federal que veio de uma história totalmente diferente, sem retaguarda política poderosa, era meio que ousadia demais. Eu lembro que o José Sarney chegou a dar uma entrevista na época, dizendo: *‘Aquele menina não tem tamanho para ser Senadora’*. Esse tipo de fala, era uma fala que estava muito presente.

(...) Foi algo muito forte, mas felizmente nós conseguimos romper isso aí. Na minha candidatura tinham dois candidatos muito fortes que eram: o ex-governador, ex-ministro e ex-senador Lobão; na mesma forma o ex-deputado, ex-ministro e filho do ex-presidente, José Sarney Filho. (...) chegar e tentar se posicionar para romper esse ciclo foi algo muito desafiador, mas uma coisa que é muito interessante é que o povo, a sociedade, eles gostam de gente que tem coragem, eles gostam de gente que ouse, gente que desafie. (...) Então, isso daí acabou que foi um combustível muito importante, sabe?! Isso foi uma coisa muito legal que trouxe o sentimento popular. O sentimento popular veio pra gente e acabou que abraçou a campanha.” (Senadora Eliziane Gama, entrevista realizada em 10/09/2025)

Esse foi um dos trechos sobre campanhas eleitorais mais interessantes coletados nas entrevistas, pois ele apresenta muitos aspectos relevantes. Um exemplo é como a parlamentar narra o enfrentamento às oligarquias tradicionais. A campanha para o Senado Federal de Eliziane Gama a colocou na disputa eleitoral como um contraponto à elite política local. Ela formulou e engajou-se num discurso de que era oriunda do interior, de uma condição socioeconômica humilde, que defende a população e as causas sociais. A capacidade de converter sua trajetória de vida e seu projeto político em uma eficiente comunicação eleitoral, segundo ela própria foi um grande diferencial da Senadora.

Além disso, despertar o sentimento popular, acompanhando uma onda que nacionalmente mobilizava um discurso contra o *establishment* parece uma outra característica importante de sua estratégia eleitoral. As eleições de 2018 foram marcadas pela promessa de renovação política, uma retórica adotada até mesmo por políticos experientes. Eliziane Gama posicionou-se, de forma consistente, como a representação mais legítima dessa renovação para o Senado Federal pelo Maranhão. Dessa forma, ela conseguiu canalizar para sua candidatura o anseio por mudança que esteve muito presente naquele ciclo eleitoral, convertendo um sentimento difuso em capital político decisivo para sua campanha no estado.

A eficácia da campanha em mobilizar o sentimento popular e transformar a ousadia em combustível, como ela própria afirmou, revela uma dimensão fundamental da disputa política, que é sua natureza afetiva. Longe de ser um terreno puramente racional,

o espaço eleitoral é moldado pela capacidade de criar identificações passionais e emotivas articuladas com o projeto político que é defendido pela candidata. A narrativa construída pela Senadora ativou de modo estratégico as emoções de cidadãos identificados com ela, houve a mobilização de um afeto capaz de fraturar tradições políticas e envolver o eleitorado em torno de uma nova possibilidade eleitoral.

Outra parlamentar entrevistada que mencionou essa dimensão emocional como sendo relevante em sua campanha eleitoral foi a Deputada Erika Hilton. Destaco o trecho abaixo:

“Para além do desgaste físico, nós tínhamos o desgaste de disputa cruel e perversa contra a extrema-direita, o ex-presidente Bolsonaro tentando a sua reeleição com todas as maneiras que podia. E uma necessidade gigantesca de avançarmos com a representação no Congresso. (...) em um estado com a população gigante que tem o Estado de São Paulo e que demonstra o conservadorismo. Eu acho que foi nesse sentimento de desesperança, mas também de necessidade de articulação que nós fomos nos organizando para disputar o coração das pessoas. Dizendo: *‘Se nós não nos aquilombarmos, se nós não nos fortalecemos, se nós não trocarmos entre nós o projeto de nação que nós queremos, nós seremos engolidas, seremos extintas.’* (...) O que nos move é exatamente essa desesperança. (...) foi buscando esse sentimento de nós precisamos reagir, nós precisamos contra-atacar, nós precisamos nos defender, nos proteger, organizar a nossa revolta, a nossa história, organizar a nossa ancestralidade, organizar os caminhos que foram abertos para que nós pudéssemos estar onde nós estamos, que eu fui disputando o sentimento das pessoas.” (Deputada Erika Hilton, entrevista realizada em 15/10/2025)

O relato da Deputada Erika Hilton informa que ela construiu uma campanha eleitoral com essa dimensão da mobilização dos afetos muito presente. Ela é a primeira mulher negra e transsexual a ocupar uma cadeira no Congresso Nacional. A parlamentar conta sobre os desgastes que sofreu também em sua saúde física durante o processo eleitoral devido à intensidade do ritmo exigido pelas campanhas. Ela narra ainda que:

“(...) fui me aprimorando ao longo do processo eleitoral, depois de eleita eu aprimorei ainda mais essa coisa de uma política jovem, de uma política leve, uma política pop, uma política que não é tradicional, cafona, escrota. É uma política conectada com a *Ballroom*, é uma política conectada com a capoeira, com o samba, com o carnaval, com a juventude, com a parada LGBTQIA+, com as bichas, com as manas pretas, com as sapatão.” (Deputada Erika Hilton, entrevista realizada em 15/10/2025)

É inegável que essa proposta da campanha eleitoral e, até mesmo, de seu mandato traz outra *perspectiva social* para dentro do formato e das fronteiras da política institucional tradicional. Ela busca mobilizar as emoções de pessoas que assim como ela estão social e economicamente marginalizadas, e ela afirma fazer isso por meio da cultura com o “samba”, a “capoeira”, a “Ballroom” e em diálogo com a juventude. Sua narrativa em relação à campanha eleitoral exemplifica uma construção que foi elaborada a partir das margens para reconfigurar o centro da política. Pela entrevista, parece haver uma busca por ressignificar o sentido de *ser e fazer* política a partir da estética, do corpo e da cultura. Sua campanha eleitoral insurgiu contra a agenda da extrema-direita no plano ideológico e contra a estética tradicional da política no plano institucional.

Embora atuando em cenários e cargos distintos, as campanhas da Senadora Eliziane Gama e da Deputada Erika Hilton convergem fundamentalmente na compreensão da política como um campo de disputa afetiva e mobilização da identificação do eleitorado com elas. Ambas mobilizaram como matéria-prima de suas candidaturas afetos coletivos para criar uma sintonia com o eleitorado, estabelecendo pontes a partir de quem são e de que lugares sociais falam. A Senadora Eliziane comunica “*eu sou como vocês*” a partir de uma biografia de origem humilde e de uma história de superação, enquanto a Deputada Erika afirma “*nós somos da mesma luta*” a partir de uma experiência coletiva de viver à margem das condições de vida digna na sociedade.

A despeito dessa convergência na mobilização de afetos, as estratégias se diferenciam para enfrentar adversários e contextos distintos. A Senadora Eliziane Gama constrói uma imagem de coragem popular para desafiar as oligarquias tradicionais em uma eleição majoritária para o Senado. Seu discurso se ancora em valores como o da luta da família trabalhadora e em uma ousadia que ressoa como um contraponto à velha política. Já a Deputada Erika Hilton, em uma disputa eleitoral proporcional pela Câmara dos Deputados marcada pela polarização ideológica, constrói uma imagem de contracultura política. Ela busca se inserir no jogo político e transformá-lo a partir de suas próprias referências, articulando uma política “*pop*”, “*leve*” e conectada com as culturas periféricas.

Todas as parlamentares entrevistadas, com exceção de Benedita da Silva, se promovem eleitoralmente como sendo candidatas que significam uma renovação da política. E nesse aspecto as Deputadas Carol Dartora e Dandara Tonantzin, ambas do Partido dos Trabalhadores, buscaram se apresentar para o eleitorado como renovação da

política de seus estados, não apenas em relação aos partidos de oposição, mas também como a renovação do próprio projeto político do Partido dos Trabalhadores. A Deputada Dandara coloca-se como uma jovem que traz uma *cara nova* para o partido em Minas Gerais, já a Deputada Carol Dartora afirma que:

“(...) naquele contexto de polarização, que existia o antipetismo. Esse antipetismo muito grande, mas foi a minha relação íntima com o território que esvaziou um pouco o antipetismo em cima de mim. E também ser uma cara nova... muitas figuras já estão marteladas como do PT. E eu não tenho essa rejeição.” (Deputada Carol Dartora, entrevista realizada em 12/09/2025)

Isso é interessante, pois conforme já afirmei elas se colocam como uma renovação na política não apenas em oposição à direita, mas também como uma renovação dos quadros do próprio Partido dos Trabalhadores. A legenda de centro-esquerda que construiu uma hegemonia na política nacional e é frequentemente criticada por demonstrar dificuldade na renovação dos seus quadros políticos. Isso demonstra como elas fazem uma disputa por renovação também internamente ao seu partido político.

Outro caso que destaco foi a abordagem da Deputada Silvia Cristina. Ela que se candidatou à Câmara dos Deputados em 2022 pelo Partido Liberal (PL), e atualmente está no Partido Progressista (PP), adotou uma narrativa da política dos resultados construindo sua campanha ancorada na promessa e comprovação da eficácia de seu trabalho parlamentar. Sua estratégia era *"mostrar que a oportunidade de um primeiro mandato teve resultados e mostrar aquilo que ele tinha mudado na vida das pessoas"* (Silvia Cristina, entrevista realizada em 30/09/2025), listando concretamente a construção de centros de câncer e a aquisição de equipamentos de diagnóstico, como exemplos dos resultados dos seus mandatos parlamentares.

Sua comunicação constrói a imagem da gestora confiável, que já cumpriu promessas no passado e, portanto, merece continuar sendo eleita. O discurso produzido por ela faz um apelo à razão e à segurança, transformando a experiência dos mandatos anteriores em um ato contra a descrença. Ela trata da renovação da política como sendo a gestão competente, voltada para resultados tangíveis. A Deputada Eron Vasconcelos também narrou na entrevista como ela mobilizou casos emblemáticos solucionados, citou como exemplo um caso de violência doméstica e feminicídio que atuou consistentemente

enquanto vereadora em seu mandato no legislativo municipal, como uma espécie de certificação de sua competência técnica e política para ascender ao legislativo federal.

Por fim, uma análise comparativa das estratégias de campanha revela uma clivagem geracional, refletindo os diferentes capitais políticos mobilizados e os contextos históricos de construção dessas trajetórias. A segunda geração de parlamentares – a Senadora Eliziane, e as Deputadas Silvia e Eron – construiu sua narrativa eleitoral sobre um pilar de pragmatismo e experiência consolidada. Suas campanhas mobilizaram a trajetória em cargos anteriores como um ativo central, apresentando obras realizadas, a expertise em gestão pública e a capacidade de articulação política consolidadas em mandatos locais. Em síntese, elas se colocaram como a renovação da política apresentando como exemplos a sua competência técnica e experiência prévia.

Em contraste, a geração emergente – as Deputadas Carol, Dandara e Erika – ergue suas campanhas sobre a argumentação de que são a renovação da política com um componente maior de idealismo para a transformação social. Seu capital principal não é o cargo anterior (mesmo todas elas tendo exercido brevemente mandatos enquanto vereadoras), mas a potência de suas trajetórias de vida e a urgência de seu projeto político. Elas oferecem uma promessa de ruptura com ordem excludente. Os argumentos apresentados por elas nas entrevistas indicam que se colocaram nas campanhas eleitorais como vetores de mudanças sociais profundas, despertando no eleitorado um desejo por transformações mais radicais no sistema político.

Conforme observado na subseção anterior as siglas partidárias são narradas pelas entrevistadas como sendo espaços excludentes e hostis, contudo observando a forma como elas contam sobre suas campanhas eleitorais esse árido contexto não paralisou seus projetos políticos. A campanha delas para além de uma etapa eleitoral, me soou como uma resposta prática e bem-sucedida aos obstáculos partidários, uma vez que na disputa eleitoral elas constroem campanhas com comunicação estratégica e articulação em seus territórios, o que lhes permite superar o embarreiramento presente nos bastidores das agremiações partidárias.

É importante fazer a ressalva de que as análises sobre as campanhas realizadas nessa subseção se basearam exclusivamente nas respostas dadas pelas parlamentares nas entrevistas, o que é limitado no sentido de conseguir ter uma visão ampla sobre como foram esses processos. Ainda assim, é relevante analisar as campanhas eleitorais a partir

da percepção delas, pois nos possibilita compreender as intenções e a forma como elas próprias narram esses processos. Nas campanhas eleitorais elas desenvolveram uma comunicação autêntica, uma conexão orgânica com territórios e movimentos populares, assim como apresentaram uma agenda sintonizada com os anseios populares. O sucesso de suas candidaturas, que frequentemente foram as mais votadas, demonstra que suas campanhas eleitorais respondiam e propunham alternativas políticas desejadas pelo eleitorado.

Conclusão sobre os caminhos até a chegada no Congresso Nacional

As trajetórias analisadas nesta seção evidenciam que a chegada das mulheres negras à política institucional e, posteriormente, ao Congresso Nacional é um resultado visível de longos processos de formação e socialização política. As vivências delas sistematizadas neste capítulo lançam luz sobre os possíveis itinerários coletivos trilhados por mulheres negras que possibilitam sua presença nos espaços de decisão política. A chegada delas ao Congresso Nacional é em si um fenômeno social e político que articula trajetórias pessoais de resistência e qualificação, assim como é um indicador de transformações coletivas no campo da representação política.

A análise das experiências educacionais e profissionais demonstra que a educação, frequentemente associada à mobilidade social e à aquisição de capital cultural, assume nas biografias dessas parlamentares um caráter político de emancipação e legitimidade. Para as parlamentares da *geração emergente* as Universidades Federais, devido ao contexto de implementação das políticas de ações afirmativas, aparecem como espaços relevantes na formação política e na elaboração crítica sobre as desigualdades. O ambiente acadêmico permitiu o acúmulo de conhecimentos, assim como oportunizou o encontro com coletividades e o desenvolvimento de uma consciência interseccional que orienta suas práticas políticas. A educação, nesse sentido, não é apenas uma credencial para a carreira pública, mas o campo no qual se forjam novas linguagens, redes e repertórios de ação política.

Do mesmo modo, as experiências associativas e familiares analisadas revelam que o capital político dessas parlamentares entrevistadas se construiu a partir dos territórios e de coletividades, foram as associações de bairro, os sindicatos, os coletivos estudantis, as igrejas e os movimentos sociais, que construíram a base de suas candidaturas. Esses

espaços de socialização e mobilização configuram-se como verdadeiras escolas políticas, onde elas relatam terem aprendido sobre a negociação de interesses, a escuta de ideias divergentes e a articulação coletiva. Ao contrário das elites políticas tradicionais, que herdaram capital econômico e redes de influência, essas mulheres elaboram percursos ascendentes baseados na credibilidade adquirida na presença e participação em uma vida comunitária.

A análise das relações com os partidos políticos e das campanhas eleitorais introduz uma dimensão crítica importante: se, por um lado, os partidos são o principal canal de acesso ao poder na política institucional, por outro eles permanecem como instâncias seletivas pouco permeáveis à diversidade de gênero e racial. As entrevistas mostram que o racismo e o sexismo continuam operando como barreiras tanto à entrada quanto à consolidação das carreiras políticas de mulheres negras dentro das agremiações partidárias. Entretanto, as estratégias mobilizadas nas campanhas revelam a capacidade dessas mulheres de subverter as lógicas tradicionais da competição eleitoral. As entrevistas permitem afirmar que elas transformaram suas biografias em recurso político, mobilizando afetos coletivos e construindo um discurso sobre a representação política sintonizado com as demandas populares. Assim, ao mesmo tempo em que enfrentam dificuldades em suas legendas partidárias, buscam produzir em suas campanhas eleitorais uma política de proximidade, pertencimento e esperança.

Esses percursos diversos, construídos a partir da educação, do mercado de trabalho, pelas experiências de militância, pelas religiosidades e, fundamentalmente, pela vivência das desigualdades, compõem o repertório político que as conduziu ao poder e ampliam a compreensão sobre as rotas possíveis de chegada ao Parlamento. Para as parlamentares negras entrevistadas, é a partir das frestas criadas por suas trajetórias que se vislumbra a possibilidade de transformação do sistema político-eleitoral brasileiro, mediante a introdução de novas linguagens, novas corporalidades e, sobretudo, a inserção de *perspectivas sociais* marginalizadas no centro da tomada de decisão política.

Portanto, compreender os caminhos percorridos pelas parlamentares negras entrevistadas para chegarem ao Congresso Nacional é compreender, também, a persistência das estruturas que buscam restringir o acesso ao poder e a potência das estratégias que as desafiam. Parlamentares negras demonstram estar em uma disputa contínua em relação a sua legitimidade como alguém que também pode ocupar o poder e ter a sua voz considerada no momento da formulação de políticas em um espaço

historicamente excludente. A partir de tensionamentos constantes, elas vêm forçando mudanças nas regras da política brasileira, como demonstra o caso da consulta feita pela Deputada Benedita da Silva sobre a distribuição proporcional de recursos para o financiamento das campanhas eleitorais. Seus percursos, portanto, sinalizam um processo inacabado de reconfiguração institucional, no qual sua presença nas disputas eleitorais e no exercício dos mandatos tensionam e ampliam os limites da democracia brasileira.

4.2 – Exercendo o mandato parlamentar no Congresso Nacional

Introdução

Esta seção busca analisar as experiências, as vivências das entrevistadas no exercício dos mandatos parlamentares, esse enquadramento esteve presente em grande parte do roteiro das entrevistas. Tanto o roteiro como as análises baseiam-se na abordagem interseccional, que para além de observar as barreiras que são impostas a partir da conexão entre raça, gênero e classe; busca compreender como esse lugar social possibilita que elas tenham uma visão particular das dinâmicas sociais e atuem de modo estratégico para resistirem e exercerem seus mandatos.

Se na seção anterior aprofundamos em suas trajetórias buscando compreender quais foram os caminhos percorridos até a chegada ao Congresso Nacional e a análise utilizou da categorização geracional para identificar padrões e diferenças comparando as respostas das entrevistadas. Nesta seção a tentativa é observar quais foram os obstáculos enfrentados e quais foram as estratégias utilizadas para o pleno exercício de seus mandatos.

Esta seção se divide em três subseções, a saber: (1) Violência Política de Gênero e Raça; (2) Outros desafios e obstáculos para o exercício dos mandatos; (3) Principais estratégias para permanência e atuação parlamentar. A temática da violência política de gênero tem sido abordada com cada vez mais frequência pela literatura acadêmica e, para mulheres negras, esse é infelizmente um entrave extremamente significativo na vida política. Entre os outros desafios apresentados pelas entrevistadas, a maternidade e o trabalho de cuidado são responsabilidades que adicionam uma camada de sobrecarga às suas carreiras políticas; assim como outro obstáculo frequentemente mencionado é o fato de elas serem empurradas para alguns “nichos” de atuação que restringem seu potencial

e as possibilidades de construção de políticas públicas. Por fim, as estratégias e inventividade das parlamentares negras são variadas e foram forjadas ao longo de toda a trajetória de vida conforme veremos analisadas a seguir.

4.2.1 – Violência Política de Gênero e Raça

Nesta subseção examino como a violência política de gênero e raça se manifesta na trajetória de parlamentares negras, articulando relatos históricos, legislações recentes e experiências contemporâneas dentro do Congresso Nacional. Violência Política de Gênero e Raça é uma nomeação recente para ocorrências que sempre estiveram presentes na experiência política de mulheres negras. Se retomarmos à trajetória da Deputada Benedita da Silva e os relatos que constam do livro que narra sua biografia de 1997 é possível identificar vários trechos que contam com detalhes como sua carreira política sempre esteve exposta a inúmeros tipos de agressão. Para exemplificar, destaco abaixo uma das histórias contadas por ela que me chamou atenção:

“Antes, a discriminação era mais dissimulada, mas na minha campanha para a Prefeitura foi que a coisa pegou. Não teve sutileza. Diziam desaforos na minha cara, faziam gestos obscenos, mandavam cartas, telefonavam para me agredir... Falavam coisas como: “Teu lugar é na favela”, “você é boa pro fogão”, “tua patroa está esperando”. Era um horror. Algumas cartas continham insultos do tipo: “chega de macaquice e volta pro teu galho!” Alguns diziam que, se eleita, eu iria “trocar a estátua do Cristo pela do King Kong” ou “trocar as palmeiras do Palácio por bananeiras”. Chamavam-me de Benechita.

Também recebi muitas ameaças por cartas e telefonemas anônimos durante minha campanha para o Senado. Recebi mais de vinte cartas dizendo coisas como: “Devemos lutar pela volta do tronco e da senzala, da chibata no lombo do crioulo e limpar a cidade de crioulos”. (Benedita da Silva, 1997, p. 130)

Por esse relato ainda dos anos 1990 é possível dimensionar o quanto sempre foi difícil para mulheres negras ingressarem e permanecerem na política institucional sendo constantemente constrangidas pelo machismo, racismo e classismo dos “donos do poder”. Na entrevista concedida para esta pesquisa de doutorado, questioneei a Deputada Benedita sobre essa temática, no que ela me disse:

“Eu sempre sofri. Sim. Discriminação racial, sempre sofri violência de gênero, eu sempre sofri tudo isso. Mas eu não tinha esses nomes. Isso é importante saber, houve uma evolução. (...)”

Mas também eu trago essa bagagem do outro século e procuro me adaptar ao século presente, século 21. Então tudo isso traz para nós um grande desafio, porque antes, eu posso até dizer, eu ignorava tal situação, eu não tinha dimensão do tamanho do que era a discriminação, violência política, tudo isso. Sofri tudo isso. Então o importante é que hoje nós trabalhamos e já trabalhamos em direção ao combate à discriminação racial, sexual, orientação sexual, trabalhamos a questão da relação de trabalho: *trabalho igual, salário igual*.

Agora estamos discutindo a questão da reparação [*para a população negra*], já estamos nesse contexto. Então, no meu ponto de vista, eu não quero sofrer discriminação, mas ainda *sofro*. E a gente sofre duas vezes. Quando você é ignorante, que não sabe que aquilo é o que é, você é ignorante nesse sentido, que não tem aquele entendimento, informação, e quando você passa a ter o entendimento, aí é que dói mais ainda. O fato de eu estar nas condições sociais, que eu estou, e políticas também, isso não impede de sofrer todo processo discriminador.” (Deputada Benedita da Silva, entrevista realizada em 30/09/2025)

Esse relato da Deputada Benedita da Silva demonstra, então, que violência política de gênero e raça não é fato novo; contudo a nomeação e a forma como tem sido abordada institucionalmente, isso sim são recentes. A literatura especializada afirma que os primeiros movimentos para nomear o problema da violência contra as mulheres na política surgiram em paralelo em diferentes partes do Sul Global.

“Mulheres eleitas localmente na Bolívia teorizaram suas experiências como “assédio político” no final dos anos 1990; redes de mulheres eleitas em todo o sul da Ásia, com apoio de organizações globais, mapearam e condenaram manifestações de “violência contra as mulheres na política” em meados dos anos 2000; e atores estatais e não estatais no Quênia reconheceram e procuraram combater a “violência eleitoral baseada em gênero” no final dos anos 2000. Tomando as experiências vividas pelas mulheres como ponto de partida compartilhado, essas campanhas nomearam o problema de diferentes maneiras, mas se sobrepuseram em suas preocupações de condenar o uso da violência como método para coibir a participação política das mulheres.” (Souza, 2022, p. 57)

De acordo com Juliana Restrepo Sanín e Mona Lena Krook (2016) violência política de gênero é um subconjunto da violência contra a mulher e é direcionada a mulheres *por serem mulheres*, usando mecanismos de poder e opressão para forçá-las a se afastar da política. A legislação brasileira (Lei nº 14.192/2021) definiu violência política contra a mulher como “*toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher.*” Desse modo, foi apenas muito recentemente que o Brasil elaborou uma abordagem normativa para esse modo de violação de direitos.

Em relação à legislação, apesar de ser reconhecida como um avanço há críticas que têm sido elaboradas por pesquisadores em relação a sua estreiteza. Em sua tramitação legislativa, com a composição conservadora do Congresso Nacional ficou estabelecido que ela trataria de violência contra mulher e não de violência de gênero, restringindo a proteção possível e, em certa medida, excluindo, por exemplo, o grupo LGBTQIA+. Outro limite presente nessa legislação diz respeito à limitação temporal, uma vez que ela aborda especificamente fatos ocorridos no período eleitoral durante a campanha ou no exercício de mandato eletivo, o que implica que fatos fora desse período não sejam abarcados pela legislação.

Além disso, apesar de a Lei nº 14.192/2021, que trata do enfrentamento à violência política contra a mulher incorporar formalmente a questão racial, persistem desafios quanto à profundidade de seu olhar racializado e à sua aplicação efetiva, o que pode afetar desproporcionalmente a proteção das mulheres negras. Embora a lei preveja a raça como elemento da violência política e discipline condutas discriminatórias, seu arcabouço conceitual e sua operacionalização não abarcam adequadamente a dinâmica do racismo estrutural nem a experiência interseccional das mulheres negras na política, limitando-se a uma visão punitiva de atos isolados.

O caso da vereadora Benny Briolly (PSOL/RJ) – mulher preta e travesti – ilustra de forma contundente essas limitações e a necessidade da análise interseccional. Em 2022, o deputado estadual Rodrigo Amorim (União Brasil/RJ) utilizou a tribuna da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) para proferir um discurso público em que a humilhava e constrangia, chamando-a de “belzebu” e “aberração da natureza”. Esse ataque, transmitido ao vivo, viralizou e intensificou uma onda de violência política de gênero e raça contra a parlamentar, que já era alvo de ameaças de morte por sua atuação política. O episódio configurou uma violência simbólica explícita, que buscou negar sua identidade de gênero e deslegitimá-la como mulher e representante política (FACHIN; BARTOLOMEU, 2025).

A inércia do Estado brasileiro em garantir sua proteção foi tão grave que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) precisou intervir, solicitando medidas cautelares ao Brasil para proteger a vereadora e sua equipe. No âmbito jurídico-doméstico, o caso só obteve um desfecho significativo em maio de 2024, quando o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE/RJ), por maioria, condenou Rodrigo Amorim pelo crime de violência política contra mulher. Tendo sido essa a primeira

condenação de um parlamentar brasileiro por uma instância colegiada em relação a esse crime. O tribunal entendeu ser inequívoca a intenção do deputado de “constranger e humilhar a vítima, menosprezando e discriminando a sua condição de mulher” para dificultar o exercício de seu mandato. (FACHIN; BARTOLOMEU, 2025)

A decisão refutou a imunidade parlamentar para discursos de ódio ou como salvo-conduto para a prática de condutas ofensivas, discriminatórias ou desprovidas de relação com o exercício das funções legislativas, assim como aplicou perspectivas de gênero e direitos humanos. Embora a pena tenha sido branda (sem a perda do mandato), a condenação gerou inelegibilidade por oito anos, levando ao primeiro indeferimento de candidatura com base nesse crime. A decisão do TRE-RJ foi reafirmada pelo Tribunal Superior Eleitoral em outubro de 2025.

Esse caso, ilustra graves violações de direitos vivenciadas devido ao gênero e à raça na política institucional que muitas vezes não recebem proteção das casas legislativas que ocupam. Por outro lado, a intervenção da Comissão Interamericana e as decisões judiciais marcam um avanço simbólico e jurídico concreto ao demonstrar que a Justiça Eleitoral pode e deve atuar para sancionar a violência política motivada por gênero e raça

A condição de desproteção extrema das mulheres negras também é evidenciada pelos casos de violência letal. Pesquisa realizada por Huri Paz (2023) apresenta dados que ilustram essa realidade, em um levantamento de políticos assassinados entre 1988 e 2022 no Rio de Janeiro concluiu que dos 94 casos identificados, 88 eram homens. Das seis mulheres assassinadas, quatro eram mulheres negras. Esse fato sinaliza para a urgência da abordagem interseccional para se compreender a violência política, em especial sua expressão mais grave que é o homicídio.

O caso de Marielle Franco, vereadora carioca que foi executada em 2018, é um episódio lamentável e emblemático dessa vulnerabilidade maior de mulheres negras na política. Com grande repercussão nacional e internacional, o fato despertou a comoção pública pela brutalidade do crime e pelo simbolismo político da trajetória da vereadora Marielle. Mulher, negra, lésbica, oriunda da favela, socióloga e militante de direitos humanos, ela representava em sua atuação parlamentar uma voz insurgente contra o racismo e o machismo, contra o genocídio da juventude negra e a violência policial nas periferias. O caso teve desfecho jurídico devido a enorme mobilização popular, uma vez que os executores foram presos e os mandantes identificados recentemente e

responsabilizados. Sendo esse, um caso que deve ser sempre lembrado e debatido para que não se repita.

Pensando a partir da categorização geracional feita nesta pesquisa, Marielle tem uma trajetória política que converge com a geração de parlamentares negras emergentes, marcada pela força discursiva da interseccionalidade e pela defesa de um projeto político de radical transformação social, capaz de articular raça, gênero, território e classe em uma agenda de justiça social. Sua morte interrompeu uma trajetória promissora, mas também catalisou mobilizações feministas e antirracistas em todo o país.

É desolador observar que mesmo com o assassinato da ex-vereadora, pesquisas evidenciam que, imediatamente após o crime, iniciou-se uma ampla campanha de desinformação e difamação voltada a deslegitimar sua imagem pública. Conforme análise de Soares et al. (2019), a circulação de *fake news* sobre a vereadora Marielle Franco transformou o espaço público digital em um campo de disputa simbólica. A desinformação intencional que foi amplificada pelas redes sociais, produziu um tipo de violência política simbólica e informacional que visava destruir sua reputação e enfraquecer o significado político de sua morte. O caso ilustra, portanto, que a violência política de gênero e raça não se restringe ao corpo físico, mas se prolonga nas tentativas de deslegitimação e silenciamento das mulheres negras que alcançam posições de poder.

Desse modo, o caso do assassinato da vereadora Marielle Franco evidencia o caráter extremo e persistente da violência política de gênero quando atravessada pela raça. O caso demonstra que, para além das agressões simbólicas, psicológicas e físicas que buscam corroer a credibilidade e limitar a atuação política das mulheres, há um processo ainda mais brutal quando a dimensão racial é computada. São práticas que podem se prolongar, inclusive, após a morte por meio de discursos que visam deslegitimar e manchar a memória delas. As campanhas de desinformação e difamação que se seguiram à sua morte representam, portanto, outra camada dessa violência, significaram uma tentativa de destruir, postumamente, o sentido político e emancipatório de sua trajetória. Assim, o caso da vereadora Marielle Franco revela que, para mulheres negras, a violência política não apenas pode matar, mas continuar a produzir efeitos destrutivos mesmo após a morte. O que reforça a indispensabilidade do olhar interseccional para este tema.

Retomando para o local onde se ambienta este estudo, o Congresso Nacional, há pesquisas que têm identificado como as parlamentares têm enfrentado a questão da

violência política contra mulher. Um exemplo é o trabalho de Ladyane Souza (2022), que entrevistou onze deputadas federais sobre o tema e constatou a presença cotidiana desse tipo de violência no exercício do mandato. Segundo a autora, foi unânime entre as entrevistadas a percepção de que não há parlamentar que não tenha sofrido algum tipo de violência política, o que demonstra a naturalização dessas práticas no cotidiano do Congresso Nacional. As parlamentares também reconhecem que, por ser um espaço de ampla visibilidade e exposição pública, o parlamento federal tende a intensificar os efeitos dessas violências.

A Deputada Erika Hilton expressou a dimensão desse problema ao afirmar:

“Eu sempre sofri violência política de gênero nas redes. Eu sempre sofri racismo nas redes. Eu sempre sofri transfobia nas redes. Isso desde quando eu entrei na política. Só que era numa quantidade um pouco mais controlada. Conforme você vai crescendo e você vai se tornando alvo cada vez mais preferencial. Porque hoje me parece que eu sou o alvo mais preferido da extrema-direita. Eles até atacam uma ou outra pessoa na internet, mas não fazem isso com o mesmo engajamento e com a mesma força que fazem comigo.” (Deputada Erika Hilton, entrevista realizada em 15/10/2025)

O relato da Deputada Erika Hilton reforça o entendimento de que a violência política tende a se intensificar conforme aumenta a projeção pública e a capacidade de influenciar debates. A amplificação dos ataques, dirigida especialmente a mulheres negras e trans, sugere que esses episódios não são isolados, mas se articulam a padrões recorrentes de deslegitimação que incidem sobre parlamentares que desafiam hierarquias de gênero e raça. Essa dinâmica se aproxima dos achados de Souza (2022), evidenciando que a hostilidade enfrentada por essas parlamentares assume formas cada vez mais coordenadas e persistentes à medida que elas ganham centralidade nas disputas políticas.

Outras parlamentares também relataram suas experiências e a inconformidade diante da impunidade que naturaliza a recorrência desses processos. Um caso importante é o da Deputada Silvia Cristina, que relatou casos de violência institucional ao ter sido impedida de transitar na Câmara dos Deputados, mesmo estando devidamente identificada:

"Aqui na Câmara eu já fui barrada três vezes. Por ser negra. Pelo segurança. Ele me disse: *Mas onde a senhora pensa que a senhora vai? A senhora não pode entrar.* Mas eu estava com o botom de identificação. E mesmo estando identificada, ele disse:

A senhora não pode subir. Onde a senhora pensa que a senhora vai?". (Silvia Cristina, entrevista realizada em 30/09/2025)

A hostilidade relatada pela deputada não é um episódio isolado. Outras parlamentares negras mencionaram situações semelhantes, em que não foram reconhecidas como deputadas pelos seguranças das Casas Legislativas. Mesmo portando o *boton* de identificação, a deputada foi simbolicamente excluída do espaço em que exerce seu mandato, o que evidencia a persistência de padrões hierárquicos de raça e de gênero no imaginário institucional do Congresso Nacional.

A violência, nesse caso, ultrapassa o ato individual do segurança, ela está enraizada em uma estrutura simbólica que associa autoridade, representação e poder à branquitude e masculinidade, negando às mulheres negras o reconhecimento de sua legitimidade como agentes políticas. Essa negação do reconhecimento reflete o *não lugar* da mulher negra na política, que tem profundas raízes nas hierarquias de gênero e raça dentro das próprias instituições do Estado.

Esses episódios podem ser interpretados à luz do conceito de “pacto narcísico da branquitude”, formulado pela grande intelectual Cida Bento, segundo o qual instituições e sujeitos brancos tendem a preservar, ainda que de modo silencioso ou não intencional, as hierarquias raciais que lhes conferem lugar privilegiado. *“Os negros são vistos como invasores do que os brancos consideram seu espaço privativo, seu território. Os negros estão fora de lugar quando ocupam espaços considerados de prestígio, poder e mando.”* (Cida Bento, 2022, p.74)

Nesse sentido, a recusa em reconhecer parlamentares negras como autoridades políticas funciona como um mecanismo institucionalizado de manutenção da branquitude como padrão legítimo de poder e representação. Em síntese, há uma lógica institucional que reafirma fronteiras simbólicas e materiais buscando restringir o pleno exercício dos direitos políticos e do mandato parlamentar de mulheres negras.

Além desses casos, as parlamentares entrevistadas relataram diversas formas de violência política praticadas nas redes sociais, incluindo ameaças, coação e violência psicológica. Esse cenário se insere em um contexto mais amplo em que as plataformas digitais operam como arenas influentes nas disputas políticas contemporâneas, capazes de amplificar, acelerar e, não raramente, distorcer informações, em função do modo como as organizam, distribuem e fazem circular. Diferentes países têm discutido a necessidade

de estabelecer parâmetros regulatórios que responsabilizem essas empresas pela circulação de discursos violentos e pela ausência de mecanismos eficazes de proteção. Nesse ambiente marcado por incentivos à virulência e pela baixa responsabilização, Erika Hilton classificou essas experiências em dimensões:

“Aí tem duas naturezas da violência política. Tem a natureza da ameaça de morte, tem a natureza do vazamento dos seus dados, da exposição dos seus endereços, de você ter que mudar de casa da noite pro dia porque você não se sente mais segura. E tem a natureza de todos os dias você abrir as suas redes sociais e você ser xingada dos mais variados nomes, dos mais variados adjetivos. (...)

Fazem retratações do seu corpo nua, sabe, e você vê isso sempre sendo circulado em grupos de outras pessoas sem nenhum tipo de controle, sem nenhum tipo de ninguém que impeça isso.

Isso tem um impacto na nossa saúde emocional, na nossa vida. Isso tem um desgaste, isso nos faz pensar será que eu quero continuar nesse lugar? Será que vale a pena? Será que eu preciso disso? Será que tem sentido fazer o que eu faço?” (Deputada Erika Hilton, entrevista realizada em 15/10/2025)

A descrição feita pela Deputada Erika Hilton sobre o vazamento de seus dados pessoais, como a exposição de seus endereços, e a necessidade de mudar de casa repentinamente por temor à própria segurança, somada ao bombardeio cotidiano de xingamentos ao acessar suas redes, exemplifica como essas violências ultrapassam o debate político e atravessam a vida cotidiana das parlamentares. Esses exemplos ilustram o potencial dessa violência de desestabilizar emocionalmente, gerar medo real e levar mulheres a reconsiderarem sua permanência na política.

Conforme já apontado, a literatura argumenta que a violência política de gênero opera, em última instância, como um mecanismo de restrição de direitos e de limitação à participação democrática; o relato da Deputada mostra, com nitidez, como esse afastamento pode ser produzido na prática. Esse quadro encontra ressonância nas experiências relatadas pelas Deputadas Dandara Tonantzin e Carol Dartora, que enfatizam tanto a especificidade racializada e generificada dessas violências quanto os impactos diretos sobre sua capacidade de agir politicamente.

“(...) nos processos de campanha, a violência política de gênero e racial é assustadoramente diferente do que acontece com a gente se comparada a mulheres brancas, a homens negros, a homens brancos, né? Muito

diferente. Uma violência política que chega a ameaça de morte, ameaça de violência física realmente, né? Então é um grande limitador [*da nossa presença na política*].” (Deputada Dandara Tonantzin, entrevista realizada em 09/10/2025)

“A violência política me impactou pessoalmente, eu fiquei doente, eu tive um período bastante doente mesmo, e afetou o meu fazer político diretamente porque eu sou uma parlamentar. Então, falar. E eu perdi a minha voz, não conseguia mais falar, a violência me impactou tanto que eu fiquei num lugar que eu não sentia mais que eu tinha alguma coisa pra falar e isso impactou o meu mandato diretamente, com certeza.

Eu vejo que isso impactou o meu potencial. O meu potencial político, de muito mais que eu poderia ter feito, de muito mais que eu poderia ter voz mais forte que eu poderia ter dado, essa voz foi sufocada em determinado momento.” (Deputada Carol Dartora, entrevista realizada em 12/09/2025)

Esses três relatos delineiam um quadro grave, que se inicia quando essas mulheres colocam seus nomes à disposição da disputa eleitoral e se intensifica ao longo de seus mandatos. As campanhas já são marcadas por ataques misóginos e racistas e, uma vez eleitas, as parlamentares enfrentam a escalada de insultos, ameaças e constrangimentos que buscam limitar sua atuação política. O testemunho da Deputada Carol Dartora, ao afirmar que em determinado momento de seu mandato sentiu que perdeu a própria voz, sintetiza o impacto profundo dessas agressões: trata-se de uma violência capaz de afetar diretamente o exercício do cargo e de limitar o potencial político de uma parlamentar negra.

A violência política de gênero e raça impõe limitação às vozes dessas mulheres que, por sua vez, implica no afastamento das experiências, demandas e visões de mundo das populações negras, periféricas e femininas do processo de formulação legislativa e das decisões sobre as políticas públicas. Nesse sentido, a violência política de gênero e raça opera como um mecanismo de manutenção das fronteiras do poder, reiterando *quem* pode falar, decidir e representar no interior do Estado. A tentativa de silenciamento das mulheres negras evidencia um limite profundo da democracia brasileira, que ainda não assegura condições equitativas para o exercício dos mandatos parlamentares.

Essa dimensão torna-se ainda mais evidente e preocupante quando observamos como, institucionalmente, o Congresso Nacional e os partidos políticos têm tratado da questão. A maioria das parlamentares entrevistadas afirmou lidar de forma solitária e isolada com as ameaças e agressões que sofrem, sendo forçadas a desenvolver “*formas e*

estratégias individuais para lidar” com a violência política que vivenciam. Ao refletirem sobre a ausência de respostas institucionais e a impunidade que cerca esses casos, expressaram sentimentos de vulnerabilidade e desamparo:

“Quem nos protege dessa violência? (...) A gente não se sente segura, a gente não se sente protegida, a gente não se sente amparada. É como se nos jogassem numa cova de leões e dissessem, sobrevivam, sejam fortes, lutem. E aí você tem que lutar contra essa violência física, que pode te roubar a vida, mas você também tem que lutar contra essa violência menos concreta, mas que é tão violenta quanto, e que também te mata em algum lugar, que também te machuca em algum lugar, que também te fere em algum lugar e que ninguém te protege.

Quando você fala, as pessoas até demonstram um nível de indignação, mas elas não se mobilizam pra que isso seja transformado. Então é como se você buscasse a própria violência, sabe? Nesse lugar de tipo, eu vou fazer o meu trabalho... É como se eu precisasse entender que se eu quero estar aqui, ‘está tudo bem eu ser violentada’, ‘está tudo bem eu ser agredida’, eu que tenho que ser forte, eu que tenho que me blindar, eu que tenho que buscar os mecanismos de me proteger, e isso é profundamente desgastante. (...) enquanto houver força, eu seguirei de pé, mas às vezes me pergunto, eu não sei por quanto tempo.” (Deputada Erika Hilton, entrevista realizada em 15/10/2025)

“Enquanto esses casos de ameaça de morte, de violência, ataque, assédio, perseguição política, não tiverem uma consequência, isso vai tendo cada vez mais escalada. Porque como não dá encaminhamento, não vira inquérito, não tem ninguém responsabilizado, eu já ouvi de pessoas na base, de lideranças: Dandara, se com você, que é uma deputada federal, nada aconteceu [*com os agressores*], imagina comigo eu vou ser morta. Eu não posso entrar nisso.” (Deputada Dandara Tonantzin, entrevista realizada em 09/10/2025)

“Não tive nenhum tipo de suporte institucional, inclusive por isso que eu estou criando esse Projeto de Lei, esse PL. (...) que cria, que amplia a compreensão de violência política pra violência política de gênero e raça. E que a gente cria também procedimentos de proteção para parlamentares ameaçados e em vulnerabilidade.” (Deputada Carol Dartora, entrevista realizada em 12/09/2025)

Os trechos acima trazem três elementos importantes para pensar a violência política contra mulheres negras. Primeiro, o relato da Deputada Erika Hilton evidencia como há um entendimento de que a vivência política para mulheres negras é indissociável da violência, como se estar na política institucional implicasse, inevitavelmente, ser agredida e ameaçada. Assumir um mandato parlamentar deveria significar a possibilidade de influenciar normas e tomar decisões capazes de transformar a vida das pessoas representadas; porém, para mulheres negras essa naturalização da violência produz um

alto custo pessoal e psíquico, exigindo que suportem um nível de sofrimento desumano e injusto. Um fardo que não recai sobre outros grupos de parlamentares.

Segundo o testemunho da Deputada Dandara Tonantzin revela que essa violência tem efeitos coletivos e desmobilizadores, pois a impunidade reforça o medo e desestimula outras mulheres negras a ingressarem na vida política. Cria-se, assim, um ambiente de medo e desproteção que restringe o direito de participação política e compromete a renovação democrática. A impunidade produz uma mensagem implícita e disciplinadora: a de que mulheres negras que ousam disputar poder institucional correm risco e talvez “não devam” ocupar esse lugar. Todo esse processo acaba de certa forma por controlar quem pode e quem não pode integrar as arenas político-decisórias.

Terceiro, a fala da Deputada Carol Dartora aponta para a urgência de respostas institucionais concretas, incluindo o aprimoramento da legislação e a criação de mecanismos de proteção efetiva para as parlamentares ameaçadas. O PL 2540/2023, de sua autoria, parte do reconhecimento explícito de que a proteção hoje disponível é insuficiente e fragmentada, deixando parlamentares e suas equipes em situação de vulnerabilidade permanente. O projeto cria a Política Nacional de Proteção a Parlamentares em Situação de Risco e Vulnerabilidade e Vítimas de Violência Política de Gênero e Raça, prevendo medidas que vão da segurança física ao suporte psicológico e material, incluindo a possibilidade de mudança sigilosa de residência e proteção estendida a familiares e assessorias. Ao estruturar esse arcabouço, o PL sinaliza que a proteção das parlamentares pode ser operacionalizada por mecanismos institucionais estruturados e articulados para a efetiva proteção das vítimas.

Além disso, o PL 2540/2023 avança ao propor alterações na Lei 14.192/2021, no Código Eleitoral e na Lei dos Partidos Políticos, ampliando o entendimento jurídico da violência política e impondo aos partidos a obrigação de incluir mecanismos de enfrentamento dessa violência em seus estatutos. Isso significa estabelecer procedimentos formais de denúncia, apuração e responsabilização de filiados que pratiquem assédio, discriminação, constrangimento ou perseguição política motivados por gênero, raça, identidade de gênero ou sexualidade, com sanções que variam da suspensão à expulsão e ao impedimento de disputar eleições. O PL também determina que as investigações sejam céleres, prioritárias e assegurem proteção às vítimas, evitando que casos se prolonguem indefinidamente ou caiam na impunidade. A proposição demonstra, assim, que parlamentares negras apresentam respostas legislativas concretas para enfrentar o quadro

da violência política, indo além da proteção individual e atuando para transformar as condições estruturais que dificultam a permanência dessas mulheres na política.

A ausência ou insuficiência de suporte institucional para que mulheres negras permaneçam na política e exerçam plenamente seus mandatos é um problema que precisa ser enfrentado pelas Casas Legislativas, assim como estudado em maior profundidade pela academia. Esse enfrentamento para além da regulamentação das plataformas digitais e da responsabilização dos agressores, exige o fortalecimento dos mecanismos internos às Casas Legislativas. As ações concretas passam pelo aprimoramento dos canais denúncia e dos protocolos apuração, a capacitação contínua de servidores e da Polícia Legislativa para lidar com episódios de violência de gênero e raça, instruções/informativos sobre segurança física e digital para as parlamentares, assistência jurídica especializada, suporte permanente à saúde mental e processos céleres no Conselho de Ética quando a violência é praticada por outros parlamentares. Somente com uma resposta institucional abrangente, tanto preventiva como protetiva e punitiva, que será possível reduzir o custo de participação política desproporcional que hoje recai sobre mulheres negras e garantir que sua atuação parlamentar não seja continuamente corroída pela violência.

Em síntese, os relatos e dados empíricos apresentados nesta subseção revelam a urgência de ampliar a compreensão e o alcance da legislação brasileira sobre o tema, deslocando a noção de *violência política contra a mulher* para o conceito mais abrangente de violência política de gênero e raça. As experiências narradas pelas parlamentares entrevistadas conferem concretude a esse fenômeno, elas mostram que a violência política atravessa cotidianamente sua atuação parlamentar dentro do Congresso Nacional. Essa violência se expressa desde o não reconhecimento da autoridade parlamentar, que restringe sua circulação e pertencimento ao espaço político, até as ameaças e constrangimentos que corroem sua liberdade de fala e sua capacidade de representação, muitas vezes perpetuadas também por ataques virtuais.

Embora tenha sido possível identificar nuances geracionais nas percepções e nas estratégias de enfrentamento, o que se destaca de modo unânime entre as entrevistadas é o caráter contínuo da violência política. Ela acompanha as mulheres negras antes, durante e depois das campanhas, convertendo o exercício do mandato em um campo de resistência permanente. Trata-se, portanto, de um problema que precisa ganhar centralidade na agenda institucional, exigindo que o Estado, os partidos políticos e as próprias Casas

Legislativas assumam a responsabilidade de proteger e garantir condições equitativas para o exercício dos mandatos parlamentares.

4.2.2 – Outros desafios e obstáculos para o exercício dos mandatos no parlamento federal

De acordo com Tabak (2002) e outras autoras que estudam mulheres e política, existem vários obstáculos que as mulheres precisam superar para alcançarem posições mais altas na política, como no parlamento federal. Entre os obstáculos institucionais, a autora destaca que os partidos políticos muitas vezes resistem a indicar e apoiar candidaturas femininas, além de, por vezes, lançarem mulheres que gozam de prestígio social apenas para ampliar a votação do partido, sem lhes oferecer condições reais de competitividade. Outros fatores institucionais elencados por Tabak (2002) incluem: (1) a ausência de programas de formação política destinados a mulheres; e (2) a falta de suporte ao trabalho de cuidado, como creches ou equipamentos públicos de lazer, que poderiam facilitar a conciliação entre a vida familiar e a vida política.

Mais recentemente, a literatura tem apontado a divisão sexual do trabalho como um dos principais gargalos à presença de mulheres na política. No Brasil, Flávia Biroli (2018) destaca que essa divisão reproduz hierarquias de gênero em articulação com raça e classe, determinando quem dispõe de tempo, renda e autonomia para se dedicar à vida pública. Para a autora, o atual estágio do capitalismo e do patriarcado impõe às mulheres uma sobrecarga de trabalho gratuito e “*invisível*”, de remunerações menores mesmo em trabalhos em que desempenham as mesmas atividades do que os homens, o que acaba por restringir sua participação na vida pública. Como observa Biroli (2018, p. 23), “*a divisão sexual do trabalho doméstico incide nas possibilidades de participação política das mulheres porque corresponde à alocação desigual de recursos fundamentais para essa participação, em especial o tempo livre e a renda.*”

Ainda de acordo com a autora, a divisão sexual do trabalho existe tanto como privilégio, tanto como desvantagem e opressão; fazendo com que os privilegiados tenham uma presença maior na política institucional e possam influenciar a agenda pública, formulando leis e políticas; ao passo que os que estão no polo oposto – o da desvantagem – tenham menores possibilidades de ocupar espaços de influência no sistema político.

Para quem não realiza o trabalho doméstico e de cuidados, parece não ser evidente que ele ocupa parte importante do tempo e restringe formas de engajamento político.

Por estarem numa condição vantajosa dada previamente, algumas pessoas podem agir como se não se tratasse de uma vantagem. Por exemplo, aqueles que nunca terão de se preocupar com a limpeza cotidiana da casa nem do ambiente de trabalho podem tratá-la como irrelevante ou simplesmente deixar de enxergá-la; ela continuará a ser feita, de maneira que, *de fato, para eles*, não exige tempo, esforço e energia. As relações são estruturadas de tal modo que os libera das responsabilidades atribuídas a outras pessoas. (Biroli, 2018, p. 47)

Sendo assim, Biroli (2018) identifica como fatores que conectam a divisão sexual do trabalho com os obstáculos a participação política das mulheres: (1) a maior dificuldade de conciliar relacionamentos e vida familiar com a atuação política, pois o trabalho político exige uma rotina que contrasta com as expectativas de cuidado dos filhos e responsabilidades cotidianas da vida doméstica; (2) limitações na disponibilidade de tempo, já que se espera delas – *e não deles* – equilíbrio entre a carreira política e a vida doméstica familiar; (3) limitações no acesso ao mercado de trabalho e à renda, uma vez que os dados demonstram como as mulheres mesmo tendo níveis de escolaridade mais elevados do que os homens tem rendimentos inferiores a eles, o que leva a (4) restrição no acesso à redes de contato que são um fator indispensável para a construção de uma base política e, posterior, carreira. Portanto, são fatores ideológicos (como a naturalização das habilidades e funções) e fatores materiais (como a remuneração desigual e disponibilidade de tempo desigual) que atuam em conjunto para estimular ou desestimular a participação política das mulheres.

Esses elementos teóricos podem ser reforçados a partir dos relatos das parlamentares entrevistadas para esta pesquisa. A Senadora Eliziane Gama destacou que conciliar a maternidade com a carreira política foi um dos principais desafios enfrentados ao longo de sua trajetória pública. Ainda no início da carreira, quando foi eleita deputada estadual, conciliava o mandato com o cuidado de duas filhas pequenas, o que tornava as campanhas e as viagens ao interior do Maranhão extremamente difíceis. Ao ser eleita deputada federal, precisou residir parcialmente em Brasília, permanecendo afastada das filhas durante a semana. Ela relata que, muitas vezes, acompanhava o trabalho parlamentar preocupada com a rotina doméstica à distância:

“Minhas filhas hoje estão maiores. Mas quando elas eram pequenininhas, era muito desafiador, porque a diferença delas é só de um ano. Então, eu

saía com as duas, eu tinha que andar com as duas, eu viajava pelo interior do Maranhão com as duas, e várias vezes eu trazia elas pra cá, pra Brasília. Então, realmente era muito complexo isso.

(...)

Então, romper tudo isso, ter que cuidar dos filhos, ter que cuidar da casa, ter que sair do Estado pra vir pra Brasília, pra ficar 3, 4 dias aqui e deixar as filhas lá, não é uma tarefa muito simples, isso não é simples pra nenhuma mulher. E sobretudo, quando é uma mulher que não tem uma estrutura financeira, uma retaguarda pra ter essas condições. Então, não foi simples, não foi fácil, como não é fácil até hoje, mas eu consegui chegar até aqui.

(...)

eu vou pra Brasília como deputada federal, eu deixo minhas duas filhas aqui, eu tenho que ligar pra sogra, pra minha mãe, pro pai delas, pra dizer assim: olha elas pra mim. E eu vou pro Plenário e fico no telefone, eu estou em votação e estou ligando pra lá: *como é que está? já fez a comida? já tomou o lanche? como é que estão elas?*” (Senadora Eliziane Gama, entrevista realizada em 10/09/2025)

Já a Deputada Silvia Cristina também confirmou ter vivenciado a sobrecarga com trabalho doméstico e de cuidado. Ela observou ainda que, em sua experiência na Presidência Estadual do seu partido, muitas mulheres não se candidatam pois são *"muito presas aos seus casamentos"*, de acordo com ela em seu estado há maridos que não acreditam no potencial das mulheres e ameaçam, inclusive, se separar se elas decidirem enfrentar uma eleição. A Deputada Dandara Tonantzin afirmou que, no seu caso, o trabalho de cuidado está voltado ao cuidado com familiares idosos e com deficiência que são pessoas que estão sob sua responsabilidade e os quadros de saúde dessas pessoas exigem dela tempo e atenção.

Os relatos da Senadora Eliziane Gama e das Deputadas Silvia Cristina e Dandara Tonantzin evidenciam o que é discutido pela pesquisadora Flávia Biroli em relação à divisão sexual do trabalho. O cuidado de filhos, idosos ou familiares com deficiência recai sobre as mulheres, independentemente de elas terem alcançado postos da política institucional. Essa sobrecarga compromete o tempo disponível e o investimento emocional e físico necessários no desempenho parlamentar, configurando uma forma quase silenciosa e imperceptível de desafio extra para o exercício da atividade parlamentar. Ao contrário do que ocorre com seus pares homens, as parlamentares precisam constantemente de lidar com as expectativas atribuídas a elas em relação às

responsabilidades familiares e com as demandas concretas em relação às suas vidas privadas.

É importante ressaltar, contudo, que todas as parlamentares entrevistadas afirmaram ter contado com o apoio de suas famílias em suas trajetórias políticas. Maridos, mães, pais e filhos foram descritos como fontes de incentivo e suporte emocional. Dessa forma, não trato aqui de um problema que reside diretamente nas famílias, a crítica está direcionada à estrutura social e a conformação das relações sociais que impõem às mulheres a responsabilidade principal pelo trabalho de cuidado. Essa lógica cultural faz com que a conciliação entre vida pública e privada recaia fortemente sobre elas, enquanto os homens políticos raramente são cobrados pelas mesmas obrigações.

Um fato que dimensiona o quanto a questão da maternidade não era considerada dentro do Congresso Nacional é o percurso que teve a licença-maternidade para parlamentares federais, foram necessárias muitas décadas para que essa fosse devidamente incorporada. Embora as lideranças parlamentares, no discurso público, enfatizem o incentivo à participação feminina na política, pouco se considera que a experiência da maternidade pode ser parte da condição de muitas mulheres e isso pode impactar diretamente suas possibilidades de presença e atuação dentro do Congresso Nacional. Nesse sentido, o reconhecimento e a adaptação das instituições políticas às realidades concretas das vidas das mulheres são necessários, porém tem sido historicamente desconsideradas na organização do trabalho no legislativo federal.

A presença de mães no Congresso Nacional é significativa: das 91 deputadas federais eleitas em 2022, apenas 16 não tinham filhos. Entretanto, essa presença não significa acolhimento institucional. Até recentemente, o Parlamento brasileiro não reconhecia formalmente o direito à licença-maternidade, o que revela a persistência de uma estrutura política moldada por um sujeito masculino, sem responsabilidades de cuidado. A conquista desse direito teve início apenas em 1993, quando a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) precisou reivindicar o reconhecimento da licença, já que, como parlamentar sem vínculo empregatício, ela não era contemplada pela legislação trabalhista vigente.

Somente em 2003 o Regimento Interno da Câmara dos Deputados foi alterado para incluir, no artigo 235, o parágrafo que concede licença-gestante às deputadas e licença-paternidade aos deputados, consolidando formalmente o direito. Ainda assim, por

quase duas décadas, o não comparecimento das deputadas em licença-maternidade continuou sendo registradas nos painéis de votação como “ausência”, afetando seus índices de comparecimento e gerando cobranças públicas. Apenas em 2021, a Câmara dos Deputados passou a registrar explicitamente como licença-maternidade essas “ausências”, corrigindo uma distorção que invisibilizava a maternidade das parlamentares e penalizava sua atuação.

Esse percurso demonstra que a maternidade segue sendo tratada como uma exceção na política institucional. A realidade institucional do Congresso Nacional é marcada pela ausência de políticas de suporte à presença feminina, em entrevistas públicas outras parlamentares relatam dificuldades com redes de apoio e, em especial, com os horários das sessões legislativas do Plenário muitas vezes incompatíveis com a vida familiar, com o cuidado com as crianças. As parlamentares federais precisam, portanto, adaptar-se a uma estrutura que não consideram suas necessidades, acumulando responsabilidades e enfrentando julgamentos públicos que os homens raramente vivenciam.

Outro conjunto de obstáculos relatados pelas parlamentares negras entrevistadas referem-se às limitações simbólicas e institucionais que incidem diretamente sobre o exercício de suas atribuições legislativas. A desvalorização de suas falas e a constante necessidade de reafirmação de sua competência compõem um quadro de deslegitimação sistemática dentro do Parlamento. As deputadas e a senadora negras relatam ser alvo de descrédito e hostilidade, enfrentando dúvidas sobre sua capacidade técnica e intelectual, questionamentos como “*será que ela sabe falar?*”, foram mencionados por elas. Essas experiências revelam que a presença de mulheres negras no Congresso ainda é recebida com resistência, sendo preciso reafirmar cotidianamente o direito à voz e à presença política. A Deputada Dandara Tonantzin faz uma reflexão sobre esse ponto e até ironiza:

“Quando a gente ganha [*as eleições*], a violência política se encarrega também de tentar limitar ao máximo a nossa permanência e a nossa construção política. Então, quantas vezes eu já ouvi aqui nessa casa que tinha que ser um deputado X a ser relator de um projeto porque ele era forte como um touro. Aí eu penso, como é que eu vou me contrapor a isso? Sou forte como uma vaca? Não, o fulano vai dar conta de tal projeto, de uma relatoria, porque ele chegou na reunião cantando de galo. Gente, será que eu vou ter que cantar de galo? Cantar como uma galinha? Uma loucura, né? Então, aqui tem um tal de perfil para as pautas importantes que tem cada vez mais me incomodado

mais, porque também coloca a gente em caixinhas.” (Deputada Dandara Tonantzin, entrevista realizada em 09/10/2025)

Essas barreiras também se manifestam na forma como os partidos políticos se organizam dentro das Casas Legislativas. Conforme já discutido, os partidos limitam o ingresso de mulheres negras à política institucional, contudo a partir dos relatos das parlamentares negras foi possível notar que esses limites vão além do acesso, eles também têm forte influência em relação ao funcionamento da política dentro do Congresso Nacional.

No Legislativo Federal, são as lideranças partidárias que definem a ocupação de espaços estratégicos, a composição das comissões e a prioridade das proposições em debate. Assim, a distribuição desigual de oportunidades não se encerra no momento da eleição, mas se perpetua na rotina legislativa, em um sistema em que a lógica partidária mantém sob controle *quem* pode ocupar posições de prestígio e visibilidade. Um exemplo foi o fato de a Senadora Eliziane Gama ter lançado sua candidatura à Presidência do Senado Federal, ela afirmou que:

“Lancei a minha candidatura, infelizmente eu não tive o apoio partidário pra manter a minha candidatura à Presidência. E a candidatura à Presidência da Casa, ela é uma candidatura que ela passa pelo apoio partidário. Porque você tem que ter o apoio dos pares, se você não tem, você não consegue avançar.

E eu, infelizmente, não consegui, mas eu acredito que outras mulheres conseguirão. Eu vou partir agora pra um projeto de reeleição do Senado, então estou muito focada. Sendo reeleita, é claro que é uma luta que vai continuar, mas independentemente de mim, eu acho que nós teremos muito em breve mulheres na presidência da Casa. A gente precisa, porque nós nunca tivemos, em 200 anos de Senado, nunca tivemos mulheres na Presidência. Eu acho que mais do que nunca chegou a hora para isso.” (Senadora Eliziane Gama, entrevista realizada em 10/09/2025)

A Deputada Dandara Tonantzin evidencia esse processo ao afirmar que as mulheres negras são frequentemente alocadas em “*caixinhas*” ou “*nichozinhos*”, como a comissão da mulher ou comissão de direitos humanos, enquanto as comissões de maior prestígio, como a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), continuam sendo ocupadas majoritariamente por homens brancos. Quando ela faz essa referência não há uma desvalorização do trabalho importante que é realizado pelas comissões tratam sobre referidos temas, mas é uma constatação de que outras comissões detém maior poder decisório e força política, sendo que para essas últimas é difícil haver a indicação de parlamentares negras como titulares.

Essa dinâmica revela que a hierarquização das pautas é também uma hierarquização racial e de gênero, orientada pelos partidos que decidem, por meio de acordos e do colégio de líderes, quais vozes e temas terão centralidade. Dessa forma, o modo como são organizados os trabalhos legislativos, seja na distribuição das proposições prioritárias, seja na alocação dos parlamentares nas comissões é o resultado concreto de negociações políticas mediadas pelos partidos políticos e suas lideranças. E mais uma vez são eles que podem garantir maior participação e visibilidade ou demarcar os limites e restrições institucionais para o exercício do mandato.

“Eu relatei no plenário a lei de cotas, é superimportante. Sempre. É a luta da minha vida. Eu fui cotista na graduação e na pós-graduação. Queriam acabar com as cotas. Não deixamos acabar. Mas eles ainda nos delegam só essas tarefas. É a comissão da mulher, é a bancada feminina. Eu quero que a gente tenha mulheres negras presidindo a CCJ, a comissão de fiscalização e controle, a comissão de saúde, a de educação, as comissões mais disputadas da Câmara. Não só nos nichozinhos, sabe?!” (Deputada Dandara Tonantzin, entrevista realizada em 09/10/2025)

Além da limitação temática, os relatos das entrevistas revelaram que há um processo contínuo de desvalidação da liderança e de limitação do potencial político. As parlamentares negras entrevistadas enfrentam dificuldades em serem reconhecidas como autoridades, mesmo quando apresentam alta produtividade legislativa e são lideranças reconhecidas em seus territórios. Em muitos casos, a legitimação de suas proposições depende do endosso de colegas homens ou de lideranças partidárias brancas, o que pode incorrer na persistência de uma lógica de tutela e subordinação política. Essa necessidade de justificar e reafirmar continuamente sua competência é descrita por algumas delas como uma experiência “*cansativa e doentia*”, que desgasta emocionalmente e consome energia que poderia ser direcionada à produção legislativa. Nesse sentido a Deputada Erika Hilton afirmou:

“Acho que um dos principais obstáculos que eu percebo é a ganância pelo poder e a maneira como eles vão se blindando, se fechando e se protegendo entre eles para que nada seja transformado e a gente precisa de muita resistência, coragem, paciência, determinação. Esse é um lugar, meio que um jogo de cartas marcadas, onde ainda que nós vamos penetrando os espaços e chegando, a nossa presença ainda é pequena diante da magnitude da ocupação histórica de homens brancos, herdeiros do poder, que estão aqui para continuar perpetrando as suas lógicas de desigualdade, atendendo aos interesses das suas alas políticas. Isso é um desafio.

(...) a perpetuação deles nos espaços de poder dificulta e atrasa o nosso avanço. Porque mesmo que eles estejam aqui, nós chegamos também, e ainda que estejamos poucas, estamos fazendo mudanças importantes e estruturais. Estamos mobilizando mudanças que são significativas, mas temos uma dificuldade gigantesca de ultrapassar os limites que são impostos por um corporativismo masculino, branco, cissexista, que impede a nossa atuação de ser ainda mais potente, mais capilarizada e mais produtiva.” (Deputada Erika Hilton, entrevista realizada em 15/10/2025)

Esses relatos apontam que o corporativismo masculino, branco e cissexista estrutura as relações políticas se reproduz por meio de práticas dentro das Casas Legislativas controlando a agenda prioritária, o tempo de fala, a visibilidade e a ocupação das posições estratégicas. Assim, as mulheres negras eleitas seguem enfrentando dentro do legislativo federal mecanismos de contenção e tentativa de silenciamento para restringir o alcance e o impacto de suas atuações. Sendo assim, a sub-representação se expressa também na subalternização institucionalizada de suas vozes e agendas em um sistema político que permanece resistente à presença de mulheres negras parlamentares federais.

4.2.3 – Estratégias para atuação parlamentar, agência política e representação substantiva

Esta última subseção deste capítulo busca dar enfoque mais detalhado ao que estou denominando de estratégias para atuação parlamentar. O objetivo é buscar sistematizar, a partir das respostas coletadas nas entrevistas, o que as parlamentares negras entrevistadas fazem dentro do Congresso Nacional a despeito das inúmeras barreiras debatidas anteriormente. A agência política e as formas de garantir com que seus mandatos sejam produtivos foi investigada também por essa pesquisa e, ainda que seja uma elaboração analítica inicial, acredito que com base nas entrevistas realizadas foi possível ter pistas sobre alguns padrões em sua atuação parlamentar.

O primeiro aspecto que ficou evidente nos relatos das entrevistas é que as estratégias de resistência se iniciam bem antes da chegada ao Parlamento Federal, ou seja, todas elas narraram ter vidas que exigiram bastante resiliência para que fosse possível superar as condições socioeconômicas e os percalços do mundo político para projetarem-se como candidatas e eleitas para o Congresso Nacional. Todo o caminho até o parlamento federal constitui uma jornada de aprendizados que faz com que elas tenham um repertório

de *autodefinição* que dá a elas segurança sobre quem são independentemente dos olhares ou narrativas externas. Ainda assim, o contexto do Congresso Nacional exige delas um refinamento das estratégias para execução dos trabalhos legislativos como vamos detalhar.

Como declarou a Deputada Erika Hilton na subseção anterior mesmo com as diversas barreiras que elas têm enfrentado para acessar e permanecer no Congresso Nacional, as parlamentares negras “*estão produzindo mudanças importantes e estruturais. Mudanças que são significativas.*” Questionadas sobre como elas exercem o mandato, com quais estratégias elas conseguem fazer com que suas vozes e propostas sejam ouvidas, elas deram respostas múltiplas que combinam o diálogo constante com suas bases eleitorais, a comunicação estratégica seja no corpo-a-corpo seja online, certa coragem pessoal e ‘*erguendo a voz*’ quando necessário, buscando por formação política e acadêmica, realizando articulação institucional suprapartidária e propondo inovações nas legislações existentes.

É convergente nos relatos das entrevistadas que é na conexão direta com as suas bases eleitorais que elas se energizam, compreendem o sentido do trabalho que estão realizando, assim como conseguem levar até a população os avanços e discussões que propõem dentro do parlamento. A relação com seus territórios, com a população que confiou a elas o mandato aparece como uma das principais fontes de inspiração para os mandatos, uma vez que é nessa troca com suas bases que elas ganham forças para seguir trabalhando pelas causas que acreditam.

“Eu faço um mandato que é um pé dentro e um pé fora. É um pé no plenário, um pé no barro. É um pé na comissão, um pé na base. Eu fico aqui em Brasília terça, quarta e quinta. Sexta, sábado e domingo eu estou rodando Minas Gerais.

Fui votada em 741 cidades. Eu já fui esse ano [2025] em mais de 200 municípios. Então eu fico indo nos territórios, construindo com as comunidades. Tem algumas agendas que eu vou que a minha função é só estar presente. As pessoas só querem pegar, encostar, abraçar. E, claro, que muitas agendas eu vou é pra resolver problemas, pra articular parcerias, pra mediar reuniões entre movimentos e órgãos públicos.

Vou também pra entender o problema, pra vir aqui e construir a solução. Então eu construo também muitas agendas diferentes. Mas acho que a presença nossa é muito importante.” (Deputada Dandara Tonantzin, entrevista realizada em 09/10/2025)

Conforme afirma a Deputada Dandara Tonantzin seu mandato busca uma atuação parlamentar que se concentra na conexão entre parlamento e sociedade, que tenta fazer esse elo entre a institucionalidade e a vida das pessoas nas cidades em que ela visita. Essa fala é corroborada pelo argumento da Deputada Erika Hilton, que afirmou ter desenvolvido várias “*tecnologias de sobrevivência*” em sua atuação parlamentar no Congresso Nacional:

“Com relação a tecnologias de sobrevivência, de proteção. Nós temos inúmeras. Seja, tentar lembrar sempre de que a nossa atuação política não é simplesmente dentro do parlamento. Ser uma política significa conseguir transformar e mudar culturas e realidades para além do que a gente consegue fazer pela força da lei, trazer organizações, pessoas, entidades, grupos, coletivos, para atuar, lutar e construir junto com a gente, porque isso nos fortalece na nossa subjetividade, mas também nos fortalece na nossa política.” (Deputada Erika Hilton, entrevista realizada em 15/10/2025)

A Deputada Erika Hilton demonstra nessa fala como compreende que para além de estar em Brasília, nas sessões do Congresso Nacional, seu mandato tem um papel político de mobilizar a sociedade civil em torno de uma ideia de transformação social. E é nesse relacionamento com a sociedade que ela se sente também fortalecida subjetivamente e politicamente, ou seja, ela busca exercer um mandato que ultrapassa os muros do parlamento, sendo que nessa relação dialógica com a sociedade ela trás novos insumos que fortalecem a atuação política que ela exerce no legislativo federal.

A primeira estratégia identificada é, portanto, a conexão com as bases eleitorais de modo a promover o elo entre Estado e Sociedade, mobilizar propostas políticas de transformação social e fortalecer suas atuações dentro do Congresso Nacional. Evidente que não é possível fazer nenhuma generalização em relação a esses achados, o intuito aqui é listar e analisar o que foi mencionado por elas para que em pesquisas futuras seja possível aprofundar o entendimento crítico sobre os mecanismos capazes de operacionalizar essas estratégias.

A segunda estratégia identificada nas entrevistas foi o papel da comunicação no exercício dos mandatos. Algumas apontaram que apesar da importância das redes sociais na ampliação de sua comunicação política, é ainda no contato olho-no-olho que elas conseguem se mostrar para a população e construir mandatos mais conectados com os territórios.

“Eu uso as redes sociais mostrando trabalho, de maneira muito fácil, mas a gente utiliza o nosso mandato e eu duvido que em Rondônia alguém ande mais do que eu. Eu ando muito, porque como nós temos regiões muito distintas, ribeirinhas, tem distritos que ficam a 400 quilômetros das suas cidades polos, como Porto Velho, eu penso que a maneira das pessoas saberem quem é a Silvia no seu íntimo é quando eu chego e aperto as mãos, é quando eu chego e abraço, é quando eu saio também das redes e elas dizem: *ah, mas eu te via dessa maneira.*” (Deputada Silvia Cristina, entrevista realizada em 30/09/2025)

No mesmo sentido, a Deputada Dandara Tonantzin ressaltou a importância da presença física e da troca que ela tem quando chegar nas cidades pessoalmente para dialogar sobre as questões políticas. Ela afirma que:

“Eu acho que as redes sociais são importantes. Mas nada substitui a presença física, ainda mais nós que trabalhamos com situações de vulnerabilidade, de opressão, de desigualdade, de exclusão. É muito pouco a gente achar que a rede social, o Instagram, vai suprir séculos de ausência de representatividade.” (Deputada Dandara Tonantzin, entrevista realizada em 09/10/2025)

Interessante notar que mesmo reconhecendo que as redes sociais têm uma função na popularização de seus mandatos, na comunicação de sua produção legislativas, elas reforçam a importância do encontro presencial e das viagens que fazem para encontrar as pessoas e dialogar. Ambas trazem características do público que elas encontram presencialmente que são pessoas em “situação de vulnerabilidade” e “ribeirinhas”, isso indica que de fato para essas pessoas pode ser que a comunicação online não seja o melhor caminho. E não podemos nos esquecer de que grande parte da população brasileira vive em municípios pequenos com pouca infraestrutura tecnológica, que o acesso à internet não é estável, e, mesmo se fosse, possivelmente as informações sobre política não seriam as principais informações que essas pessoas buscariam. Logo, é necessário que mandatos parlamentares estejam presencialmente visitando e dialogando com a população. Essa parece ser uma sensibilidade de quem viveu essa realidade, de quem tem forte enraizamento nessas comunidades.

Por outro lado, outras parlamentares entrevistadas destacaram que suas estratégias de comunicação online são um trunfo de suas campanhas e de seus mandatos, foi o caso da Senadora Eliziane Gama e da Deputada Erika Hilton. A Senadora afirmou que em sua campanha eleitoral foi a comunicação estratégica de que ela se parecia com o eleitorado, de que ela era oriunda de uma família humilde, do interior, defendendo um projeto social em oposição às elites políticas locais foi o que fez com que as pessoas abraçassem sua

campanha e a elegeassem Senadora. Sendo grande parte dessa comunicação popularizada pelos meios digitais.

Já no caso da Deputada Erika Hilton ela afirma que as redes sociais têm um caráter agri-doce em sua trajetória política, pois ao mesmo tempo que elas são um local em que ela vivencia violências, as redes sociais são hoje *“um pilar muito importante e essencial”* para seu mandato, pois elas funcionam como o coração de suas atividades parlamentares. Elas vocalizam seus debates na Câmara, suas propostas e denúncias e permitem que ela se comunique de forma *“pop”* e *“leve”* com a juventude e com os grupos que representa. Além do que, o uso das redes sociais permite que ela nacionalize sua voz, ou seja, faz com que seus posicionamentos políticos repercutam para além do estado de São Paulo. Um exemplo trazido por ela foi o alcance que teve uma crítica postada nas redes:

“Eu saio do plenário, gravo um vídeo pra falar da PEC da bandidagem de maneira amadora aqui na frente mesmo. E aí isso chega a 6 milhões de visualizações em horas, entende? Então é uma maneira também de ajudar a fomentar o debate com a sociedade.

Então pra mim é um pilar muito importante, muito essencial. E que pena que nós ainda não tenhamos uma regulação dessas redes, dessas plataformas, pra impedir que elas sejam utilizadas pra fake news, pra racismo, pra transfobias, pra ataques mentirosos contra adversários políticos. Porque elas têm o seu lado bom. Infelizmente elas têm sido usadas muito mais pro mal do que pro bem.

Mas pra nós ela é muito importante, porque ela nacionaliza a nossa voz, a nossa luta.” (Deputada Erika Hilton, entrevista realizada em 15/10/2025)

Note-se que elas tratam da comunicação como uma estratégia, elas usam as duas formas de se comunicar (presencial e online), elas abordam isso de maneiras distintas, algumas dão enfoque maior para o contato corpo-a-corpo e outras exploram mais a dimensão online da comunicação. É possível considerar a influência, por exemplo, que os territórios têm nesses usos da comunicação, ou seja, a Deputada Dandara Tonantzin é uma parlamentar que surge do interior de Minas Gerais o que implica nessa busca por se comunicar com as centenas de cidades do interior do estado, assim como a Deputada Silvia Cristina surge como figura política no interior de Rondônia, o que também faz pensar que seus contatos com os municípios menores sejam um ponto chave de seu mandato. Já a Deputada Erika Hilton e a Senadora Eliziane Gama surgem politicamente em grandes centros urbanos, a capital de São Paulo e do Maranhão; localidades em que o

uso das redes sociais nas campanhas eleitorais é bastante importante para o alcance das propagandas.

Além disso, a ponderação em relação a desregulamentação das plataformas digitais e, como discutido anteriormente, o quanto isso impõe violência política às parlamentares foi algo presente em várias respostas. Então, há um reconhecimento da necessidade das redes sociais na difusão de informações dos mandatos, ao mesmo tempo que há críticas em relação às *bigtechs* e aos ecossistemas digitais que canalizam as violências e tem poucos mecanismos de controle.

Uma terceira estratégia que atuação que deve ser destacada é a exaltação que algumas delas fazem à coragem e ousadia. Essas são apresentadas pelas entrevistas como elementos que as distinguem e que fazem com que seus mandatos sigam atuantes. É frequente elas narrarem as próprias experiências no exercício parlamentar como sendo atos que exigem duros enfrentamentos e que elas o fazem de modo bastante contundente. A Senadora Eliziane Gama quando perguntada sobre suas estratégias para o exercício pleno do mandato parlamentar conta:

“(...) a primeira estratégia é você não se intimidar. Eu acho que quando você se intimida, você é suplantado. Então, eu acho que, primeiramente, eu não consigo me intimidar. Eu acho que eu fui forjada por tanta luta, sabe? Por tanto embate que não é uma tentativa que me faz parar. O assédio tenta te limitar e tal, isso até acontece, mas não de forma complacente de nossa parte.

Essas coisas ocorrem, mas elas ocorrem diante de um protesto nosso. A gente sempre protesta contra isso. Entendeu? E você protesta pra que isso não ocorra também com outras pessoas. Porque no imaginário popular, se nós vencemos, as mulheres, a gente não faz mais o que é nossa obrigação. Se você falha, você falhou porque você é incompetente, porque você é menor do que o homem, porque você não tinha que estar ali, porque lugar de mulher não é na política. Entendeu?

Ou você protesta, ou você grita, ou você denuncia, ou você infelizmente não aproveitará esta oportunidade pra que outras mulheres que estão vindo depois de você possam também caminhar. Então, você tem que abrir caminho. E abrir caminho não é fácil, entendeu? E a gente abre caminho protestando, denunciando. Eu acho que a denúncia, em todos os seus níveis, ela é o ponto fundamental pra que a caminhada de protagonismo feminino possa ocorrer.” (Senadora Eliziane Gama, entrevista realizada em 10/09/2025)

No mesmo sentido, a Deputada Erika Hilton afirma sua audácia no exercício do mandato parlamentar quando reflete sobre o cotidiano dentro do Congresso Nacional:

“A Carolina Maria de Jesus tem uma frase que eu amo que ela disse: *nunca foi sorte, sempre foi audácia*. E eu sempre fui muito audaciosa, corajosa, abusada. E vou lá, construo meu próprio palco, subo, faço meu show e sempre deu muito certo. Então, ainda que haja esses lugares [*para me diminuir*] que eu tenho sentido bastante nos bastidores, não imaginaria que seria diferente.

Nós estamos falando de um lugar dominado por homens. Na esquerda ou na direita, porque é um ambiente pensado por homens e por pessoas brancas e por pessoas cisgêneras. Eu não sou nenhuma dessas qualificações que para eles são importantes. Por óbvio, haveria tentativas de diminuir a minha potência, de diminuir o meu protagonismo. Faz parte do jogo. E eu sigo aqui lutando e resistindo, como nós fazemos na vida.” (Deputada Erika Hilton, entrevista realizada em 15/10/2025)

É notável como “erguer a voz”, no sentido proposto por Bell Hooks, é também uma estratégia de permanência e de garantir com que a presença delas seja respeitada dentro das Casas Legislativas. A Senadora Eliziane Gama conta que para conseguir ocupar espaços de liderança dentro da Casa ou relatar proposições importantes a estratégia e o caminho foram construídos:

“Se impondo, denunciando, discutindo, se posicionando. A gente não consegue por benevolência masculina, você pode ter certeza. A gente só consegue porque se impõe, porque pede, porque vai pra cima. Digo: *Eu quero, eu quero. Por que não pode ser eu? Por que não pode? Por que eu não peguei nenhuma comissão importante? Porque eu não...* Sabe, é muito assim na luta.

É quebrando pedra literalmente todos os dias. Então, ou você participa assim, ou você briga, ou você se posiciona, ou então você realmente não consegue avançar. Todos os espaços que eu alcancei até o presente momento, eu alcancei porque eu me posicionei, porque eu briguei e porque eu gritei.

É visto como histérico, essa mulher grita demais, mas é porque às vezes se você fala em um tom um pouco baixo, eles não te ouvem.

Então, às vezes você tem que se falar mais alto, para eles poderem parar e te atender. Então, foi assim que a gente conseguiu até aqui.” (Senadora Eliziane Gama, entrevista concedida em XXXX)

Outro exemplo que corrobora com a ideia de que parlamentares negras “erguem a voz”, foi dito pela Deputada Dandara Tonantzin quando conta que para aprovação do projeto de lei das Cotas nas Universidades, ela precisou falar mais alto. Ela narra que próximo ao período que o projeto de lei seria pautado, o Supremo Tribunal Federal determinou que o Congresso Nacional se posicionasse sobre a continuidade ou não da política de cotas. Esse fato aumentou a tensão interna na Câmara dos Deputados sobre a

necessidade de pautar a proposição. A Deputada precisou erguer a voz para que seus argumentos fossem considerados pelo Presidente da Câmara dos Deputados:

“Aumentou a tensão. Ele [o Presidente da Câmara dos Deputados] falou, eu não voto. Eu não vou votar isso, não. STF está cobrando? Eu não vou votar nada. E sei que o [Arthur] Lira gritava, eu gritava de volta. Eu falei assim: *Presidente, você vai fazer mais do que o STF perguntou. Porque o STF está perguntando se a lei vale ou não vale. O senhor vai fazer uma renovação, um aprimoramento da lei. E são pontos que vão reestruturar a política. Vai ser importantíssimo para corrigir algumas distorções. Você vai fazer mais do que o STF está pedindo. Deixa eu falar os 10 pontos que serão melhorados na política. Se o senhor não concordar, não vota.* E eu fui como uma metralhadora ali contando ponto-a-ponto o que seria modificado. (...) Consegui convencer ele de pautar e votar.” (Deputada Dandara Tonantzin, entrevista realizada em 09/10/2025)

Acredito que nesses relatos reside um ponto muito crucial sobre a agência das parlamentares e sobre como as parlamentares negras conseguem exercer seus mandatos: o embate corajoso, o “erguer a voz” no sentido do que afirmou Bell Hooks. A autora ícone do feminismo negro afirma que “(...) *para mulheres negras, nossa luta não tem sido para emergir do silêncio para a fala, mas para mudar a natureza e a direção da nossa fala, para fazer uma fala que atraia ouvintes, que seja ouvida.*” (Hooks, 2019, p.32-33) É dizer, fazer com que sua voz seja ouvida, reconhecida como legítima, fazer com que suas ideias e seus mandatos sejam considerados é um grande desafio que tem exigido muita altivez das parlamentares negras. O que converge com a ideia desenvolvida por Bell Hooks que afirma:

Para nós, a fala verdadeira não é apenas a expressão do poder criativo; é um ato de resistência, um gesto político que desafia as políticas de dominação que nos conservam anônimas e mudas. Sendo assim, é um ato de coragem – e, como tal, representa uma ameaça. Para aqueles que exercem o poder opressivo, aquilo que é ameaçador deve ser necessariamente apagado, aniquilado e silenciado. (HOOKS, 2019, p. 36-37)

Então, falar, ‘erguer a voz’, gritar é uma estratégia de atuação parlamentar, de insubordinação, de coragem das mulheres negras parlamentares no Congresso Nacional. “*Esse ato de fala, de ‘erguer a voz’, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta.*” (HOOKS, 2019, p.39) Essa linha de raciocínio aborda o fato de nós, mulheres negras, termos sido faladas e representadas por outros que nos tratavam como objeto e não como sujeitas. O exercício dos mandatos parlamentares delas reposiciona isso, torna àquelas que nunca tiveram voz

em sujeitas atuantes que defendem interesses e propostas a partir de sua perspectiva social.

Outra estratégia de atuação parlamentar identificada durante as análises das entrevistas foi a forma como elas percebem seus mandatos como atuações pedagógicas. É dizer, principalmente as parlamentares mais antigas (segunda geração e a Deputada Benedita da Silva) acreditam que em um ambiente historicamente excludente como é o Congresso Nacional, o ato de ocupar o espaço e agir com coerência e intrepidez (denunciando, protestando e, acima de tudo, produzindo) serve como uma lição prática e uma referência tanto para o eleitorado quanto para o próprio sistema político.

Aqui é necessário abrir um parêntesis para trazer um relato importante da Deputada Tia Eron, que conta que o presidente nacional de seu partido, Partido Republicanos, frequentemente a chamava, pedindo para que ela explicasse o que era *"esse negócio de negro, que você fica toda hora falando sobre esse negócio de negro"*. Ela encarava esses momentos como uma obrigação pedagógica, vendo o líder como um interessado em aprender. Ela afirma que ele enxergava a discussão racial como sectária e a reduzia acreditando que apenas os candomblecistas estavam falando sobre isso.

“Era pedagogia. Eu via, opa, ele está interessado. Aí, eu com todo respeito a esse pessoal, é um pessoal que eu não sei como é que pode discutir isso. Ele queria dizer que a discussão racial era muito sectarista. E por quê? Porque quando ele olhava, ele olhava por cima e dizia: Ah, é só os candomblecistas que falam sobre isso.

E eu lembrei a ele: *É uma luta nos Estados Unidos, vamos lá, vamos lá, vamos buscar a história*. Porque ele, bispo licenciado, queria entender a discussão, o debate da reparação da política racial. Ele dizia que era apenas os candomblecistas.

Eu dizia: *Se o é, nós é que entregamos, porque nos Estados Unidos, quem começou foi no púlpito de uma igreja. Martin Luther King, o senhor lembra dele?*

Então eu tinha que, o tempo inteiro, ir relembrando esses detalhes, da linguagem dele, do mundo dele, do universo dele, pra ele entender o que era essa questão racial.” (Deputada Eron Vasconcelos, entrevista realizada em 20/10/2025)

A deputada afirma, portanto, que para desmistificar a questão e inseri-la no universo de conhecimento dele, ela precisou usar a linguagem cristã e a cultura religiosa do próprio líder partidário. Ela buscou referências históricas que fizessem sentido para ele, lembrando-o da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, que começou no púlpito de uma igreja, citando explicitamente Martin Luther King. Ela precisava *"relembando*

esses detalhes, da linguagem dele, do mundo dele, do universo dele, pra ele entender o que era essa questão racial".

A parlamentar até usou uma estratégia de exaltação, afirmando que o partido dele (o Republicanos) havia dado a *"maior contribuição ao Congresso Nacional"* na questão racial, porque ele havia colocado duas mulheres negras no parlamento federal (Deputada Rosângela Gomes e ela mesma). Ela chamou essa abordagem de *"O Beabá. Segurando na mão"*, indicando que era uma forma elementar de ensino. De acordo com ela sua intenção era explicar para o líder partidário *"um espírito, uma ideia da luta, do enfrentamento do mundo real"*, já que ele não enxergava e nem entendia a importância da pauta racial.

É importante sublinhar aqui que esse trabalho de traduzir, explicar e sensibilizar lideranças políticas sobre o significado e a legitimidade da pauta racial ou de gênero, não deve ser compreendido como uma função inerente às mulheres negras na política. Apesar de historicamente recair sobre elas a expectativa social de educar o opressor e de realizar a análise crítica que muitos agentes políticos se recusam a fazer. Trata-se de uma carga adicional e desigual, que não deveria compor o conjunto de atribuições de quem já enfrenta múltiplas barreiras institucionais.

Ainda assim, no caso específico da Deputada Tia Eron, seu relato revela uma disposição consciente para ocupar momentaneamente esse lugar pedagógico como parte de um cálculo político. Pela forma como narra a experiência, ela acreditava que esse gesto poderia produzir fissuras na percepção do líder partidário, ampliando sua capacidade de compreender a questão racial. Assim, mesmo que não caiba às mulheres negras assumir a responsabilidade de ensinar, seu movimento estratégico de mediação discursiva sugere que, nesse diálogo situado, houve espaço para trocas e capazes de favorecer um tratamento menos preconceituoso e mais atento à pauta racial dentro do partido.

Por outro lado, a Senadora Eliziane Gama também trata seu mandato como uma ferramenta pedagógica, contudo ao abordar o assunto seu foco não é seu próprio partido ou o sistema político, ela olha para a sociedade e outras mulheres que se inspiram nela. Ela encara seu mandato como uma *"caminhada pedagógica como mulher"* que possui um *"efeito muito educativo"* sobre outras mulheres, servindo como inspiração e referência para outras devido a sua história política. A Senadora afirma que vê sua presença na política como uma possibilidade de *"abrir caminho"* para as futuras gerações de mulheres

na política; ela conta que recebe ligações de mulheres relatando as dificuldades de ingressar na política e que ao compartilhar sua história, ela percebe que isso gera um *"efeito muito educativo"*.

Enquanto a Senadora Eliziane Gama projeta a pedagogia de seu mandato para fora (para a sociedade e para outras mulheres) através da inspiração de sua vitória eleitoral e consistente carreira política, a Deputada Eron Vasconcelos destacou como operava essa pedagogia para dentro (para a estrutura do partido e para o sistema político) através de diálogos com lideranças políticas. Ferramentas importantes para a manutenção e o avanço de agendas que acreditava mesmo dentro de um sistema hostil.

Outra estratégia indicada pelas entrevistadas como meio de garantir uma atuação com resultados é a articulação com a bancada feminina no Senado e a bancada negra na Câmara dos Deputados. No caso do Senado Federal, a Senadora Eliziane Gama afirmou:

“(...) nós conseguimos um avanço muito importante no Senado Federal, que foi a criação da bancada feminina. A bancada feminina foi um instrumento que uniu muitas mulheres. Nós somos hoje 16 senadoras, e essas senadoras, elas se unem muito em prol de projetos em comum. É claro que a gente acaba se unindo muito mais pela questão de gênero, às vezes pela divergência partidária. Mas realmente nós conseguimos nos unificar muito em torno disso. Acho que a bancada foi um grande avanço, ela acabou sendo um instrumento muito importante pro fortalecimento da política feminina aqui no Senado Federal.” (Senadora Eliziane Gama, entrevista realizada em 10/09/2025)

Como nota-se a existência de uma instância que reúna as mulheres do Senado Federal contribui para a criação de pontes entre senadoras de partidos diferentes. O que foi contado de maneira similar pela Deputada Dandara Tonantzin sobre a Bancada Negra na Câmara dos Deputados. Ela explica que logo no início de 2023, alguns temas relacionados à pauta racial eram urgentes e reunir parlamentares dos diferentes espectros políticos foi fundamental para ampliar forças nas articulações da Lei de Cotas nas Universidades, por exemplo.

A Deputada Dandara Tonantzin afirmou que a primeira prioridade da bancada negra foi a Lei de Cotas na educação superior, seguida pela Lei de cotas nos concursos públicos e, posteriormente, o feriado nacional do Dia da Consciência Negra. Os três temas mencionados eram proposições legislativas que careciam de decisão do parlamento federal e que, de acordo com a Deputada, devido as articulações pluripartidárias da

bancada negra conseguiram aprovação. A Deputada Benedita da Silva faz uma menção bastante emocionada pelo fato de a Bancada Negra finalmente existir no Congresso Nacional. Ela afirma:

“Eu passei muito tempo num momento de solidão. Para cima e para baixo, só quem tinha Benedita. E o meu sonho era ter essa bancada. E hoje nós temos uma bancada negra. E essa bancada é uma bancada vasta.

Não tem só de uma tendência ideológica. (...) aí a gente faz um debate. Debate, porque tem uns que tem visão até que não tem nada de racismo, que isso não existe. E eu acho interessante pelo processo democrático.

(...)

O meu sonho era ter essa bancada. E a gente chegou com uma bancada muito equilibrada, porque, apesar da bancada negra de esquerda ser menor do que a outra, mas nós somos muito mais ativistas, nós apresentamos mais projetos, nós discutimos, nós debatemos, nós colocamos, nós fazemos, colocamos o contraditório. É dessa forma que nós estamos trabalhando. Mas levou muito tempo. Olha quanto tempo levou, pelo menos para mim, levou 40 anos. Eu tenho 40 anos, 40 anos nessa batalha.”
(Deputada Benedita da Silva, entrevista realizada em 30/09/2025)

O trecho da resposta da Deputada Benedita é interessante pois ela fala de um lugar de maturidade no Congresso Nacional, ela fala como alguém que tem 40 anos de vida política e que apenas nesta última legislatura viu instalada na Câmara dos Deputados uma bancada negra²⁹. O fato dessa bancada existir é relevante pois permite que seu líder ocupe uma cadeira no chamado Colégio de Líderes, órgão que tem o poder de definir a agenda de votações do plenário, os integrantes dessa instância são a cúpula da Câmara dos Deputados que realizam as articulações e acordos políticos, que tomam as decisões sobre os termos que serão discutidas as proposições legislativas no plenário da Casa.

Em suma, as parlamentares mencionam que de fato esses espaços suprapartidários possibilitam uma aproximação que outras instâncias não proporcionam, uma vez que a organização dos partidos políticos é muito relevante para os trabalhos nas Casas e não

²⁹ Na atual legislatura (2023-2027), a Bancada Negra é reconhecida como um grupo suprapartidário oficializado por emenda ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados em 2024. Diferente de articulações informais do passado, ele possui assento com voz e voto no Colégio de Líderes, conferindo-lhe poder institucional inédito para influenciar a pauta e as decisões da Casa.

fossem esses espaços de diálogo suprapartidários, as pautas teriam ainda mais dificuldade de conseguir apoio para avançar internamente.

As entrevistas também revelam estratégias de negociação que passam pela construção de alianças táticas com parlamentares de diferentes orientações partidárias. Essas alianças, embora pontuais, são fundamentais para garantir que seus projetos avancem na agenda legislativa. Nesses casos, a articulação é compreendida como ferramenta para o avanço coletivo. A Deputada Erika Hilton, por exemplo, afirma que:

“Tentar encontrar e buscar caminhos mais assertivos para avançar em determinadas matérias, temas e agendas. Porque a gente sabe que não vai dar pra correr daqui pra lá. Mas de repente tem um subterfúgio aqui, tem uma lacuna por lá, tem uma entrada que dá pra entrar. Eu acho que isso é uma tecnologia de sobrevivência e uma inteligência ancestral mesmo, de entender, se você não pode ter tudo, o que você consegue ter agora? Com o que você consegue lutar? Aonde dá pra você chegar? E demora pra você ter essa sacada, porque você chega achando que você vai revolucionar o mundo, que você vai mudar as realidades, que você vai resolver todos os problemas, e a realidade se impõe e você descobre que, poxa, não depende só da minha força de vontade e da força do meu trabalho, depende de um jogo inteiro de pessoas. Então como é que eu busco esses hackeamentos pra ir sobrevivendo, me cuidando e garantindo alguma coisa? Então, se eu não consigo tudo, o que eu consigo garantir agora?” (Deputada Erika Hilton, entrevista realizada em 15/10/2025)

Ela e outras parlamentares narram um certo pragmatismo na tomada de decisões, nas articulações e na forma como vão conduzindo sua atuação para conseguirem ter resultados mesmo com as dificuldades existentes. É sobre atuar com o projeto político ideal em mente, consciente dos pequenos passos possíveis de serem dados no contexto em que estão atualmente. Um elemento adicional chamou atenção ao longo das entrevistas foi a influência direta de intelectuais negras na conformação dessas estratégias e prioridades políticas.

Como discutido anteriormente, Benedita da Silva teve em Lélia Gonzalez uma referência decisiva, especialmente no início de sua trajetória legislativa, ainda como vereadora no Rio de Janeiro. De modo semelhante, a Deputada Dandara Tonantzin revelou na entrevista que a professora, intelectual e ex-ministra Nilma Lino Gomes tem papel importante em seu mandato parlamentar. Ela relata que foi a professora Nilma quem a aconselhou firmemente a colocar a pauta das cotas universitárias entre as principais bandeiras de sua campanha; conta ainda que, no dia em que foi eleita deputada federal, ouviu de Nilma a orientação de disputar a relatoria da proposição sobre o tema. Desde

então, a ex-ministra segue sendo uma fonte de consulta, inspiração e apoio contínuo. Essa interlocução entre o fazer político e o pensamento produzido por mulheres negras com trajetória acadêmica e militante robusta é um diálogo fértil, que fortalece a atuação parlamentar e alinha a prática legislativa a uma tradição intelectual negra consolidada.

Outra estratégia possível de ser identificada nas falas é como as experiências com violências e opressões foram catalizadas para um agir pela transformação. Então, conforme já contado, a Deputada Silvia Cristina que viveu um drama em sua saúde e não teve adequada estrutura de saúde pública em seu estado buscou transformar essa situação em uma causa política. Outro exemplo, é a Deputada Benedita da Silva que teve ao longo de sua trajetória parlamentar uma das suas principais bandeiras a garantia de direitos às trabalhadoras domésticas, um desdobramento direto das dores e da precariedade das condições de trabalho que ela própria vivenciou quando exerceu essa profissão.

Por fim, é possível afirmar que na própria produção legislativa dessas parlamentares há estratégias de resistência e agência política. A superação dos muitos obstáculos e desafios dos mandatos muitas vezes leva elas a proporem novas legislações ou aprimoramento de legislações existentes. Um dos exemplos foi trazido pela Deputada Carol Dartora que afirmou estar propondo atualizações à legislação que trata sobre violência política contra a mulher depois dela própria e seu gabinete serem vítimas de ameaças.

Em síntese, as entrevistas realizadas revelam um conjunto amplo e plural de estratégias de atuação parlamentar, que vão desde a conexão com as bases eleitorais até a construção de alianças suprapartidárias, passando pelo uso estratégico da comunicação, a pedagogia política e o exercício cotidiano da coragem. Cada uma dessas estratégias emerge de contextos biográficos, partidários e territoriais distintos, e por isso não podem ser generalizadas. Elas expressam trajetórias singulares que, mesmo compartilhando o enfrentamento do racismo e do sexismo institucional, produzem respostas diversas diante das mesmas estruturas de exclusão. Assim, mais do que propor um modelo unificado de atuação das parlamentares negras, esta pesquisa busca reconhecer a multiplicidade de caminhos que elas constroem para exercer sua agência política no Congresso Nacional.

Tabela 10 – Estratégias de Atuação Parlamentar

Estratégias	Explicação sintética
Conexão permanente com as bases eleitorais	Manutenção de vínculos contínuos com o eleitorado por meio da presença nos territórios, da escuta ativa e da articulação com lideranças locais, garantindo que o mandato permaneça ancorado nas demandas sociais concretas.
Uso estratégico da comunicação	Emprego da comunicação como ferramenta política, principalmente no presencial, mas com uso estratégico do online. A partir da comunicação elas disputam narrativas, ampliam alcance dos seus mandatos e fortalecem sua legitimidade política.
<i>"Erguer a voz"</i>	Ato de fala e confronto como mecanismo de afirmação, resistência e ocupação de espaços de poder. Atuação marcada pela denúncia pública de violências e silenciamentos, utilizando espaços institucionais e públicos para expor suas vivências.
Coragem e ousadia	Disposição para enfrentar conflitos institucionais, disputar protagonismo, e sustentar posições políticas mesmo diante de riscos e retaliações.
Atuação pedagógica	Práticas educativas e mediação discursiva para sensibilizar lideranças políticas sobre pautas raciais e de gênero, assim como exercer o mandato sabendo ser uma referência e inspiração para outras mulheres.
Articulação suprapartidária	Construção de frentes de diálogo e cooperação para além das fronteiras partidárias, ampliando a capacidade de incidência política.
Alianças táticas e pragmáticas	Estabelecimento de alianças pontuais orientadas por objetivos políticos específicos, negociação pragmática para viabilizar avanços possíveis no contexto institucional.
Diálogo com intelectuais negros	Articulação entre pensamento acadêmico negro e prática parlamentar, fortalecendo a elaboração de agendas críticas e qualificadas.
Produção legislativa	Transformação das experiências sociais, territoriais e biográficas em proposições legislativas e agendas políticas substantivas.

Fonte: elaboração própria (2025).

Os achados apresentados aqui devem, portanto, ser lidos como uma cartografia inicial, um repertório de práticas e táticas que demonstram como essas mulheres têm reinventado os modos de fazer política a partir de suas próprias experiências e perspectivas. Trata-se de um esforço de sistematização que não pretende homogeneizar, mas evidenciar a variedade de estratégias mobilizadas: ora centradas na escuta e presença nos territórios, ora na comunicação digital; ora sustentadas pela ousadia e denúncia, ora

pela pedagogia paciente e pelo diálogo institucional. Essa diversidade de formas de agir é, ela própria, um indicativo da força e da complexidade da agência política dessas parlamentares.

Por fim, este mapeamento de estratégias permite compreender que a representação substantiva exercida pelas parlamentares negras se dá não apenas nas proposições legislativas, mas também na forma como elas ocupam e transformam os espaços de poder. Ao erguerem a voz, formarem alianças, educarem interlocutores e traduzirem suas vivências em ação política, elas produzem fissuras em estruturas historicamente excludentes. Nesse sentido, o quadro a seguir sintetiza as principais estratégias de atuação parlamentar identificadas nesta seção, evidenciando como essas práticas se articulam à construção dos mandatos parlamentares.

Cabe ressaltar que o quadro apresentado constitui um esforço analítico construído a partir das entrevistas realizadas com as sete parlamentares negras que compõem o *corpus* deste capítulo, não se tratando, portanto, de uma tipologia generalizável ou representativa da totalidade das mulheres negras no Parlamento federal. As estratégias sistematizadas não refletem uma atuação homogênea ou necessariamente compartilhada por todas as entrevistadas, mas correspondem a elementos recorrentes mobilizados por mais de uma parlamentar, conforme descrito ao longo do capítulo.

Trata-se, assim, de uma sistematização não conclusiva, entendida como um primeiro exercício de mapeamento das estratégias de atuação parlamentar de mulheres negras, que visa organizar empiricamente práticas e repertórios identificados nas narrativas analisadas. Nesse sentido, o quadro não pretende esgotar o tema, mas abrir caminhos para investigações futuras que ampliem o número de parlamentares entrevistadas, tensionem essas categorias à luz de outros materiais empíricos e incorporem dados adicionais, como análises documentais, capazes de conferir maior aprofundamento analítico a esse campo de investigação.

Considerações finais sobre mulheres negras e a construção da atuação parlamentar

Este capítulo teve como objetivo analisar, a partir de uma abordagem qualitativa, as trajetórias, os obstáculos enfrentados e as estratégias mobilizadas por mulheres negras

até chegarem ao Congresso Nacional e no exercício dos mandatos parlamentares. Ao deslocar o foco dos dados quantitativos mais abrangentes para as narrativas situadas das próprias parlamentares, a análise permitiu compreender como as desigualdades estruturais e as experiências de vida conformam os caminhos de ingresso na política institucional, os modos de atuação, os repertórios discursivos e as prioridades políticas das entrevistadas.

Os achados empíricos demonstram que o acesso das parlamentares negras ao Legislativo federal não ocorre por meio das rotas tradicionais de recrutamento político, historicamente dominadas por elites masculinas, brancas e detentoras de capital econômico ou familiar. Ao contrário, as trajetórias analisadas revelam a centralidade de rotas de construção de capital político fortemente ancoradas em experiências associativas, militância comunitária, engajamento religioso, atuação profissional em áreas socialmente precarizadas e vivências pessoais de exclusão, violência e desigualdade. Esses elementos, constroem os contextos biográficos e para além disso são convertidos em recursos políticos, que moldam de forma decisiva os projetos e as práticas parlamentares desenvolvidas por essas mulheres.

A análise geracional mostrou-se particularmente relevante para compreender como diferentes conjunturas políticas da história contemporânea brasileira — a redemocratização, a consolidação dos governos de centro-esquerda e o período pós-2016 — produziram oportunidades, constrangimentos e repertórios de ação distintos. A primeira geração, representada por Benedita da Silva, emerge em um contexto de abertura democrática e luta por direitos fundamentais, em um Parlamento profundamente hostil à presença de mulheres e pessoas negras. A segunda geração ingressa em um cenário de maior institucionalização democrática e ampliação de políticas sociais, mas ainda marcada por limites significativos no reconhecimento das pautas raciais e de gênero. Já a geração emergente chega a política institucional em um contexto de crise política, avanço conservador e reconfiguração das formas de mobilização com crescimento do uso das redes sociais. A geração emergente incorpora de maneira mais explícita a gramática da interseccionalidade e constrói propostas políticas mais radicais, ancoradas na leitura crítica das desigualdades estruturais e na defesa de transformações profundas no campo social e institucional.

Nota-se também a partir das análises que todas as gerações convergem em relação as experiências de desigualdade racial, de gênero e de classe que atravessam as vidas

dessas parlamentares, sendo que essas vivências influenciam diretamente suas agendas políticas, suas estratégias de atuação e suas concepções sobre o papel do mandato parlamentar. O capítulo demonstra que há uma relação estreita entre experiências vividas (no mundo do trabalho, na educação, na religião, nos territórios ou nos movimentos sociais) e a formulação de projetos políticos orientados para a ampliação de direitos, a redução das desigualdades e a inclusão de grupos historicamente marginalizados.

Nesse sentido, os achados deste capítulo dialogam diretamente com a tese central da pesquisa, ao sustentar que a análise sobre a presença de mulheres negras no Congresso Nacional não pode se limitar apenas a questão numérica, mas deve refletir também a atuação parlamentar substantiva, ancorada nas perspectivas sociais que elas representam. As trajetórias analisadas indicam que a representação exercida pelas parlamentares entrevistadas articula de forma indissociável as dimensões da representação descritiva e da representação substantiva. O fato de serem mulheres negras é um elemento constitutivo de suas práticas políticas, de suas prioridades legislativas e de suas estratégias de articulação dentro e fora do Congresso Nacional.

Além disso, o capítulo evidencia que os partidos políticos são instâncias centrais de mediação do acesso ao poder, que operam simultaneamente como espaços de oportunidade e de reprodução de desigualdades. As entrevistas das parlamentares revelam que, mesmo em legendas mais comprometidas com a igualdade racial e de gênero, persistem práticas de desvalidação, subfinanciamento e bloqueio à consolidação de lideranças negras femininas. Essa dinâmica reforça o argumento de que a sub-representação das mulheres negras decorre, entre outros fatores, dos mecanismos seletivos do campo político-partidário.

Ao mesmo tempo, o capítulo mostra que, diante desses constrangimentos, as parlamentares negras desenvolvem estratégias inventivas para sustentar suas candidaturas e seus mandatos, mobilizando redes extrapartidárias, bases territoriais, vínculos associativos, religiosos e com movimentos sociais capazes de criar identificação com o eleitorado. As campanhas eleitorais analisadas revelam uma compreensão sofisticada da política como um campo de disputa simbólica articulada a projetos políticos concretos, no qual trajetórias pessoais, identidades coletivas e projetos de futuro são articulados para tensionar estruturas tradicionais de poder.

O capítulo evidencia ainda que a atuação parlamentar das mulheres negras se desenvolve em um ambiente marcado por múltiplas formas de violência política, que atravessam tanto o cotidiano institucional do Congresso Nacional quanto os espaços digitais e partidários. Essas violências não operam apenas como obstáculos individuais, mas como mecanismos estruturais de contenção da presença e da influência política de mulheres negras, reforçando padrões históricos de exclusão no campo político. Assim, a violência política aparece no capítulo como dimensão constitutiva do campo político em que essas mulheres atuam, evidenciando que sua agência se exerce de forma situada e em permanente disputa por legitimidade, reconhecimento e transformação institucional.

Dessa forma, o capítulo contribui para o argumento mais amplo da tese ao demonstrar que as mulheres negras, ao ingressarem no Congresso Nacional contribuem com a democracia a partir de suas *perspectivas sociais* na atuação parlamentar. Suas trajetórias evidenciam que a democratização da representação política passa necessariamente pela incorporação de sujeitos que trazem consigo experiências sociais marginalizadas, capazes de ampliar os horizontes da agenda pública e de tensionar os limites da democracia liberal brasileira. Assim, este capítulo reafirma que compreender a atuação das parlamentares negras exige olhar para além dos números, reconhecendo que suas histórias de vida são parte constitutiva do projeto político que disputam.

À Guisa de Conclusão

Ao chegar ao final desta jornada de investigação no doutorado entendo que não cabe um ponto final, mas uma pausa reflexiva em meio às crises que moldaram esta jornada. Este trabalho teve início em 2020, sob o impacto da pandemia sanitária, de profundas turbulências políticas no Brasil e de uma recessão econômica global, e é concluído em um momento que ainda reverbera essas rupturas, agora atravessado pela intensificação de conflitos e instabilidades em escala mundial. A crise da democracia liberal contemporânea não pode ser compreendida apenas como conjuntural, mas como expressão constitutiva de um modelo de democracia historicamente excludente, mesmo quando afirma, em seu plano normativo, o ideal de igualdade. Chegar a este momento implica reconhecer que os temas que mobilizaram esta investigação — representação política, interseccionalidade e desigualdades estruturais — permanecem abertos e atravessados por disputas contínuas. Ainda assim, torna-se possível explicitar os principais achados, os deslocamentos analíticos produzidos e as contribuições que esta tese buscou oferecer ao debate.

Esta tese partiu do pressuposto de que investigar trajetórias, estratégias e obstáculos enfrentados por essas parlamentares oferece um ponto de observação privilegiado para reavaliar criticamente as teorias da representação política. Ao longo dos capítulos, demonstramos como a interseccionalidade, enquanto ferramenta teórico-metodológica e prática política, permite desvelar os mecanismos pelos quais raça, gênero e classe se articulam para produzir e reproduzir desigualdades no acesso e na permanência em espaços de poder, especialmente no Congresso Nacional. Mais do que denunciar opressões, buscamos evidenciar a agência política construída por essas mulheres, que convertem experiências de exclusão em repertórios criativos de ação política.

A sub-representação histórica de mulheres negras nos espaços institucionais de poder é parte constitutiva da forma como a democracia brasileira se organizou. Ao excluir sistematicamente mulheres negras e pessoas negras da tomada de decisão, esse modelo democrático se revela limitado, seletivo e incapaz de realizar sua promessa de igualdade política. A ampliação efetiva da democracia exige, portanto, a presença integral desses sujeitos nos espaços de tomada decisão política.

A reconstrução histórica empreendida por esta tese evidencia que a luta política das mulheres negras no Brasil é secular e tem continuidade no tempo, sendo elas

participantes da própria formação do campo político nacional. Desde as pioneiras do início do século XX, como Antonieta de Barros, Almerinda Farias Gama, Laudelina de Campos Mello, a pesquisa identificou um fio condutor de resistência que articula mobilização comunitária, crítica às hierarquias raciais e de gênero e disputas por inserção institucional. Essas trajetórias demonstram que as mulheres negras atuaram historicamente como produtoras de pensamento político, formuladoras de projetos coletivos e agentes de transformação social, ainda que sistematicamente silenciadas pelas narrativas hegemônicas da política brasileira. Nesse percurso, a trajetória de Benedita da Silva assume caráter paradigmático, ao ser reconhecida nesta pesquisa como figura de transição entre as insurgências políticas do passado e a consolidação de uma presença negra e feminina mais visível no Parlamento, inaugurando novas possibilidades de representação e atuação institucional. Esse achado permite contribuir para a sociologia política ao buscar reinscrever mulheres negras como sujeitas com agência e repertório político ao longo da história do país.

O mapeamento inédito das 62 parlamentares federais negras eleitas entre 1991 e 2025 permitiu identificar padrões recorrentes e importantes rupturas. As parlamentares analisadas, em sua maioria, são oriundas de contextos socioeconômicos populares e experimentaram trajetórias de mobilidade social frequentemente associadas à ampliação de sua escolarização. As análises revelam vínculos consistentes com movimentos sociais, organizações comunitárias, espaços religiosos, sindicais e associativos, indicando que o ingresso na política institucional é precedido por longos processos de engajamento coletivo. Ao mesmo tempo, os dados evidenciam a fragilidade estrutural de suas carreiras: a maioria exerce apenas um mandato, evidenciando a persistência de barreiras à continuidade em um sistema político marcado por desigualdades raciais, de gênero e de classe. Esta sistematização empírica constitui contribuição relevante da tese ao tornar visíveis os obstáculos estruturais à permanência de mulheres negras no Legislativo Federal.

As entrevistas realizadas com sete parlamentares aprofundaram a compreensão sobre os desafios cotidianos e as estratégias adotadas por essas mulheres no Congresso Nacional. A violência política de gênero e raça emerge como experiência recorrente nos mandatos, manifestando-se por meio de ameaças, deslegitimação, isolamento institucional e tentativas constantes de silenciamento. Diante desse contexto, elas desenvolvem estratégias coletivas e individuais de resistência, como a construção de

alianças políticas, a atuação em frentes parlamentares temáticas, a mobilização permanente de redes territoriais e a tradução de saberes comunitários em proposições legislativas. Suas agendas articulam demandas por redistribuição material, reconhecimento simbólico e ampliação da representação política, configurando uma prática parlamentar que tensiona os padrões tradicionais de atuação legislativa. A análise qualitativa das narrativas dessas parlamentares é uma contribuição ao campo ao evidenciar como a agência política de mulheres negras se materializa concretamente no exercício dos mandatos, revelando repertórios de atuação que tensionam as regras do sistema político-eleitoral brasileiro.

A análise empírica confirma, por fim, que tanto a representação descritiva quanto a representação substantiva estão presentes no fazer político das parlamentares negras entrevistadas. A presença física desses corpos no Congresso Nacional já opera como ato de ruptura com a norma branca, masculina e elitizada que historicamente ocupou o Legislativo Federal. Contudo, a presença de mulheres negras parlamentares federais não se esgota no plano simbólico. As entrevistadas afirmam que a atuação de seus mandatos está fortemente relacionada com as experiências sociais vivenciadas que moldam suas leituras da realidade e suas prioridades legislativas. Em seus corpos marcados pelo racismo, pelo sexismo e pelas desigualdades de classe estão inscritas memórias, saberes e projetos políticos que ampliam o horizonte temático da democracia brasileira e desafiam os limites excludentes do sistema representativo. Esse achado permite uma contribuição teórica ao propor uma leitura interseccional da representação política, tensionando abordagens normativas abstratas e ampliando a compreensão sobre como mulheres negras articulam suas perspectivas sociais na construção de suas carreiras políticas e no exercício de seus mandatos parlamentares.

É imperativo ressaltar que essa articulação não pressupõe uma identidade fixa e homogênea entre as parlamentares negras, o que configuraria um viés essencialista. Ao contrário, fundamenta-se no que a teoria da política da presença descreve como a relevância da experiência social e da posicionalidade no processo representativo. A mobilização analítica das categorias de raça, gênero e classe se justifica como estratégia para identificar e nomear as estruturas de poder que historicamente excluíram as mulheres negras, contudo, não é possível naturalizar essas distinções.

E aqui é possível fazer uma aproximação entre dois argumentos presentes nas teorias de Anne Phillips e Patricia Hill Collins. Phillips (2001) argumenta que a presença

importa porque representantes de grupos marginalizados trazem um conhecimento corporificado que não pode ser facilmente substituído por ideias abstratas. Buscando a conexão é possível dizer que Collins (2016) aprofunda essa ideia ao descrever a posicionalidade da *outsider within*: por estar dentro de uma instituição (como a Academia, também poderia ser o Parlamento), mas sem nunca pertencer plenamente a ela devido ao racismo e sexismo, a mulher negra adquire um "*ponto de vista particular*". Esse lugar de fronteira permite que ela enxergue anomalias e padrões de exclusão que os *insiders* (membros do grupo dominante) consideram normais ou naturais. Esse processo é chamado de desmistificação do poder. A *outsider within*, por observar o funcionamento íntimo das elites a partir de uma posição de subordinação (como a trabalhadora doméstica ou a parlamentar negra), percebe que o status superior dessas elites não advém de um talento inato, mas de estruturas de privilégio e opressão.

Com base nas referências teóricas apresentadas e nas análises empíricas afirmo que os mandatos das parlamentares entrevistadas são moldados pelo conhecimento corporificado, fruto de uma localização específica na estrutura social brasileira onde o racismo e o sexismo operam de forma interligada. Assim, a contribuição diferenciada de seus mandatos não deriva de quem elas "são" em termos abstratos, mas das perspectivas sociais e memórias coletivas que suas trajetórias permitem acessar, fundamentais para representar interesses que o sistema tradicional, em sua suposta neutralidade branca e masculina, costuma manter na invisibilidade. Estar na fronteira permite que parlamentares negras utilizem a criatividade da margem para articular projetos políticos que nenhum outro grupo conseguiria formular com a mesma precisão, especialmente em temas ainda não cristalizados na agenda pública.

Os achados desta pesquisa evidenciam ainda que essa atuação se dá em um ambiente institucional profundamente hostil. Racismo, sexismo, desigualdades no acesso a recursos de campanha, marginalização nos espaços internos dos partidos e violência política de gênero e raça atravessam de forma sistemática as trajetórias das mulheres negras no Legislativo. A violência política, em especial, mostrou-se como mecanismo recorrente de contenção, operando para limitar a presença, a permanência e a autonomia dessas parlamentares.

No plano institucional, a tese reconhece os avanços recentes do sistema político-eleitoral brasileiro, especialmente no que diz respeito à distribuição proporcional de recursos de campanha para mulheres e pessoas negras. Tais medidas representam

conquistas importantes, protagonizadas inclusive por parlamentares negras, e resultam de lutas históricas dos movimentos sociais. Entretanto, os depoimentos das parlamentares indicam que esses avanços permanecem insuficientes quando não acompanhados de mecanismos eficazes de implementação, fiscalização e responsabilização. Apesar dos avanços mencionados, a desigualdade no acesso aos fundos, ao tempo de televisão e às estruturas partidárias continua operando como um filtro seletivo que restringe as possibilidades reais de competição e sucesso eleitoral.

Uma das últimas perguntas feitas a elas durante as entrevistas foi: *Pensando no futuro, o que a senhora acredita que deve ser feito, no âmbito institucional, para que mais mulheres negras sejam eleitas Deputadas Federais/Senadoras?*

As reflexões das parlamentares entrevistadas sintetizam de forma contundente os desafios identificados ao longo da tese. Para esta conclusão destaco as respostas de duas parlamentares. A Deputada Dandara Tonantzin articula um conjunto de propostas para ampliar a presença e a permanência de mulheres negras na política institucional. Em sua fala, a parlamentar destaca, em primeiro lugar, a necessidade de investimentos contínuos na construção de lideranças desde a base, nos territórios, associações, conselhos, coletivos e organizações sociais, de modo a garantir que essas mulheres cheguem aos processos eleitorais com condições efetivas de disputa. Em segundo lugar, aponta a urgência de avançar em uma reforma política que incorpore o voto em lista com paridade de gênero, como estratégia para enfrentar os bloqueios estruturais à representação.

Em terceiro lugar, enfatiza o aperfeiçoamento dos mecanismos de financiamento eleitoral, especialmente no que se refere à efetiva distribuição dos recursos em tempo hábil para utilização nas campanhas, defendendo que esses valores sejam disponibilizados desde o início da campanha, e não de forma tardia. Além disso, ressalta a importância da responsabilização institucional diante das ameaças, perseguições e ataques sofridos por mulheres negras na política, argumentando que a ausência de consequências aprofunda a violência política e produz efeitos intimidatórios sobre novas lideranças. Por fim, a deputada sustenta que essas medidas devem ser acompanhadas de uma transformação mais ampla da cultura política nos espaços de poder, que precisam acolher e respeitar as mulheres negras.

A Deputada Erika Hilton, por sua vez, amplia o diagnóstico ao situar a sub-representação política no interior de um quadro mais amplo de desigualdades sociais. Sua reflexão explicita que não há como pensar a ampliação da participação política de

mulheres negras sem enfrentar questões fundamentais como fome, trabalho, moradia, acesso à educação, proteção da infância negra e combate às múltiplas violências que atravessam os territórios periféricos. A desigualdade é um projeto que rouba sonhos, limita horizontes e impede que mulheres negras se enxerguem como sujeitas legítimas para ocuparem o poder. Nesse contexto, a presença de mulheres negras no parlamento federal cumpre também um papel simbólico fundamental, ao ampliar imaginários e projetar possibilidades, ainda que encontre limites concretos quando não há condições materiais mínimas para que essa esperança se sustente.

“É tanta coisa. Olha, eu acho que esse processo de construir lideranças mulheres negras da base ao topo. Pensar na associação de moradores, num conselho, num coletivo. A gente já ir priorizando, escolhendo mulheres negras *[aptas]* pra ocupar esses espaços. Pra quando chegar o processo de eleição, a gente já ter mulheres negras com capacidade de realmente disputarem eleição com qualidade. Eu acho que nós precisamos investir nesse processo.

(...)

Acho que os mecanismos de efetivação dos fundos precisam ser melhor estruturados. A gente tem tentado criar regras. O Fundo de Mulheres tem que começar a pagar a partir da segunda semana de campanha. Não pode deixar para pagar na última semana. Então, aprimorar os mecanismos de aplicação do fundo. E acho também que a gente tem que mudar essa cultura política no espaço de poder, colocar também mulheres negras para funções gerais *[partidárias]*, não só para os temas específicos. Acho que é necessário acolher as mulheres negras, ter afeto, mais respeito, mais apoio, mais solidariedade.” (Deputada Dandara Tonantzin, entrevista realizada em 09/10/2025)

“As primeiras questões práticas são, nós precisamos de mais formação, de lideranças femininas, escola precisa ser um pilar de construção dessas lideranças, os partidos precisam estar nos territórios, pensando atividades, espaços de formulação. Depois, os partidos precisam ter um programa claro que dê condição dessas candidaturas concorrerem com chance real de se elegerem, com competitividade madura.

(...)

mas para mim existe uma questão que antecede a todas essas questões do fundo partidário, que é a dignidade humana, é a vida. Enquanto não houver comida, trabalho, proteção do corpo, enquanto nós não enfrentarmos o estupro, a violência obstétrica, o abandono dos pais, enquanto essas mulheres que abandonam a escola e vão se arrimar de família aos 15, 16 anos de idade, para cuidar dos irmãos, para cuidar da mãe que é doente, para cuidar da avó, porque é dessa realidade que nós estamos falando. E essa realidade impede que essas mulheres sejam livres. Essa realidade rouba os sonhos. Com a brutalidade do território e da realidade que nós enfrentamos. Se nós não combatermos desigualdades, se nós não garantirmos direitos básicos e

essenciais, se nós não assegurarmos proteção às nossas crianças negras, vai ser muito difícil que com recurso partidário, com tempo de televisão, essas mulheres se vejam nesse lugar.

Somos mulheres que driblamos as imposições do sistema contra o nosso corpo e hoje usamos o nosso corpo e a nossa presença para tentar projetar perspectiva e esperança no coração das nossas meninas negras. Mas não basta projetar perspectiva e esperança. Porque você pode projetar perspectiva e esperança, se não houver condições mínimas para que essa esperança floresça, ela vai morrer.

Se nós não transformarmos essa realidade, nós vamos continuar pegando migalhas, tendo uma, tendo outra, que são as exceções a uma regra de desigualdade, de injustiça e de apodrecimento mesmo dos nossos sonhos. Então, para mim, de verdade, a mudança tem que acontecer aí. Por óbvio que essa mudança ela é muito estrutural. Então, enquanto ela não acontece, porque demanda de uma série de forças universais para que isso ocorra, a gente precisa ir encontrando como é que a gente vai fortalecendo, fomentando. É dentro da escola, é dentro dos partidos, é junto aos movimentos sociais, é nos espaços de cultura no território, porque ali você começa então a tentar trabalhar e a driblar essa realidade para garantir, conquistar e resgatar essa jovem negra para que ela se veja como uma possível líder política.” (Deputada Erika Hilton, entrevista realizada em 15/10/2025)

As falas das duas parlamentares convergem ao indicar que a democratização da política brasileira exige transformações profundas e articuladas. Não se trata apenas de aperfeiçoar regras eleitorais, mas de promover profundas transformações nas desigualdades sociais assim como mudanças estruturais no funcionamento dos partidos políticos e do Congresso Nacional enquanto instituições. Isso implica compromisso efetivo com a formação política, presença territorial, distribuição equitativa de recursos, garantia de segurança e enfrentamento da violência política, além da construção de uma cultura institucional baseada em acolhimento e reconhecimento. Colocar mulheres negras no poder não pode significar confiná-las a determinadas agendas, mas reconhecê-las como sujeitas políticas plenas, capazes de atuar sobre os temas centrais da vida nacional.

Do ponto de vista analítico, esta tese percorreu um caminho que articulou teoria, história e empiria. O diálogo com a teoria política e a sociologia permitiu situar o debate sobre democracia e representação em uma perspectiva crítica e interseccional. A reconstrução histórica das trajetórias de mulheres negras na política brasileira evidenciou continuidades e rupturas nos padrões de exclusão e participação. A análise empírica das parlamentares eleitas, por sua vez, tornou visíveis práticas, estratégias e experiências

concretas de atuação no interior do Congresso Nacional. Esse percurso buscou evitar leituras abstratas ou descoladas da realidade, ancorando a reflexão nas vozes, nos corpos e nas experiências das próprias sujeitas da pesquisa.

Reconhecer os limites desta investigação constitui parte essencial do gesto conclusivo aqui proposto. O recorte no nível federal, o foco nas mulheres negras que lograram acessar o Parlamento e o período histórico analisado delimitam o alcance das conclusões apresentadas. Ao concentrar-se nas trajetórias daquelas que chegaram às instâncias legislativas, a tese não abrangeu os múltiplos mecanismos que, em diferentes momentos, barram o ingresso e a permanência de mulheres negras na política institucional. A análise das trajetórias de candidatas não eleitas, assim como das estratégias mobilizadas diante desses obstáculos, representa um caminho relevante para o aprofundamento desse debate. Da mesma forma, as dinâmicas políticas em outros níveis federativos e o impacto dos contextos locais sobre as trajetórias e o exercício dos mandatos de mulheres negras não foram explorados neste trabalho, o que impede a generalização indiscriminada dos achados. Entendo que esses limites não fragilizam a pesquisa, mas apontam para agendas futuras de investigação e reforçam a necessidade de ampliar o olhar para outros níveis institucionais, contextos regionais e experiências políticas.

À luz dos achados apresentados, sustenta-se que a presença e a atuação de mulheres negras no Parlamento ampliam a qualidade da representação democrática e expõem os fundamentos excludentes do sistema político brasileiro. As trajetórias das parlamentares negras entrevistadas devem ser reconhecidas e celebradas como referências políticas fundamentais, tanto por sua densidade histórica quanto por sua capacidade de produzir deslocamentos no interior das instituições. No entanto, o fato de que essas presenças ainda constituam exceção no Parlamento Federal evidencia os limites da democracia brasileira, que permanece restrita em sua promessa de representação.

Esta tese sustenta que enfrentar a crise da representação política exige não apenas a revisão de regras e procedimentos institucionais, mas também o enfrentamento das desigualdades raciais, de gênero e de classe que condicionam o acesso aos espaços de poder. Ao longo do trabalho, buscou-se dialogar com pesquisas que interrogam os limites da democracia representativa e afirmam a centralidade de sujeitos historicamente marginalizados em sua reinvenção. Ao fazê-lo, esta tese pretendeu contribuir com um campo de estudos comprometido com a transformação das estruturas que, historicamente, definem quem pode ocupar o poder e em nome de quem ele é exercido.

Referências Bibliográficas:

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Letramento, 2018.

ALMEIDA, Carla; LÜCHMANN, Lígia; RIBEIRO, Ednaldo. Associativismo e representação política feminina no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 237-263, 2012.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, p. 193-215, 2005.

ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2, Brasília, UNB/Instituto de Ciência Política, julho/dezembro 2009, pp.23-59.

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo—um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Estudos feministas*, p. 567-584, 2010.

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2010, vol.18, n.02, pp.567-584.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. Mulheres no Congresso Nacional Brasileiro: perfis sociais e trajetórias políticas. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 29, n. 2, p. 244-261, abr./jun. 2019.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. Bicamarelismo, perfil das elites e trajetórias políticas dos parlamentares federais no Brasil (1983-2019). *E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, Brasília, v. 14, n. 34, p. 102-127, 28 abr. 2021.

ARAÚJO, Clara; SACCHET, Teresa. Partidos políticos, regras eleitorais e gênero nas eleições de 2022: possibilidades e desafios. *NO BRASIL*, 2022.

AVELAR, Lúcia. Mulheres na elite política brasileira. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer/Editora da UNESP, 2001.

AVELAR, Lúcia. Onde as mulheres se representam? Avenidas da representação extraparlamentar das mulheres brasileiras. *Revista Gênero*, v. 14, n. 2, 2014.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 458-458, 1995.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília: EdUnB, 2015.

BERQUÓ, Elza e ALENCASTRO, Luis F. (1992) A emergência do voto negro. *Novos Estudos*, Cebrap, 33: 77-88.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades, *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.

BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder simbólico, Lisboa, Difel, 1989, pp.163-207.

BRAGA, A.; NASCIMENTO, A., Negros estão fora do parlamento brasileiro: balanço eleitoral do voto étnico negro presença dos negros no parlamento, Revista África e Africanidades, Ano 2, n. 8, 2010.

BUENO, Natália S. Raça e comportamento político: participação, ativismo e recursos em Belo Horizonte. Lua nova, n. 85, p. 187-226, 2012.

CALDWELL, Kia. Negras in Brazil: Re-envisioning black women, citizenship, and the politics of identity. Rutgers University Press, 2007.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. "A cor dos eleitos". In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 121-151.

CAMPOS, Luiz Augusto; Machado, Carlos. "A raça dos (in)eleitos. In: Revista Insight Inteligência. 2015.

CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Márcia. O impacto das cotas: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro. Autêntica Editora. Belo Horizonte, MG. 2025.

CANÊDO, Leticia Bicalho. (1994). "Caminhos da Memória: parentesco e poder". Revista Textos de História, v. 2, n. 3, pp. 85-122.

CANÊDO, Leticia Bicalho. (2005). "Ritos, símbolos e alegorias no exercício profissional da política". In: CANÊDO, L. B. (org.). O sufrágio universal e a invenção democrática. São Paulo: Estação Liberdade. pp. 19-42.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. Revista Estudos Feministas, v. 10, p. 209-214, 2002.

CARNEIRO, Sueli. "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero". In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). Racismos contemporâneos Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 49-58.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. Selo Negro, 2015.

CARVALHO, Layla Pedreira. Políticas públicas, transversalidade de gênero e interseccionalidades. Silvana Mariano, 2021.

CASTRO, Mônica M. M. de. (1992) Raça e comportamento político. Dados, Rio de Janeiro, 36(3): 469-491.

CFEMEA. *Como parlamentares pensam os direitos das mulheres? Pesquisa na Legislatura 2007-2010 do Congresso Nacional*.1 ed.Brasília : CFEMEA: SAAF/Fundação Ford, 2009, p. 32-44.

CFEMEA. *Série histórica: mulheres e eleições _1996 - 2012* 1 ed. Brasília. Organização Patrícia Rangel. CFEMEA: 2014.

COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. New York, Routledge, Chapman and Hall, 1990. Versão

brasileira: 2019. Editora Boitempo.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. *The University of Chicago Legal Forum*, n. 140, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, v. 10, p. 171-188, 2002.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. *Dimensões*, n. 21, 2008.

FACHIN, Melina Girardi; BARTOLOMEU, Priscilla Conti. Violência política de gênero, diversidade e inclusão: caso Benny Briolly. *Suprema: revista de estudos constitucionais*, Brasília, v. 5, n. 1, p. 425–453, jan./jun. 2025.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista estudos feministas*, v. 15, n. 02, p. 291-308, 2007.

GIL, Antônio Carlos Gil. Métodos e Técnicas de pesquisa social. Editora atlas. 2008.

GOMES, Rayane Cristina de Andrade. Benedita da Silva: caminhos de uma mulher negra e favelada na luta por direitos humanos no Brasil. Tese Doutorado, PPGDH/UnB. 2023.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. Extraído da Revista *Afrodiaspórica*. A.3, n 6-7, São Paulo. IPEAFRO, 1985. Livro Lélia Gonzalez, primavera para as rosas negras (2018).

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Livro Lélia Gonzalez, primavera para as rosas negras (2018).

GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez, em primeira pessoa. São Paulo: UCPA, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GROSSI, MÍRIAM PILLAR; MIGUEL, SÔNIA MALHEIROS. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). *Tempo soc.* São Paulo, v. 13, n. 2, p. 121-142, Nov. 2001.

HOOKS, Bell. Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. Editora Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. Teoria feminista: Da margem ao Cento. Editora Perspectiva SA, 2020.

IPEAFRO – Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros. Seção TEN – Teatro Experimental do Negro. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/acoes/acervo-ipeafro/secao-ten/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

JOHNSON III, Ollie A. Representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99). *Estud. afro-asiát.*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 7-29, Dec. 2000.

KREUZ, Débora Strieder. A formação do movimento feminista brasileiro: considerações a partir de narrativas de mulheres que militaram contra a ditadura civil-militar. *Revista Tempo e Argumento*, v. 10, n. 24, p. 316-340, 2018.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 1, p. e56509, 2020.

LAMOUNIER, Bolívar. (1968) Raça e classe na política brasileira. *Cadernos Brasileiros*, (47): 39-50.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. *Novos estudos CEBRAP*, n. 87, p. 77-95, 2010.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 1, p. 234-241, 2003.

MARCONDES, Mariana Mazzini et al. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. 2013.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Bertha Lutz. In: SCHUMAHER, S.; BRASIL, E. *Dicionário Mulheres do Brasil*, v. 2, 2016.

MENEGUELLO, Rachel, et al. Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros- Campinas, SP. UNICAMP/CESOP, 2012.

MESSENBERG, Débora. A elite parlamentar brasileira (1989-2004). *Sociedade e Estado*, v. 22, n. 2, p. 309-370, 2007.

MESSENBERG, Débora. A elite parlamentar brasileira (1989-2004). *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 309-370, maio/ago. 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 18, n. 51, p. 123-140, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 03, p. 653-679, 2010.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, v. 9, n. 17, p. 240-264, 2007.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. *Anais do. XVI Encontro Regional de História da ANPUH*, 2014.

MOREIRA, Núbia Regina. A organização das feministas negras no Brasil. Vitória da Conquista-BA, Edições UESB, 2011.

NERIS, Natália. A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional

Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos. 2015.

OLIVEIRA, C.L.P. O negro e o poder: os negros candidatos a vereador em Salvador em 1988, Cadernos CRH, p. 94-116, 1991.

OLIVEIRA, Maybel Sulamita de. Teatro Experimental do Negro: um sonho de liberdade para os palcos brasileiros (1945 1950). 2018. 184 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Rio de Janeiro, 2018.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (2012). Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. 1. ed. Curitiba: Editora Insight.

OSORIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. Brasília. 2003. Disponível online. Acesso em: 26/08/2019.

PAIXÃO M, ROSSETO I, MONTOVANELE F, Carvano LM. *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2009-2010: Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça* [Internet]. Rio de Janeiro: Garamond; 2011.

PEREIRA, Amílcar Araujo. Movimento negro no Brasil republicano. Educação e Relações Raciais, v. 1, 2012.

PEREIRA, Ana Cláudia Jaquetto. Intelectuais negras brasileiras: horizontes políticos. Belo Horizonte. Letramento, 2019.

PEREIRA, B. C. J. Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras. 2013. 131 (Dissertação de Mestrado). Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília.

PEREIRA, Wescrey Portes; CAMPOS, Luiz Augusto. Tomando partido? A percepção de candidaturas negras sobre os obstáculos a sua ascensão política. In: Raça e Estado. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 107. 2022.

PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia (Ed.). Características étnico-raciais da população: classificações e identidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 2013.

PINHEIRO, Luana Simões. Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. MULHER E POLÍTICA NO BRASIL Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. Estudos Feministas, p. 256-270, 1994.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. Revista USP, n. 49, p. 98-112, 2001.

PINTO, Elisabete Aparecida. Etnicidade, gênero e educação: A trajetória de vida de Laudelina de Campos Melo. 2015. Editora Anita Garibaldi.

PIRES, Thula. Criminalização do racismo: entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social dos não reconhecidos. 2013. 283 f. Tese. (Doutorado em direito) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico/ Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2 ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RATTS, A.; RIOS, F. LÉLIA GONZALEZ: Retratos do Brasil Negro. Selo Negro, 2010.

REIS, Eliana Tavares dos. Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares brasileiras. Cad. Pagu [online]. 2014, n.43, pp.233-263.

RIOS, Flavia. Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RIOS, Flavia. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (org.). 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile, a construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo: Edusp, FAPESP, 2017. p. 227-253.

RIOS, Flavia; PEREIRA, Ana Claudia; RANGEL, Patrícia. Paradoxo da igualdade: gênero, raça e democracia. Cienc. Cult., São Paulo, v. 69, n. 1, p. 39-44, Mar. 2017.

RIOS, Flavia; RATTS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: Pensadores negros – pensadoras negras do século XIX e XX, v. 1, p. 387-402, 2016.

RIOS, Flávia M.; RATTS, Alex; DOS SANTOS, Marcio André. Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas. Editora Perspectiva S/A, 2023.

RODRIGUES, C. D. S. As fronteiras entre raça e gênero na cena pública brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras. 2006. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. Revista Brasileira de Ciência Política, p. e238917, 2021.

SANTOS, Natalia Neris da Silva. Lei, direito e raça no Brasil: um estudo das matérias legislativas do Congresso Nacional entre 1946 e 2018. 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. Opinião Pública, v. 15, n. 2, p. 306-332, 2009.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. Revista Estudos Feministas, v. 20, p. 399-431, 2012.

SCHPUN, Mônica Raisa. Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz. cadernos pagu, n. 12, p. 331-377, 1999.

SEPPPIR - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Cidadania. "A participação das mulheres negras nos espaços de poder". Brasília. Relatório disponível

online, 2013. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/a-participacao-das-mulheres-negras-nos-espacos-de-poder>. Acessado em 15/08/2019.

SOARES, Felipe Bonow et al. Desinformação e esfera pública no Twitter: disputas discursivas sobre o assassinato de Marielle Franco. *Revista Fronteiras (Online)*, São Leopoldo, v. 3, p. 1-15, 2019.

SOIHET, Rachel. Encontros e desencontros no Centro da Mulher Brasileira (CMB) anos 1970-1980. *Revista Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, p. 237-255, 2007.

SOTERO, Edilza Correia. Negros candidatos e candidatos negros: partidos políticos e campanhas eleitorais na cidade de São Paulo após o fim do Estado Novo. *Plural - Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 9-35, 2016.

SOTERO, Edilza Correia. Representação política negra no Brasil pós-Estado Novo. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SOUZA, Amaury de. (1971) Raça e política no Brasil urbano. *Revista de Administração de Empresas*, XI: 61-70, outubro-dezembro.

SOUZA, Ladyane Katlyn de. Violência Política de Gênero: uma análise da tipologia a partir da vivência das parlamentares brasileiras. 2022.

TABAK, Fanny. Mulheres públicas: participação política e poder. *Letra Capital*, 2002. Unegro. Balanço eleitoral do voto étnico e negro. Belo Horizonte. Disponível em <http://congressoemfoco.uol.com.br/upload/congresso/arquivo/balanco%20negro%20eleicoes.pdf> Acesso em: 12/08/2019.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Sociedade e Estado*, v. 25, p. 205-224, 2010.

XAVIER, Giovana. Maria de Lourdes Vale Nascimento: uma intelectual negra do pós-abolição. Niterói: Eduff, 2020.

ANEXO I

Tabela – Mulheres Negras Parlamentares Federais (1991-2023)

1991 – 1995		
Benedita da Silva (PT/RJ)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
1995 – 1999		
Benedita da Silva (PT/RJ)	Autodeclaração TSE	Senadora – Titular
Marina Silva (PT/AC)	Autodeclaração TSE	Senadora - Titular
Laura Carneiro (PP/RJ)	Heteroidentificação e Autodeclaração TSE mais recente	Deputada Federal – Titular
Odaia Fernandes (PSDB/RO)	Heteroidentificação	Deputada Federal – Suplente
1999 - 2003		
Benedita da Silva (PT/RJ)	Autodeclaração TSE	Senadora – Titular
Marina Silva (PT/AC)	Autodeclaração TSE	Senadora – Titular
Celcita Pinheiro (PFL/MT)	Heteroidentificação	Deputada Federal – Titular
Laura Carneiro (PP/RJ)	Heteroidentificação e Autodeclaração TSE mais recente	Deputada Federal – Titular
2003 – 2007		
Alice Portugal (Pcdob/ BA)	Heteroidentificação e última autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Francisca Trindade (PT/PI)	Heteroidentificação	Deputada Federal – Titular
Celcita Pinheiro (PFL/MT)	Heteroidentificação	Deputada Federal – Titular
Ideli Salvatti (PT/SC)	Heteroidentificação	Senadora – Titular
Janete Capiberibe (PSB/AP)	Heteroidentificação e autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Fátima Bezerra (PT/RN)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Laura Carneiro (PFL/RJ)	Heteroidentificação e Autodeclaração TSE mais recente	Deputada Federal – Titular
Marina Silva (PT/AC)	Autodelaração TSE	Senadora – Titular
Perpétua Almeida (PCdoB/AC)	Heteroidentificação e última autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Thelma de Oliveira (PSDB/MT)	Heteroidentificação	Deputada Federal – Titular
2007 – 2011		
Alice Portugal (Pcdob/ BA)	Heteroidentificação e última autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Andreia Zito (PSDB/RJ)	Heteroidentificação	Deputada Federal – Titular
Celcita Pinheiro (PFL/MT)	Heteroidentificação	Deputada Federal – Suplente
Dalva Figueiredo (PT/AP)	Heteroidentificação	Deputada Federal – Titular
Janete Capiberibe (PSB/AP)	Heteroidentificação e autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Janete Pietá (PT/SP)	Heteroidentificação e autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular

Lídice da Mata (PSB/BA)	Heteroidentificação e última autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Luciana Costa (PR/SP)	Heteroidentificação	Deputada Federal – Suplente
Marina Silva (PT/AC)	Autodelaração TSE	Senadora – Titular
Fátima Bezerra (PT/RN)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Laura Carneiro (PFL/RJ)	Heteroidentificação e Autodeclaração TSE mais recente	Deputada Federal – Titular
Perpétua Almeida (PCdoB/AC)	Heteroidentificação e última autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Suely Santana (PR/RJ)	Heteroidentificação	Deputada Federal – Titular
Thelma de Oliveira (PSDB/MT)	Heteroidentificação	Deputada Federal – Titular
Tonha Magalhães (PR/BA)	Heteroidentificação	Deputada Federal – Titular
2011 – 2015		
Alice Portugal (Pcdob/ BA)	Heteroidentificação e última autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Andreia Zito (PSDB/RJ)	Heteroidentificação	Deputada Federal – Titular
Benedita da Silva (PT/RJ)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Dalva Figueiredo (PT/AP)	Heteroidentificação	Deputada Federal – Titular
Danimar Cristina (PL/PR)	Heteroidentificação	Senadora – Suplente
Eliane Rolim (PT/RJ)	Heteroidentificação	Deputada Federal – Suplente
Janete Capiberibe (PSB/AP)	Heteroidentificação e autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Janete Pietá (PT/SP)	Heteroidentificação e autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Luciana Santos (Pcdob/PE)	Heteroidentificação e autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Fátima Bezerra (PT/RN)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Perpétua Almeida (PCdoB/AC)	Heteroidentificação e última autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Telma Pinheiro (PSDB/MA)	Heteroidentificação	Deputada Federal – Suplente
2015 – 2019		
Alice Portugal (Pcdob/ BA)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Benedita da Silva (PT/RJ)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Eliziane Gama (PPS/MA)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Janete Capiberibe (PSB/AP)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Luciana Santos (Pcdob/PE)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Professora Marcivânia (Pcdob/AP)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Jô Moraes (Pcdob/MG)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Moema Gramacho (PT/BA)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Regina Sousa (PT/PI)	Autodeclaração TSE	Senadora – Suplente
Rosângela Gomes (PRB/RJ)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Tia Eron (PRB/BA)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
2019 – 2023		
Alice Portugal (Pcdob/ BA)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Andreia Zito (PSDB/RJ)	Heteroidentificação e autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Aurea Carolina (PSOL/MG)	Autodeclaração	Deputada Federal – Titular
Benedita da Silva (PT/RJ)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular

Ely Santos (PRB/SP)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Suplente
Eliziane Gama (PPS/MA)	Heteroidentificação e última autodeclaração	Deputada Federal – Titular
Flávia Carolina Peres (PL/DF)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Jéssica Rojas Sales (MDB/AC)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Leda Sadala (PP/AP)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Lídice da Mata (PSB/BA)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Professora Marcivânia (PcdoB/ AP)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Maria Rosas (PRB/SP)	Última Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Laura Carneiro (DEM/RJ)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Mariana Carvalho (PRB/RO)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Perpétua Almeida (PcdoB/AC)	Última Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Rosangela Gomes (PRB/RJ)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Rose Modesto (PSDB/MS)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Silvia Cristina (PP/RO)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Talíria Petrone (PSOL/RJ)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Tia Eron (PRB/BA)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Suplente
Vivi Reis (PSOL/PA)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal - Suplente
2023 – 2027		
Alice Portugal (PcdoB/ BA)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Amanda Gentil (PP/MA)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Carol Dartora (PT/PR)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Andreia Siqueira (MDB/PA)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Antonia Lúcia (PRB/AC)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Benedita da Silva (PT/RJ)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Cristiane Lopes (UNIÃO/RO)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Daiana Santos (PcdoB/RS)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Dandara Tonantzin (PT/MG)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Dayany do Capitão (UNIÃO/CE)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Denise Pêsoa (PT/RS)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Dilvanda Faro (PT/PA)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Ely Santos (PRB/SP)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Erika Hilton (PSOL/SP)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Gisela Simona (UNIÃO/MT)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Suplente
Ivoneide Caetano (PT/BA)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Jack Rocha (PT/ES)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Lídice da Mata (PSB/BA)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Detinha (PL/MA)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Maria Rosas (PRB/SP)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Helena Lima (MDB/RR)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Laura Carneiro (PSD/RJ)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Marina Silva (REDE/SP)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Nely Aquino (PODE/MG)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Reginete Bispo (PT/RS)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Renilce Nicodemos (MDB/PA)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Rosangela Gomes (PRB/RJ)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Meire Serafim (UNIÃO/AC)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Silvia Cristina (PP/RO)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Sylvie Alves (UNIÃO/GO)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular
Talíria Petrone (PSOL/RJ)	Autodeclaração TSE	Deputada Federal – Titular

ANEXO II – Classificação dos Partidos Políticos em Espectros Ideológicos

Partido Político	Posicionamento ideológico
PSD	Centro
MDB	Centro
AVANTE	Centro-direita
PODEMOS	Centro-direita
PSDB	Centro-direita
PV	Centro-esquerda
REDE	Centro-esquerda
PSB	Centro-esquerda
PFL	Direita
DEM	Direita
PL	Direita
PRONA	Direita
PP	Direita
REPUBLICANOS	Direita
UNIÃO	Direita
PSOL	Esquerda
PCdoB	Esquerda
PT	Esquerda

Observação: Para a classificação ideológica dos partidos, adotou-se como principal referencial a tipologia proposta por Maciel, Alarcon e Gimenes (2017). No estudo, os autores comparam as avaliações de especialistas e de parlamentares, chegando a uma ordenação consensual dos principais partidos brasileiros no espectro esquerda-direita para os períodos de 2007, 2010 e 2013. Com base nesse marco, os partidos analisados nesta pesquisa foram alocados nos respectivos espectros ideológicos (esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita), conforme detalhado na tabela anexa. Essa sistematização permite uma análise mais estruturada das trajetórias e da atuação das parlamentares negras no que tange às dinâmicas partidárias e ideológicas. Para legendas criadas mais recentemente, cuja posição não é abarcada pelo estudo de referência, a classificação considerou suas origens e composição, por exemplo, a fusão de agremiações de direita ou centro-direita resultou na categorização do novo partido como de direita.

ANEXO III – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Excelentíssima Sra. Parlamentar,

A Senhora está sendo convidada a participar de uma pesquisa que visa investigar as características da atuação política das parlamentares negras no Congresso Nacional e os desafios enfrentados no exercício do mandato. O objetivo é lançar luz sobre a presença das mulheres negras no parlamento federal desde a Constituinte de 1988 até a atual legislatura, evidenciando sua trajetória e atuação parlamentar. Leia atentamente este documento antes de assiná-lo. Caso haja alguma dúvida converse com a pesquisadora responsável pelo estudo. Este é um Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) que explica a pesquisa e solicita sua permissão para participar. Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, caso a Senhora decida não participar, ou ainda, desistir de participar durante a realização da entrevista, não haverá nenhum prejuízo. A entrevista será gravada em áudio e vídeo, e posteriormente transcrita para análise. Todas as informações fornecidas serão tratadas com estrito rigor ético. As gravações e transcrições serão armazenadas em local seguro que estarão sob a responsabilidade da pesquisadora. As falas realizadas na entrevista serão identificadas nos trabalhos acadêmicos produzidos em decorrência desta pesquisa, sendo que todas as análises serão contextualizadas considerando o conjunto das respostas das entrevistadas, evitando a individualização das respostas. Qualquer acordo ou restrição solicitado pela parlamentar será integralmente respeitado. Com a assinatura deste termo a Senhora autoriza que os resultados deste estudo sejam apresentados na tese de doutorado em questão, em eventos acadêmicos, em artigos e em publicações de revistas científicas nacionais e/ou internacionais. A participação na pesquisa não envolve riscos significativos além dos presentes no dia a dia. Os benefícios incluem a contribuição para ampliação da visibilidade da atuação de mulheres negras no Congresso Nacional, bem como a promoção de discussões acadêmicas e políticas sobre a necessidade de ampliar a diversidade na representação política para o fortalecimento da democracia no país.

Consentimento:

Eu, _____, após ter sido devidamente informada sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa "Mulheres Negras no Poder - Trajetória e atuação das parlamentares federais", desenvolvida pela pesquisadora Vanessa Patricia Machado Silva, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Estou ciente de que posso, a qualquer momento, retirar meu consentimento e interromper minha participação na pesquisa, sem qualquer prejuízo.

ANEXO IV – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

PARTE 1 - Ingresso no mundo político e campanha eleitoral

1. Gostaria de iniciar conhecendo um pouco mais de sua trajetória de vida: como os caminhos educacionais e profissionais que a senhora trilhou se relacionam com o seu ingresso no mundo político?
2. Além da trajetória educacional e profissional há outros fatores que contribuíram para o seu envolvimento inicial com o mundo político?
3. Especificamente sobre a última eleição geral (2022) para Deputada Federal, poderia descrever um pouco sobre como a senhora vivenciou o processo eleitoral (*quais os principais desafios e as principais estratégias da campanha*)? Poderia me contar também sobre o relacionamento com o seu partido político naquela eleição?
4. Na sua avaliação, como ser mulher negra influencia uma candidatura para o Congresso Nacional? Como influencia o processo eleitoral tanto em relação aos eleitores e às campanhas eleitorais como em relação aos partidos políticos?

PARTE 2 – Desafios e estratégias do exercício do mandato parlamentar

Nesta segunda parte do questionário, gostaria de compreender um pouco mais sobre possíveis desafios que a senhora tenha vivenciado no exercício do mandato parlamentar, assim como conhecer as estratégias para o pleno exercício do mandato.

5. A Senhora acredita que fato de ser mulher negra impõe obstáculos diferenciados ou desafios ao exercício do seu mandato? De que forma? Poderia citar alguns exemplos.
6. Agora gostaria de entender quais são as principais estratégias que a senhora tem utilizado para lidar com as dificuldades que dialogamos na pergunta anterior?

PARTE 3 - Atuação Parlamentar

Nesta parte gostaria de compreender melhor, a partir de sua perspectiva, a sua atuação parlamentar.

7. Quais são os temas prioritários do seu mandato parlamentar? Poderia me indicar proposições legislativas, de sua autoria ou relatoria, que considera os mais importantes do mandato?
8. Sobre a ocupação dos cargos de liderança e estratégicos dentro da Câmara dos Deputados, sabemos que há disputas intensas, quais os caminhos que a senhora busca articular nestes processos de indicação para ocupação dessas funções estratégicas dentro da Casa Legislativa?

9. Em relação às alianças políticas e articulações para viabilizar as políticas e causas que seu mandato defende. Poderia descrever um pouco sobre suas estratégias de articulação política e sobre os grupos políticos que são seus aliados? Quais alianças com outras mulheres negras ou bancadas temáticas foram estratégicas no seu mandato?
10. Quais têm sido as principais estratégias utilizadas pelo seu mandato para manter a conexão com sua base eleitoral? Nesse sentido, como a senhora tem utilizado os meios de comunicação, em especial as redes sociais, para fortalecer essa conexão?
11. Por fim, sobre a questão da violência política. A senhora considera que já vivenciou violência política? Caso se sinta à vontade, poderia contar um pouco sobre como ocorreu? Acredita que essa violência teve correlação com a sua condição de gênero e raça?
 - a. *(Se sim)* Como a senhora me relatou o(s) caso(s) de violência, poderia me dizer se a Câmara dos Deputados ou o Partido Político ofereceram algum tipo de suporte ou segurança.

PARTE 4 – Ações Afirmativas e perspectivas futuras

12. Há muito tempo se discute no Brasil a questão da subrepresentação das mulheres e a subrepresentação dos negros na política. Desde os anos 90 o Brasil possui ações afirmativas na política, como a reserva de vagas para candidaturas de mulheres, e mais recentemente o TSE decidiu pela distribuição proporcional de recursos para as campanhas eleitorais de pessoas negras. Como a senhora vê essas ações afirmativas no âmbito da política eleitoral? Qual a sua avaliação sobre os resultados dessas medidas no processo eleitoral e na composição do Congresso Nacional?
13. Pensando no futuro, o que a senhora acredita que deve ser feito, no âmbito institucional, para que mais mulheres negras sejam eleitas Deputadas Federais/Senadoras?

Agradeço muito pela atenção e disponibilidade! A Tese será encaminhada para sua equipe próximo ao momento da Defesa, sua contribuição foi essencial para a qualidade deste estudo.

ANEXO V – Informações sobre a realização das entrevistas

Entrevistada	Data	Local
Deputada Benedita da Silva	30/09/2025	Gabinete - Câmara dos Deputados
Deputada Carol Dartora	12/09/2025	Online
Deputada Dandara Tonantzin	09/10/2025	Gabinete - Câmara dos Deputados
Senadora Eliziane Gama	10/09/2025	Gabinete - Câmara dos Deputados
Deputada Silvia Cristina	30/09/2025	Gabinete - Câmara dos Deputados
Deputada Eron Vasconcelos	20/10/2025	Online
Deputada Erika Hilton	15/10/2025	Sala do partido -Câmara dos Deputados

